



**INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**

**Crianças em reclusão com as mães. Quotidiano Social e
Educativo no Estabelecimento Prisional de Tires.**

Dissertação para a obtenção de grau de Mestre em Educação Social e Intervenção
Comunitária

Lia Ana Rodrigues Marques Pinto

Orientadora: Professora Doutora Perpétua Santos Silva

Santarém, setembro 2018



**INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTARÉM
ESCOLA SUPERIOR DE EDUCAÇÃO**

Crianças em reclusão com as mães. Quotidiano Social e Educativo no Estabelecimento Prisional de Tires.

Dissertação para a obtenção de grau de Mestre em Educação Social e Intervenção Comunitária

Lia Ana Rodrigues Marques Pinto

Orientadora: Professora Doutora Perpétua Santos Silva

Santarém, setembro2018

“(...)Ele gosta de ir passear, nós levamos ele aos baloiços é um mundo maravilhoso que ele não conhece, depois não há altifalantes, não chamam para jantar. Ele em casa está sempre a abrir e a fechar portas porque aqui ele não pode...”

(Pilar, E09, pp. 51 a 52)

Agradecimentos

Não basta a nossa resiliência, é preciso que nos unamos de todos os que conosco caminham, só assim se torna possível alcançar os nossos objetivos.

Obrigada Sandra pelas montanhas que temos subido lado a lado, por me incentivares, desafiares, apoiares, partilhares e construíres comigo este caminho que tanto nos fascina, a vontade de contribuir para sociedades mais humanas.

Romeu meu GRANDE AMOR és tão pequenino e tão gigante, obrigada por seres o menino que és, por nunca te queixares ou entristeceres pelas parcas brincadeiras, pela falta de paciência ou energia que senti algumas vezes ao longo deste caminho. Obrigada por todo o amor que partilhamos.

Obrigada ao meu grande Amor Bruno. Outro não me teria aguentado. Obrigada pela força e acima de tudo pela tranquilidade com que lidas com a vida, com que lidas comigo. Obrigada por juntos acreditarmos que tudo é possível e belo quando colocamos amor no que fazemos.

Obrigada à minha mãe pelo amor e reconhecimento, por segurar muitas vezes as pontas da minha vida para que eu pudesse desbravar este caminho e por todo o amor e dedicação para com o Romeu.

Obrigada à minha tia Ana pelo apoio e por me emprestar dinheiro para as propinas.

Obrigada à minha sogra por ser um exemplo para mim, por me incentivar e por tal como a minha mãe segurar as pontas da minha vida durante este tempo. Acredito que está em paz e a torcer por mim. Gosto tanto de si.

Obrigada aos meus amigos por ouvirem as minhas histórias, medos, ansiedades e por dizerem “és a maior, vais conseguir” que nos sabem bem ouvir nos momentos em que estamos totalmente desorientadas.

Obrigada às minhas colegas de trabalho por todos os dias em que não estive lá e por todos os dias em que lá estive a pensar na tese, a falar da tese, a respirar a tese, a tese, tese e mais tese...

Obrigada à minha irmã Filipa que mesmo longe nunca deixou de me dar força (com os bonecos que partilhava no MSN).

Obrigada à minha irmã Raquel por me ter emprestado livros e por ter ido pedir livros emprestados para me emprestar.

Obrigada às minhas colegas de mestrado Fernanda e Carla por nos termos mantido unidas e chegarmos ao fim. Fomos poucas, mas conseguimos.

Obrigada à Dra. Maria João (Técnica dos Serviços Penitenciários) e às Educadoras da Creche, São e Paula, que tão bem me receberam no Estabelecimento Prisional e pela disponibilidade e atenção que me prestaram até ao fim.

Obrigada a todas as mães reclusas por todas as partilhas que fizeram, fundamentais para a concretização deste trabalho.

Obrigada a todos os professores do MESIC que tive o privilégio de conhecer ao longo destes quase 3 anos.

Obrigada finalmente à minha querida Professora Perpétua (Professora, com P grande) super exigente, mas super próxima e amiga durante todo este percurso. Sem a Professora não teria sido a mesma coisa, talvez me tivesse ficado só pelapós-graduação.

Resumo

A presente Dissertação de mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, da Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Santarém, intitula-se Crianças em reclusão com as mães – Quotidiano Social e Educativo no Estabelecimento Prisional de Tires.

Com o objetivo de conhecer o quotidiano das crianças que vivem em reclusão com as mães, identificando a existência e qualidade das respostas sociais e educativas que lhes são dadas, recorreremos metodologicamente a uma abordagem qualitativa, com observação direta no local das suas rotinas diárias. Para obter informações e coletar dados que não seriam possíveis apenas através da observação e da análise documental, foram realizadas entrevistas semiestruturadas às mães de forma a obter a perspetiva das mesmas em relação ao quotidiano e respostas existentes.

Os dados recolhidos foram posteriormente analisados com o intuito de podermos tecer e contribuir com algumas linhas orientadoras para o desenvolvimento de uma intervenção que contribua para o enriquecimento do quotidiano destas crianças e as suas mães durante o período de reclusão. Acreditamos desta forma que a Educação Social, como área de intervenção, assume-se como essencial para o questionamento, a reflexão, responsabilização e transformação do mundo e da realidade que nos rodeia (Carvalho e Baptista, 2004).

Palavras-chave: Mãe na prisão; criança em reclusão; educação de crianças em reclusão.

Abstract

The present Master's Dissertation in Social Education and Community Intervention, from the School of Education - Polytechnic Institute of Santarém, is entitled Children in seclusion with the mothers - Social and Educational Quotidiano in the Tires Prison.

In order to meet the daily lives of children living in prison with their mothers, identifying the existence and quality of social and educational responses given to them, we turn to a methodological qualitative approach, with direct on-site observation of their daily routines. In order to obtain information and collect data that would not be possible only through observation and documentary analysis, semi-structured interviews were conducted with the mothers in order to obtain their perspective on daily life and existing responses.

The data collected were later analyzed with the intention of being able to weave and contribute with some guidelines for the development of an intervention that contributes to the enrichment of the daily life of these children and their mothers during the period of imprisonment. We believe that Social Education, as an intervention area, assumes itself as essential for the questioning, reflection, accountability and transformation of the world and the reality that surrounds us (Carvalho eBaptista, 2004).

Keywords: Mother in prison; child in seclusion; education of children in seclusion.

Índice

Agradecimentos	ii
Resumo	iv
Abstract	v
Índice	vi
Índice de Tabelas	viii
Lista de Abreviaturas	ix
Introdução	12
Capítulo I – Enquadramento Teórico e Contextual	15
1. Prisões e Sistema Prisional Português	15
2. Reclusão Feminina em Portugal: breve caracterização	19
3. Maternidade e Comportamento Parental em Contexto Prisional	23
4. A Creche, os Técnicos de Educação e o Ambiente Educativo	34
Capítulo II – Enquadramento Metodológico	38
1. Opções metodológicas e técnicas	38
2. Os participantes na investigação	44
2.1. Uma breve caracterização das mães	44
2.2. Uma breve caracterização das crianças	47
3. Contextos da investigação	49
3.1. Estabelecimento Prisional de Tires	49
3.2. Pavilhão - Casa das Mães	50
3.3. A Creche do EPT	52
Capítulo III. Apresentação e discussão dos resultados	55
1. Quotidianos de mães na Prisão: dificuldades da vida em reclusão	55
2. Razões para levar o/os filho/os para reclusão	65
3. Desenvolvimento das crianças em reclusão com as mães	68
4. Quotidianos de crianças em reclusão com as mães e as respostas socioeducativas ...	72
5. Redes de apoio e perspetivas para o futuro	82

Capítulo IV. Educação Social na construção de pontes socioeducativas – Linhas orientadoras para o Enriquecimento do Quotidiano Socioeducativo das Crianças em Reclusão com as mães no Estabelecimento Prisional de Tires	89
Capítulo V. Conclusão	99
Bibliografia	107
Anexos	I
Anexo I – Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo a instrução, sexo e nacionalidade	I
Anexo II – Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo o escalão etário, sexo e nacionalidade	II
Anexo III– Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo o escalão etário, sexo e nacionalidade	III
Anexo IV– Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo o escalão etário, sexo e nacionalidade	IV
Anexo V - Pedidos de autorização para a realização do Estudo no EPT	V
Anexo VI – Resposta dada depois da autorização do EPT	VI
Anexo VII- Consentimento Informado	VIII
Anexo VIII – Guião da Entrevista.....	IX
Anexo IX – Transcrição das Entrevistas às Mães/Reclusas	XIV
Anexo X – Fotografias	LIV

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Reclusos condenados existentes em 31 de dezembro de 2017 segundo o sexo e a tipologia do crime	21
Tabela 2 - Idade das mães	45
Tabela 3 - Nacionalidade das mães	45
Tabela 4 - Área de residência	45
Tabela 5 - Ano de escolaridade	46
Tabela 6 - Tipologia do crime cometido.....	46
Tabela 7 - Tempo de pena.....	47
Tabela 8 - Número de filhos fora do EPT	47
Tabela 9 - Idade das crianças	48
Tabela 10 - Idade aquando da entrada no EPT	48
Tabela 11 - Número de irmãos fora do EPT	48

Lista de Abreviaturas

CEPMPL - Código de Execução de Penas e Medidas Privativas de Liberdade
CNPDPJ – Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das crianças e jovens
CPCJ - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco
EC – Estudos de caso
EP – Estabelecimento Prisional
EPT – Estabelecimento Prisional de Tires
LPCJP – Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
QUNO – Quaker United Nations Office
DGRSP – Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
DGSP – Direcção Geral dos Serviços Prisionais
RAI – Regime aberto para Interior
RAE – Regime aberto para Exterior
RGEP - Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais
OIP- Observatório Internacional das Prisões
STP – Serviços de Tratamento Penitenciário
ULD - Unidade Livre de Droga

Introdução

A presente Dissertação enquadra-se no âmbito do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária, da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém, intitula-se “Crianças em reclusão com as mães. Quotidiano Social e Educativo no Estabelecimento Prisional de Tires”, tendo sido desenvolvida no referido Estabelecimento Prisional. Subordina-se à temática do quotidiano destas crianças, consideradas em risco, com o objetivo de conhecer a forma como vivem a reclusão das mães no Estabelecimento Prisional de Tires, procurando identificar a existência e a qualidade das respostas socioeducativas no contexto em que estão inseridas, perceber como se organiza o tempo e o espaço e conhecer as principais dificuldades, constrangimentos e necessidades, mas também oportunidades, a partir da perspetiva das mães que vivem com os filhos o processo da reclusão e, também, da observação direta da realidade.

O presente estudo tem como finalidade última contribuir para a reflexão sobre o quotidiano destas crianças privadas de liberdade por crimes que não cometeram, fornecendo contributos que ajudem a delimitar linhas de ação tendentes ao enriquecimento deste quotidiano tendo em vista o superior interesse destas crianças.

A prisão é o lugar onde as reclusas cumprem a pena pelos crimes cometidos, mas pode ser também um lugar de educação, de capacitação e desenvolvimento de aprendizagens que tornem a experiência de vida das crianças e a sua existência mais efetiva intra e extramuros da prisão.

Consideramos pertinente o enquadramento deste tema no domínio da Educação Social, uma vez que a Pedagogia Social é a ciência da educação que tem por objetivo a socialização do sujeito que se encontra em condições sociais desfavoráveis. Cremos que a ação do Educador Social, ao integrar equipas multidisciplinares que atendam esta população se revelaria uma mais-valia, uma vez que a sua identidade profissional é marcada pela polivalência, pela pluralidade de funções e pela diversidade de contextos de trabalho, envolvendo características muito complexas e diversificadas. Para Ortega (1999), o educador tem as funções de acompanhar, orientar, incentivar, ajudar, dinamizando e ativando os indivíduos e os grupos.

“Os educadores são (...) promotores privilegiados da condição humana e é nesse sentido, justamente, que são reconhecidos como técnicos da relação, o que torna esse seu carácter técnico irreduzível a qualquer lógica instrumental. Enquadrada por uma perspectiva pedagógica, a relação humana surge-nos sempre mais do que uma simples ferramenta”. (Carvalho e Baptista, 2004, pp. 95-96).

O educador deve ter ainda a função de ajudar o indivíduo a descobrir as suas potencialidades e aptidões, facilitar os processos, impulsionando iniciativas inovadoras aproveitando-se das relações de proximidade que consegue estabelecer enquanto profissional de terreno, como um parceiro na construção de projetos de vida que se revelem sustentáveis. “O Educador Social deve intervir em todas as áreas onde haja a possibilidade de desenvolver o comportamento humano, de alargar oportunidades de aprendizagem e o desenvolvimento de aptidões” (Baptista, 2005, p.7).

Para que a intervenção possa ser eficaz, é necessário, em primeiro lugar conhecer as diferentes realidades nas suas especificidades, identificando constrangimentos, necessidades e oportunidades de ação pelo que é da maior importância a realização de estudos desta natureza que possibilitem trazer informação que possa ajudar a desocultar problemáticas e que possa fornecer informação que ajude os profissionais da educação social a melhor enquadrar a sua ação futura.

Neste contexto específico, em prol de um ambiente mais tranquilo, solidário e de *empowerment*, propomo-nos dar um contributo, ainda que modesto, sobre uma questão que é do interesse de toda a sociedade – o bem-estar das crianças que vivem em reclusão com as mães.

Na realização deste trabalho, do ponto de vista metodológico e técnico, optou-se por seguir uma abordagem qualitativa, sendo a observação direta a técnica de recolha de informação central, complementada com as entrevistas realizadas às mães, pesquisa e análise documental. O contexto escolhido para a realização da presente investigação foi o Estabelecimento Prisional de Tires (EPT) por receber mulheres em período de gestação ou com filhos até aos 3 anos e por dispor de uma Creche para estas crianças.

Esta é a realidade de muitas mulheres que, condenadas a cumprir penas de prisão, levam consigo os seus filhos. Sabemos que os primeiros anos de vida de uma criança são fundamentais, neste sentido,

“se boas experiências têm efeitos positivos no desenvolvimento da criança promovendo a sua resiliência, experiências negativas (depressão materna, toxicod dependência, institucionalização, lares caóticos, cuidados negligentes ou abusivos, pobreza...) associam-se comumente a níveis mais elevados de problemas comportamentais e de aprendizagem” (Portugal, 2008, pp.62 e 63).

As opiniões divergentes na literatura sobre os condicionantes que são apontados, quer no desenvolvimento, quer na formação, em relação à permanência da criança em contexto prisional, assim como os poucos estudos realizados em Portugal que se prendem com o quotidiano destas crianças, de um modo geral mas em particular no domínio da Educação Social, surgem como principal dificuldade na concretização deste trabalho, mas,

talvez por isso mesmo, reforçaram a escolha da temática que deu origem ao estudo que se apresenta nesta Dissertação.

No que respeita à estrutura, este documento encontra-se dividido em quatro capítulos, com os correspondentes pontos e subpontos. O Capítulo I consiste na fundamentação teórica apoiada na revisão da literatura acerca do tema em estudo. São então abordados alguns aspetos que julgamos pertinentes no enquadramento do mesmo, uma breve abordagem ao Sistema Prisional Português, mais concretamente à Reclusão Feminina, algumas das normas, regulamentos, direitos e deveres para esta população em especial; maternidade e comportamento parental em contexto prisional e ainda a abordagem a conceitos como a vinculação e os primeiros três anos de vida; criança em Risco; a importância da Creche, dos Técnicos de Educação e do Ambiente Educativo no processo de desenvolvimento e formação das crianças.

No Capítulo II são explicitadas as opções metodológicas e técnicas, os procedimentos desenvolvidos e apresentada uma breve caracterização do contexto – o Estabelecimento Prisional de Tires e as suas valências para esta realidade específica: Pavilhão Casa das Mães e Creche. Finaliza-se este capítulo com uma breve caracterização dos participantes nesta pesquisa (mães e crianças).

No Capítulo III procedemos à análise e interpretação da informação recolhida, destacando as principais dificuldades, constrangimentos e necessidades destas mães e crianças a partir da realidade observada diretamente e relatada nas entrevistas realizadas.

No Capítulo IV, consideramos oportunidades de atuação, priorizando a Educação Social na construção de pontes socioeducativas ao propor algumas linhas orientadoras para o enriquecimento do quotidiano socioeducativo das Crianças em Reclusão com as mães.

Por fim, são apresentadas algumas notas conclusivas e as fontes consultadas.

Capítulo I – Enquadramento Teórico e Contextual

Apresentamos neste capítulo uma breve abordagem ao Sistema Prisional Português, mais concretamente à reclusão feminina, algumas das normas, regulamentos, direitos e deveres para esta população em especial, bem como uma breve caracterização da reclusão feminina na realidade portuguesa. Ainda neste capítulo serão abordados de forma breve aspetos como maternidade e comportamento parental em contexto prisional, vinculação e os 3 primeiros anos de vida, criança em Risco, a importância da Creche, dos técnicos de educação e do ambiente educativo para o desenvolvimento integral e adequado da criança.

1. Prisões e Sistema Prisional Português

A prisão corresponde a um contexto muito específico, com sentido punitivo através da privação da liberdade, por atos praticados e considerados socialmente ilícitos e juridicamente passíveis de sanção.

Estudadas por autores como Foucault (1996)¹, na sua famosa obra traduzida em português do Brasil como "*Vigiar e punir. História das violências nas prisões*", e como Goffman (1974), na igualmente reputada obra "*Manicômios, prisões e conventos*"², as prisões são apresentadas como instituições totalitárias, com características de segregação, de homogeneização, normalizadoras e geradoras de estigmas. Estas "instituições totais", como são referidas pelos autores, impõem relações de autoridade e de poder fortes que se refletem na personalidade e na individualidade dos sujeitos em situação de reclusão.

Para Goffman (1974, p. 11) uma instituição total corresponde a um lugar "onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por um período considerável de tempo, leva uma vida fechada e formalmente administrada", entre os vários tipos de instituições estudados pelo autor as prisões são um deles. Segundo o autor:

"Seu fechamento ou seu caráter total é simbolizado pela barreira à relação social com o mundo externo e por proibições à saída que muitas vezes estão incluídas no esquema físico - por exemplo, portas fechadas, paredes altas, arame farpado, fossos, água, florestas, pântanos." (p.24).

Esta situação de se encontrar confinado, de acordo com Goffman (1974), não se limita ao espaço físico, estende-se, conseqüentemente, às relações com o exterior, implicando um esvaziamento do "Eu" anterior à institucionalização. Os indivíduos chegam ao

¹ A obra original do autor *Surveiller et Punir*, publicada em 1975 pelas Edições Gallimard, tem conhecido várias traduções e reedições.

² Título do original em inglês da obra de Goffmann, publicada em 1961, *Asylums - Essayson the social situation of mental patients and other inmates*. Igualmente com várias edições.

estabelecimento prisional com uma determinada concepção de “Si mesmos”, construída ao longo das suas trajetórias de vida, tornada possível por um conjunto de disposições sociais estáveis no mundo em que viviam, disposições sociais que perdem imediatamente ao entrar no processo de reclusão, no qual se inicia “uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do seu “eu” que vai sendo sistematicamente, embora muitas vezes não intencionalmente, mortificado” (Goffman, 1974, p. 24). De acordo com o autor, ocorrem progressivas mudanças nas crenças que têm a seu respeito e a respeito dos outros que são significativos para eles, sendo estes processos relativamente padronizados nas instituições totais – como é o caso das prisões, lugares onde a “mortificação” do eu se revela não só naquilo a que se deixa de ter acesso no mundo exterior, como também, no interior do espaço de cárcere, na perda de autonomia, no acatar das obrigações que são impostas, na constante vigilância das ações e comportamentos de todos e de cada um, com implicações decorrentes nas decisões que terceiros (os dirigentes e vigilantes) tomam a respeito de cada recluso.

De acordo com Gonçalves (2008), a adaptação dos reclusos à prisão corresponde a um processo evolutivo no qual vão (re)adquirindo individualidade e autonomia própria, considerando quer os seus contextos familiares, quer a personalidade de cada um, quer, ainda, o contexto institucional e as capacidades de se apropriarem das suas normas de funcionamento. Corresponderá, assim, ao estabelecer de um certo grau de equilíbrio entre aspetos do comportamento e das normas institucionais, sem que os reclusos percam a sua individualidade e alguma autonomia de ação; este equilíbrio poderá ser de fundamental importância no regresso à liberdade.

É neste sentido de encontrar formas de (re)socialização que permitam um retorno bem-sucedido à vida no exterior que os países em geral, e Portugal em particular, têm procurado desenvolver sistemas prisionais que tentam humanizar a situação de reclusão e que se têm vindo a preocupar, igualmente, com questões relativas à reinserção social dos reclusos.

Para Gomes (2003), a ideia de ressocialização, como consequência das teorias humanistas do Século XVIII, tem vindo a assumir uma cada vez maior importância e o estudo das questões relativas às prisões e à vida em reclusão têm conhecido desenvolvimento com recurso ao conhecimento de ciências como a psiquiatria, a psicologia e a sociologia.

A mesma autora refere o significado que o documento internacional *Regras Mínimas para o Tratamento dos Reclusos*, adotadas pelas Nações Unidas em 1955, teve na transformação das formas de cumprimento da pena de prisão. Este documento incide sobre a administração dos estabelecimentos penitenciários, defende a não discriminação dos

reclusos, critérios para a sua separação no espaço prisional, normas de higiene, saúde, contatos com o exterior, religião, alimentação, disciplina e sanções. Ainda, e de particular importância, fica estabelecido que a autoridade para estabelecer e decidir sanções a aplicar aos reclusos deve ser determinada por lei e não decorrente do poder discricionário de quem em cada estabelecimento as possa aplicar, tendo sido expressamente abolidas formas cruéis de sancionar ou castigar a pessoa em situação de reclusão.

Também o Conselho da Europa tem dado atenção a esta matéria produzindo legislação, resoluções e recomendações que os vários Estados-Membro devem ter em consideração na elaboração de políticas e de instrumentos normativos (Gomes, 2003).

Estas recomendações têm promovido alterações, nomeadamente, no que se refere à substituição de penas de prisão de curta duração por outras medidas alternativas, separação dos toxicodependentes da restante população prisional, bem como separação dos presos preventivos, primários e jovens em relação aos reclusos reincidentes; reduzir o número de prisioneiros por estabelecimento e instalar estabelecimentos prisionais a nível local; preservação do respeito pelo recluso, facilitação do retorno à vida em liberdade, privilegiar o contato com o exterior (visitas; visitas conjugais; saídas em casos em que o comportamento do recluso revele que a reinserção está a ser bem sucedida). Também tem sido dado particular relevo a questões referentes à ocupação (educação, formação e trabalho) e apoio à reinserção após a libertação (Gomes, 2003).

No que respeita à sua organização, em Portugal o Sistema Prisional é tutelado pelo Ministério da Justiça, que prossegue as suas atribuições nesta matéria através da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP³).

Esta Direção-Geral,

“tem por missão o desenvolvimento das políticas de prevenção criminal, de execução das penas e medidas e de reinserção social e a gestão articulada e complementar dos sistemas tutelar educativo e prisional, assegurando condições compatíveis com a dignidade humana e contribuindo para a defesa da ordem e da paz social” (Lei Orgânica do Ministério da Justiça, Artigo 12.º, nº 1, Decreto-Lei n.º 123/2011).

No que respeita à Legislação fundamental para compreender o sistema podemos considerar o Código da Execução de Penas e Medidas Privativas da Liberdade, aprovado pela Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, bem como o Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 51/2011, de 11 de abril.

O Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade é o instrumento de referência para o funcionamento dos estabelecimentos prisionais, no que respeita às finalidades e estruturação da intervenção junto dos reclusos e contém os

³ A Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP) foi criada pelo Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro; com a criação desta Direção-Geral foram extintas a Direção-Geral de Reinserção Social (DGRS) e a Direção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP), passando estas duas áreas a estar sob a alçada da DGRSP.

princípios fundamentais da execução das penas e medidas privativas da liberdade. O Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais garante uniformidade e igualdade na aplicação da regulamentação em vigor no conjunto do sistema prisional e é complementado pela Portaria nº 286/2013, de 9 de setembro, que define o funcionamento dos estabelecimentos prisionais. As áreas de atividade destes estabelecimentos são: administração e apoio geral; execução das penas e área jurídica, tratamento prisional e prestação dos cuidados de saúde, vigilância e segurança.

Conforme disposto no último Relatório de Atividades e Avaliação da DGRSP, referente ao ano de 2017, esta Direção-Geral está organizada em diferentes unidades com atribuições na execução de penas e medidas, de âmbito penal e tutelar educativo, ao nível de serviços centrais e de serviços desconcentrados (estabelecimentos prisionais, delegações regionais de reinserção com equipas de reinserção social, equipas de vigilância eletrónica e centros educativos).

A DGRSP dispõe de um total de 144 unidades orgânicas, entre serviços centrais e serviços desconcentrados. A sua unidade base de intervenção, distribuída pelo País, é constituída por 49 estabelecimentos prisionais, 48 equipas de reinserção social, 6 centros educativos e 10 equipas de vigilância eletrónica (DGRSP, 2017, p. 19).

Com base num outro relatório publicado pelo Governo de Portugal em Setembro de 2017, “Olhar o Futuro para Guiar a Ação Presente - Relatório sobre o Sistema Prisional e Tutelar”, após a reforma de 1936o parque penitenciário português cresceu, desenvolvendo-se ao mesmo tempo de forma descentralizada (foram construídas cerca de 60 cadeias de pequena dimensão) e de forma centralizada (nas décadas de 40 e 50 foram construídas Cadeias Centrais e Colónias Penais de maior dimensão, como a Colónia Penitenciária de Alcoentre, a Colónia Penal de Santa Cruz do Bispo, a Colónia Penal de Pinheiro da Cruz, a Cadeia Central de Mulheres em Tires, a Cadeia Central de Lisboa no Linhó e a Cadeia Central do Norte em Paços de Ferreira). Nas décadas de 70, 80 e 90, parte das antigas cadeias de comarca passam a Estabelecimentos Prisionais Regionais, assegurando uma maior cobertura de proximidade, sobretudo no interior do país; houve, também, uma intensificação na construção dos estabelecimentos de maior dimensão, como o Estabelecimento Prisional do Porto (Custóias), o Estabelecimento Prisional de Vale de Judeus e o Estabelecimento Prisional do Funchal. Já em pleno Século XXI, foram criadas outras estruturas de maior dimensão – o Estabelecimento Prisional da Carregueira, o Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo Feminino, o Estabelecimento Prisional de Vale do Sousa e o Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo (p. 9).

Não podemos deixar de assinalar como curioso que, nesta publicação de definição de estratégias para ação no futuro, o Governo português se refira à necessidade de “reformular a reforma” recentemente efetuada no sistema prisional da seguinte forma:

“Pretendeu-se despejar vinho novo em odres antigos”, i.e., tentou-se operacionalizar uma nova reforma legal, uma nova filosofia penitenciária, em estruturas arquitetónicas e organizacionais que correspondem a uma lógica e uma conceção tradicional de custódia, que formataram o pensamento e a ação de gerações de operadores penitenciários. A tudo isto acrescia, do ponto de vista da políticacriminal, a convicção, ainda que não explicitada que a prisão é a melhor resposta aos temores do nosso tempo e a forma mais eficaz para enfrentar as causas e o sentimento de insegurança, com subalternização de soluções alternativas.” (Ministério da Justiça, 2017, p. 10).

Gomes (2003) refere que a reforma do sistema prisional corresponde a uma matéria complexa, dependente de opções políticas quanto ao tipo e ao regime das sanções penais e das medidas de coação, molduras legais para tipos de crime e regime jurídico da prisão preventiva e da liberdade condicional, mas também quanto à definição dos princípios e das regras jurídicas definidos em matéria de reinserção social. Chama, ainda, a atenção para que tais regras e princípios dependem fortemente da capacidade e do modo de as executar nos diversos subsectores do sistema prisional: saúde, emprego, formação profissional e ensino; estes aspetos são fortemente condicionados por questões organizacionais que se relacionam com a colocação dos reclusos, as condições de habitabilidade das prisões e a formação dos operadores que atuam nos diversos estabelecimentos prisionais.

A questão da reinserção dos reclusos não é, portanto, assunto que deva centrar atenções apenas na perspetiva da sua saída futura da situação de reclusão; a experiência de reclusão é significativa em diferentes dimensões da vida de qualquer pessoa, correspondendo a um processo de transição desde a perda à recuperação da liberdade.

Assim se depreende do Preâmbulo do Decreto-Lei que dá origem à Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), ao preconizar “uma intervenção centrada no indivíduo desde a fase pré - sentencial até à libertação”, preparando, em colaboração com os serviços do setor público e privado, oportunidades de mudança e de reinserção social, diminuindo as consequências negativas da privação da liberdade e reduzindo os riscos de reincidência criminal”. (Decreto de Lei N.º 215/2012 de 28 de setembro).

2. Reclusão Feminina em Portugal: breve caracterização

Importa referir que apenas no princípio do século XX surge a verdadeira preocupação em criar estabelecimentos prisionais próprios para as mulheres, com vigilância efetuada por guardas femininas. De forma gradual, foi-se assistindo ao melhoramento das

⁴Sublinhado nosso.

condições penitenciárias femininas, como a redução do número de reclusas por cela, a possibilidade de terem formação profissional em diversas áreas e uma maior e melhor assistência médica(Feinman, 1994, Pires, I., 2001, citados por Castanho, 2015, p.4).Os mesmos autores também referem que atualmente não se encontram diferenças significativas entre homens e mulheres no que respeita à legislação em vigor, excetuando no que respeita à situação concreta da maternidade.

Matos e Machado (2007, p. 1041) afirmam que o número de mulheres detidas tem vindo a aumentar a nível mundial, ficando mesmo assim muito aquém do número de homens detidos. Em Portugal, a proporção de mulheres reclusas, como revelam os números oficiais da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), teve um pico máximo em 1997em que o número de mulheres atingiu cerca de 10% da população reclusa, não tendo este valor sido ultrapassado até ao momento.

De acordo com os últimos dados anuais disponíveis pela DGRSP⁵, reportando o ano de 2017, a população reclusa em Portugal cifrava-se nas 13440 pessoas, das quais 12584 são homens (10616 nacionais e 1968 estrangeiros) e 856 são mulheres (680 nacionais e 176 estrangeiras), correspondendo, em termos relativos, a população reclusa masculina a 93,6% e a feminina a 6,4%.

Quanto às idades⁶, foi possível verificar que, na sua larga maioria, quer os homens reclusos (57,9%), quer as mulheres reclusas (59,8%), têm idades compreendidas entre os 30 e os 49 anos.

Com base na informação disponibilizada pela DGRSP, no que respeita a habilitações literárias a maioria, quer de homens, quer de mulheres, apresenta escolarização até ao 3º Ciclo do ensino básico. Analisando mais detalhadamente a situação das mulheres reclusas, 15,4% não concluiu qualquer ciclo de estudos sendo que 7,7% não sabe ler nem escrever; dos 79,4% dos casos de mulheres reclusas cuja escolaridade foi possível identificar, 33,2% apresenta habilitações ao nível do 1º Ciclo do ensino básico, 15,3% ao nível do 2º Ciclo, 26,6% ao nível do 3º Ciclo e 19,0% ao nível do ensino secundário; ainda, 5,7% é identificada com habilitações ao nível do ensino superior. Contudo, a partir da informação disponível não é possível afirmar, em qualquer dos níveis de ensino, se se trata de conclusão do ciclo de estudos ou apenas de frequência⁷.

⁵ Disponível em <http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/uploads/anuais/2018052211052304Q-lot-reclus-inst-sx-nac.pdf>. Tabela original da DGRSP no Anexo deste trabalho.

⁶ Disponível em <http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/uploads/anuais/2018052211055805Q-lot-reclus-idd-sx-nac.pdf>. Tabela original da DGRSP no AnexoII deste trabalho.

⁷ Cálculos efetuados pela autora a partir da informação contida na tabela disponível em <http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/uploads/anuais/2018052211052304Q-lot-reclus-inst-sx-nac.pdf> e que se encontra no Anexo I deste trabalho.

Relativamente à situação penal⁸ 15% dos homens e 27,7% das mulheres encontravam-se em prisão preventiva.

Outro indicador relevante na caracterização da população reclusa é o que respeita ao tipo de crimes que deram origem a condenação⁹. A DGRSP organiza a informação relativa ao tipo de crimes em 6 categorias, a saber: crimes contra as pessoas, crimes contra o património, crimes contra a vida em sociedade, crimes contra o Estado, crimes relativos a estupefacientes e, por fim, outros crimes (entre os quais crimes fiscais e crime de condução sem habilitação legal).

Dada a significativa diferença entre o número de homens e o número de mulheres em reclusão, é evidente que o número de condenações é igualmente muito elevado nos homens e menos expressivo nas mulheres o que se relaciona com a proporção de cada um destes segmentos populacionais. Assim, sendo que em todos os tipos de crimes predominam os indivíduos do sexo masculino apresentaremos alguns dados considerando o peso relativo no interior de cada um dos grupos.

Tabela 1 - Reclusos condenados existentes em 31 de dezembro de 2017 segundo o sexo e a tipologia do crime

Categoria do tipo de crime	Homens (%)	Mulheres (%)
Crimes contra as pessoas	26,5	17,6
Crimes contra o património	29,1	31,9
Crimes contra a vida em sociedade	8,9	1,7
Crimes contra o Estado	7,8	2,8
Crimes relativos a estupefacientes	16,1	36,3
Outros crimes	11,6	9,6
Totais	100,0	100,0

Fonte: Cálculos da autora com base em informação da DGRSP⁸

Uma análise comparativa entre homens e mulheres permite perceber que os crimes pelos quais houve lugar a condenação se enquadram nas mesmas categorias, embora com expressões diferenciadas entre homens e mulheres. Enquanto no grupo dos homens surgem com maior significado os crimes contra o património (destacando-se o roubo e os furtos simples e qualificados), seguidos dos crimes contra as pessoas (homicídios e ofensas à integridade física com maior número de ocorrências) e os crimes relativos a

⁸ Disponível em <http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/uploads/anuais/2018052211054210Q-reclus-sitpen-sx-nac.pdf>. Tabela original da DGRSP no Anexo III deste trabalho.

⁹ Esta informação só se encontra disponível relativamente a reclusos condenados, os indiciados cujos processos, à data, não haviam transitado em julgado não são considerados na tabela da DGRSP analisada. Os cálculos relativos a este indicador foram efetuados pela autora a partir da informação contida na tabela disponível em http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/uploads/anuais/2018052211053909Q-reclus-sx-idd-nac-p_crim.pdf e que se encontra no Anexo IV deste trabalho.

estupefacientes (no âmbito dos quais se destaca o crime de tráfico), no grupo das mulheres estas categorias, embora continuem a ser as mais expressivas surgem com pesos relativos distintos. Isto é, a tipologia de crimes com maior significado é a relativa a estupefacientes (crime de tráfico), seguida dos crimes contra o património (furto simples e qualificado) e dos crimes contra as pessoas (destacando-se os homicídios).

Esta distribuição parece não ter sofrido alterações significativas nos últimos anos, indo ao encontro do que outros autores igualmente identificaram em momentos anteriores. A investigação levada a cabo pelas autoras Matos e Machado (2007, p. 1044) também permitiu identificar que na tipologia dos crimes mais cometidos pelas mulheres detidas em Portugal se destacava o crime de tráfico de droga.

Não foi possível encontrar dados oficiais que permitam dizer quantos homens e quantas mulheres em reclusão têm filhos. Facto que aparece o ano passado igualmente referido pela jornalista do Jornal Público Ana Cristina Pereira, cujas palavras resgatamos aqui:

“Os únicos indicadores nacionais remontam a 2002, a um estudo feito pelas sociólogas Anália Torres e Maria do Carmo Gomes. A partir de um inquérito realizado em 47 estabelecimentos prisionais, concluíram que 58,5% dos reclusos tinham filhos, sendo que a percentagem de reclusas mães era de 81,6%, superior aos 55,7% do número de pais reclusos” (Pereira, 2017, Público online).

Também Antunes (2014, p.33), referindo-se às mulheres reclusas com os filhos consigo afirmava que “[s]obre este grupo específico da população reclusa, não constam, contudo, dados oficiais esclarecedores, que permitam saber sobre a sua evolução no nosso país”. Situação que não se alterou entretanto pois não nos é possível, igualmente, apresentar uma síntese geral do país relativamente ao número de crianças que habitam em reclusão com o pai ou com a mãe (a legislação atualmente em vigor permite que a criança permaneça com ambos), só sendo possível fazer esta caracterização em relação ao Estabelecimento Prisional de Tires pelo que deixaremos a sua apresentação para outro capítulo mais adiante neste trabalho.

Conforme previsto na alínea g) do artigo 7º da Lei 115/2009, de 12 de outubro, Código de Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade, a pessoa em reclusão tem direito a “manter consigo filho até aos 3 anos de idade ou, excecionalmente, até aos 5 anos, com autorização do outro titular da responsabilidade parental, desde que tal seja considerado do interesse do menor e existam as condições necessárias”, pelo que muitas mulheres optam por manter os filhos consigo.

É consensual a importância da figura materna, a relação e a interação precoces entre a criança e a mãe nos primeiros anos de vida de uma criança. Estas experiências

marcam o crescimento e o desenvolvimento e influenciam, positiva ou negativamente, as diferentes fases da vida, desde a infância, à adolescência e à vida adulta.

A mãe desempenha um papel fundamental enquanto principal cuidadora, nomeadamente no que respeita à alimentação (amamentação), mas o seu papel não é menos importante na criação de vínculos afetivos com a criança. A acrescentar ao seu papel pessoal, há ainda a considerar a importância de outros fatores como a existência de um ambiente adequado na fase precoce da vida de uma criança.

De acordo com Serra e Pires (2004, p. 413) “a reclusão na mulher coloca problemas particulares, nomeadamente o da maternidade. Não só a reclusa, mas também a criança e a própria interação entre ambas, poderão ser influenciadas pelo meio prisional onde estão inseridas.” O comportamento parental, aspeto crucial para um adequado desenvolvimento da criança, pode ser influenciado por diversos fatores, dos quais se salienta os fatores de personalidade da mãe, a rede de apoio social e o contexto social em que a relação mãe-criança está inserida (Belsky, 1984, citado por Serra e Pires, 2004, p.413).

...” No caso da gravidez e/ou maternidade ocorrerem em contexto prisional, estas mudanças físicas e psíquicas dificultam a reclusão e a adaptação à vida prisional, tornando-a, no geral, muito difícil e problemática para as mulheres grávidas ou que têm recém-nascidos a seu cargo” (Wooldredge e Masters, 1993, consultado online, s/p).

3. Maternidade e Comportamento Parental em Contexto Prisional

Segundo Dormoy (1992, p.253), a presença de bebés e crianças pequenas em reclusão com as mães é antiga, tendo começado a ser regulamentada em 1923. Em janeiro de 1954 inaugura-se a Cadeia Central de Mulheres, localizada em Tires, freguesia de São Domingos de Rana. Desde o início de funcionamento do EPT é permitido às mães manterem consigo os filhos que não ultrapassem os três anos, excecionalmente 5 anos, estando previstos para as mesmas cuidados médicos e educativos. Contudo, viver a maternidade na prisão é muito diferente de vivê-la em liberdade.

Segundo o mesmo autor estas mulheres sentem-se duplamente castigadas, na reclusão e na maternidade. De acordo com Celinska e Siegel (2010, p.466) “comparando com os homens, as mulheres são mais propensas (...) a sofrer de problemas de saúde mental, como a depressão durante a sua reclusão”.

Serra e Pires (2004, p.413) referem “deve-se atender que estas mulheres, devido à vivência prisional, já por si traumática e ainda acrescida pela culpabilidade que sentem por terem junto de si os seus filhos, têm grande probabilidade de passarem por períodos de depressão”.

Serra e Pires (2004, p. 414), referido-se a Machado (1997), referem que “uma mulher delituosa não será capaz de desempenhar adequadamente o seu papel de mãe, ou por razões de personalidade, ou porque nenhuma prisão pode proporcionar um ambiente saudável ao desenvolvimento adequado das crianças”.

Segundo Browne (1989, citado por Serra e Pires, 2004, p.414),

“...a fragilidade psíquica, o pouco amor-próprio e a ausência de empatia para com os filhos, que a maioria das delinquentes revela, pode ter uma influência negativa sobre as crianças e colocar em risco a qualidade da interação com elas”. Quando a mãe é condenada judicialmente, as consequências no bem-estar psicológico da criança podem ser graves, uma vez que a reclusão da mãe e, conseqüentemente da criança, implica uma modificação total na rotina diária, mas sobretudo uma alteração da interação com a pessoa mais significativa.” (Serra e Pires, 2004, p.414).

Também Cunha (1994) faz referência ao sentimento de culpa que estas mulheres sentem por manterem os seus filhos consigo na prisão. A autora descreve o ambiente prisional como sendo agitado, conflituoso e agressivo, sendo assim considerado impróprio para o crescimento de uma criança.

Browne (1989, referido por Castanho 2015) diz que por outro lado, as mães reclusas que não têm os seus filhos consigo na prisão, vivenciam a maternidade de forma inquieta, existindo um sentimento de insegurança quanto à relação que irão ter com os seus filhos no futuro, sentindo-se duplamente isoladas, na reclusão e na maternidade, revelando sentimentos de angústia e de grande culpabilidade por se sentirem responsáveis pelo abandono dos seus filhos. Assim sentem por isso a necessidade de se redimir apresentando uma maternidade exemplar e o mínimo problema ressentido no crescimento do seu filho durante a reclusão, provoca efeitos emocionais e afetivos negativos (Dormoy, 1992).

De acordo com Enos (2001, referido por Celinska e Siegel, 2010), as mulheres preocupam-se com a sua capacidade de sustentar as relações com as crianças durante a reclusão e a reconquista ou continuação dessas mesmas relações após a libertação. Segundo a mesma fonte, grande parte da pesquisa sobre mulheres na prisão enfatizou a centralidade do papel materno na identidade das mulheres e a importância da manutenção do relacionamento com os filhos.

Boudin (1998, citado por Celinska e Siegel, 2010, p.449) relatou que as mulheres em reclusão sentem uma “enorme dor” pelo tempo perdido com os seus filhos. Assim, as crianças continuam a desempenhar um papel central na vida das mulheres, mesmo durante a reclusão. Os autores afirmam que as mães presas veem frequentemente as crianças como motivação para a mudança e como o seu foco principal na vida (Enos 2001; Ferraro e Moe, 2003, citados por Celinska e Siegel, 2010, p. 449).

Segundo Serra e Pires (2004) há quem defenda que a criança não se deve separar da mãe, mesmo que signifique ir com ela para a prisão, sobretudo numa fase precoce da

sua vida, cuja relação afetiva com a mãe é muito importante para o seu desenvolvimento. Neste sentido, viver a maternidade na prisão dá oportunidade às mães de continuarem a cuidar dos filhos e contribui para amenizar a situação de reclusão em que vivem. Cunha (1994) refere que a permanência das crianças junto da mãe amortece o choque e suaviza a vivência prisional, não se sentindo estas mães tão sozinhas, ajudando-as a ultrapassar o ambiente prisional. Segundo a mesma autora, no estudo “Malhas que a Reclusão Tece” realizado por si na Prisão de Tires a ocupação com os filhos (dar-lhes banho, lavar a sua roupa, alimentá-los, brincar com eles, vigiá-los no "convívio") absorve grande parte dos tempos livres destas mulheres. Também Granja (2015) refere que durante o cumprimento de pena as reclusas procuram mobilizar estratégias que lhes permitam permanecer envolvidas na vida das crianças.

Castanho (2015, p. 9) reforça que as crianças podem impedir que as mães entrem em depressão, funcionando como “figuras contentoras” e, referindo-se a Bouchet (2008) e a Christian (2009), considera que,

A manutenção de contacto entre a criança e a sua mãe reclusa pode ainda diminuir significativamente a probabilidade de reincidência da mesma e melhora, consideravelmente, a resposta emocional da criança perante a reclusão, proporcionando ainda uma maior ligação entre mãe e filho.

De acordo com o Relatório da *The Law Library*, “Laws on Children Residing With Parents in Prison”, publicado em julho de 2014, os esforços a nível Internacional aumentaram no sentido de criar políticas especificamente orientadas para abordar a situação das crianças que vivem em reclusão com um dos progenitores. Algumas medidas visam amenizar o tratamento das mulheres grávidas e mães com filhos, outras procuram incentivar a oferta de melhores condições, tais como Creches e Jardins de Infância e pessoal técnico para trabalhar com as crianças nos Estabelecimentos Prisionais, outros, ainda, tentam promover uma melhor higiene e um melhor ambiente em geral. De acordo com a mesma fonte, às prisões que admitem crianças é exigido que atendam a determinados padrões que vão desde a satisfação das necessidades básicas, incluindo alimentação, dietas especiais e acesso a cuidados médicos, serviços de cuidados infantis e instalações adequadas para mães em reclusão com os filhos.

Segundo Robertson (2008) a legislação nacional de vários países permite que as mães vivam com os filhos que nasceram antes ou durante a sua reclusão. De acordo com o autor, a experiência de viver a maternidade na prisão para as mulheres que decidem levar os filhos consigo varia entre países. Países como Espanha têm instalações construídas para receber mães e crianças; certas prisões no Reino Unido têm também edifícios autónomos dentro das prisões femininas onde as mães e os seus filhos vivem juntos na cela da mãe; algumas têm recreios e equipamento educativos para crianças, como se verifica em

Portugal; e algumas prisões, de acordo com o mesmo autor, não têm qualquer tipo de provisão para acolher estas crianças.

Achamos importante referir que existem em Portugal apenas 3 instituições femininas (Estabelecimento Prisional de Tires, em Cascais, Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo, no Porto e Estabelecimento Prisional de Angra do Heroísmo, nos Açores) preparadas para receber mães e filhos, assim, muitas reclusas são ou podem ser detidas longe das suas comunidades, dificultando a aproximação das crianças às redes familiar/social intra e extramuros durante a reclusão.

Para além da legislação de cada país de suporte às mulheres e crianças que vivem em determinado período na prisão, existem algumas orientações internacionais. Em dezembro de 2010, a Assembleia Geral da ONU aprovou as regras mínimas da ONU para o tratamento da mulher presa e medidas não privativas de liberdade para as mulheres em conflito com a lei, chamadas Regras de Bangkok¹⁰. Este documento internacional chama a atenção para a necessidade de se olhar, de forma diferenciada, para as especificidades de género na situação de reclusão, quer no que respeita à execução das penas, quer no que respeita a opções por outras medidas alternativas não privativas de liberdade.

De acordo com o anteriormente referido Relatório da *The Law Library* (pp. 3 e 4), nas Regras de Bangkok o princípio de ter em vista o melhor interesse da criança deve ser usado como a base para a decisão de permitir que as crianças permaneçam com as suas mães em reclusão. Estando igualmente previstos princípios como: a mulher presa com filhos na prisão deve ter o máximo de oportunidades possíveis para passar tempo com seus filhos, o ambiente para a educação das crianças deve ser o mais semelhante possível ao ambiente fora da prisão e ainda os técnicos que atendem esta população devem ter formação adequada para que possam responder apropriadamente quando necessário.

Apresentamos de seguida as principais regras relativas aos filhos das reclusas de acordo com as Regras de Bangkok (tradução nossa):

Regra 2.2. Antes ou durante a admissão, as mulheres principais cuidadoras das crianças devem ser autorizadas a tomar providências para essas crianças, incluindo a possibilidade de uma suspensão razoável da detenção, tendo em consideração o melhor interesse das crianças.

Regra 3.2. Todas as informações relativas à identidade das crianças devem ser mantidas em sigilo e o uso dessa informação deve sempre cumprir o requisito tendo em consideração os melhores interesses das crianças.

¹⁰Conforme estabelecido nas próprias regras esta designação foi atribuída em reconhecimento ao papel que o governo da Tailândia teve na construção e aprovação das regras que esclarecem as necessidades das mulheres e dos seus filhos sendo projetadas para influenciar a mudança. Original disponível em: https://www.unodc.org/documents/justice-and-prison-reform/Bangkok_Rules_ENG_22032015.pdf

Regra 4. As mulheres reclusas devem ser alocadas, na medida do possível, às prisões perto de seu lar, tendo em consideração as suas responsabilidades de cuidar, bem como a sua individualidade e a disponibilidade de programas e serviços apropriados.

Regra 21. Os técnicos da prisão devem demonstrar competência, profissionalismo e sensibilidade e preservar o respeito e a dignidade ao procurar as crianças na prisão com a mãe e as crianças que visitam as reclusas.

Regra 23. As sanções disciplinares para as mulheres reclusas não devem incluir uma proibição de contacto familiar, especialmente com crianças. Contacto com o mundo exterior e com as crianças.

Regra 26. O contacto das mulheres prisioneiras com suas famílias, incluindo os seus filhos, os cuidadores substitutos dos seus filhos e representantes legais deve ser encorajado e facilitado por todos os meios razoáveis. Sempre que possível, serão tomadas medidas para compensar as desvantagens enfrentadas pelas mulheres detidas em instituições localizadas longe de suas casas.

Regra 28. As visitas envolvendo crianças devem ter lugar num ambiente propício a uma experiência de visita positiva e deve permitir o contacto aberto entre mãe e filho.

Regra 33.1. Todos os funcionários designados para trabalhar com mulheres reclusas devem receber formação específica.

Regra 33.3. Onde as crianças podem permanecer com as mães na prisão, a conscientização sobre o desenvolvimento da criança e formação básica sobre os cuidados de saúde das crianças também deve ser fornecida, para que respondam adequadamente em caso de necessidade e emergência.

Regra 50. As mulheres reclusas cujos filhos estão presos com elas devem ter o máximo de oportunidades possíveis para passar tempo com os seus filhos.

Regra 51.1. As crianças que vivem com a sua mãe na prisão devem receber cuidados de saúde e o seu desenvolvimento deve ser acompanhado por especialistas, em colaboração com os serviços de saúde da comunidade.

Regra 51.2. O ambiente previsto para a educação dessas crianças deve ser o mais próximo possível de uma criança fora da prisão.

Regra 52.1. As decisões sobre quando uma criança deve ser separada da sua mãe devem basear-se em avaliações individuais e no interesse superior da criança no âmbito das leis nacionais relevantes.

Regra 52.2. A remoção da criança da prisão deve ser realizada com sensibilidade, apenas quando se encontre alternativa segura para a criança. No caso de reclusas estrangeiras deve articular-se com o consulado.

Regra 52.3. Depois da separação, as mulheres reclusas devem ter a oportunidade e facilidade para se encontrar com seus filhos, quando é do melhor interesse das crianças e quando a segurança pública não está comprometida.

A Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança diz que a criança, pela sua condição de imaturidade física e mental, necessita de cuidados especiais e de ser tratada de forma adequada antes e depois de nascer. Diz ainda que em todos os países do mundo há crianças que vivem em condições excepcionalmente difíceis e que essas crianças precisam de atenção especial. Defende assim uma série de preceitos destinados a proteger

os direitos das crianças, entre eles “a noção de que uma criança tem o direito de não ser discriminada com base no status dos pais ou atividades dos mesmos”; a necessidade de respeitar os melhores interesses da criança e a obrigação do Estado de garantir à criança o cuidado e a proteção de que necessita para que o seu desenvolvimento saudável não fique comprometido. Embora nenhuma destas disposições aborde especificamente a situação das mães que vivem em reclusão com os filhos, os princípios expostos são frequentemente citados como base para o tratamento das crianças que residem na prisão com os pais presos. (Relatório da The Law Library, *Laws on Children Residing With Parents in Prison*, 2014, p.2; tradução nossa).

O mesmo Relatório (p.5) refere que a Recomendação da Assembleia Parlamentar de 2000 do Conselho da Europa toma nota dos efeitos adversos do aprisionamento de mães com bebês e ou crianças pequenas e faz algumas recomendações que visam minimizar estes efeitos:

“Que os Estados membros só usem a custódia de mulheres grávidas e mães de crianças pequenas “como último recurso”; os bebês podem permanecer na prisão com um dos pais somente quando é no melhor interesse dos lactentes em questão. Eles não serão tratados como prisioneiros; nos casos em que tais crianças são autorizadas a permanecer na prisão, deve garantir-se condições especiais, um berçário, composto por pessoas qualificadas, onde os bebês devem ser colocados quando a mãe está envolvida em atividades onde o bebê não pode estar presente; Acomodação especial deve ser reservada para proteger o bem-estar destes bebês e ou crianças pequenas”. (The Law Library, 2014, p.5, tradução nossa)

No mesmo Relatório (p.6) faz-se referência à Carta dos Direitos Fundamentais, que é igualmente vinculativa a todos os Estados-Membro da UE e contém uma disposição geral sobre os direitos da criança:

“O artigo 24º da Carta dos Direitos Fundamentais estabelece que (1) as opiniões das crianças devem ser tidas em conta sobre as questões que lhes dizem respeito, de acordo com a sua idade e maturidade; (2) quando autoridades públicas ou instituições privadas tomem medidas que afetem as crianças, elas devem ter em conta os melhores interesses da criança; e (3) toda a criança deve ter o direito de manter, regularmente, um relacionamento pessoal e contato direto com ambos os pais, desde que isso esteja no melhor interesse da criança.” (The Law Library, 2014, p.6, tradução nossa).

Como temos vindo a referir, visto as crianças poderem permanecer junto das mães no EP, poderão vir a ser afetadas pelo ambiente prisional, durante a pena da mãe, após saírem ou até mesmo antes da entrada na prisão. As opiniões acerca da permanência de uma criança junto da sua mãe enquanto esta cumpre pena como vimos anteriormente estão divididas, sendo que, por um lado se considera que um estabelecimento prisional com regras severas para reclusos não é o local apropriado para uma criança, e, por outro lado, se reflete sobre a importância da criança permanecer com a sua mãe (Robertson, 2012).

No contexto prisional ser uma família é diferente do que é geralmente considerado como sendo o quotidiano de uma família fora da prisão (Enroos, 2011, citado por

Guimarães, 2015, p.20).No entanto, algumas mulheres não têm outra hipótese senão ter consigo os seus filhos na prisão, ou por não existirem condições económicas, ou por falta de uma estrutura familiar que seja capaz de cuidar da criança, ou ainda por se oporem a que os seus filhos fiquem a cargo de uma instituição, receando que, mais tarde, não as reconheçam como mães.

Segundo Cunha (1989, citado por Serra e Pires, 2004, p.414) a gestão da relação mãe-criança está submetida à lógica e regras intrínsecas à dinâmica prisional, podendo condicionar o planeamento da mãe nos cuidados a prestar à criança, o que pode influenciar a qualidade das interações entre ambas. As guardas exercem também uma vigilância acrescida a estas reclusas, interferindo na sua rotina e no desempenho do seu papel maternal. O planeamento, por parte da mãe, dos cuidados a prestar à criança é muito importante para a mãe obter uma relação de qualidade com o seu filho e pelo que acabamos de expor a dinâmica interna dos estabelecimentos prisionais pode não permitir esse adequado planeamento. Segundo Robertson (2012) o papel parental é muito mais do que a obrigação dos pais em criar a criança, envolvendo assim uma série de responsabilidades que passam por nutrir e apoiar, estimular e criar a criança. O dever de proteger é igualmente importante pois sentindo-se protegida pelos pais a criança ganha um sentimento de segurança interior, sem o qual o seu desenvolvimento psicológico, emocional e a sua socialização poderão ser comprometidos.

Segundo Rutter (1989) e Pires (1990), citados por Castanho (2015, p. 4) o conceito de comportamento parental surge relacionado com os cuidados prestados à criança, a fim de proporcionar um ambiente adequado ao seu desenvolvimento cognitivo e social, responder às suas solicitações, ao seu desconforto e aos seus comportamentos disruptivos, de forma a resolver os conflitos e as dificuldades interpessoais. Neste sentido, é extremamente importante que os pais tenham a capacidade de responder de maneira adequada às solicitações da criança, pois é desta sensibilidade dos pais que irá depender o desenvolvimento equilibrado e harmonioso da criança.

“Quando as circunstâncias em que a família se insere e o modo de vida que geram afectam as relações de confiança e segurança emocional entre os membros da família (...) quando o tempo dedicado à criança significa limitações na realização pessoal e profissional, sentimentos de culpabilidade, quando não existem condições que permitam levar a cabo condignamente o trabalho de educar uma criança... O desenvolvimento e bem-estar da criança são afectados”. (Portugal, 2008. p.29)

A capacidade de resiliência leva a que algumas crianças lidem melhor com a situação de reclusão do que outras. A resiliência pode assim, ser vista como um processo afetado pela personalidade, fatores biológicos e ambientais, ou pela interação entre os três, sendo que ao ambiente em que a criança se desenvolve se atribui particular significado. “Por outro lado, as mães poderão também estabelecer relações demasiado fusionais e de

grande dependência e ao terem de se separar dos filhos, vivenciam-no de forma muito dramática (Rufo, Pioli & Pons, 1994, citados por Castanho 2015, p.9). Dormoy (1992, p. 1) já fazia referência a este tipo de relação; em França, país de referência no estudo do autor, inicialmente a criança podia permanecer com a mãe em reclusão até aos 4 anos de idade mas este limite de idade veio a ser alterado para os 18 meses uma vez que se revelaram graves problemas aquando da separação mãe/bebé quando o número de anos da pena a cumprir ultrapassava a idade em que a criança podia permanecer com a mãe. Estes problemas, de acordo com o autor, resultavam em muito das relações fortes e de dependência que mães e crianças estabeleciam.

A Teoria da Vinculação, referente à ligação afetiva íntima e próxima com dependência mútua, defende que uma ligação emocional forte a um cuidador primário é crítica para o desenvolvimento social e emocional saudável da criança. Segundo Afonso (2005, p.38)

“A Teoria de Vinculação foi, ao longo de duas décadas enriquecida por Bowlby e posteriormente por outros investigadores que, considerando a vinculação um sistema primário específico, presente a partir do nascimento e com características específicas da espécie, procuraram compreender o fenómeno pelo qual o bebé e a mãe ou mãe substituta estabelecem entre si laços seletivos e privilegiados.”

Bowlby (1984, citado por Henrique, 2012, p.9) refere-se à existência de um comportamento de apego, assumindo que este surge sempre que existam “dados suficientes de que a criança não só reconhece a mãe, mas também tende a comportar-se de modo a obter a proximidade com ela”.

Um dos objetivos primários de um bebé é o de procurar a presença de uma figura de ligação, normalmente a mãe. Se esta procura for acalmada ou sossegada por uma mãe responsiva onde predomine a confiança e segurança, tornam-se possíveis comportamentos como a exploração do ambiente e a criança será capaz de tolerar a separação da figura maternal.

“Desta forma outras pessoas e ambientes poderão ser explorados e, à medida que o desenvolvimento afetivo e cognitivo ocorre, tornar-se-á possível transferir e generalizar o sistema construído precocemente de tal modo que as experiências futuras podem ser encaradas com segurança e confiança”. (Portugal, 1998, p. 41)

De acordo com Bowlby vinculação refere-se a todo o comportamento que permite ao bebé estabelecer e manter a proximidade ou contacto com a mãe, tratando-se de um fenómeno vital para o bebé, como a respiração ou a satisfação de necessidades alimentares. Bowlby (2006, p. 4) refere que é “esta relação complexa, rica e compensadora com a mãe nos primeiros anos de vida e enriquecida com as demais figuras e contextos sociais da criança que está na base do desenvolvimento da sua personalidade e saúde

mental”. Segundo o mesmo autor, as crianças até aos 3 anos têm uma absoluta necessidade dos cuidados contínuos da sua mãe (p. 8); o autor afirma que “vários são os estudos que dão conta que quando as crianças são privadas dos cuidados maternos, apresentam um atraso no seu desenvolvimento, fisicamente, intelectualmente e socialmente” (p. 12).

Henrique (2012, p.11) refere que vários são os autores e estudos concordantes que acentuam os três primeiros anos de vida como sendo os primordiais no desenvolvimento da criança. Bowlby (1984, citado por Henrique, 2011, pp. 11 e 12) considera que após completar três anos, a criança já aceita com maior facilidade a ausência da figura materna, “torna-se cada vez mais apta, num lugar estranho, e sentir-se segura com as figuras subordinadas de apego”; contudo, ainda assim, “o comportamento de apego não deixa de ser uma parte importante do comportamento”, sendo que “durante todo o período de latência, continua sendo um traço dominante na vida de uma criança.

Quando se vive a maternidade em contexto prisional, importa lembrar, estas crianças crescem num ambiente exclusivamente feminino, sem a presença de uma figura masculina significativa, e tanto a presença materna como a presença paterna são fundamentais para o desenvolvimento da criança (Malpique, 1990).

Segundo Belsky (1984 citado por Portugal, 1998 p. 128), o Comportamento Parental pode ser influenciado por vários fatores relacionados com as características dos pais, da criança ou do meio envolvente. As características dos pais podem influenciar o comportamento parental, no sentido em que as mesmas podem contribuir ou não para um adequado desenvolvimento cognitivo e sócio emocional da criança. “Assim, a história de desenvolvimento dos seus pais, as relações conjugais, as redes sociais afetam o bem-estar psicológico dos pais e por conseguinte o seu comportamento parental e em consequência o bem-estar e desenvolvimento da criança”.

“A interação entre pais e filhos é então influenciada por uma multiplicidade de fatores sobrepostos, o grau de intensidade e o conteúdo destas relações entre os pais e os seus contextos sociais influenciam as suas percepções, recursos e comportamentos que, por sua vez, influenciam o desenvolvimento das crianças”. Spodek, (2010, p.762).

Como afirma Lamb (1997, p.81) a qualidade da prestação de cuidados apresenta-se como crucial, o desenvolvimento da maior parte das crianças é afetado pela qualidade dos cuidados recebidos.

As crianças, nos seus processos de desenvolvimento, vão adquirindo competências que se vão complexificando ao longo do tempo; esse processo é influenciado pelas condições e pelos modos como são satisfeitas as suas necessidades fundamentais. As

respostas a essas necessidades alteram-se em função da etapa evolutiva e das circunstâncias em que a criança se encontre (Montano, s.d.¹¹).

As necessidades humanas podem ser classificadas de acordo com diferentes critérios. Em Montano (s.d., p. 28-30) são apresentadas três categorias de necessidades por referência às crianças:

1. “As necessidades de carácter físico-biológico, que garantem a subsistência e um desenvolvimento físico saudável, nelas se incluindo saúde, alimentação, vestuário, higiene, sono, actividade física, e protecção de riscos reais. As crianças precisam da supervisão e cuidado de um adulto para satisfação destas necessidades, sendo, usualmente os pais os responsáveis por vigiar e proporcionar e responder a esta categoria de necessidades.
2. As necessidades cognitivas, que incluem a estimulação sensorial e física e a compreensão da realidade. Para o desenvolvimento adequado das crianças, estas necessidades devem ser satisfeitas através de processos cognitivos básicos, como a atenção e a concentração, a memória, o raciocínio, as capacidades linguísticas e o desenvolvimento psicomotor.
3. As necessidades sociais e emocionais, relativas ao desenvolvimento afetivo, adequado e adaptado às circunstâncias do meio envolvente, sendo elementos necessários à aquisição de estratégias de expressão de sentimentos e de interacção com os outros. “Nesta categoria inclui-se a necessidade de se sentir amado, protegido, apoiado, aceite e motivado, de estabelecer relações de confiança tanto com os cuidadores principais, como com os seus pares” (Montano, s.d., p. 30).

A vulnerabilidade das crianças em relação à satisfação destas necessidades coloca-as, muitas vezes, em situação de risco ou de perigo.

A importância dada às crianças em perigo traduz-se na elaboração de leis para as proteger, Lei nº 147/99 de 1 de setembro: Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP). De acordo com a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das Crianças e Jovens (CNPDPJC) o conceito de risco difere do de perigo:

“As situações de risco implicam um perigo potencial para a concretização dos direitos da criança (e.g.: as situações de pobreza), embora não atingindo o elevado grau de probabilidade de ocorrência que o conceito legal de perigo encerra. A manutenção ou a agudização dos factores de risco poderão, em determinadas circunstâncias, conduzir a situações de perigo, na ausência de factores de protecção ou compensatórios. Nem todas as situações de perigo decorrem, necessariamente, de uma situação de risco prévia, podendo instalar-se perante uma situação de crise aguda (e.g.: morte, divórcio, separação). É esta diferenciação entre situações de risco e de perigo que determina os vários níveis de responsabilidade e legitimidade na intervenção, no nosso Sistema de Promoção e Protecção da Infância e Juventude”. (Em Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Protecção das crianças e Jovens)

¹¹ “Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças. Guia de Orientações para os Profissionais da Educação na Abordagem de Situações de Maus Tratos ou Outras Situações de Perigo”, que corresponde à adaptação à realidade jurídica, cultural e social portuguesa, em matéria de protecção às crianças, do manual “El papel del Ámbito Social en el abordaje de Situaciones de Desprotección Infantil” elaborado pela Generalitat Valenciana, Consejería de Bienestar Social. Esta adaptação foi levada a cabo por um Grupo Técnico-Consultor constituído por diversas instituições, no âmbito de um protocolo entre a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, o Instituto de Segurança Social, I.P. (ISS), e a Generalitat Valenciana, Consejería de Bienestar Social (GVCBS). A publicação foi coordenada por Teresa Montano.

A criança que vive em reclusão com a mãe é considerada criança em risco. Quando nos referimos à criança em situação de risco, temos de definir o que se entende por “riscos” para a criança. De acordo com a Lei nº 147/99 de 1 de setembro, são considerados três tipos de riscos:

“os inerentes à própria criança, com os problemas físicos e mentais com que algumas delas nascem; os riscos inerentes aos pais, de que são exemplos os casos de pais e mães vítimas de alcoolismo e toxicodependência, fatores que se tornam determinantes no acompanhamento que fazem do crescimento dos filhos e na forma como eles se relacionam; os riscos inerentes à própria família, que passam muitas vezes por relações instáveis, problemas financeiros e outras disfuncionalidades que são, também elas determinantes. Por último, o mal-estar social, traduzido nas situações de miséria, discriminação, exclusão, prostituição e outros que, efetivamente, afetam a criança.”

Ainda de acordo com a mesma Lei (Cap.I, artº.3)

“Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações: a) Está abandonada ou vive entregue a si própria; b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais; c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal; d) Está aos cuidados de terceiros, durante período de tempo em que se observou o estabelecimento com estes de forte relação de vinculação e em simultâneo com o não exercício pelos pais das suas funções parentais; e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional. Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.”

A tomada de decisão por parte das reclusas acerca da permanência das crianças no interior ou exterior da prisão é descrita por Robertson (2012) como sendo uma decisão difícil, havendo a necessidade de ponderar as vantagens e/ou desvantagens desta e nunca esquecendo o superior interesse da criança.

Como vimos anteriormente, se por um lado Cunha (1994) descreveu o ambiente prisional como um contexto agressivo, conflituoso, agitado, demasiado barulhento, que se diria não adequado a uma criança, Bowlby e outros estudiosos defendem que a separação entre a mãe e a criança que ocorre antes dos 3 anos de idade pode comprometer o desenvolvimento da personalidade e da saúde mental da criança (Bowlby 2006, p. 70). O mesmo autor também afirma que mesmo que as condições em que se desenvolve não sejam as melhores as crianças desenvolvem-se melhor em maus lares do que em boas instituições, por saber que têm valor para alguém e que esse alguém se empenhará em cuidar dela. Robertson (2012) evidencia a importância de manter o vínculo mãe-criança, mesmo sabendo das consequências negativas inerentes ao ambiente prisional. A permanência da criança na prisão permite não só a construção do vínculo materno, não se privando a criança da figura materna, como a mãe vê a sua reclusão atenuada centrando-se nos cuidados que presta ao filho diariamente.

Não encontramos na revisão da literatura um consenso no que respeita aos benefícios ou prejuízos da permanência das crianças na prisão. De acordo com Robertson (2007) a prisão não é um local adequado para dar suporte às crianças nos primeiros meses de vida. Não só pelo ambiente agitado e conflituoso que caracteriza estas instituições, mas também porque ficam limitadas à vida intramuros, pouco estimulante, que como sabemos poderá ser prejudicial para o seu desenvolvimento e formação, tendo de ser providenciados uma série de cuidados e serviços que amenizem este impacto. Em Portugal, quando a criança dá entrada no EP considera-se a situação de risco, tendo de ser informados diversos serviços, ficando se ainda não estiver, referenciada nos serviços competentes que atendem crianças em situação de risco e perigo. Aquando da entrada de um menor no EPT,

“é da competência dos STP solicitar informação sobre a existência de Processo de Promoção e Proteção junto da CPCJ da área de residência e informar tal entidade, bem como a CPCJ de Cascais e Tribunal de Família e Menores de Cascais da permanência do menor junto da progenitora.”(Artigo 5º alínea 6, do Regulamento Interno do Estabelecimento Prisional de Tires).

4. A Creche, os Técnicos de Educação e o Ambiente Educativo

Como referimos, as experiências das crianças nos seus primeiros anos de vida estão intimamente relacionadas com a qualidade dos cuidados que lhes são prestados e essas experiências podem ter um verdadeiro impacto no seu desenvolvimento. O primeiro contexto institucional de desenvolvimento da criação é a Creche, que em contexto prisional corresponde a uma oferta que se pretende equivalente ao que se passa no mundo exterior. Importa que este espaço se caracterize por um ambiente acolhedor e dinamizador de aprendizagens, onde a criança se possa desenvolver de forma global, adequada e harmoniosa.

Para que esse desenvolvimento ocorra, é importante que as crianças se encontrem num local onde possam ser amadas e sentir-se seguras (Manual de Processos Chave - Creche 2005 p.2). Segundo a mesma fonte é igualmente importante que tenham “oportunidades para brincar, desenvolver-se e aprender num ambiente seguro e protetor, só assim será possível desenvolverem a sua autoestima, autoconfiança e capacidade de se tornar independentes face aos desafios futuros com que serão confrontadas ao longo do seu desenvolvimento”.

A Educação Infantil é a primeira etapa da Educação Básica. A Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 49/2005, de 30 de agosto, secção I artigo 5º) apresenta como objetivos da Educação pré-escolar:

- a) estimular as capacidades de cada criança e favorecer a sua formação e desenvolvimento equilibrado de todas as suas potencialidades; b) contribuir para a estabilidade e segurança afectivas das crianças; c) favorecer a observação e a compreensão do meio natural e humano para melhor integração e participação da criança; d) desenvolver a formação moral da criança e o sentido da responsabilidade, associado ao da liberdade; e) fomentar a integração em grupos sociais diversos, complementares da família, tendo em vista o desenvolvimento da sociabilidade; f) desenvolver as capacidades de expressão e comunicação da criança assim como a imaginação criativa, estimular a atividade lúdica; g) inculcar hábitos de higiene e de defesa da saúde pessoal e coletiva; h) proceder à despistagem de inadaptações, deficiências ou precocidades e promover a melhor orientação e encaminhamento da criança.

De acordo com o Manual de Processos Chave - Creche do Instituto de Segurança Social, 2005,p.1) a preocupação com os primeiros anos de vida da criança e com a qualidade dos contextos em que se enquadra, está patente em diferentes sociedades, reconhecendo-se assim a importância desta fase do desenvolvimento.

“Bebés e crianças muito pequenas necessitam que lhes seja dado o espaço, tempo e apoio que lhes permita realizar o seu próprio desenvolvimento. Todas as crianças são diferentes e utilizam um conjunto de capacidades para se apropriarem do mundo que as rodeia, sendo nos três primeiros anos de vida que uma criança vai aprender as principais regras de relacionamento com os outros, a andar, a falar e a resolver problemas.”

Portugal, (s/d) p.47) refere,

“É então num contexto relacional que o desenvolvimento das crianças muito pequenas ocorre. “Durante as últimas décadas, os conhecimentos em torno da importância das experiências precoces das crianças cresceram imenso. Aprendemos, sobretudo a valorizar o papel das relações interpessoais em todos os aspetos do desenvolvimento da primeira infância, bem como a qualidade dos espaços onde as relações e todas as experiências acontecem.”

Aos Técnicos de Educação pede-se uma intervenção de qualidade que deve ter em consideração o superior interesse da criança, sendo muito importante envolver a família, estabelecendo uma relação de proximidade com a mesma. Segundo o Manual de Processo Chave – Creche,p. 38) o relacionamento e o respeito que os educadores mantêm e demonstram para com a família e a sua criança são de extrema importância para que as crianças se sintam seguras na continuidade nos cuidados que lhe são prestados entre o ambiente de casa e o ambiente de Creche, facilitando esta transição de contextos (casa – Creche).

“Todas as crianças necessitam igualmente de se sentir incluídas, este sentimento é possível de ser construído através do respeito mútuo e através de relações afetivas calorosas e recíprocas entre a criança e o adulto responsável por ela. O Técnico de Educação deve assim, compreender a forma como as crianças aprendem, promovendo um ambiente que facilite a brincadeira, a interação, a exploração, a criatividade e a resolução de problemas por parte das crianças, levando-as desta forma a desenvolver o máximo das suas competências e capacidades”.

De acordo com a mesma fonte (Manual de Processos Chave- Creche, 2005, p.2) isto implica:

“Pensar a criança como um aprendiz efetivo e ativo, que gosta de aprender; criar um ambiente flexível que possa ser adaptado imediatamente aos interesses e necessidades de cada criança, promovendo o acesso a um leque de oportunidades de escolhas e que lhe permita crescer confiante e com iniciativa; estabelecer relações que encorajem a criança a participar de forma ativa. Crianças muito novas aprendem melhor através de aprendizagens ativas em que se encontrem envolvidas e que possuam significado para elas, pelo que a brincar será o melhor contexto em que estas crianças aprenderão; Procurar conhecer o grupo de crianças pelo qual se encontra responsável, aprendendo a observar o seu comportamento e interações; Estabelecer uma rotina diária consistente que reforce e valorize as continuidades; Dinamizar oportunidades para que a criança possa comunicar os seus sentimentos e pensamentos; Dispor de adultos que estão interessados e envolvidos na prestação dos cuidados à criança.”

Torna-se fundamental que este educador reflita cuidadosamente sobre as experiências que vai proporcionar às crianças, pois é através destas experiências que a criança se irá desenvolver e são essas mesmas experiências que as vão formar. Segundo Craveiro e Ferreira (2007, citados por Santos, 2015, p.10), todo o trabalho que um educador tem com a criança é um “esforço contínuo de conquista, pois esta vivência no aqui e agora das crianças pequenas moldará o seu futuro de adultos. Ao longo da prática educativa, é fundamental que o educador faça, continuamente, uma análise e reflexão cuidada sobre a sua acção”.

Para Portugal (1998, p. 198),

“O educador deve ser alguém que permite o desenvolvimento de relações de confiança e de prazer através de atenção, gestos, palavras e atitudes. Deve ser alguém que estabeleça limites claros e seguros que permitam à criança sentir-se protegida de decisões e escolhas para as quais ainda não tem suficiente maturidade, mas que ao mesmo tempo permitam o desenvolvimento da autonomia e autoconfiança. Deve ser alguém verbalmente estimulante, com capacidade de empatia e de responsividade, promovendo a linguagem da criança, através das interações recíprocas e o seu desenvolvimento sócio emocional”.

Pelo que temos vindo a referir, o educador deverá estar bastante atento ao grupo, proporcionando-lhe e envolvendo-o em atividades estimulantes que os levem a experienciar e descobrir o que o rodeia, tendo em conta os seus interesses, capacidades e necessidades. Num contexto educativo onde se atende crianças muito pequenas, como a Creche, os aspetos fundamentais de qualidade dos cuidados a prestar à criança, centralizam-se não só na qualidade do ambiente educativo, como na qualidade das relações entre os adultos e as crianças. De acordo com Katz (1995, citada por Portugal, 1998, p. 196) “o ambiente só pode ser bom para a criança se também for bom para o adulto que trabalha com ela, isto é, os adultos tratam as crianças do mesmo modo que são tratados.”

A qualidade do ambiente educativo tem inerentes fatores como uma boa organização do espaço físico, dos materiais e também a atividade quotidiana das rotinas. Para Portugal (1995, p. 178):

“Os espaços devem reflectir ritmos de desenvolvimento individual e o largo espectro de interesses e capacidades que provavelmente surgirão em qualquer grupo de crianças...na mesma sala é desejável que hajam atividades para bebés capazes de se sentarem, bebés que já andam, bebés que gostam de livros e bebés que gostam de estruturas de trepar...”

Desta forma, torna-se imprescindível um espaço seguro e saudável, sem que se torne demasiado protetor impedindo a criança de explorar o que a rodeia. Segundo a mesma autora (1998, p.204) além dos fatores que influenciam a qualidade do contexto educativo como a “segurança, saúde, desenvolvimento e aprendizagem, que incluem aspetos como espaços, equipamentos, brinquedos e materiais, o ambiente da Creche não é definitivo, planejar, arranjar, avaliar é um processo contínuo na busca da qualidade e daquilo que melhor se adequa às crianças em questão”.

Para Afonso (2005, p. 96),

“A criança em contexto prisional, pelo fato de se encontrar num ambiente fechado e limitado junto da mãe, que se encontra fragilizada e muitas vezes angustiada pela sua situação de detida, desenvolve também sentimentos de insegurança e também de angústia. Esta vulnerabilidade poderá ser minimizada se a criança beneficiar da Creche onde ocorrem interações de elevada qualidade, não só com o adulto, como também com as outras crianças”.

É da harmonia e sintonia de todos estes elementos (contexto educativo, ambiente educativo e técnicos de educação), que estão na base da educação das crianças, que irá depender alcançar ou não a confiança e segurança de que necessitam para se desenvolverem de forma global e adequada.

Capítulo II – Enquadramento Metodológico

No presente capítulo serão abordadas as questões metodológicas, explicitado o processo de desenvolvimento da investigação, constando ainda a caracterização do contexto e dos intervenientes na mesma. Começamos por recuperar os objetivos, de forma a justificar a opção metodológica assim como as técnicas e instrumentos utilizados para a recolha de informação.

1. Opções metodológicas e técnicas

A investigação levada a cabo no Estabelecimento Prisional de Tires que decorreu entre os meses de abril e julho do ano de 2017, intitulada, “Crianças em reclusão com as mães. Quotidiano Social e Educativo no Estabelecimento Prisional de Tires”, teve como principal objetivo conhecer e descrever o quotidiano das crianças que vivem em reclusão com as mães, identificando a existência e qualidade das respostas sociais e educativas que lhes são dadas, tendo em conta a dinâmica rígida e todas as limitações que caracterizam as instituições prisionais. O objetivo final desta investigação será o de podermos contribuir enquanto Educadores Sociais para o enriquecimento deste quotidiano, uma questão que é do interesse de toda a sociedade – o Bem-Estar das crianças que vivem em reclusão com as mães.

Inserimos o presente estudo no âmbito da Educação Social uma vez que concebe o indivíduo como membro de uma sociedade onde participa e transforma a realidade social, isto implica um compromisso com a ação, planeamento teórico e metodologias próprias. Por sua vez, a mediação socioeducativa revela-se uma estratégia promotora da participação, do reforço dos laços sociais, do desenvolvimento de relações humanas construtivas e transformadoras. Segundo Carvalho e Baptista (2004, p. 72)

“a mediação deve ir para lá da prevenção ou da resolução negociada de problemas e conflitos. Mais do que minorar tensões existentes entre indivíduos ou grupos, trata-se de promover relações interpessoais positivas, impulsionadoras de atividade, criatividade e de solidariedade, de humanidade, ajudando os indivíduos a alterar a condição em que se encontram.”

De acordo com Carvalho e Baptista (2004, p. 11) “a educação social é a expressão da responsabilização da sociedade diante dos problemas humanos que a percorrem e ela não os pode erradicar.”

Gostaríamos de salientar que pelas limitações decorrentes de um trabalho desta natureza, quer no que respeita à sua dimensão, quer no que respeita às balizas temporais que enquadram a investigação, não é possível desenvolver uma análise muito exaustiva.

Este trabalho situa-se, por isso, numa lógica exploratória e não de aprofundamento, mas cremos que poderá, ainda assim, trazer informação pertinente sobre uma temática relativamente à qual a produção científica em Portugal não é, ainda, muito vasta particularmente no domínio da Educação Social.

Da pesquisa de documentos científicos elaborada, nomeadamente artigos e outras dissertações, pudemos verificar que existe uma enorme coincidência nos autores citados e referidos, facto que ocorre igualmente nesta dissertação embora tenhamos tido o cuidado de procurar também outras fontes oficiais, nomeadamente produção enquadradora na definição de políticas públicas no quadro da União Europeia e de outros organismos internacionais. Ainda assim, o nosso trabalho terá, necessariamente, como autores centrais grande parte dos mesmos que podem ser encontrados noutros trabalhos de natureza semelhante ao nosso.

Ultrapassado este primeiro constrangimento das fontes documentais enquadradoras, importa explicitar as opções metodológicas e técnicas e os procedimentos que das mesmas decorrem.

Uma vez que procurávamos conhecer e descrever o quotidiano das crianças que vivem no EPT, considerámos que seria mais pertinente optar por uma abordagem qualitativa.

A investigação qualitativa tem como principal objetivo desenvolver uma compreensão de como o mundo é construído, reflexão que pode ser realizada sob diferentes perspetivas. Guerra (2006, p. 11) “...designa uma série de técnicas interpretativas que têm por fim descrever, traduzir, decodificar certos fenómenos sociais que se produzem mais ou menos naturalmente.” A autora continua afirmando que se trata de um quadro de análise de processos e de dinâmicas, pretendendo-se não apenas a mera descrição da realidade, mas também a interpretação do sentido das dinâmicas sociais (p. 39). Segundo Minayo (2010, p. 22), a “pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivações, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenómenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variável”. De acordo com Serrano (1994) os métodos qualitativos proporcionam um maior nível de compreensão da realidade social, dos motivos e das crenças que estão por detrás das opções escolhidas pelos sujeitos. Pode dizer-se, assim, que o trabalho de pesquisa decorre mais centrado nos processos do que nos resultados.

Esta investigação, por circunscrever-se ao estudo de um grupo específico de mulheres e crianças, em reclusão num determinado Estabelecimento Prisional, configura um estudo de caso. Não se pretendendo, assim, dar contornos de uma realidade em toda a sua globalidade, mas produzir informação pertinente que contribua para a compreensão, sob

vários ângulos, daquela realidade em concreto e do quotidiano específico da população restrita alvo da investigação. Os Estudos de Caso inserem-se nas metodologias qualitativas (segundo como tal um raciocínio indutivo) e são definidos como o método onde “se examina o “caso” (ou um pequeno número de “casos”) em detalhe, em profundidade, no seu contexto natural, reconhecendo-se a sua complexidade” (Vilela, 2009; Yin, 1994; Punch, 1998 e Gomez, Flores e Jimenez, 1996, citado por Coutinho & Chaves, 2002, p. 223), podendo recorrer-se às diferentes técnicas de recolha de informação que se revelarem apropriadas.

Na presente investigação, a informação foi recolhida recorrendo a três modalidades que se complementam: exploração e revisão teórica sobre o tema, como referido anteriormente, realização de entrevistas e desenvolvimento de observação direta e participante no local, observando, mas também participando, nalgumas das suas rotinas diárias – salvaguardando-se que, dada a natureza do contexto, esta participação, inevitavelmente, foi sujeita a algumas limitações.

Em novembro de 2016, estabelecemos os primeiros contactos com a Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, solicitando a autorização para a realização do estudo no Estabelecimento Prisional de Tires (Anexo V, p. 116). A escolha deste Estabelecimento Prisional deve-se ao facto de permitir a permanência das crianças com as mães e ter uma Creche enquanto resposta educativa para as mesmas.

Após o recebimento da necessária autorização (Anexo VI, p. 117), em janeiro de 2017, fizemos a nossa primeira visita ao EPT, onde a Técnica de Educação de Serviços Penitenciários, Dra. Maria João Figueiredo, atenciosamente nos recebeu e levou a conhecer os locais onde viria a decorrer o trabalho de campo: Pavilhão – Casa das Mães e Creche do EPT. Logo nesta primeira visita, tivemos a oportunidade de efetuar um primeiro contacto com crianças e mães, dando a conhecer os objetivos da investigação às mães, que se mostraram muito recetivas e disponíveis para colaborar.

Apesar de os Estabelecimentos Prisionais seguirem regras e desenvolverem dinâmicas rígidas, ao longo da investigação no terreno não sentimos impedimentos à realização do nosso trabalho, uma vez que a partir do momento em que obtivemos a autorização para a sua realização, nos foi permitido o acesso livre aos espaços concretos das rotinas diárias que pretendíamos observar, tendo a disponibilidade e atenção de todos (Técnicos, Educadoras, Guardas e Reclusas) facilitado em grande medida a investigação.

No que respeita ao desenvolvimento de Observação Direta e Participante, esta modalidade de recolha de informação revelou-se central no nosso trabalho, tendo sido extremamente enriquecedora, permitindo obter informações e perceções dos aspetos da realidade, como as rotinas da Casa das Mães, rotinas da Creche, o quotidiano, a forma como se organizam/ocupam o tempo e a forma como se relacionam com os filhos em

ambiente de reclusão, assim como as relações interpessoais de modo geral, que de outra forma dificilmente teria sido possível captar. Alguns destes aspetos foram posteriormente aprofundados com a realização de entrevistas. Para Correia (2009, p. 33), na “observação participante o observador permanece no seio do grupo que estuda, observa de modo espontâneo, como espectador, embora mobilizando a informação na condução do seu olhar”.

De acordo com Quivy e Compenhout (2005, p. 158) o campo de análise deve ser claramente circunscrito, incidindo a observação sobre todos os indicadores pertinentes sobre a realidade a estudar. Para os mesmos autores, “os métodos de observação direta, constituem os únicos métodos de investigação social que captam os comportamentos no momento em que se produzem e em si mesmos”.

Entre os meses de abril e julho de 2017, frequentamos com regularidade o EPT, percebendo desde o início que existia uma grande disponibilidade para momentos de conversas informais, das quais saíam informações igualmente ricas para a investigação. A relação com as educadoras, com as mães e com as crianças intensificou-se e acreditamos que tenha sido um fator fundamental para a confiança que se gerou e refletiu durante o período em que decorreu a investigação, em todos os momentos em que estivemos presentes, assim como nas entrevistas realizadas.

Ainda que, à data da pesquisa, se encontrassem em reclusão com as mães um total de 25 crianças integraram a amostra desta investigação apenas as 19 crianças que frequentavam a Creche, bem como as respetivas mães. As restantes 6 crianças eram bebés com menos de seis meses de idade relativamente aos quais não existe nenhuma intervenção específica por parte do EPT, ficando ao cuidado das suas progenitoras diariamente no Pavilhão Casa das Mães e, embora não seja de desconsiderar a necessidade de promover a capacitação de competências das reclusas com bebés, o nosso objetivo centrava-se na identificação e compreensão das respostas socioeducativas existentes neste estabelecimento prisional; sendo que estas respostas abrangem apenas as crianças com idade superior aos seis meses as restantes não integram a população observada neste trabalho.

Durante 4 meses, usualmente uma vez por semana (quase sempre à 5ª feira) ou duas vezes por semana sempre que tínhamos disponibilidade, passávamos o dia na Creche com as 19 crianças que fazem parte do universo desta investigação. A sala da televisão era o ponto de partida para a rotina diária, onde integrávamos a equipa que atende estas crianças na Creche do EPT (educadoras e auxiliares) dando apoio às rotinas ao longo do dia. A nossa relação com as crianças foi ao longo do tempo sendo fortalecida pela continuidade da nossa presença, pela disponibilidade e apoio que tentamos sempre ter,

quer através de muita brincadeira e afeto, assim como nos cuidados que prestávamos nos momentos da refeição e higiene, pelo tempo em que partilhámos brincadeiras no recreio, a empurrar triciclos, a jogar à bola, correr e jogar às escondidas ou a contar histórias dentro das salas.

Tivemos igualmente a oportunidade de acompanhar as crianças na curta viagem de cerca de 200 metros que separam a Creche da Casa das Mães, nos dias em que continuávamos a observação posteriormente neste pavilhão. O ambiente observado na Casa das Mães era bastante diferente do ambiente da Creche onde as mães são bastante mais permissivas e tudo parece ser possível fazer ou ser exigido pelas crianças, como teremos oportunidade de desenvolver na análise e tratamento de dados. A relação com as mães foi sendo estabelecida nos momentos em que estivemos presentes no Pavilhão Casa das Mães, através das conversas informais nos momentos que partilhamos nos corredores das alas aquando da observação realizada neste espaço. Relação esta que se intensificou no momento das entrevistas, que decorreram em gabinete fechado e que pela postura informal que priorizamos se revelou enquanto fator de aproximação e confiança com as reclusas.

Pelo que acabamos de expor, implicou proceder ao registo em diário de campo, onde, não só se registaram e descreveram as rotinas diárias, como acontecimentos observados eo registo de várias informações obtidas a partir das conversas informais estabelecidas com as Educadoras da Creche no momento privilegiado da hora de almoço ou do recreio e nas conversas estabelecidas com as mães reclusas aquando das visitas à Casa das Mães. Informação que se viria a revelar bastante reflexiva e rica, utilizada posteriormente para a discussão e tratamento dos dados.

Para obter informações e recolher dados que não seriam possíveis apenas através da observação direta/participante e da análise documental, realizaram-se entrevistas semiestruturadas às mães de todas as crianças que frequentavam a Creche no período no qual decorreu a investigação, tendo as entrevistadas assinado um Consentimento Informado (ANEXO VII, p. 119) na sequência de lhes terem sido explicados os objetivos do estudo.

As Entrevistas foram norteadas por um guião semiestruturado para que no decorrer das mesmas houvesse uma flexibilização que permitisse ter em conta a individualidade e experiência de cada uma das entrevistadas, no sentido de se poderem expressar livremente sobre as questões, introduzindo elementos que achassem importantes, possibilitando uma maior riqueza na recolha de informação.

Segundo Gil (2008) a entrevista é uma das técnicas mais usadas nas pesquisas sociais, apresentando flexibilidade e viabilidade para obter informações sobre o caso em estudo. É uma técnica na qual o pesquisador pode ficar “cara a cara” com o entrevistado

tendo por objetivo fazer-lhe perguntas e, a partir das respostas, conseguir material que sirva para responder às interrogações da sua investigação, nesse caso a mediação ocorre, principalmente pelo diálogo. Guerra (2006, p. 51) afirma que “o objeto da entrevista é apreender o sentido subjacente à vida social.” “Sendo que a questão mais importante é a clarificação dos objetivos e dimensões de análise que a entrevista comporta” (p. 55).

As entrevistas semiestruturadas foram autorizadas pela Técnica de Educação de Serviços Penitenciários, Dra. Maria João Figueiredo, que facultou uma lista com os nomes de todas as reclusas cujos filhos frequentavam a Creche e tiveram lugar na última semana do mês de junho de 2017. As entrevistas foram realizadas no pavilhão Casa das Mães, no gabinete da Dra. Maria João, individualmente e à porta fechada utilizando um gravador de voz mp3. O Guião construído (ANEXO VIII, p. 120) tinha por objetivo recolher dados específicos: como se adaptaram mães e crianças à vida no EPT, como é o quotidiano das crianças que vivem na casa das mães, como organizam as mães o quotidiano dos filhos que trouxeram consigo, como se desenvolvem estas crianças em contexto prisional, que respostas socioeducativas lhes são dadas, quais as principais dificuldades, constrangimentos e necessidades sentidas pelas mães em relação à reclusão e à permanência do/s seu/s filho/s na Casa das Mães do EPT e como perspetivam o futuro dos filhos. Assim como outros dados inerentes à sua caracterização sociodemográfica, idade, nacionalidade, estado civil, etnia, escolaridade, situação profissional aquando da detenção, informação jurídica (anos de pena já cumpridos, total da pena, situação jurídica respeitante ao regime e tipo de crime cometido) e dados referentes aos filhos (número e idade dos filhos).

As entrevistas realizadas às mães, cuja duração média foi de cerca de 60 minutos, foram gravadas e transcritas de forma integral exatamente como foram narradas, tendo-se respeitado as formas de falar das entrevistadas sem alteração ao texto que, nos excertos usados e citados, corresponde, assim, a um registo coloquial tal qual foi expresso pelas nossas interlocutoras.

Os nomes indicados na secção de análise de resultados são fictícios, de modo a garantir o anonimato quer das mães, quer das crianças. Lessard – Herbert e outros (1997, citados por Guerra, 2006, p. 52) “...assinalam a relação entre a validade de uma investigação e o respeito por princípios de ordem ética (...) informar correctamente os indivíduos dos objetivos da investigação e proteger as fontes.”

Tendo em conta o contexto no qual se desenvolveu a investigação, procuramos desde o início manter uma postura informal e de respeito, valorizando toda a informação em todos os momentos em que estivemos presentes.

Para a análise e tratamento da informação obtida procedeu-se a uma análise de conteúdo, procurando examinar as informações, enfatizando uma cadência de sentidos, da descrição à interpretação. Assim numa primeira fase, como referimos acima procedeu-se à transcrição das 16 entrevistas, registando os discursos tal qual como foram produzidos, numa segunda fase foram feitas várias leituras dos textos transcritos e na terceira fase procedeu-se ao agrupamento da informação em categorias e subcategorias. (As tabelas síntese da análise de conteúdo elaboradas encontram-se no ANEXO IX, p. 125).

Guerra (2006, p. 62) refere que a análise de conteúdo não é um método, mas sim uma técnica que utiliza o confronto entre um quadro de referência do investigador e o material empírico recolhido. A análise de conteúdo tem “uma visão descritiva que visa dar conta do que nos foi narrado e uma visão interpretativa que decorre das interrogações do analista face ao objeto de estudo.” A autora prossegue afirmando que todo o material recolhido que resulta de uma pesquisa qualitativa,

“é geralmente sujeito a uma análise de conteúdo, mas esta não constitui, no entanto, um procedimento neutro, decorrendo o seu acionamento e a sua forma de tratamento do material do enquadramento paradigmático de referência” e que o seu tratamento varia “de pesquisa para pesquisa e de investigador para investigador”.

Através da realização da análise de conteúdo reduz-se a quantidade de material a trabalhar; conhecem-se os discursos, quer no todo como nas componentes que os constituem; comparam-se os discursos produzidos em cada entrevista (Guerra, 2006).

No seguimento do que acabamos de expor, a análise das entrevistas possibilitou a identificação de conteúdos que foram codificados em categorias. Os discursos analisados foram sujeitos a uma triangulação, tendo a análise efetuada resultado do cruzamento da informação obtida através dos vários instrumentos e procedimentos acionados.

2. Os participantes na investigação

Uma vez que o critério foi o de trabalhar com todas as crianças que se encontravam na Creche e as respetivas mães, o universo constitui-se por 19 crianças (alvo da observação direta e participante) que frequentavam a Creche na altura da investigação e 16 mães (entrevistadas).

2.1. Uma breve caracterização das mães

Como referido anteriormente, as entrevistas foram realizadas às 16 mães que tinham os filhos a viver consigo no EPT e os quais frequentavam a Creche no período em que decorreu o trabalho de campo.

Para termos uma perspetiva geral das características dos participantes neste estudo, apresentaremos de seguida alguns indicadores sociográficos das mães e umas breves notas de síntese sobre as crianças.

As idades destas mulheres eram compreendidas entre os 22 e os 40 anos, sendo que 7 têm entre 20 e 30 anos e 9 se encaixam na faixa etária acima dos 30, mas até aos 40 anos de idade.

Tabela 2 - Idade das mães

Idade em anos	22	24	26	27	28	31	32	33	36	40
Nº de reclusas por idade	1	1	1	1	3	3	1	2	2	1

Das 16 entrevistadas metade é de nacionalidade Portuguesa e as restantes de diferentes nacionalidades. Salienta-se, como ponto em comum, serem, à exceção de uma, nacionais de um Estado de Língua Oficial Portuguesa.

Tabela 3 - Nacionalidade das mães

Nacionalidade	Portuguesa	Brasileira	Venezuelana	Guineense	Cabo Verdiana
Nº de reclusas por nacionalidade	8	1	1	1	5

No que concerne a níveis de escolaridade, uma das entrevistadas tem formação superior, as outras 15 têm frequência de diferentes níveis de ensino. De salientar, no entanto, que apenas duas indicaram ter concluído o ensino secundário e que das 8 entrevistadas que frequentaram o 3º Ciclo apenas 5 o concluíram.

Tabela 4 - Escolaridade

Ano de escolaridade	Ensino Superior	Ensino Secundário	3º Ciclo	2º Ciclo	1º Ciclo
Nº de reclusas por ano de escolaridade	1	2	8	3	1

Quanto ao local de residência, 15 residiam em território português antes de detenção e apenas uma no estrangeiro (Venezuela) tendo esta sido detida ao aterrar no Aeroporto de Lisboa.

Tabela 5 - Área de residência

Área de residência	Nº de reclusas por área de residência
Lisboa	3
Amadora	4
Queluz	1
Massamá	1
Estoril	1
Seixal	2
Figueira da foz	1
Santarém	1
Lourinhã	1
Venezuela	1

Outro indicador de caracterização relevante respeita à tipologia dos crimes cometidos que deram origem à detenção; o tráfico de estupefacientes surge como a principal causa referida pelas reclusas no momento da entrevista.

Tabela 6 - Tipologia do crime cometido

Tipologia do crime cometido	Tráfico de estupefacientes	Homicídio	Condução S/ Habilitação legal	Roubo	Ofensa à integridade física
Nº de reclusas por crime cometido	11	1	1	1	2

Relativamente à situação penal, duas das entrevistadas estão em situação de prisão preventiva, as restantes 14 estão condenadas. As penas variam entre os 6 meses e os 6 anos.

Tabela 7 - Tempo de pena

Tempo de pena	Até 1 ano	Até 2 anos	Até 3 anos	Até 4 anos	Até 5 anos	Até 6 anos	Não sabe
Nº de reclusas por tempo de pena	2	2	2	3	2	2	3

Verificámos que aquando da detenção o agregado familiar de 10 das entrevistadas era composto pelos filhos e pelo marido ou companheiro, sendo que as restantes referiram viver apenas com os filhos. Em relação ao número de filhos, dentro e fora do EPT: dentro da Casa das Mães do EPT 13 mulheres dividem a cela apenas com um filho, e três com dois filhos. Das 16 entrevistadas, 11 mulheres deixaram filhos fora do EPT aquando da sua detenção, estando todas ao cuidado da família e não tendo sido feita referência a institucionalização de nenhuma dessas crianças.

Tabela 8 - Número de filhos fora do EPT

Nº de filhos fora do EPT	1	2	3
Nº de reclusas com filhos fora do EPT	6	5	1

2.2. Uma breve caracterização das crianças

Como explicitado anteriormente, as 19 crianças que constituem o universo desta investigação eram todas as que frequentavam a Creche durante o período de realização do trabalho de campo.

Relativamente às idades, estas eram compreendidas entre os 24 meses e os 4 anos e meio.

Tabela 9 - Idade das crianças

Idades	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	De 3 a 4 anos	De 4 a 5 anos
Nº de crianças por idades	8	8	2	1

De salientar que das 19 crianças, 4 nasceram no EPT, as restantes entraram até aos dois anos de idade.

Tabela 10 - Idade aquando da entrada no EPT

Idade aquando da entrada no EPT	Entrada da mãe grávida	Entre 0 – 6 meses	Entre 6 meses – 1 ano	Entre 1 – 2 anos
Nº de Crianças por idade aquando da entrada no EPT	4	5	3	7

Três destas crianças têm um irmão a viver consigo dentro do EPT.

Tabela 11 - Número de irmãos fora do EPT

Nº de irmãos fora do EPT	1 Irmão	2 Irmãos	3 Irmãos
Nº de Crianças, por nº de irmãos fora do EPT	9	3	1

Devido às idades que tinham antes da entrada no EPT, apenas duas crianças frequentavam a Creche no exterior, as restantes tiveram o primeiro contacto com o sistema educativo intramuros. Passando o período normal de adaptação (uma, duas semanas no máximo, como referiram as educadoras) integraram-se na generalidade bastante bem. Era um grupo bastante afetuoso e carinhoso, ao 4º dia ganhamos a sua confiança e a qualidade das nossas interações revelou-se de muito boa. Eram muito curiosos e bem-dispostos assim

como bastante ativos durante o tempo que passavam a brincar ao ar livre no recreio da Creche. Sem valorizar, demos conta em alguns momentos (no recreio e durante a higiene) que os que já falavam apresentavam por vezes um vocabulário um pouco desadequado para a idade. As educadoras, sobre esta questão, referiram o facto de as crianças na Casa das Mães viverem num ambiente sem filtros, onde ouvem tudo, todo o tipo de conversas e desabafos, para os quais ainda não têm maturidade que as ajude a desconstruir a informação que recebem.

3. Contextos da investigação

3.1. Estabelecimento Prisional de Tires

O EPT foi criado pelo Decreto-lei n.º 39334 de 27 de agosto de 1953. A administração do EP ficou sob a responsabilidade da Congregação da Nossa Senhora da caridade do Bom Pastor de Angers, num acordo celebrado com o Ministério da Justiça. Esta congregação deixou a gestão do EP a 31 de agosto de 1980, renunciando ao acordo estabelecido, tendo transitado a administração para a tutela da Direção Geral dos Serviços Prisionais. O EPT situa-se no concelho de Cascais, na freguesia de São Domingos de Rana, em Tires (Cunha, 1994, p.21).

É composto por três edifícios independentes. A lotação a 7 de fevereiro de 2017, segundo a Técnica de Serviços Penitenciários Dra. Maria João Figueiredo, era de aproximadamente 458 reclusas. Com a entrada no EP de Tires, as reclusas são integradas no pavilhão das preventivas. Após a condenação, são integradas no pavilhão das condenadas em regime fechado, depois pelo percurso prisional que apresentem, dando cumprimento ao Plano Individual de Reinserção e se tiverem cumprido parte da condenação, podem passar para o regime aberto¹². Assim, durante o cumprimento da medida privativa de liberdade as penas são executadas de acordo com diferentes regimes: regime comum fechado, aberto, mistos ou em segurança máxima (Cunha, 1994, p.30). A Lei 115/2009 de 12 de outubro (Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade) considera que com a avaliação efetuada aos reclusos, a execução das penas e medidas privativas da liberdade em regime aberto pode decorrer em estabelecimento ou unidade prisional de segurança média e favorece os contactos com o exterior e a aproximação à comunidade, admitindo duas modalidades. O Regime aberto Interior (RAI)¹³ e o Regime Aberto Exterior (RAE). No caso da integração nestes regimes os reclusos

¹²Após avaliação e despacho favorável dos serviços técnicos com despacho do Diretor do EP.

¹³Estes regimes são atribuídos pelo Diretor do EP, (artigo 12 n.º 3 al. a) Lei 115/2009 de 12 de outubro) em consonância com o (artigo 14, Lei 115/2009 de 12 de outubro).

beneficiam de licenças de saída jurisdicionais ou licenças de saída para atividades¹⁴. As auxiliares da Creche encontram-se no regime RAI, permanecendo durante o dia com um regime de segurança reduzido, colaborando nas atividades da Creche, podendo deslocar-se sem acompanhamento das guardas no percurso entre a Casa das Mães e a Creche do EPT.

De acordo com o Regulamento Interno do EPT o Pavilhão 1 é destinado ao cumprimento de medidas privativas de liberdade, em regime fechado, é composto por 3 pisos em que existem salas destinadas a atividades relacionadas com a biblioteca e a escola. Neste Pavilhão existe um bar, sala de visitas, refeitório e recreio. O Pavilhão 2 é igualmente de regime fechado, destinado a uma população maioritariamente condenada. É também composto por 3 pisos e, para além do refeitório, do recreio, de um bar, da escola, existe ainda um cabeleireiro, salas de atendimento e salas de trabalhos a efetuar para empresas externas¹⁵. O Pavilhão 3 tem uma estrutura idêntica aos pavilhões 1 e 2. Contempla salas disciplinares, uma sala para atendimento e os serviços clínicos. Nos restantes pisos encontram-se salas destinadas ao lazer, para oficinas de trabalho, lavandaria e a escola. Existe também uma Unidade livre de drogas (ULD) criada em 1999, a Casa das Mães, criada em 2000, os pavilhões de regime aberto, criados em 1995 e ainda uma Capela. (Regulamento Interno do Estabelecimento Prisional de Tires, s/d).

3.2. Pavilhão - Casa das Mães

De acordo com o Regulamento Interno Casa das Mães, de setembro de 2015¹⁶, a Casa das Mães é uma parte integrante do Estabelecimento Prisional de Tires, em funcionamento desde 15 de novembro de 2000. Segundo o mesmo Regulamento, a sua abertura veio responder a uma necessidade há muito sentida na gestão da população prisional e que diz respeito à separação das reclusas grávidas ou com filhos junto de si da restante população prisional, criando-se um espaço mais apropriado em termos de condições de segurança e habitabilidade. No artigo 3º alínea 3 do mesmo documento pode ler-se: “Também poderão integrar esta Unidade, familiares da reclusa e da criança em situação de reclusão no mesmo EP, caso seja da vontade de ambas as reclusas e não obstem impedimentos em termos de segurança ou outros considerados como válidos pela Direção do Estabelecimento Prisional” (s/p).

¹⁴ A regulamentação dos regimes abertos foi aprovada pela circular da Direção Geral dos Serviços Prisionais n.º 2/83/DCSDEPMS-I de 17 de fevereiro.

¹⁵ Mediante acordo estabelecido com a DGRSP.

¹⁶ O presente Regulamento enquadra-se nas disposições da Lei nº 115/2009 de 12 de outubro de 2009 (Código de Execução de Penas e Medidas Privativas de Liberdade - CEPML) e do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais (RGEP).

Este pavilhão tem 54 celas e tem três zonas prisionais separadas. A Ala A destina-se a reclusas condenadas, a Ala B a reclusas preventivas e a Ala C destina-se aos Regimes Abertos. O Regime Fechado tem um refeitório, onde existem cadeiras de refeição de crianças; um espaço destinado às visitas (parlatório) zona de revista e casa de banho; zona de lavagem de roupa; uma biblioteca; uma sala de atividades lúdicas equipada com material lúdico e pedagógico. Existe ainda uma sala para a prestação de serviços clínicos.

As zonas exteriores são compostas por três pátios, dois de zona de recreio (regime fechado e Ala C) e outro com um campo polivalente com estrutura para a prática de desporto.

Tendo em conta os direitos da criança, o seu bem-estar, crescimento e desenvolvimento saudável e também a promoção de competências maternas na mãe reclusa adaptou-se uma regulamentação transversal aos estabelecimentos prisionais. No que respeita ao alojamento, conforme o art.º 244, n.º 1 do Regulamento Geral dos Serviços Prisionais (em Diário da República, 1.ª série — N.º 71 — 11 de abril de 2011p. 2223)

“O espaço de alojamento do recluso que tem consigo filho menor situa-se em zona do estabelecimento prisional destinada para esse efeito, separada dos alojamentos dos demais reclusos”, n.º 2, “o espaço de alojamento é dotado do mobiliário e equipamento necessários à permanência do menor e têm a dimensão adicional adequada¹⁷. “O RGEP salienta, ainda que, no n.º 1, do art.º 245, “(...) é permitido ter ainda no seu espaço de alojamento os produtos de puericultura e higiene infantil, o vestuário do menor e brinquedos, nas quantidades e tipos determinados pelo diretor do estabelecimento prisional”.

No que respeita à alimentação, o art.º 246, n.º 3 (p. 2223) do mesmo Regulamento indica que “as refeições do recluso com o filho menor são tomadas em local próprio, separado dos demais reclusos”.

Se por um lado, a Direção Geral dos Serviços Prisionais previu e concretizou uma legislação para estas reclusas, tendo em atenção as necessidades e o bem-estar das crianças, promovendo uma relação próxima com a família significativa, conforme o transcrito no art.º 250, n.º 1, do título V denominado Visitas (p. 2224) “ nos casos em que os progenitores do menor estejam em cumprimento de pena (...) são permitidas visitas entre o casal e o menor, para manutenção dos laços familiares”; por outro, limitou essa mesma proximidade como se pode confirmar no n.º 2 “sempre que possível, as visitas previstas no número anterior têm uma periodicidade quinzenal”.

Quanto ao pessoal ao serviço, o Pavilhão Casa das Mães tem uma equipa de 10 guardas prisionais femininas, os turnos são constituídos por duas pessoas, uma Chefe de turno e uma guarda.

¹⁷Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais.

No período em que decorreu a investigação habitava a casa das mães um total de 28 reclusas, das quais 24 eram mães, 2 estavam grávidas, a tia de uma das crianças que divide a cela com estas, uma avó que também divide a cela com a filha e o neto e um total de 25 crianças— das quais 6 tinham idades inferiores aos 6 meses e, conseqüentemente, apenas 19 frequentavam a Creche, como referido anteriormente.

O ambiente vivido neste pavilhão difere dos outros pavilhões, não só pela especificidade da população que o habita, como pela maior flexibilidade de regras. O quotidiano destas mulheres reclusas e mães que têm consigo o filho/os no EPT baseia-se no trabalho, nos cursos e em cumprir o papel de mãe, cuidando dos filhos e de todas as tarefas inerentes aos mesmos. As tarefas a cumprir no Pavilhão são atribuídas pelas guardas e encontram-se distribuídas por todas as reclusas: dentro da casa, duas reclusas realizam o trabalho de copa, uma da cozinha e três da limpeza.

No que respeita às rotinas diárias, a hora de acordar é às 7h30, dão o pequeno-almoço aos filhos e arranjam-nos para seguirem para a Creche pelas mãos das auxiliares, também elas reclusas. Às 9h as crianças entram na Creche e as mães seguem para o trabalho, outras para os cursos que frequentam e outras ficam pelas alas, a dormir ou a conversar, como nos relataram nas entrevistas.

As crianças passam o dia na Creche e regressam à Casa das Mães pelas 17h, ficando a brincar pelas alas. Às 17h30 o jantar das crianças está pronto para ser levantado, mães e crianças jantam em horários diferentes, pois como nos relataram quando o horário era o mesmo as mães não tinham tempo para jantar uma vez que o fecho das celas é às 19h. Dão-lhes assim o jantar nas alas e às 18h são chamadas novamente ao refeitório, tendo chegado a sua vez de jantar; levam consigo os filhos, mas podem jantar sem pressa uma vez que estes já jantaram. Às 19h ocorre o recolher obrigatório às celas que são então fechadas. Ao domingo têm uma hora de recreio de manhã e outra à tarde; ao sábado têm duas horas de recreio no período da manhã, pois a visita realiza-se durante a tarde. O restante tempo é passado nas respetivas alas, dado que ao fim de semana não há Creche e cabe às mães cuidarem dos seus filhos.

3.3. A Creche do EPT

O Estabelecimento Prisional integra uma Creche, a qual as crianças a partir dos 6 meses têm de frequentar. Até aos seis meses as crianças ficam ao cuidado da mãe no pavilhão Casa das Mães. Após os três ou cinco anos, as crianças saem do EP, ficando ao cuidado da família ou são encaminhadas para instituições como a Casa da Criança, que fica a poucos metros do EPT e se destina ao acolhimento de crianças, tendo um acordo com o

Ministério da Justiça, garantindo um número de vagas para as crianças que saem do EPT e podendo visitar as suas mães duas vezes por semana.

A Creche está situada num Pavilhão específico, é um edifício amplo e térreo que recebe diariamente as crianças dos 6 meses aos três anos de idade (excepcionalmente 5) filhas de reclusas que habitam o Pavilhão Casa das Mães.

Ao completar 6 meses a criança tem de integrar a Creche, tendo a mãe de entregar uma declaração médica a comprovar que a criança não é portadora de doença infecto-contagiosa. De acordo com o Regulamento Interno da Creche de Outubro de 2006, ponto 1.4 do artigo 1º refere:

“Na admissão, a Educadora efectua uma entrevista à mãe reclusa para o preenchimento de ficha de anamnese infantil que constitui parte integrante do processo individual da criança”. (...) De acordo com o mesmo regulamento, a Creche tem por objetivo “proporcionar às crianças as condições para poderem desenvolver todos os aspetos da sua personalidade, nomeadamente no campo social, intelectual, físico e emocional, não obstante a consciência de que existem diferentes ritmos de desenvolvimento em cada que criança, que importa respeitar”.

A Creche funciona todos os dias úteis, das 9h às 17h. As crianças são levadas pelas auxiliares que vivem também na Casa das Mães e às 17h regressam com as mesmas. Chegadas à Creche, as crianças reúnem-se na sala da televisão onde se tiram os casacos e mochilas, seguindo depois cada grupo para a sua sala, com a respetiva educadora e auxiliares. O horário das educadoras é flexível e rotativo, de forma a cobrir todo o horário da creche, no período da sesta fica sempre uma auxiliar dentro do berçário e uma das educadoras na Creche.

A Creche dispõe de 3 salas: o berçário dos 6 meses até à aquisição da marcha, a sala do 1/2 anos - desde a aquisição de marcha até aos 2 anos e a sala a partir dos 2 anos. Aquando da observação, dado o facto de existirem apenas duas crianças com menos de um ano, as mesmas foram integradas na sala de 1 ano, funcionando assim apenas duas salas (a sala de 1 ano, na qual estavam incluídas as crianças até aquisição de marcha e a sala a partir dos 2 anos). As salas dispõem de mobiliário apropriado às idades e de material lúdico, específico a cada grupo etário.

A sala mais pequena destina-se às crianças dos 6 meses até à aquisição de marcha. As outras duas salas, mais amplas recebem as crianças de 1 aos 2 anos e a partir dos 2 anos de idade. Nesta Creche a transição para as diferentes salas não se rege propriamente ou obrigatoriamente pela idade, mas sim pelas competências e aquisições que as crianças vão revelando. A equipa que trabalha diária e diretamente com estas crianças era composta por duas educadoras e sete auxiliares (estas, reclusas em RAI), que passaram a 4 (no último mês observado, julho de 2017) devido a alguns constrangimentos inerentes à condição de reclusa em RAI (saídas precárias, saídas do EPT).

As salas têm muita luz, com grandes janelas que dão para o recreio, a sala de 1/2 ano tem uma porta que dá acesso ao exterior, onde se encontram muitos e diversos materiais lúdicos. Além das salas existe um berçário onde dormem todas as crianças. Nesta sala, bastante ampla cheia de peluches encontram-se vários berços e umas camas de ferro brancas, onde as crianças dormem a partir dos 2 anos e meio.

O almoço é confeccionado na cozinha do EP, sendo posteriormente empratado na cozinha da Creche e servido às crianças nas suas respetivas salas; a refeição é acompanhada pela Educadora e pelas Auxiliares. Os lanches também são preparados nesta cozinha, sendo compostos por papas, frutas, iogurte com bolachas e fruta, leite simples ou com chocolate, pão, queques. Na hora do lanche, as crianças da sala de 1 ano comem à vez, cada uma das auxiliares senta a criança no chão da área da leitura ou num banco e dá-lhe o lanche tirando o babete no final, controlando desta forma quem ainda falta lanchar. Na sala dos mais crescidos o ritual é igual ao almoço: sentam-se nas mesas da sua sala e lancham sob o olhar atento da educadora e das auxiliares.

Existem também outras salas de apoio à Creche: uma despensa com roupa, produtos para as crianças e roupa de cama, uma sala de televisão com leitor de DVD, o gabinete das duas educadoras, uma casa de banho para as crianças e uma casa de banho de adultos. Na casa de banho das crianças, existe chuveiro, as loiças são pequenas, também é aqui que se encontra o fraldário, onde se faz a higiene em vários momentos do dia e onde cada criança tem um cabide ou cacifo (consoante a idade) para colocar a sua mochila com muda de roupa, fraldas e toalhetas. Ao longo das salas existe um corredor espaçoso, decorado com pinturas, frases e algumas fotos, muitas vezes utilizado para as crianças fazerem atividades de plástica, como tivemos oportunidade de observar durante algumas das visitas à Creche.

O espaço exterior é uma zona de recreio amplo delimitado por um muro baixo, com uma zona coberta por um telheiro. Debaixo do telheiro estão diversos brinquedos, incluindo escorregas, casas de plástico, muitos triciclos, bolas, arcos, entre outros (as fotografias do espaço físico da creche, encontram-se no AnexoX, p. 165). A Creche não tem limite de crianças, tendo de receber todas as que estiverem na Casa das Mães e que tenham feito os seis meses. Sendo que cada sala à semelhança do que acontece nas Creches exteriores tem capacidade para vinte e cinco crianças. No início do trabalho de campo em abril frequentavam a Creche dezanove crianças, chegaram a estar vinte e duas durante algum tempo, o número é sempre incerto devido à situação em que se encontram estas mães (saídas precárias, extradição para o país de origem a meio da pena no caso das estrangeiras ou saída em liberdade das reclusas).

Capítulo III. Apresentação e discussão dos resultados

O presente capítulo destina-se à análise e discussão da informação obtida através das entrevistas e observação realizada, através da categorização do conteúdo relacionando a informação com as diferentes fontes. Procuramos então, apresentar a partir dos relatos na primeira pessoa, como se adaptaram mães e crianças à vida no EPT, como é o quotidiano das crianças que vivem na casa das mães, como organizam as mães o quotidiano dos filhos que trouxeram consigo, como se desenvolvem estas crianças em contexto prisional, que respostas socioeducativas lhes são dadas, quais as maiores dificuldades, constrangimentos e necessidades sentidas em relação à reclusão com a permanência do/s seu/s filho/s na Casa das Mães do EPT e ainda como perspetivam o futuro dos filhos.

1. Quotidianos de mães na Prisão: dificuldades da vida em reclusão

Uma das nossas preocupações iniciais era a de perceber como se desenvolvia o processo de adaptação destas mães com as suas crianças à situação de reclusão. Considerando, evidentemente, que não se trata de um processo simples em nenhuma circunstância, o facto de estarmos a falar de mães com crianças pequenas seguramente traz uma maior complexidade à situação de reclusão.

Ficou muito evidente, quer nos relatos das entrevistas realizadas, quer pela observação que tivemos a possibilidade de desenvolver, que existe alguma descoincidência entre a expectativa que as reclusas traziam aquando da detenção e a realidade com que se confrontaram – menos negativa do que esperavam, como refere Sofia e Salomé: “A minha ideia era, vou chegar lá, vão-me bater, vão abusar de mim... imaginava que era outro sítio completamente diferente, que era só violência. Mas não. Não foi assim. Pelo menos até agora...” (Sofia, E04, p. 20)

“Para falar verdade a minha adaptação foi fácil, no princípio, porque eu estou habituada a estar sozinha e eu gosto de estar sozinha, não gosto de barulho e nada dessas coisas, por isso estar fechada não foi problema para mim, claro que eu preferia outro tipo de fecho, estar fechada na minha casa. Mas não foi tão complicado assim. Eu tenho sempre uma coisa na minha cabeça, estou presa mas não estou morta, sei que algum dia vou sair daqui (...)” (Salomé, E02, p. 8)

Contudo, o facto de existirem referências salientando que a realidade encontrada é menos grave e assustadora do que esperavam, a adaptação à vida em reclusão não é fácil. Nos seus relatos, estas mulheres, apontam alguns aspetos que dificultam ou dificultaram a sua adaptação.

No caso das reclusas estrangeiras ou das que se encontram em situação de prisão preventiva é apontado com particular significado o facto de não poderem trabalhar, dado

que a possibilidade de o fazerem é reduzida sendo dada prioridade às que já estão condenadas. Relatam que o estar sem fazer nada, fechadas dentro de quatro paredes, traz agonia e o tempo custa a passar. Acresce que durante o dia perdem, também, as tarefas inerentes à maternidade uma vez que os filhos passam o dia na Creche; sem ocupação, estas mulheres passam o dia a dormir, a pensar na sua situação, não conseguindo contrariar a inércia e muitas vezes esta situação traz problemas a nível emocional.

“O problema é que quando eu entrei aqui fiquei em preventiva. Nós estrangeiras quando entramos ficamos uns 5 ou 6 meses em preventiva sem fazer nada, porque não há trabalho, como é um meio pequeno não há trabalho para todas e dão prioridade às que já estão condenadas... Problema é que fico aqui todo o dia sem fazer nada, já estou aqui há um ano e 4 meses... Passo ali todos os dias fechada, 24 horas, dou em maluca.” (Salomé, E02, pp. 9-10)

A possibilidade de trabalhar, portanto o ter uma ocupação, que é apontada como constrangimento à adaptação à vida em reclusão por quem não tem essa possibilidade, é visto como a forma de superação dos constrangimentos da reclusão por aquelas que estão em condição de poderem trabalhar dentro do EPT:

(...) eu ainda não estou a trabalhar, mas ajudo a limpar, ajudo na copa, então eu não paro, eu estou sempre ajudando, faço crochet, já fiz bolsa, já fiz manta, já fiz fita para a cabeça, “n” coisas, porque eu sempre estive habituada e não consigo ficar parada, esta adaptação tem sido difícil e não sei como há aqui gente que dorme o dia todo, eu não consigo, elas dormem a tarde toda (...) (Luísa, E07, p. 34)

Durante a semana é trabalho, é creche, às vezes é tudo a correr como se acostuma a dizer, às vezes é trabalho, depois é cantina, depois compras, é tudo ao mesmo tempo, mas também há um espaço curto para fazer essas coisas, a cantina é conforme, porque são duas alas, três alas e é por ordem, quando chega a nossa vez, já estão a chamar para a comida das crianças. Por isso é que eu tento fazer as compras no fim de semana, as compras todas para a semana, para depois não ter esse atrofio todo (...) (Pilar, E09, p. 47).

Outro aspeto apontado por estas mulheres, que também dificulta a adaptação, prende-se com a separação dos filhos, os filhos que deixam na rua quando dão entrada no EPT. A reclusão priva-as de ver os filhos crescer, desenvolver, estar presentes no seu dia-a-dia, na tomada de decisões, como nos refere Pilar: “(...) fui obrigada a adaptar-me, fui obrigada a adaptar-me a isto. O que custou mais foi estar longe do meu filho que está lá fora, é mesmo esse o maior sofrimento, nem é o eu estar aqui é estar longe dele. Poder ver os meus filhos a crescer...” (Pilar, E09, p 47); Elvira, também manifesta a dor que sente pela ausência do filho, do qual se separou há 3 anos,

“...A minha adaptação foi difícil, é uma situação dia a dia, é como eu costume pensar, é muito difícil ainda por cima por ter um filho menor na rua e estar cá com outro é difícil, é o que me custa mais é a parte mais dura é estar longe do meu filho, acabou de fazer 7 anos dia 16 de junho, tinha 4 anos quando eu entrei aqui...” (Elvira, E11, p. 58);

A maioria destas mulheres vivia com o marido ou companheiro antes da detenção, contudo eram as principais cuidadoras dos filhos. Onze destas mulheres deixaram filhos fora

do EPT ao cuidado de familiares sendo feita na maioria referência à avó materna como o apoio fora dos muros do EPT a quem delegam a educação destes filhos dos quais se separaram, sentido uma enorme angústia por não saberem como irá ser a relação futura, por não poderem fazer parte da educação e da tomada de decisão no cotidiano dos mesmos.

(...) o meu filho lá fora diz que quer ir viver comigo, mas eu não vou estar a tirar o meu filho de onde está, que está bem, onde cresceu, onde fez a escola, onde tem a raiz dele. Ele já não fala muito comigo, eu é que tenho de estar a puxar por ele, ele já não é capaz de chegar e dizer: mãe estás boa? Ele não fala eu é que tenho de puxar por ele (...) Ele está a viver com a avó (...) (Pilar, E09, p. 52).

Granja (2015) assinala que diversos estudos têm fornecido pistas sobre modos de viver a maternidade na prisão, e que, de um modo geral, a maioria das mães eram as principais ou mesmo as únicas provedoras de cuidados das crianças antes da reclusão. Com a prisão, estas dinâmicas familiares sofrem alterações e muitas mulheres passam a lidar com a maternidade através dos muros dependentes das redes familiares que assegurem esse contato com os filhos que se encontram no exterior.

Por sua vez, os filhos que levam consigo aquando da detenção são vistos como o apoio e suporte durante a sua reclusão. Canalizam para os mesmos toda a sua atenção e energia, compensando e preenchendo o vazio e tristeza que sentem pelos filhos que deixaram foram do EPT, como refere Marta:

“...eu sou sincera, quando viemos para aqui eu não queria que ela fosse para a creche, porque quando eu entrei aqui a M era o meu Suporte e ela ir para a creche era eu ficar aqui sozinha... A M acaba por ser mais mimada, nós acabamos por compensá-los mais... Tudo o que querem a gente tenta dar, tudo o que fazem a gente deixa...” (Marta, E06, pp. 29 a 30);

De acordo com Boudin (1998, citado por Celinska e Siegel 2010) as crianças continuam a desempenhar um papel central na vida das mulheres, mesmo durante a reclusão. Os autores referem que as mães presas veem frequentemente as crianças como motivação para a mudança e como o seu foco principal na vida (Enos 2001; Ferraro e Moe, 2003, citados por Celinska e Siegel, 2010). Uma vez que as mães se centram nos filhos e o seu tempo livre é maioritariamente ocupado por estes, as mães reclusas encontram uma maneira de os dias passarem mais depressa e não pensarem tanto na sua situação (Cunha, 1994, citada por Serra e Pires, 2004). Também a permanência das crianças com as suas mães intramuros pode não só evitar que estas entrem em depressão (Machado, 1997, citado por Serra e Pires, 2004), como confere a estas mães “uma maior estruturação da personalidade e da identidade, dado o seu desempenho como mães” (Serra e Pires, 2004, p. 414).

Em síntese, pode considerar-se que os mecanismos mobilizados por estas mulheres como forma positiva de viver a reclusão são, essencialmente, dois: concentrar todas as suas atenções nos filhos que têm consigo, portanto no desempenho do seu papel de mãe e/ou tirando partido da ocupação, quando tal é uma possibilidade, por desempenharem uma atividade de trabalho significativa.

Trabalho e filhos são, contudo, também aspetos apontados como inibidores de uma melhor capacidade de adaptação – pelos casos que não têm a possibilidade de trabalhar no EPT e pelas mulheres que, embora com filhos consigo, estão separadas de outros que ficaram fora dos seus quotidianos, no exterior, à guarda de familiares.

Relativamente à forma como estas mães percecionam a adaptação das crianças à vida em reclusão, ficou evidente nos relatos das mães que a adaptação da criança depende muito, embora não só, da adaptação da sua mãe; é também bastante evidente o facto das crianças que nascem no EPT se adaptarem melhor do que as que entram com mais idade e que vêm de um contexto de liberdade, como nos referem Pilar e Carmo: “O A com 2 meses não custou; à k custou o dormir, o comer o habituar a ir para a Creche...” (Pilar, E09, p. 47); “O D e o G nasceram cá e como nasceram cá eles não estranharam, eles são daqui por isso em relação a isso não tive problemas.” (Carmo, E10, pp 54).

De acordo com Afonso (2005, p. 93)

“As crianças que nascem e crescem em condições intelectuais, emocionais e sociais particularmente difíceis, ao serem-lhes oferecidas condições estáveis, conseguem ultrapassar a adversidade. Estas condições passam sobretudo, pelo apoio às famílias e sobretudo às mães. Sabemos que a criança é um ser dinâmico e que tem possibilidades de moldar o seu desenvolvimento, graças às numerosas competências inatas e que lhe permitem orientar e conduzir as suas interações com o ambiente.”

As reclusas entrevistadas foram referindo alguns aspetos aos quais atribuem particular significado e com os quais justificam a difícil adaptação dos filhos ao quotidiano no EPT.

O fecho das celas, independentemente da idade das crianças, foi muito apontado como um evento desencadeador de perturbação nas crianças, referindo as mães que a maioria chora muito, bate nas portas e grita para que as abram:

...” A adaptação do F foi um bocadinho difícil também, porque quando fechavam as portas eu não sei o que transmitia para ele, não sei, éramos fechadas e ele levava aí umas duas ou três horas sempre a chorar, sempre a chorar, não sabia o que ele tinha... Ainda hoje é assim, como já se apercebe mais das coisas quando chega a hora de fechar ele grita, grita, fica para ali aos gritos dentro da cela.” (Natália, E03, p. 15);

...” O mais difícil foi fechar a porta, ela veio com um ano e oito meses, quando fechavam ela chorava e gritava abre a porta, abre a porta, já tinha a noção que queria sair dali, agora só diz abre a porta ou diz até amanhã ou até logo, só fica a perguntar ou mãe aqui não

tens a chave, mas lá na rua tens a chave porque é que aqui não tens?” ... (Teresa, E08, p. 40);

Quer pelos relatos, como pela observação feita principalmente na Creche onde passávamos o dia com estas crianças, podemos perceber que à medida que vão crescendo e o facto de saírem para junto da família aos fins de semana e férias, ou ainda com as mães em precária, torna mais difícil a rotina na Casa das Mães. As perguntas começam a ser muitas e mais frequentes e as mães não têm muitas vezes respostas, para o fechar das celas, para a falta de chaves, para o motivo de terem de viver ali, ou não poderem ir à rua, como refere Conceição:

“...Na primeira precária ela pedia para voltarmos, “mãe vamos para casa das mães, vamos para a casa das guardas”, mas agora já pede para ficar na rua e quando a gente regressa ela já pergunta quando é que vamos voltar, quando é que vamos de férias. Ela não sabe o que é uma cadeia e eu também não lhe explico nada disso (...) agora que começamos a sair de precária ela diz às vezes, mãe porque é que não vamos ficar na casa da tia? Porque depois nós vamos ficar na nossa casa, não vamos ficar na casa da tia, porque aquela não é a nossa casa. Então porque vamos para a casa das mães? Porque vamos para a casa das guardas? Eu digo-lhe porque as guardas são nossas amigas, gostam de nós e nós vamos lá passar uns dias com elas e depois vamos voltar para a casa da tia. Às vezes não tenho resposta, outras vezes eu invento qualquer coisa, é o que me sai na hora que eu respondo...” (Conceição, E14, p 74);

Na verdade, podemos considerar que este é um processo complexo e que dificilmente se pode falar em adaptação plena a uma realidade de reclusão e, em concreto, em situação de punição. Há, no entanto, reclusas que se podem considerar mais ou menos resignadas com a sua condição. Facto que é atenuado pela presença dos filhos, como ficou claro nos registos que atrás apresentamos.

Outra das nossas preocupações era a de compreender como percecionavam o ambiente vivido em reclusão. Como tivemos oportunidade de referir, a realidade da Casa das Mães desconstruiu a ideia negativa que estas mulheres tinham da prisão. O facto de estarem num pavilhão com crianças e por isso com características bastante específicas não só harmoniza o ambiente, como atenua em parte a reclusão destas mulheres que acabam por usufruir de algumas regalias que não existem nos restantes pavilhões, ao trazerem os filhos consigo. As reincidentes que em detenções anteriores estiveram nos pavilhões um e dois, referem algumas destas regalias da Casa das Mães: o menor número de pessoas; menor quantidade de celas; a possibilidade de partilharem uma das celas apenas com o seu filho/os e o facto de estarem menos tempo fechadas, amenizam esta privação da liberdade, como nos refere Elvira:

“...eu já estive presa a primeira vez aqui, esta é a segunda vez, da primeira vez estive no pavilhão 1, não tinha filhos, entrei aqui nova tinha 24 anos, mas aqui é diferente, a gente vê as crianças com as mães e aquilo tudo, por acaso é muito diferente, porque no pavilhão está 5 a 6 pessoas numa cela e aqui não aqui estás só tu e o teu filho ou a tua filha, mas quando há muita gente está 2 pessoas numa cela grande, nesse aspeto é diferente...” (Elvira, E11, pp. 58 a 60);

Entre as reclusas, as relações são de solidariedade, motivadas na maior parte das vezes por necessidades que envolvem diretamente as crianças, tais como a troca de bens alimentares ou cuidar do filho quando estiverem ausentes (Cunha, 1994). Pela observação feita, vários foram os momentos em que podemos constatar esta dinâmica de entreajuda. Uma mãe precisava de ir à casa de banho, ou de ir ao refeitório buscar o jantar da criança, logo outra reclusa se disponibilizava para ficar com a criança ao colo até a mãe voltar. Inclusive nós, nos dias em que estávamos presentes, ficamos com as crianças no corredor da ala a brincar enquanto as mães foram ao refeitório buscar o jantar.

Nos seus relatos, Sofia e Isabel fazem referência à relação, apoio e ajuda que receberam quando entraram no EPT: “...foi complicado, foi complicado, ao princípio, eu nunca estive nesta situação foi a 1ª vez, foi difícil, mas depois tive aqui pessoas que me apoiaram, falaram comigo...” (Sofia, E04, p. 20). “...quando entrei tive a sorte de me relacionar facilmente e bem com todas as reclusas... a experiência começou muito bem, eu estou aqui há sete meses, a... nunca esperei que fosse este o ambiente.” (Isabel, E01, p.1)

Contudo, a par das referências positivas relativamente ao ambiente da Casa das Mães, são apontados alguns fatores menos positivos como a partilha de um mesmo espaço relativamente pequeno, o estarem confinadas a uma ala comum e, principalmente ao fim de semana em que não existe Creche, este ambiente tornar-se na maior parte das vezes agitado, barulhento, confuso e conflituoso. Grande parte das entrevistadas referem preferir ficar nas celas para evitar confusão com as demais mães e crianças:

“...ao fim de semana é horrível, sabe aqui agora há muita confusão, está muito cheio há muita mulher e é muito complicado sabe, estamos aqui todas juntas e há muita confusão. Há sempre muita confusão não só com os meninos como com as mães então às vezes eu prefiro não ir ao recreio... E ficar aqui fechada, na cela assim ele faz o que quer e brinca sozinho. Assim não há confusão...” (Salomé, E02, p. 12);

Pela observação por nós feita aquando das visitas à Casa das Mães, os conflitos eram na sua grande maioria causados pelas crianças. Ou porque discutiam, ou se batiam, por tirarem brinquedos umas às outras, ou não os emprestarem. Estas crianças vivem 24 horas juntas, o que as pode levar a um ponto de saturação relativamente não só a com quem convivem, como ao próprio espaço físico e às relações que estabelecem.

O barulho e agitação próprios de uma casa partilhada no momento da investigação por 24 crianças, seis das quais bebés com menos de 6 meses, com as respetivas mães, uma tia e uma avó, nem sempre oferece a serenidade e calma necessárias para que as crianças consigam realizar certas tarefas, como fazerem refeições sentadas à mesa de forma tranquila, dormir a sesta... Inevitavelmente, muitos dos conflitos que emergem nas interações das crianças, na sua maioria próprios da idade, acabam por envolver e afetar as

mães que ao defender os filhos acabam por atacar e ser atacadas pelas restantes reclusas, como nos diz Teresa:

“...Com os meninos quando eu vejo que alguma coisa não está bem para mim ou para a minha filha eu prefiro estar dentro da cela para evitar conflitos... estou a tentar fazer, evitar os conflitos, não responder, porque aqui tem sempre conflito, se não calares e pensares que amanhã é outro dia tu aqui vais ter conflitos todos os dias, nem é todos os dias é toda a hora, por causa das mães, por causa das crianças, porque é assim se a minha foi à creche e bater na da outra, a outra vem para cima de mim porque a minha filha fez isso e aquilo...” (Teresa, E08, pp. 40 a 41).

Outro aspeto que tivemos em consideração na observação levada a cabo na Casa das Mães foi a relação destas mulheres com as guardas que fazem parte da equipa de vigilância. Podemos constatar que as reclusas têm uma relação bastante respeitosa, sentindo-se apoiadas por estas quer a nível pessoal, quer no seu papel de mãe. Percebemos que as guardas eram bastante carinhosas e atentas para com as crianças, faziam gracinhas, pegavam ao colo, não descurando, no entanto, as normas específicas no que respeitava a comunicação e postura exigidas para as suas funções, fundamentalmente com as mães.

Conceição e Vera fazem referência à relação que mantêm com as guardas: “...eu nunca tive aqui problemas com ninguém, nem com as guardas, nem nunca me trataram mal muito menos ao meu filho, por enquanto estamos bem, nunca tive problema aqui...” (Vera, E15, p. 79)

“...eu não tenho razão de queixa com as guardas, de nenhuma, dou-me bem com todas, eu respeito, elas respeitam a mim também, elas com os miúdos brincam, pegam ao colo, tratam bem, mesmo às vezes a gente quer ralhar e elas mimam sempre as crianças, têm essa sensibilidade de termos os miúdos aqui, mesmo às vezes há uns gritos aqui e as crianças já ficam assustadas, e elas têm esse cuidado e por isso é que as crianças gostam muito delas.” (Conceição, E14, pp. 73 a 74)

De acordo com as narrativas destas mulheres fica evidente que a presença das crianças torna o ambiente mais familiar, distanciando-se em larga medida da realidade mais negativa que algumas referem dos outros pavilhões. A manutenção de laços com as crianças acaba também por incentivar estas mulheres a lidarem não só de melhor forma com a separação familiar e a privação da liberdade, como a gerirem melhor as dificuldades diárias da vida em reclusão.

Contudo, as opiniões sobre a permanência das crianças em contexto e ambiente prisional divergem bastante. Por um lado, como tem vindo a ser reforçado, a criança proporciona à mãe um maior sentimento de bem-estar, pois a sua companhia suaviza o sofrimento, ajuda a passar melhor o tempo, diminui as angústias e permite à reclusa uma maior liberdade dentro da prisão, tal como aceder ao pátio ou ter a cela mais tempo aberta (Mello e Gauer2011, citados por Inácio, 2013, p. 8). A reclusa tem assim a possibilidade de

dar continuidade ao exercício da maternidade, permitindo a manutenção dos vínculos maternos essenciais.

Por outro lado, e indo ao encontro dos registos atrás apresentados, são de salientar a tendência para conflitos e discussões, pois uma vez que o espaço é partilhado entre as restantes reclusas e as crianças, faz com que o choro destas últimas seja motivo de desavenças (Tolotti, 2011 citado por Inácio, 2013, p. 8). Quando as crianças permanecem na prisão junto das suas progenitoras, estas sentem muitas vezes uma enorme culpa, não só porque sentem que com a sua reclusão privam os seus filhos da liberdade, mas também pelo receio das reações futuras das crianças perante a possibilidade de os filhos não entenderem as razões das suas opções e por culpabilizá-las de lhes terem privado a liberdade (Serras e Pires, 2004, p. 414).

Pilar, que aquando da sua detenção decidiu trazer consigo os dois filhos, na altura um com 2 meses e um com dois anos, refere este sentimento:

“...Não sei se eles vão crescer e dizer ai, podias ter-me deixado cá fora. Ai não sei se algum dia eles me vão odiar por eu os ter aqui comigo porque eles perderam muita coisa lá fora e podiam conhecer e só agora desde que comecei a ir em precária é que conhecem...” (Pilar, E09, pp 49 a 50);

Foi ainda feita referência à questão da discriminação que as crianças filhas de reclusas vivenciam fora da prisão pois estas crianças “passam a pertencer ao “grupo” dos filhos das presidiárias, e a população olha para elas como se tivessem as mesmas características das mães que estão presas, como a má conduta, o ato delituoso e a identidade criminal” (Torres 2011), como refere Carmo: “...É assim, há muito preconceito, eu própria tenho noção disso, aí as mães que levam os filhos pa cadeia...” (Carmo, E10, p.56).

Assim, se por um lado o ambiente prisional é considerado para alguns como um contexto agressivo, conflituoso, agitado, demasiado barulhento (Cunha, 1994) e pouco saudável para o desenvolvimento adequado das crianças (Neto e Bainer, 1997, citado por Serras e Pires, 2004), por outro, há quem defenda que a separação entre a mãe e a criança que ocorre antes dos 3 anos de idade, como referimos anteriormente, pode comprometer o desenvolvimento da criança.

Relativamente às principais necessidades/dificuldades sentidas por estas mulheres e crianças (tanto no caso das mães como das crianças a perspetiva em relação às necessidades é sempre da mãe e nossa, pela observação que realizamos) encontramos dois pontos comuns a todas as entrevistadas aos quais atribuem elevado significado. A questão da alimentação foi focada por todas, como sendo uma, senão a maior dificuldade sentida. Consideram a alimentação pobre, desequilibrada e insuficiente, podendo na sua opinião trazer problemas para a saúde dos filhos. Referem ainda, sentir-se incapazes de melhorar esta situação, uma vez que os produtos a que têm acesso na cantina e podem

comprar não passam por legumes frescos e frutas, como nos referem Isabel e Luísa: "...A questão alimentar foi francamente o que eu notei mais, ela teve algumas questões de foro gastrointestinal e mesmo também respiratório que eu creio ser comum a todos os bebês da Casa das Mães." (Isabel, E01, pp 1 a 2);

"...eu acho que cá não tem as condições que as crianças precisam, porque quem está preso somos nós não é as crianças, acho que na parte da alimentação das crianças tinha que ser melhor, tinha que ter mais frutas, mais verduras, mais legumes, esse tipo de coisas, já que eles não dão na alimentação que vendessem na cantina..." (Luísa, E07, p. 34).

Percecionamos que nos dias de visita cada uma das reclusas pode receber até um quilo de comida seca e já cozinhada que pode guardar na cela. Sem quaisquer condições de armazenamento ou refrigeração, esta tem de ser consumida no próprio dia ou no dia seguinte para não se estragar. Outra das formas de adquirir produtos é através da cantina da Casa das Mães. As que têm dinheiro auferido pelo trabalho que realizam ou enviado pelos familiares podem comprar na cantina; contudo, referem não existir grande variedade de produtos e principalmente produtos frescos e adequados às crianças, como nos diz Pilar:

"...acho que a senhora Diretora podia ter aqui na cantina e se nós temos dinheiro para comprar podia haver muita mais variedade para nós podermos dar aos nossos filhos. É porque não há nada... acho que há muita coisa que devia haver e que não há, um simples pão-de-leite. É porque eu pessoalmente não tenho visitas, porque a minha família é de longe, muito raramente tenho visita e para não estarem a gastar dinheiro. A gente trabalha podia haver muita mais coisa, podia haver fruta, aquilo só tem atum, salchichas que as educadoras dizem que é uma porcaria para as crianças, oreo, doritos, coisas saudáveis que podia haver não há... há tintas para pintar cabelos, vernizes pas unhas, isso temos tudo, não falta, deviam cortar nessas coisas, se isto é a casa das mães deviam cortar nessas coisas e pensar mais nas crianças e não nas mães." (Pilar, E09, p. 50);

Dos seus relatos, assim como pela observação efetuada nos momentos da refeição, quer na Creche, quer no refeitório na Casa das Mães, percebeu-se que a base da alimentação era sempre idêntica: carne acompanhada de arroz ou massa nas principais refeições, uma sopa consistente sempre com arroz ou massa adicionada e iogurte com bolacha maria e fruta, (quivi), para o lanche.

"(...) ela agora como já sabe falar há muitas coisas que ela às vezes pede e que aqui não há... mesmo no outro dia me chegou a dizer, mãe outra vez, tivemos uma semana aqui a comer a mesma coisa, arroz com carne, aqui a alimentação, produtos pos miúdos, as verduras aqui não há, é raro, devia haver, muita gente ia comprar, eles dão sempre maçã..." (Marta, E06 p 31);

"(...) a alimentação aqui não é variável, nem de perto nem de longe, não temos uma alimentação equilibrada... aqui nós não podemos fazer com que eles tenham uma alimentação mais equilibrada. Em relação à fruta, eu acho que consoante a época em que estamos devia vir a fruta da época, aqui não, é sempre maçãs e laranjas (...)" (Carmo, E10, p 56);

Outra grande necessidade referida por estas mulheres em relação aos filhos é a questão de estes poderem sair do EPT, tendo assim não só acesso a outros estímulos e

experiências, como poderem estar com a restante família. No Regulamento Interno da Casa das Mães encontramos a informação que permite compreender quais os requisitos fundamentais para que as crianças possam sair por períodos até 30 dias para junto da família:

Ligações da Criança com a Família e com a Comunidade

Artigo 24º

Saídas Temporárias

“Têm por objetivo promover a ligação da criança à família e ao meio, salvaguardando sempre o seu bem-estar.”

- 1) As saídas temporárias são efetuadas a pedido expresso da progenitora, formalizado em impresso próprio, dirigido à Sra. Diretora;
- 2) É solicitada informação à CPCJ / Tribunal de Família e Menores da área de residência do familiar sobre a disponibilidade e capacidade deste para prestar os cuidados ao menor;
- 3) Só após resposta positiva por parte destas entidades, é autorizada a saída do menor do EP.
- 4) Os menores só podem sair do EP, após os 6 meses de idade.
- 5) As saídas temporárias poderão ter uma duração até 30 dias, devendo iniciar-se de uma forma gradual de forma a facilitar a adaptação do menor à família.
- 6) As saídas temporárias devem ser solicitadas com 5 dias de antecedência.
- 7) Os menores não podem sair antes das 10h e o seu regresso ao EP dever ser até às 17h30.”

Referem que as crianças verbalizam a necessidade de conviver com os familiares, principalmente pais e irmãos dos quais se veem afastados com a entrada no EPT.

Também a questão de acesso a outro tipo de produtos que acabam por conhecer aquando das saídas para junto da família ou com as próprias mães em precária e a rotina bastante diferente e mais rica em experiências que a vida em liberdade lhes proporciona começa a dificultar a rotina fechada que vivem na casa das mães, como nos referem nos seus relatos, Isabel, Salomé e Margarida: “...A principal necessidade sentida é o pai...” (Isabel, E01 p, 4); “...Tem necessidade de ir à rua, pronto ele lá fora estava sempre a passear é diferente, aqui ele está preso, eu estou detida, não posso ir à rua, mas lá fora é totalmente diferente...” (Margarida, E13, p 71); “...Acho que a principal necessidade sentida pelo C é estar com a minha família, com a sua família, eu sempre ligo para a minha família, ando sempre com a foto da minha mãe, da minha filha do meu irmão e sempre pergunto onde está a avó C? Como chama a avó?” (Salomé, E02 pp, 12 a 13).

Quando questionadas sobre as suas próprias necessidades, estas mulheres, voltam a referir a falta que sentem dos filhos que deixaram na rua, as saudades e a tristeza em não poderem fazer parte do seu dia-a-dia, da família e da sua vida em liberdade. Sentimentos de

impotência e frustração são também evidentes nas suas narrativas, não só pelo exemplo que estão a dar aos filhos por estarem presas, como por tudo o que consideram não lhes poder proporcionar – como podemos constatar nos relatos de Margarida, Rute e Elvira: “...as minhas necessidades, sinto falta da minha filha, quem me dera estar perto dela.” (Margarida, E13, pp 71);

“...eu queria estar com a minha filha e ter o que dar pa minha filha, comprar coisas levar a passear, sentar-me e poder ver a minha filha comer hambúrguer, a brincar aquela aventura de criança, comprar a roupinha que ela gosta, ela já pede diz é gira é gira, é muito vaidosa...” (Rute, E05 p 26);

“...as minhas necessidades, há muitas coisas que eu gosto de dizer e que não está certo, é muito triste estar com filho na cadeia, é muito triste, não é uma boa imagem, não é uma boa recordação, não é uma boa coisa, porque crime não compensa nada, eu gostava de levar a vida de outra forma, ter esperança por dentro. Há pessoas que dizem nunca mais e voltam, mas eu nunca mais...” (Elvira, E11, pp 61 a 62);

Na verdade, tendo em conta os registos atrás apresentados podemos considerar que mesmo usufruindo de algumas regalias pelo facto de viverem a maternidade na prisão, as necessidades sentidas não podem ser facilmente colmatadas devido à situação de reclusão em que se encontram e à complexidade de regras deste contexto. Sendo percecionado por nós que, no entanto, poderiam ser minimizadas com o esforço do EPT no sentido de melhorar não só a alimentação fornecida como também fomentar mais oportunidades de aproximação destas mulheres e crianças à família que fica fora dos muros. Contudo, este aspeto, decorre igualmente das redes de apoio que têm no exterior e das suas condições materiais e pessoais para o desenvolvimento de contatos presenciais regulares.

Não podemos deixar de salientar que, no que respeita à alimentação, embora em relação à oferta do EPT estas mães tenham sido críticas em relação à falta de diversidade, nomeadamente legumes e frutas, e à desadequação às necessidades das crianças quanto ao que têm a possibilidade de adquirir no interior da prisão, quando, depois, se referem a alguns bens que gostariam de proporcionar aos seus filhos referem-se a produtos como hambúrgueres e roupas.

2. Razões para levar o/os filho/os para reclusão

Conhecer as razões na base da tomada de decisão de levarem consigo os filhos para o EPT, constituía-se outra das nossas preocupações. Segundo Robertson (2007) esta é uma decisão difícil para as mães, devendo fazer-se um balanço entre vantagens e/ou desvantagens. Nas narrativas das nossas entrevistadas são apontadas várias justificações. As reclusas que não dão entrada grávidas, justificam a sua decisão com a tenra idade dos filhos, considerando, independentemente de o contexto ser apropriado ou não, melhor e

mais benéfico permanecer junto dos mesmos, sentindo-se assim mais seguras, como nos diz Isabel:

“...ponderámos efetivamente a F ficar com os avós, a... por questões logísticas não foi possível e tendo a F também com 13 meses, achei, achamos todos aliás que seria muito brusco tirá-la da mãe e então decidimos ok... não é o melhor sítio para a F estar, mas acabo por poder cuidar dela e cuidar bem não há nada como a mãe e também pela questão laboral de que o meu marido nunca poderia adquirir estas funções.” (Isabel, E01, p. 2);

A amamentação é outro dos aspetos com particular significado nesta decisão, como refere Pilar:

“...trouxe-os, pois a k ainda era muito pequenina, o A era bebezinho ainda estava a amamentá-lo, não sei se foi egoísmo da minha parte, mas eu sou a mãe, eu sei como é que vou tratar deles, eu não estou lá, eu podia confiar os meus filhos a outra pessoa...” (Pilar, E09, p. 47);

Como sabemos, “em contexto prisional, a gestão da relação mãe-criança fica submetida às regras que regem a dinâmica prisional, podendo condicionar os cuidados prestados às crianças que, por conseguinte, pode influenciar a qualidade de interação entre as mães com as crianças” (Serras e Pires, 2004, p. 414). Por outro lado, como referimos anteriormente, existe quem defenda que a criança não se deve desvincular da figura materna “mesmo que isso signifique que a criança permaneça na prisão, cuja relação afetiva com a mãe é fulcral para o seu desenvolvimento, tanto motor como psicológico” (Serras e Pires, 2004, p. 414).

Importante também referir que as reclusas que criam os seus filhos dentro da prisão têm assim muitas vezes a possibilidade de o fazer num ambiente mais seguro do que aquele em que estariam no exterior. Pilar refere, precisamente, esta situação de incerteza em relação à vida fora dos muros do EPT: “...poder ver os meus filhos a crescer aqui também, mas eu prefiro estar aqui do que lá fora, eu não sei se estivesse lá fora o que já me podia ter acontecido...” (Pilar, E09, p. 47).

São também reforçadas as referências ao suporte dado pelas crianças na reclusão das mães, afirmando a maioria que não suportaria a cadeia se não tivesse os filhos consigo. Salomé é uma delas, tendo feito várias vezes referências ao filho como alento para enfrentar a sua reclusão:

“...eu não sei na verdade não sei como reagiria se não tivesse aqui o C, pelo menos eu agora, sabe eu gosto de ler eu gosto de me informar e agora sinto que tenho uma depressão, não tenho vontade para essas coisas, sabe quando estou com o C tudo passa...” (Salomé, E02, pp. 10 a 11).

Há ainda outro aspeto a referir enquanto fator decisivo para a ida das crianças para o EPT. Tendo em conta que, na generalidade, como tivemos oportunidade de referir anteriormente, as mães são as principais provedoras de cuidados aos filhos, aquando da

reclusão dá-se uma reorganização da dinâmica familiar, sendo que a principal preocupação são os filhos, e as questões ligadas à maternidade. Esta preocupação relaciona-se não só com os filhos que levam para dentro do EP, como também com aqueles que deixam à guarda da família, por não terem idade para entrar no EP aquando da detenção das suas mães (Granja, 2015). Perante esta situação, as famílias são muitas vezes confrontadas com uma realidade económica, laboral, financeira e até de distância em termos territoriais que não permite suportar a educação destas crianças.

Carmo, para além dos dois filhos que tem consigo no EPT, partilha a sua cela na Casa das Mães com a irmã, ambas detidas pelo mesmo processo. Aquando da detenção, a irmã deixou ao cuidado da avó materna a sua filha de 8 anos:

“...O D e o G nasceram cá... Nunca pensei mandá-los lá para fora visto serem gémeos, a minha mãe não tinha condições, sozinha com duas crianças, ainda por cima a minha mãe já tinha a minha sobrinha, a minha sobrinha quando nós fomos presas já tinha 8 anos portanto já era uma criança se lhe desse mais duas...” (Carmo, E10, p. 54).

Granja (2015) refere que a maioria das mães não pode deixar os filhos ao cuidado dos pais, muitas vezes já ausentes da vida das crianças ou também eles em situação de reclusão, pelo que, em alternativa a levar os filhos para a prisão ou quando, por razões de idade dos mesmos, tal não é possível, são mobilizadas redes informais de cuidados infantis sendo sobretudo outras mulheres da família a assegurar os cuidados das crianças filhas de mães reclusas. Contudo,

“A assistência familiar é por vezes insuficiente e limitada, especialmente entre as redes informais de apoio com escassos recursos económicos, materiais e sociais e com vários elementos presos (Cunha, 2008a). Quando as redes informais não são capazes de assumir os cuidados de filhos de pais e mães reclusos, as crianças podem ser institucionalizadas (...) e/ou entrar num complexo circuito no qual os irmãos são distribuídos entre parentes, vizinhos e/ou instituições” (Granja, 2015, p. 162)

Em síntese, podemos considerar os seguintes fatores principais na base da decisão destas mulheres em levarem os filhos consigo para o EP aquando da sua detenção: estarem grávidas e os mesmos terem nascido e permanecido em contexto prisional; a tenra idade dos filhos e o facto de ainda os amamentarem; a importância que a presença dos filhos tem no amenizar da situação de reclusão; a incapacidade quer de tempo, quer financeira por parte das famílias para assegurar as necessidades de uma ou mais crianças, uma vez que as que não têm idade para permanecer no EPT na generalidade já ficam à sua guarda. A par disto referem ainda sentirem-se mais seguras com o facto de terem os filhos por perto e continuarem a ser as suas principais cuidadoras independentemente de acharem que o EPT podia ter melhores condições para as crianças.

De referir que, dos seus discursos, fica claro que o facto de poderem manter os filhos junto de si representa a possibilidade de desenvolverem as suas responsabilidades

maternas, fazendo com que estas mulheres sintam que não se demitiram, apesar dos atos cometidos, do seu papel de mãe e que lhes é possível, ainda assim, exercerem a sua maternidade.

3. Desenvolvimento das crianças em reclusão com as mães

Procuramos igualmente perceber como estas mulheres consideravam ser o desenvolvimento dos filhos em contexto prisional. Quando analisamos as suas narrativas relativamente a este aspeto, a maioria refere que o facto de as crianças estarem confinadas a um espaço relativamente pequeno e sem os estímulos que teriam no exterior pode interferir no seu desenvolvimento.

Isabel aponta a apatia que nota na filha que trouxe consigo aquando da reclusão, tinha ela 13 meses:

“...Noto é uma maior apatia em alguns períodos do dia, às vezes aos fins de semana noto mais, que não notava lá fora, ela é uma bebé muito agitada, muito dinâmica e não sei se tem a ver com a questão de ela perceber que está mais confinada, ela não é aquele tipo de criança que goste de estar sem fazer atividades...” (Isabel, E01, p. 4);

Contudo, verificamos que na maioria as referências ao desenvolvimento dos filhos são positivas. Vejamos, então, a forma como estas mulheres concebem o desenvolvimento dos filhos. A maior parte das entrevistadas relaciona o desenvolvimento com a saúde, o peso, o crescimento, a forma de andar, falar, o comer bem e estabelecem associação com a idade. Ou seja, os mais velhos, segundo a opinião das mães, que são mais autónomos, dominam melhor a linguagem, neste caso são os que consideram mais desenvolvidos.

“O desenvolvimento deles é bom, eles são crianças bem desenvolvidas, eles começaram a gatinhar antes dos 6 meses, cresceram logo os dentes todos da frente, tanto de um lado como do outro, portanto em relação ao desenvolvimento não tenho assim nada de problemas, até na fala percebe-se bem o que dizem, até são crianças inteligentes á primeira percebem tudo.” (Carmo, E10, p. 54);

“Ele está a desenvolver bem. Quando entramos aqui o S era uma criança que estava muito gordinho, muito fofinho assim, mas depois que nós entramos aqui acho que tem a ver com o crescimento, ele cresceu muito, porque ele era muito gordinho mesmo, sabe ele nasceu com 4 quilos. Só que começou a perder peso, mas acho que tem a ver com o crescimento porque eu acho que para a idade que tem ele é altinho...” (Vera, E15, p. 80);

Consideram, também, que as crianças que nascem ou que entram com poucos meses de vida no EPT têm um desenvolvimento que consideram normal, na sua opinião idêntico ao que teriam na rua. No entanto não consideram que as mais crescidas se desenvolvam de igual forma. Neste sentido, estas mulheres, remetem a questão para a

Creche, na sua opinião a Creche devia ter pessoal capacitado para além das educadoras de forma a estimular as crianças em prol de um desenvolvimento efetivo com atividades e aprendizagens mais enriquecedoras, sendo percebido por nós um conceito de desenvolvimento relacionado com aspetos cognitivos, como nos relatam Pilar e Luísa:

“O desenvolvimento deles aqui isso é que é uma parte também importante, a k, eu sei que foi um risco trazê-la para aqui, porque ela está privada de muita coisa...a k aqui não está a ter uma evolução, a k entrou aqui com 2 anos, já contava até 10, já dizia o a e i o u, já sabia as cores todas. Com 2 anos, aqui na creche ela não desenvolve, nada. O A, é a k que o vai ensinando o que eles aprendem na creche é o que eles vêm fazer aqui é o quê? É baterem-se é chamarem feia e outros nomes, não sei, não sei o que fazem lá na creche para eles aprenderem a ser autónomos” ... (Pilar, E09, pp 48 a 49);

“O desenvolvimento, não é que não tenha desenvolvimento, mas eu acho que na creche não tem tantas pessoas capacitadas para tarem ali, porque só têm duas que são educadoras e o resto são reclusas que tão ali, eu acho errado, tinha que ter uma educadora própria da rua para o desenvolvimento, não que não cuidem bem delas, mas estão só ali, não estão capacitadas, elas não têm formação para estarem ali, acho que tinha que ter mais educadoras, mais capacitadas para estarem ali...” (Luísa, E07, pp 35);

Em relação ao tempo que passam com os filhos na Casa das Mães, algumas mulheres, referiram estimulá-los através de histórias, música, DVD e jogos. Neste sentido há que evidenciar a importância da atividade lúdica como ferramenta fundamental para a aprendizagem, desenvolvimento emocional, afetivo e relacional das crianças. Como sabemos, o desenvolvimento principalmente em idades precoces é um processo complexo e de constante mudança. A interação entre mãe e filho facilita e satisfaz a necessidade do contacto e do afeto, essenciais para a criança se sentir segura.

Aquando da observação na Casa das Mães, tivemos oportunidade de visitar algumas das celas onde vivem estas crianças. Todas as que visitámos estavam bastante arrumadas, organizadas e limpas. Dispunham de uma cama para a mãe e de um berço em ferro branco para as crianças. Em todas havia bastantes brinquedos, livros e jogos.

Vera e Isabel focam a questão do estímulo nas suas narrativas: “eu acho que ela se desenvolve bem, eu também a estimulo muito, no período da noite, pronto, as horas em que ela está comigo, desde livros, a cd’s a jogos, eu acho que ela está bem estimulada...” (Isabel, E01, p. 3);

...”É assim, eu puxo muito por elas, eu estou sempre a puxar muito por elas, mesmo elas em casa eu puxava muito por elas, elas estiveram comigo 9 meses, depois elas iam comigo po trabalho, como o salão é meu eu levava elas, depois quando começaram a gatinhar já não dava e pu-las na creche, então sempre estimei muito elas, não aquela mãe que colocava no ovinho e ficava, não sou assim, mesmo na cela, estou sempre sentada no chão com elas, brincando com elas, conversando com elas, to sempre estimulando elas.” (Vera, E07, p 35).

A situação referente aos cuidados de saúde prestados pelo EPT às crianças constituía outra das nossas preocupações. Nas narrativas destas mulheres verificámos a

normal preocupação sentida sempre que os filhos adoecem. Como temos vindo a referir em vários momentos deste trabalho, os estabelecimentos prisionais são instituições com regras e normas que além de bastante específicas são também rígidas. Em relação aos cuidados de saúde prestados pelo EPT existem, também, procedimentos específicos ao contexto de prisão aos quais estas mães têm de se sujeitar. Relativamente a esta questão o regulamento interno da Casa das Mães diz:

Artigo 8º
Apoio médico e medicamentoso
Este artigo rege-se pelo seu homólogo do CEPMPL e RGEP.

- 1) O EP dispõe de Consulta de Pediatria (em regime de voluntariado) regular e existe uma enfermeira responsável pela Casa das Mães;
- 2) As reclusas podem ter em sua posse medicação prescrita para os filhos, sob supervisão da Enfermeira;

Nas narrativas analisadas podemos perceber a impotência sentida por estas mulheres em não poderem prestar os cuidados de saúde aos filhos, visto não poderem deslocar-se sozinhas ao hospital ou a consultas sempre que acham necessário. Estando dependentes de uma instituição que na sua opinião, não presta estes cuidados da melhor forma, ou pelo menos de acordo com a sua vontade ou expectativa, como podemos constatar nos relatos que se seguem de Salomé e Rute:

“...os cuidados de saúde para mim não funcionam... O C na semana passada passou 3 dias sem ir à creche, a enfermeira disse se ele fizer febre avise-me- ele fez febre a enfermeira disse ah vamos esperar a ver se continua. Mas vamos esperar até quando? Ninguém nos levou ao hospital. Eu tinha na minha cela ben u ron e dei-lhe, falava com a enfermeira que dizia sempre, vamos esperar a reação de amanhã, no dia a seguir febre, quase 40 de febre, mas então vamos esperar assim até quando?” (Salomé, E02, p 13);

“...aqui cuidado de saúde é mau (...) nós entramos aqui, a minha filha tem pele atópica, desde que entrei aqui, estou à espera de consulta até hoje e disseram que tínhamos consulta 22 deste mês que passou e não nos chamaram. A minha filha tem marca, marca de borbulha nas costas, nas pernas porque ela tem que ter cuidados com a pele, dão pra ela óleo Johnson e ela só pode usar anti alérgico. Depois na visita tenta entrar o creme para ela e dizem que não pode entrar. Depois tem tosse a enfermeira diz põe soro, a única coisa que mandam por na criança é soro, só isso, não faz aerossol, faz ventilam isso é o quê? Porque a gente sente que está realmente presa, se tá lá fora vai na urgência. Não acho bem, não corre muito bem.” (Rute, E05, pp 26 a 27);

Os serviços clínicos do EPT situam-se numa casa perto da Creche. Para além de enfermeiras, o EPT dispõe ainda de uma pediatra voluntária e de uma médica de clínica geral. Sempre que alguma criança adoce a mãe pede para a criança ser vista pela pediatra, na ausência da pediatra, a criança é vista pela enfermeira que avalia a situação até a pediatra comparecer na Casa das Mães. Tivemos oportunidade de observar apenas um

dia, uma segunda-feira em que a maior parte das crianças não compareceu na Creche no período da manhã para serem vistas pela pediatra.

Nas suas narrativas, é também evidente o sentimento de que por vezes as questões de saúde dos filhos são desvalorizadas pelos clínicos, que os medicamentos demoram a vir e as consultas exteriores difíceis de conseguir, como nos dizem Elvira e Salomé: “Com a conjuntivite igual, ficou sem ir à Creche e o medicamento demorou 3 dias a chegar, a pediatra também o mandou ir a uma psicóloga na rua, até agora nada...” (Salomé, E02, p 13);

“...saúde corre mal, com a pediatra é voluntária, a S passou a semana passada com febre a chegar aos 40 e tem 21 quilos... a guarda porque não bateste à porta? Não bati porque vocês não têm medicação, mas foi lá buscar o ben u ron 250, 250 não faz nada, com os quilos que já tem. Depois pus aquilo, pus a água mais fria assim com os panos e dia seguinte disse não há medicação, não há nem nos clínicos, passaram 2, 3 dias e disse que não há medicação. Ok fui à diretora, vi a diretora que estava lá fora a passear com as novas guardas e disse Dra. Queria falar com a senhora, a S está com febre. Pedi Sra. Diretora, pedi a medicação dela o brufen, porque uma criança precisa. “Ah se calhar ainda vai comprar”. Quem sou eu para dizer que vai comprar ou não, passando 4 dias, entregou-me o brufen, a febre já tinha passado...eu estou à espera da consulta há um ano, até hoje estou a esperar, uma consulta externa, quem paga sou eu 70 euros.” (Elvira, E11, p 62);

No entanto ao analisarmos todas as narrativas, verificamos que existem algumas opiniões diferentes - mais positivas no que respeita a qualidade dos cuidados prestados não só às crianças, como às próprias mães pelo EPT. Neste sentido, Teresa tem uma opinião diferente:

“...eu tive, uma carta que dizia que tinha um problema e levaram-me para tomar as injeções, foi logo resolvido no meu caso. Eu vejo que há pessoas que estão aí muito tempo, mas acho que são pessoas que não sabem vir falar com as guardas, chegam eu to doente, levem-me. Eu chego e digo, não estou passando bem, podem levar-me aos clínicos, há como me levarem aos clínicos? Para mim nunca me faltou nada, eu vejo casos de mães aí com filhos com problemas nas vistas, vários casos que a gente aí vê e que não foram à consulta externa, eu cheguei e eu já tive consultas externas, as minhas filhas já foram na consulta externa no pediatra. O pediatra disse a MC tem que ir nas consultas de cardiologia, ela foi operada e tem que ir nas consultas de cardiologia e vai. Da cardiologia já foi, o sopro já fechou e graças a deus já não tem mais nada, to à espera das outras consultas, mas eu prefiro pedir, não chego lá exigindo, mas vejo gente que anda cá, crianças com 3 anos e que não foram ainda a uma consulta...” (Teresa, E07, pp 37 a 38);

Deparamo-nos com diferentes opiniões relativamente aos cuidados de saúde, sendo no geral a opinião de que os mesmos não correm bem. De acordo com Teresa, talvez pela forma como as mulheres abordam as guardas ou pela forma como fazem o pedido. Contudo não consideramos pela observação feita, que existisse tal parcialidade por parte das guardas, principalmente tratando-se de assuntos que envolvem as crianças e em situação de vulnerabilidade, visto se encontrarem doentes, uma vez que já referimos a postura atenta e afetuosa nas interações entre guardas e crianças aquando da observação na Casa das Mães.

4. Quotidianos de crianças em reclusão com as mães e as respostas socioeducativas

Outro aspeto central na nossa investigação diz respeito ao quotidiano das crianças. Quer a partir da análise às narrativas das mães, quer pela observação realizada, foi possível perceber que a rotina destas crianças difere entre os dias de semana e os fins de semana. Durante a semana, a maioria das crianças acorda até às 7h30, tomam o pequeno-almoço, dado pelas mães, e seguem para a Creche pelas mãos das auxiliares, também elas reclusas.

Chegam à Creche às 9h00 e lá permanecem até às 17h00, altura em que regressam à Casa das Mães, como refere, Luísa: "...eu levanto-me pelas 6h30, 6h45, arranjo elas, dou o pequeno-almoço pa elas e elas vão para a Creche, depois a Catarina como é lá auxiliar já traz o carrinho e elas vêm às 16h30, 17h com a Catarina (...)" (Luísa, E07, p. 35);

Como já tivemos oportunidade de referir anteriormente, ao longo dos cerca de 4 meses em que decorreu a pesquisa, uma ou duas vezes por semana, passávamos o dia na Creche com as 19 crianças que, à data, a frequentavam.

As crianças chegavam acompanhadas das auxiliares e eram recebidas pelas educadoras na sala da televisão, onde lhes tiravam as mochilas, os casacos e lhes vestiam um bibe aos quadrados castanhos e brancos. A sala da televisão era em vários momentos do dia o ponto de partida para a rotina diária, ou seja, para as salas, para o recreio, ou onde se reuniam no fim das refeições. Nestes momentos as educadoras ou auxiliares colocavam DVD infantis, cantando com as crianças, ou dançando pequenas coreografias. Depois eram novamente distribuídas pelas respetivas salas, acompanhados da educadora e das auxiliares. De forma sucinta a rotina na creche iniciava-se com a chegada das crianças às 9h, seguindo para o recreio onde permaneciam até às 10h50/11h00. De seguida fazia-se a higiene e eram novamente encaminhadas para as respetivas salas onde era servido o almoço. Ajudávamos as crianças a comer e no final da refeição seguíamos para a casa de banho onde eram trocadas as fraldas e tirada a roupa, ficando só em bodie interior para as colocarmos nos berços (berçário), onde dormiam a sesta até sensivelmente às 14h/14h30. Os meninos que acordavam antes eram levados nos seus berços para a sala da televisão para que os restantes pudessem continuar a sua sesta. No berçário ficava sempre uma auxiliar durante todo o período de sesta e uma das educadoras também ficava na Creche revezando a hora do almoço com a colega.

Depois de todos acordarem, fazia-se novamente a higiene e seguiam para as respetivas salas para lanchar. As crianças da sala dos 12 aos 24 meses comem à vez, cada uma das auxiliares senta uma criança no chão da área da leitura ou num banquinho e dá-lhe o lanche, tirando o babete no final, controlando desta forma quem ainda faltava lanchar. Na sala dos mais crescidos o ritual é igual ao almoço, sentam-se nas mesas da sua sala e

lançam com a ajuda da educadora e das auxiliares. Terminado o lanche seguíamos novamente para o recreio, onde permanecíamos até às 16h30/40, hora em que se começava a preparar as crianças para regressarem à Casa das Mães, novamente pela mão das auxiliares.

Na Creche, as crianças passavam a maior parte do dia no recreio brincando livremente. Nos momentos em que estivemos presentes no recreio era prática recorrente as educadoras entoarem canções, ou fazerem bolas de sabão, mas na maior parte do tempo deixavam as crianças correr, brincar livremente, uma vez que tirando estes momentos estão confinadas a uma ala da Casa das Mães. Como diz Portugal (2010, p. 21) “não se trata, na Creche, de forçar o desenvolvimento, mas garantir que as experiências e rotinas diárias da criança lhe confirmam segurança emocional e encorajamento... para aprender em casa, na escola e ao longo da vida”.

A nossa relação com as crianças foi sendo fortalecida através de muita brincadeira e afeto quer nos cuidados que prestávamos nos momentos da refeição e higiene, como no tempo em que partilhámos brincadeiras no recreio, a empurrar triciclos, a jogar à bola, correr e jogar às escondidas.

É também importante referir que as salas se encontram bastante organizadas, assim como bem apetrechadas de materiais lúdicos e didáticos de acordo com as faixas etárias. Neste sentido segundo Portugal (1998, p.204):

“(...) independentemente dos fatores que influenciam a qualidade do contexto educativo como a segurança, saúde, desenvolvimento e aprendizagem, que incluem aspetos como espaços, equipamentos, brinquedos e materiais, o ambiente da Creche não é definitivo, planejar, arranjar, avaliar é um processo contínuo na busca da qualidade e daquilo que melhor se adequa às crianças em questão.

Uma vez que nesta Creche, a transição para as diferentes salas não se rege propriamente ou obrigatoriamente pela idade, mas sim pelas competências e aquisições que as crianças vão revelando, os grupos eram bastante heterogéneos no que respeita a idade. Durante o período de observação, foram poucas as vezes que vimos realizar atividades organizadas e planeadas com objetivos específicos por parte das educadoras, registando-se apenas duas atividades de expressão plástica desenvolvidas em sala e uma, logo no primeiro dia da nossa visita ao EPT, em que encontramos os meninos a passear pelo pinhal do EPT e a identificar elementos da natureza. As educadoras justificam esta rotina com o facto de estar bom tempo, ao contrário das estações de outono e inverno onde reforçam as atividades em sala visto não poderem usufruir do recreio exterior devido ao mau tempo,

sugerindo esta explicação que o projeto educativo fica em segundo plano no período de verão a favor de mais tempo de brincadeira livre e ao ar livre, privilegiando a liberdade, até pela importância que assume neste contexto educativo, onde as crianças vivem em grande isolamento.

Não defendemos que o brincar livremente seja substituído por atividades organizadas, muito elaboradas e que as crianças tenham o tempo permanentemente ocupado de forma dirigida pelos adultos; contudo, também nos parece necessário proporcionar situações pedagógicas, que requerem organização, planeamento e mediação do profissional da educação, tendentes a desenvolver nas crianças o espírito crítico e criativo, capacidades de cooperação, de autonomia e de responsabilidade, como, aliás, previsto no Manual de Processos Chave – Creche, já referido neste trabalho, nomeadamente no que se refere às considerações para elaboração de projeto pedagógico. Estas situações pedagógicas podem ser desenvolvidas quer em espaços interiores, quer em espaços exteriores, não nos parecendo, portanto, que a sua maior ou menor existência se justifique em função de cada estação do ano.

Salientamos, no entanto, que as educadoras investem nas datas festivas, contando com o apoio da Associação Dar as Mãos, que proporciona às crianças algumas atividades lúdicas e presentes nestas datas. Tivemos a oportunidade de observar as preparações festivas do Dia da Mãe e do Dia da Criança, atividades e atividades que proporcionam também um momento partilhado pelas mães e filhos em contexto educativo, dinâmicas que se revelam da maior importância mas que, pudemos perceber, estes momentos favorecedores de dinâmicas relacionais mães/filhos/Creche são quase inexistentes. Sobre a interação com a Creche, a reclusa Carmo refere: “...Em relação a nós, não, não temos relação praticamente nenhuma com a Creche, nós só sabemos recados da creche quando por exemplo um morde a alguém, um bate a alguém, só aí é que a Creche entra em contacto connosco. Ou então quando já estão fartos de pedir alguma coisa...” (Carmo, E10, p, 54).

Mesmo quando confrontadas com a questão da rotina da Creche, estas mulheres na sua maioria dizem desconhecer o que os filhos lá fazem, como nos referem Amélia e Margarida nos seus relatos: “...A Creche, não sei o que lá fazem, elas não dizem, se pudesse até marcava uma reunião com as educadoras...” (Margarida, E13, pp 70).

“...Eu sinceramente não sei o que eles fazem na Creche, é assim eu acho que foi no ano passado que nós vimos fotografias que eles vão sair mas sinceramente não sei onde vão. As educadoras podiam falar mais um bocadinho, eu sei que eles vão passear, mas onde não sei, elas não nos informam, não sabemos o que eles fazem, sabemos que eles fazem coisinhas mas não sabemos bem o que eles fazem...” (Amélia, E12, pp 66);

O envolvimento e a participação das mães na vida dos filhos promovida pela Creche é, como podemos observar, inexistente. Ao longo de quatro meses, além do Dia Mundial da

Criança em nenhum outro momento pudemos observar o contacto entre as educadoras e a Casa das Mães, assim como não tivemos conhecimento que qualquer mãe tivesse pedido um momento com as educadoras a fim de tratar de assuntos relativos à educação dos filhos. A este propósito as educadoras referiram que as normas de segurança são apertadas e uma constante, impedindo, na maior parte das vezes, esta aproximação.

Ainda que a grande maioria das mães desconheça o trabalho da Creche, esta é valorizada particularmente por permitir que as crianças passem o dia a brincar e com oportunidade de o fazer ao ar livre, como nos refere Vera ao falar das rotinas de fim de semana:

“...Ao fim de semana, eu acho que as crianças preferem mais estar na Creche do que aqui porque na Creche, pelo menos na Creche eles têm mais atividade, estão todos juntos, aqui a única coisa ao fim de semana é ficar a correr na ala porque eles não tem brinquedos aqui não têm nada então é ficar a correr de um lado para o outro e quem não deixa, nem sai da cela. É como eu, aos fins de semana como ele gosta de ficar na cela eu nem saio, vê boneco, ouve música e é só isso não temos nada para dar para eles no final de semana.” (Vera, E15, pp.81).

Neste sentido, era importante desenvolver estratégias de aproximação das mães à Creche e às educadoras, para que exista uma partilha das observações, das conquistas e das derrotas da criança, permitindo assim melhores níveis de adaptação e de desenvolvimento da mesma. “ (...) Ambos, pais e educadores, ganham mais segurança nos seus esforços mútuos no sentido de facilitarem a transição entre a casa e o infantário, e pais e educadores com diferentes crenças sobre a educação infantil, os cuidados e as primeiras aprendizagens muitas vezes alargam a sua percepção do que é possível” (Post e Hohmann, 2011, p. 329).

Esta Creche pode, no entanto, considerar-se atípica, diferindo em alguns aspetos das Creches que encontramos no exterior, desde logo pela sua inserção em contexto prisional.

Começando pelo número de crianças, esta Creche apresenta um número bastante oscilante de crianças durante o ano; mesmo no decurso dos 4 meses em que ocorreu a observação este número foi variando em função da situação dos processos de reclusão das mães (concedida liberdade e extradição para o país de origem das reclusas estrangeiras a meio da pena, são exemplos).

Também a equipa técnica que acompanha diariamente estas crianças difere das Creches do exterior; além das duas educadoras, as auxiliares são também elas reclusas no regime de RAI. Sem deixarem de ser carinhosas e afetuosas, assim como atentas na maior parte do tempo para com as crianças, tinham constantemente de ser orientadas pelas educadoras. Esta necessidade de orientação permanente foi referida pelas educadoras, nas inúmeras conversas informais que fomos tendo, como sendo desgastante e referida como

resultado do facto de esta equipa de auxiliares estar sempre a ser alterada – ou por acumulação de tarefas não poderem estar na Creche, ou por doença, ou porque saíam em precária ou em liberdade – acabando por estar sempre alguém novo na equipa a substituir quem falta, tornando difícil a tarefa das educadoras em munirem com o mínimo de competências para as funções desempenhadas por estas mulheres.

No início da observação, em abril de 2017, a equipa de auxiliares era composta por 7 elementos, no último mês de observação chegaram a estar afetadas a esta mesma equipa apenas 4 mulheres.

É de ter em conta que a equipa que acompanha as crianças deve ter as competências necessárias para desenvolver as funções que cabem no contexto Creche, independentemente de esta se situar numa prisão, promovendo ambientes e interações enriquecedoras para que a criança se desenvolva com qualidade.

Foi possível constatar, também, que muitos foram os momentos em que o vocabulário utilizado por estas auxiliares não era o mais apropriado quando se trabalha com e para crianças; acresce, ainda, uma postura conflituosa que começaram a revelar manter com as educadoras no último mês de observação (julho 2017).

As educadoras por sua vez, ao longo de todo o trabalho de campo revelaram-se bastante disponíveis, atentas, assim como bastante afetuosas para com as crianças e mantendo sempre uma postura bastante assertiva mas respeitosa em relação às auxiliares, procurando sempre promover o seu envolvimento na dinâmica e rotina da Creche.

Outro aspeto relevante relativamente à rotina da Creche é, o facto de as educadoras não poderem contemplar saídas ao exterior no seu projeto educativo, no período em que decorreu a observação, dado que a carrinha do EPT que fazia o transporte das crianças se encontrava avariada, à data, havia já 5 meses. Se tivermos em conta que muitas destas crianças só saem do EPT em contexto educativo, ficam assim privadas de qualquer experiência ou vivência fora dos muros da prisão. No decurso da observação a única visita que faziam ao exterior era às quartas-feiras, no período da manhã, sendo escolhidas de forma aleatória 4 ou 5 crianças que iam a uma escola em Barcarena (não identificada para efeitos desta investigação) na qual os alunos do 12º ano tinham um projeto de voluntariado e dinamizavam algumas atividades lúdicas com as crianças selecionadas do EPT.

Regressando à rotina diária das crianças, o seu período de permanência na Creche termina pelas 17h, altura em que regressam à Casa das Mães. Nos dias em que continuávamos a observação posteriormente neste pavilhão, tivemos a oportunidade de as acompanhar na curta viagem de cerca de 200 metros que separam as duas instalações. O regresso era feito com bastante entusiasmo, chegados à Casa das Mães corriam para as

mesmas que os esperavam no corredor na presença das guardas. Depois de muitos abraços e beijinhos seguiam com as mães para as respetivas alas, onde brincavam no corredor até à hora do jantar.

Às 17h30 o jantar das crianças está pronto para ser levantado. Esta foi uma questão por nós colocada às mães e posteriormente às guardas, quando na observação percebemos que as crianças não jantavam no refeitório, nem no mesmo horário das mães. As mães referiram que lhes foi imposto, uma vez que as crianças demoram a comer e elas acabavam por não ter tempo de jantar antes do fecho das celas às 19h. As guardas confirmam a informação dada nesta resposta, explicando que antigamente mães e crianças jantavam no mesmo período, mas que as crianças demoravam realmente muito tempo a jantar, não dando tempo às mães de terminar a refeição antes das 19h, pelo que foram instituídos horários diferentes para a refeição: 17h30 para as crianças, que comem nas alas, e 18h para as mães, que comem no refeitório. Às 19h o recolher nas celas é obrigatório.

O levantamento do jantar para as crianças é feito pelas mães, que se deslocam ao refeitório levando consigo caixas de plástico onde trazem o jantar dos filhos. Nos dias em que participámos neste momento as reclusas referiam que se tratava de dias atípicos, pois normalmente ao invés de irem buscar cadeiras e ficarem no corredor da ala a dar o jantar aos filhos enquanto conversavam connosco levavam as crianças para as celas onde os sentavam no chão ou em mesas de atividades (as que as têm) para jantar. Quando estivemos presentes na hora do jantar, as crianças não se sentavam, corriam e brincavam pelo corredor entre colheradas de arroz e carne e as mães iam partilhando a refeição da mesma colher com outras crianças que delas se aproximassem.

Pelas 18h eram novamente chamadas pelos altifalantes para se dirigirem ao refeitório. No refeitório e uma vez que as crianças já iam jantadas, umas optam por sentá-las nas cadeiras de refeição adequadas e outras nos carrinhos de passeio junto à sua mesa, outras deixavam-nos andar livremente pelo espaço do refeitório em brincadeira constante.

Uma vez que o jantar é servido bastante cedo as mães recebem um reforço/lanche (pão, leite ou iogurte e bolachas) para se tiverem fome durante a noite, contudo foi referido por uma das entrevistadas que este reforço é dado apenas às mães e não às crianças. Como nos diz Patrícia: "(...) ao jantar só nós mães é que temos direito a um reforço, nós as mães. Tiro do meu reforço para dar ao meu filho, porque a gente come muito cedo, eles então dão pão, ou dão bolachas com iogurte ou bolachas com leite..." (Patrícia, E16, p. 86).

Depois do fecho das celas às 19h, os cuidados às crianças prolongam-se até à hora destas dormirem. As mães aproveitam para lhes dar banho e, algumas, o jantar que guardaram, pois referem que as crianças comem melhor mais tarde e depois de estarem nas celas mais tranquilas. Tivemos oportunidade de falar com as mães sobre esta questão,

pois muitas referiram que os filhos às 17h30 não tinham muita fome para jantar o que na nossa opinião consideramos normal não terem apetite a esta hora, uma vez que lancham na Creche por volta das 15h 15h30. Já nas conversas estabelecidas com as educadoras e com as guardas a opinião era diferente, referindo que assim que as crianças chegavam da Creche, as mães enchiam-nas de doces que adquirem na cantina e que depois as crianças fazem birra para jantar. Nos momentos em que estivemos presentes, vimos apenas uma vez uma mãe a dar um rebuçado às crianças da sua ala antes da hora do jantar, o que pode estar relacionado com a nossa presença.

Depois do fecho das celas, o resto do tempo é ocupado a brincar ou ler histórias aos filhos antes de dormir, como referem Luísa e Sofia:

“...depois quando fecha eu dou banho nelas, dou banho, brinco com elas, deixo os brinquedos todos pelo chão, deixo-as à vontade, depois que elas dormem é que eu arrumo tudo, elas dormem às 21h30, 21h45 e dormem a noite toda...” (Luísa, E07, p. 35);

“...Depois chega a hora de ir buscar o jantar, ela come bem, mas por acaso se ela não quiser logo eu vou buscar e deixo lá e depois quando somos fechadas às 19h, eu dou banho e depois ela come, porque eu acho que elas lancham na creche e às vezes ela chega e não quer logo...” (Sofia, E04, p. 21).

Ao fim de semana, a rotina da criança é diferente. As mães apontam alguns fatores que dificultam a gestão nestes dias, sendo atribuído particular significado ao facto de não haver Creche dado que, em consequência, as crianças ficam confinadas a um espaço relativamente pequeno, durante muitas horas. Referem que a situação se complica, com barulho e confusão; nas palavras de Isabel:

“...O ambiente confinado só à ala não é muito saudável, é um espaço relativamente pequeno, as crianças também algumas são mais violentas do que outras e acaba por haver uma espécie de barulheira e atrito e uns dormem e outros não, o barulho é enorme e acaba por ficar tudo assim um bocado confuso...” (Isabel, E01, p. 2).

Ao domingo têm uma hora de recreio de manhã e outra à tarde; ao sábado têm as duas horas de recreio de manhã, ficando a tarde reservada para as visitas.

O tempo de recreio, dizem, passa a correr e quando termina as crianças normalmente choram, pois não querem regressar para as alas, principalmente no verão, altura em que é dia durante mais tempo e as crianças não querem sair dos pátios exteriores, onde gostam de brincar, nomeadamente, com água.

A maioria das mães considera que a favor das crianças e de melhores condições para as mesmas deviam ter mais tempo de recreio, uma vez que tirando o recreio não existe qualquer outro tipo de ocupação para as crianças na Casa das Mães; se não passassem

tanto tempo fechadas ao fim de semana, tal contribuiria para amenizar o barulho, a agitação e as situações de conflito que acabam por ser mais frequentes nestes dias.

Questionadas sobre a existência de atividades das quais possam usufruir com os filhos, na generalidade, as mães referem não existir: “...Aqui na Casa das Mães não há atividades e isso é que era importante também aqui, eu acho.” (Natália, E03, p 16);

“...aqui não temos atividades, temos o recreio, junta as crianças, mas não tem nada de atividades. Eu acho que era bom haver mais atividades, no fim de semana também não tem Creche era bom haver coisas para distrairmos com as crianças, não há Creche temos visita, quem não tem visita fica na ala...” (Rute, E05, p 25);

“...aqui a gente não tem muitas atividades a não ser quando há festas que a Creche proporciona aos meninos de resto a gente não tem atividades absolutamente nenhuma, eu acho que deveria haver, não só para eles como para até pa gente, porque eles já estão aqui fechados com a gente a única coisa que eles fazem é na Creche. Aos fins de semana por exemplo eles não têm nada chegam aos sábados e aos domingos, a gente aos sábados tem a visita, mas depois da visita eles não têm absolutamente nada aqui ficam fechados e eu acho que devia haver não só para o desenvolvimento de algumas crianças... mais coisas para ocupar o tempo de uma forma melhor.” (Patrícia, E16, pp 85);

Nos relatos acima transcritos percebemos que o facto de a Creche não funcionar ao fim de semana reforça a importância de atividades das quais pudessem usufruir. Uma ocupação que se revelasse num tempo de maior qualidade entre mãe e filho e da própria relação entre pares, que se torna mais conflituosa nestes dias em que não há Creche, como já demos conta relativamente ao ambiente vivido na Casa das Mães.

É igualmente feita referência a uma sala lúdica que existe na casa das mães, manifestando a importância da utilização da mesma; por estar equipada com material lúdico e didático afirmam que se revelaria uma mais-valia para a ocupação do tempo dentro das alas, principalmente ao fim de semana e no inverno quando não podem ir ao recreio. Atribuem-lhe assim grande importância, mas dizem não ter acesso, que está sempre fechada e que raramente foi utilizada pelos seus filhos. Quando questionadas sobre a razão pela qual a sala se encontra fechada a maior parte do tempo, apontam alguns fatores como podemos constatar nos relatos de Marta e Amélia:

“...ao fim de semana era importante haver aqui coisas pá fazer, mesmo a sala lúdica que aqui existe, não nos deixam muito ir, só mesmo se está a chover ou está frio, às vezes não fazemos nada, não há um horário para utilização da sala, ao recreio temos uma hora para ir, a sala é mesmo quando as guardas decidem, mas também não é só as guardas, às vezes até deixavam ir pá lá, mas depois as mães em vez de arrumarem e deixarem aquilo como estava muitas vezes ficava tudo mal então limitaram.” (Marta, E06, p 30);

“...aqui na Casa das Mães, ao fim de semana vamos ao parquinho que a associação do Benfica montou para eles, é a única coisa que eles têm para brincar podia ter outras coisas, outros brinquedos, mas pronto, eles têm aqui a sala lúdica mas praticamente a ir é só no inverno e quando já está a chover há muito tempo e quando algumas guardas

deixam, nem todas deixam... mas porque às vezes as mães desarrumam brinquedos, algumas levam brinquedos, então por causa disso não está aberta.”(Amélia, E12, pp 66).

Sobre esta sala, o Artigo 14º do Regulamento interno da Casa das Mães de setembro de 2015, diz:

“A sala de atividades lúdicas, sendo um espaço privilegiado para o desenvolvimento infantil, deverá ser usado pelas mães com o intuito de promover atividades com os filhos, recorrendo aos materiais didáticos / lúdicos, nelas existentes. Será utilizada em projetos / programas desenvolvidos na Casa das Mães, em horário a definir, de acordo com as atividades propostas.”

No mesmo regulamento no artigo 4º, que diz respeito aos objetivos da Casa das Mães, nas alíneas 1 e 2, podemos ver a referência ao fomento de atividades quer para as crianças, quer para as mães, como o trabalho de cooperação entre diferentes serviços:

“1) incentivar a aquisição / desenvolvimento de competências maternas através da promoção de atividades socio / culturais específicas e aplicação de programas adequados.”

“2) estabelecer uma relação de cooperação entre as progenitoras e os diversos serviços do EP que mantém relação direta com esta Unidade (Serviço de Vigilância, Serviço de Tratamento Penitenciário; Serviços Económicos, Creche e Serviços Clínicos).”

Verificou-se, no entanto, que as atividades na Casa das Mães são inexistentes. As reclusas entrevistadas consideram que seriam bastante importantes, deixando os seus discursos perceber o sentido de facilitarem um tempo de maior qualidade com os filhos, minimizando os efeitos da reclusão que se fazem sentir não só pelo espaço confinado em que se encontram, como pelas regras e horários específicos a que estão sujeitos. O que a literatura corrobora, afirmando Cunha (2013, p. 24) que “as atividades de animação desenvolvidas em contexto prisional são práticas de educação não formal, com um potencial educativo muito importante.”

Em síntese, relativamente ao quotidiano das crianças em reclusão com as mães ficou evidente que a resposta educativa Creche dada às crianças se revela eficaz, embora com vários aspetos a repensar. Foi possível verificar que o ambiente vivido na Creche do EPT é bastante familiar, de muito afeto, e de acordo com o que as educadoras afirmaram, para além de proporcionarem momentos lúdicos, tornam também este espaço um contexto de aprendizagem e aquisição de competências e regras.

Contudo, relativamente às regras, é importante referir que as educadoras revelaram sentir algumas dificuldades, referindo que o trabalho que desenvolviam na Creche neste sentido cai por terra assim que as crianças regressam à Casa das Mães, apontando as dificuldades que as mães tinham em que os filhos lhes obedecessem, sendo bastante mais permissivas e onde tudo parecia ser possível fazer ou ser exigido pelas crianças. As próprias mães nos disseram que os deixavam fazer tudo o que queriam.

No que respeita ao projeto educativo não temos a possibilidade de nos pronunciar dado que apenas nos foi referido que o plano inicial de atividades contempladas para o ano letivo seria mais flexível nas estações da primavera e do verão, uma vez que a prioridade é proporcionar à criança uma maior liberdade, visando o seu bem-estar, no entanto embora várias vezes solicitado e em momento algum nos tenha sido recusada a sua consulta a verdade é que nunca nos chegou, sequer, a ser mostrado. Assim, para além do que nos foi possível observar não conhecemos, efetivamente, as respostas socioeducativas do espaço Creche.

Independentemente da existência de um projeto educativo e pedagógico, independentemente dos constrangimentos que já tivemos a oportunidade de apresentar acima, considerando as características específicas do contexto prisional em que esta Creche se insere, consideramos que constitui uma mais-valia no quotidiano e na vida das crianças, proporcionando-lhes uma maior liberdade dentro do EPT, constituindo oportunidades de aprendizagem, promovendo a possibilidade, ainda que pontual, de explorar outros ambientes e, ainda, o de garantir segurança e afetos e de estabelecerem relações significativas com as educadoras.

A criança em contexto prisional, pelo fato de se encontrar num ambiente fechado e limitado junto da mãe, que se encontra fragilizada e muitas vezes angustiada pela sua situação de detida, pode desenvolver também sentimentos de insegurança e de angústia. Esta vulnerabilidade poderá ser minimizada se a criança beneficiar da Creche onde ocorram outras interações, não só com adultos, como também com as outras crianças.

Assim, “a ligação insegura que a criança sente muitas vezes em relação à mãe, pode ser compensada por uma ligação à educadora, através das estimulações que derivam das trocas relacionais precoces estabelecidas entre o bebé e o cuidador principal, e da continuidade na natureza dos cuidados que são fornecidos à criança” (Gomes-Pedro, 1989, citado por Afonso, 2005, p. 96).

No que respeita à Casa das Mães, acreditamos que mais do que ocupar o tempo de forma a evitar um ambiente agitado e conflituoso, se poderia tornar a experiência de reclusão mais enriquecedora tanto para as mães, como para as crianças. Para as mães, considerando o tempo de reclusão um tempo potenciador de mudança, de transformação numa perspetiva de capacitação e *empowerment*, fornecendo a estas mulheres não só competências que enriquecessem a sua experiência materna, adequando e harmonizando a relação que estabelecem com os filhos, como ferramentas que pudessem contribuir para uma reinserção mais plena e efetiva na sociedade. Para as crianças, propiciando mais oportunidades de interação positiva e de qualidade, em prol do seu bem-estar físico e psicológico, desenvolvimento saudável tendo sempre em vista o seu superior interesse. De

acordo com Canário (2006, citado por Cunha, 2013 pp. 24 a 25), “entenda-se por efeitos educativos a concretização de mudanças duráveis de comportamentos e atitudes, decorrentes da aquisição de conhecimentos na ação e da capacidade de experiências individuais e coletivas”

5. Redes de apoio e perspectivas para o futuro

Em relação às redes de apoio familiar e social que estabelecem desde que entraram no EPT, as nossas entrevistadas, na generalidade, apresentam-nas como boas, como referem Sofia e Vera: “...A relação com a minha família é boa, com a minha mãe, com as minhas irmãs, sinto muito apoio, graças a deus elas vêm às visitas e apoiam muito graças a deus, a visita é isso que também me dá muita força” ... (Sofia, E05, p 27);

“...Eu da minha família não tenho nada para dizer porque eles nunca me deixaram desde que eu vim para cá, porque eu tinha medo. Porque o meu companheiro quando eu entrei aqui nós já estava separado mas ele sempre me apoiou, mesmo nós não estando juntos ele sempre me apoiou e a família dele nunca me faltou uma visita sequer e para mim vai ser sempre minha sogra, nunca faltou visita, nem ela, nem os tios dos meus filhos, os meus filhos vêm sempre, os meus pais não vivem cá vivem em França mas a minha mãe vem de 6 em meses vem para cá para me ver. (Vera, E15, p 82);

Miller e Jeff-Darlington (2002) referem que vários estudos dão contada importância dos laços da família e amigos nas redes sociais como fontes de apoio social. No seu estudo realizado no âmbito dos provedores de apoio social para famílias, destacam “a importância da família e dos amigos como provedores de suporte. Os participantes deste estudo tendem a confiar na família, incluindo pais, irmãos e outros membros da família, e amigos para apoio emocional e de informação” (p. 461). Neste sentido, a família é, ou devia ser um pilar importante, senão o mais importante na vida dos indivíduos. Para estas mulheres, pela situação vulnerável em que se encontram, a ideia anterior faz ainda mais sentido, uma vez que nas suas narrativas manifestaram que quando esta relação não acontece o sentimento é de tristeza, revolta e falta de apoio como nos revela Teresa: “(...) eu não tenho contacto com ninguém da família, eu tinha antes que eu entrei cá, mas depois que eu entrei ninguém veio me visitar e eu não tenho, sinto-me desapoiada...” (Teresa, E08, p 45).

Sendo escassas as referências a outras redes de relações, nomeadamente a rede de amigos, esta reclusa é uma entre apenas duas que referem a visita de uma amiga. A outra reclusa refere outro tipo de apoio que vai para além das visitas.

“...Ela [a filha] gosta muito de sair e às vezes vai pa uma amiga minha que tem vivenda e tem piscina e ela vai para lá e gosta muito, teve lá no sábado só veio na terça-feira, teve lá com ela não queria sair da piscina só queria era estar lá, quando volta vem bem porque vem cheia de saudades da mãe, mas depois já quer ir.” (Marta, E06, p. 32).

De acordo com Miller e Jeff-Darlington (2002) o suporte social deve ser analisado de forma ampla considerando todas as relações significativas, sendo o papel dos amigos também importante na prestação de suporte aos indivíduos, contudo é a família que assume maior significado.

Granja (2015, p. 151) afirma que

“a maioria dos reclusos e reclusas aponta claros traços distintivos entre os laços de parentesco e as amizades. Enquanto a maioria dos vínculos familiares tende a permanecer estável perante dificuldades, representando âncoras seguras e elementos nos quais se pode confiar e onde se podem encontrar resposta para as necessidades de apoio material e afetivo (Portugal, 2006: 484 – 490), a maioria das amizades são retratadas como laços voláteis, fugazes e inseguros que, perante adversidades, tendem a não corresponder às expectativas.”

De acordo com Carvalho e Almeida (2003, p. 109) a família é vista como um elemento central na vida dos indivíduos. Vista como uma instância mediadora entre o indivíduo e a sociedade, operando “como espaço de produção e transmissão de pautas e práticas culturais e como organização responsável pela existência cotidiana de seus integrantes, produzindo, reunindo e distribuindo recursos para a satisfação de suas necessidades básicas”. Os autores referem ainda que a importância da família “cresce entre as pessoas mais frágeis, para as quais não se dá um lugar na sociedade e que não conseguem encontrá-lo por si mesmas. É a família, sobretudo, que pode transmitir-lhes, entre outros aspectos, um património de defesas internas”(p. 118).

As visitas revelam-se então um momento privilegiado em que podem manter e reforçar estes laços, assim como a possibilidade de proporcionar relações e afetos mais consistentes em relação aos filhos que muitas vezes nascem dentro do EPT, ou dão entrada no mesmo com poucos meses de vida, não tendo desta forma possibilidade de criar laços e relações com os restantes familiares. Pela observação feita no período de visita, uma terça-feira de manhã entre as 9h30 e as 10h30, ficou evidente o entusiasmo e alegria manifestada quer pelas mães, quer pelas crianças que acabam por receber toda a atenção e mimos dos familiares e amigos presentes.

A relação dos filhos com a rede familiar segundo as narrativas das mães revela-se também na generalidade bastante boa e a família destaca-se como principal suporte no exterior do EPT sendo para junto desta que a maioria das entrevistadas manda os filhos ao fim de semana ou nas férias, ou para onde vão as que saem em precária. Nestes períodos as crianças desfrutam de muitos estímulos, uma rotina diferente, uma rotina em liberdade, liberdade de horários, de espaços, alimentar, como podemos constatar nos relatos que se seguem: “...A k sai terça e vem sábado. Ela vai contente, sabe que vai fazer isto e aquilo, diz mãe vou comer hambúrguer, mãe vou ali e vou fazer isto e aquilo...” (Rute, E05, p 27);“...Ele

gosta de ir passear, nós levamos ele aos baloiços é um mundo maravilhoso que ele não conhece, depois não há altifalantes, não chamam para jantar. Ele em casa está sempre a abrir e a fechar portas porque aqui ele não pode”... (Pilar, E09, pp 51 a 52);

No caso das reclusas estrangeiras, o caso de uma das entrevistadas, Salomé, devido à distância do seu país de origem, vê dificultada a proximidade à sua rede familiar e social. Nesta situação o contacto é escasso, feito através de cartas ou por telefone; que se revela uma alternativa não só com custos elevados como por vezes difícil de estabelecer pela diferença horária entre países. Contudo Salomé, apesar das dificuldades, tenta aproximar a família do filho, através de fotografias e de telefonemas sempre que pode.

A questão da distância não se revela apenas nos casos de reclusas estrangeiras. Relaciona-se, igualmente, com a distância a que ficam os estabelecimentos prisionais em relação às áreas de residência das reclusas e com as capacidades económicas das famílias.

De acordo com Granja (2015, p.140) “Apesar dos esforços que têm vindo a ser realizados no sentido de melhorar as condições das visitas e incentivar a manutenção de laços durante a reclusão, perpetuam-se modelos assentes na disponibilidade de recursos.” A autora explica que quem tem redes sociais “providas de recursos materiais, económicos, temporais e sociais” beneficia mais dos momentos de convívio e que aqueles que são desprovidos de

“...recursos socioeconómicos necessários à realização de visitas tenham de realizar escolhas difíceis que prescindem do envolvimento familiar face-a-face em favor da manutenção de condições dignas de vida para os familiares. Ou seja, a exiguidade de recursos repercute-se muito além dos domínios materiais e económicos, podendo refletir-se de forma direta no domínio relacional, ao dificultar ou impedir a negociação criativa de vivências familiares na interface entre o interior e o exterior da prisão” (p.141)

Outro dos fatores que ficou bastante evidente, no que respeita a relação entre as crianças e a restante família, quer pelos relatos das entrevistadas, quer pela observação que fizemos no momento da visita, está intrinsecamente ligado ao forte vínculo que estas crianças estabelecem com a figura materna (única referência, em contexto prisional) por viverem em reclusão com a mesma. Este vínculo torna por vezes difícil a separação mesmo que seja por períodos pequenos, de apenas 2 a 3 dias, principalmente nos fins de semana ou durante o verão, altura em que também as crianças costumam passar algum tempo fora do EPT com familiares. As mães fazem referência ao desconforto e à necessidade que as crianças têm delas. Estas mulheres, reconhecem no entanto os benefícios aquando das saídas dos filhos para a rua, para a liberdade, no entanto não deixam de referir a ansiedade que sentem em tê-los de volta à Casa das Mães, como nos dizem,

“...A relação da F, bem ela é mãe dependente, apesar de falar diariamente com os avós com o pai ela quando vai a casa no primeiro dia só quer voltar, ela sai com regularidade, de 15 em 15 dias, esta última vez já foi um bocadinho, pois ela já faz mais um bocadinho de

birra, já tem mais opinião digamos assim, é capaz de dizer não, não, não e a coisa complica. Foi e ao 4º dia teve de vir embora, já não queria escorrega, nem baloiços, nem praia já não queria nada, já só queria a mãe.” (Isabel, E01, p 5);

“...Ele não sai, eu tenho receio o W tem medo de ir à rua porque como uma vez a minha mãe veio à visita e o levou e ele ficou a chorar ele agora tem medo que a minha mãe o leve e que não o volte a trazer. Ele tem muito receio, da vez que ele saiu correu mal, ele foi daqui até casa da minha mãe a chorar e depois só veio quando eu fui para a Casa das Mães, porque eu entrei no pavilhão e tinha visita no dia a seguir então a minha mãe trouxe-o mas depois teve de o levar e então foi um martírio. Depois quando veio já não queria saber da avó veio logo po meu colo ele só queria a mãe.” (Patrícia, E16, p 88).

Outro aspeto importante está relacionado com a figura paterna e com a relação que estas crianças mantêm com os pais. Na observação que fizemos durante a visita, único momento em que podemos observar a relação e comportamento das crianças com os pais, constatámos que os pais que estavam presentes foram bastante carinhosos e afetuosos para os filhos, procurando mimá-los, brincar, fazendo cócegas, ou correndo atrás deles. No entanto a maioria das crianças permaneceu no colo das mães. Mesmo as que aceitando brincar com o pai corriam pelo espaço e sorriam não perdiam o contato visual com a mãe, correndo para esta na primeira oportunidade.

Sabendo como é importante o papel do pai no desenvolvimento da criança e que a interação entre pai e filho é um dos fatores decisivos no desenvolvimento cognitivo e social, consideramos importante o fomento de mais e melhores momentos que estimulem esta relação. Estas crianças crescem num ambiente exclusivamente feminino, sem a presença de uma figura masculina significativa, e tanto a presença materna como a presença paterna são fundamentais para o desenvolvimento da criança (Malpique, 1990).

Como referimos anteriormente, estas crianças quando não nascem no EPT entram com poucos meses de vida, ficando assim desprovidas da relação com o pai, como da própriatriangulação figurativa da família, quer pela situação de viverem a reclusão com as mães, quer pelo facto de existirem na família múltiplas detenções. Perante esta realidade como referimos acima, acabam assim por construir com as mães uma relação de dependência que pode vir a ser futuramente prejudicial, em termos de comportamento socio afetivo e socio emocional, uma vez que criam com estas relações de forte dependência.

Nas narrativas das reclusas são evidentes as referências acerca da inexistência de relação com os pais e da forte dependência da mãe, os relatos que se seguem são bastante ilustrativos desta realidade:“...A, T com o pai não conviveu ainda...” (Conceição, E14, pp. 77a 78);“...A, M com o pai não tem muita relação mas mesmo lá fora não tinha muita...”(Marta, E06, p 32);“...O I nunca saiu, porque é assim o meu marido também esteve detido durante um ano e quando ele foi preso o miúdo era pequenino, tinha 6 meses, então ele não tem aquela proximidade com o pai, ele está muito agarrado a mim, dá-se com a

irmã, mas com o pai não se dá mesmo, a minha mãe neste momento está detida...” (Margarida, E13, pp 71 a 72).

Importa ainda referir que as redes de apoio também se constituem no interior da prisão. No caso das nossas entrevistadas, foram expressas algumas afirmações que sugerem o desenvolvimento de laços entre reclusas e também com as guardas, estes muito fortemente associados à relação que estabelecem com as crianças e que tivemos a oportunidade de observar.

“...dou-me bem com todas [as guardas], eu respeito, elas respeitam a mim também, elas com os miúdos brincam, pegam ao colo, tratam bem, mesmo às vezes a gente quer ralhar e elas mimam sempre as crianças, têm essa sensibilidade de termos os miúdos aqui, mesmo às vezes há uns gritos aqui e as crianças já ficam assustadas, e elas têm esse cuidado e por isso é que as crianças gostam muito delas.” (Conceição, E14, pp. 73 a 74).

O que também pudemos constatar pela observação realizada é a entreaajuda entre reclusas, desabafam, tomam conta dos filhos umas das outras, apoiando-se mutuamente.

Também existem situações em que se encontram casos de reclusas que se encontram detidas com outro elemento da família, o que constitui suporte emocional. Como nos referia uma das entrevistadas: “sempre tive apoio do estabelecimento prisional, também tenho aqui a minha irmã que se encontra aqui comigo, portanto, a vida aqui na Casa das Mães não é tão pesada como se estivesse num pavilhão grande” (Carmo, E10. P.54).

A possibilidade de manter as redes de relações existentes antes da reclusão durante o período em que estão detidas, nomeadamente, como se viu, o apoio da família, é da maior importância aquando da libertação.

Granja (2015), referindo-se a Niven e Stewart (2005) e a Berg e Huebner (2011), chama a atenção para o facto de redes de apoio se poderem vir a revelar fundamentais na resolução de questões mais prementes no período inicial da reinserção social, como a habitação, emprego e apoio emocional.

Contudo, a autora também refere que

“...é necessária cautela ao colocar expectativas elevadas no potenciar das famílias para auxiliar o processo de reinserção social (Codd, 2007; Mills e Codd, 2007; Touraut, 2012). Em primeiro lugar porque nem todas as famílias desejam e/ou possuem as condições necessárias para acolher ex-reclusos/as e apoiar, suportar e auxiliar a sua reinserção. A ideia de que a família constitui um elemento fulcral no processo de reinserção social tem geralmente subjacente um conceito de família “romantizado”, ou seja, agregados familiares caracterizados pela divisão sexual do trabalho, não criminais, não violentos, assentes em relacionamentos harmoniosos e providos dos recursos monetários, habitacionais e sociais necessários para disponibilizar aos/às reclusos/as” (Granja, 2015, p. 48).

Quando questionadas quanto a expectativas de futuro, particularmente em relação aos seus filhos, as nossas entrevistadas deixaram muito clara a ligação de forma direta que

acabam por fazer entre o futuro dos filhos e a sua própria conduta aquando da liberdade. As suas narrativas remetem para uma autorreflexão, reconhecendo que o mais importante é dar-lhes amor e poderem estar presentes na vida deles em liberdade em vez dos bens materiais que lhes poderiam dar com a vida do crime como referem, Marta, Pilar e Conceição:

“Oh o melhor. Que eles não se metam em nada de mau como nós metemos e que isto para eles também seja uma lição de vida. Os meus filhos têm 12 anos e outro 6, o mais velho faz perguntas, nós dissemos que eu estou em França, mas no outro dia ao telefone ele disse mãe tu estás presa não estás em França.” (Marta, E06, p 32);

“Eu quero o melhor pós meus filhos...é claro que eu quero o melhor para eles, não quero que eles traficassem, eu traficava a k era pequenina era para lhes poder dar tudo, mas hoje também percebo que o melhor para eles era o amor e o bem-estar não é brinquedos caros, roupa cara não é nada, eu quero é poder dar aos meus filhos uma boa vida, uma vida digna sem tráficos sem nada, eu quero é poder acordar Lia, poder trabalhar e acordar todos os dias sem medos da policia me aparecer em casa e tudo acabar, não eu quero é dar-lhes o pouco que seja, roupa dos chineses mas quero poder estar com eles o resto da vida.” (Pilar, E09, p 52);

“Espero que as minhas filhas tenham um futuro melhor do que o meu que elas não errem, vou lutar tudo por tudo para não fazer o mesmo erro, fazer tudo para que não lhes aconteça nada de mau, gostava de fazer escola, eu faço o que posso fazer, dou o que posso dar, sempre fui mãe para ela, fui mãe aos 19 e sempre tentei fazer tudo melhor para ela. Isto é uma fase.” (Conceição, E14, p 78)

A par destas, verificamos também que existem duas mães que não tecem perspetivas, referindo que o futuro dos filhos neste momento é uma incógnita.

“Não sei como perspetivo o futuro do C, como ele é não sei. É muito complicado o C tem um carácter muito forte. Eu tenho outra filha que tem 5 anos e está com o pai na Venezuela ela conheceu o C.” (Salomé, E02, p 14);

“O futuro da F neste momento é uma incógnita, é um ponto de interrogação uma vez que o sistema judicial é como é, as respostas são morosas, eu estou num processo de revisão de pena num processo de saber se poderei ou não usar pulseira e nós achamos que era benéfico a pulseira ser concedida uma vez que possibilitaria a minha aproximação à família e portanto estou nessa fase.” (Isabel, E01, p 6);

Outras, ainda, revelaram-se bastantes otimistas e esperançosas em relação ao futuro dos filhos, reforçando o amor e apoio incondicional independentemente das escolhas ou do que o futuro lhes reserve:

“Eu vejo o futuro do meu filho brilhante, nem vale a pena falar, ele é uma criança super inteligente claro que vou livrá-lo de todos os maus caminhos, mas a escolha vai ser dele e eu vou lá estar para ele e seja o que deus quiser, mas se deus quiser ele não há-de ir por esses caminhos.” (Patrícia, E16, p 88);

“Quando eu sair daqui vai ser espetacular, vou pedir para Deus, é só olhar e pedir para Deus. Quando ela chega da escola ela diz que estás aí a fazer mãe? Estou a pedir perdão. Porquê mãe? Peço perdão pela gente filha. Vou agarrar só nos dois filhos que eu tenho e seguir em frente.” (Elvira, E11, p 63);

“Sou sincera penso nisso muitas vezes, sei que escolham eles o que escolherem eu vou lá estar para eles, da mesma maneira que eu escolhi a vida que tenho e os tenho aqui comigo eu tenho que ser com eles o que eles são comigo portanto a gente espera pa ver o que vai acontecer.” (Carmo, E10, p 57).

Em síntese, fica evidente que as entrevistadas se sentem apoiadas podendo contar com a família e amigos. Referindo, mais ou menos elementos que constituem as suas redes de suporte mas na generalidade todas se sentem apoiadas e revelam que este apoio lhes dá força e segurança para enfrentar a situação de reclusão. Que para que os filhos tenham uma vida melhor que a delas, prometem fazer tudo para lhes dar bons exemplos. Que a prioridade é, fazê-los felizes e que a situação da sua detenção sirva como exemplo para escolhas melhores pelos filhos que deixaram na rua e que o facto de serem mais velhos e terem à partida uma maior maturidade lhes permita reconhecer que o crime não compensa.

Capítulo IV. Educação Social na construção de pontes socioeducativas – Linhas orientadoras para o Enriquecimento do Quotidiano Socioeducativo das Crianças em Reclusão com as mães no Estabelecimento Prisional de Tires

Considerando as atribuições legais e normas previstas que regulam a permanência das crianças em reclusão com as mães nos estabelecimentos prisionais, acreditamos que o EPT possa ser potenciador de um cotidiano que promova e tenha em conta o superior interesse das crianças, visando a experiência da reclusão das mães, que inevitavelmente influencia a dos filhos que vivem consigo, da forma mais positiva possível.

Neste sentido, após a análise e reflexão sobre a informação recolhida, que possibilitou identificar dificuldades, constrangimentos e necessidades percebendo as suas centrais e principais preocupações, reforçamos o quão importante é dar voz e ouvir a população intimamente ligada ao presente estudo; só através de um processo de escuta ativa, como tão bem preconizam as metodologias de intervenção em educação social, se torna possível agir no sentido de provocar mudanças que possam tornar este cotidiano mais rico.

O exercício da maternidade em reclusão comporta enormes constrangimentos, mas também algumas oportunidades, podendo constituir-se como possibilidade de a reclusa ser mais mãe e, a partir dessa condição, desenvolver outras competências que lhe possibilitem, por um lado, encarar a clausura de forma menos angustiante, como momento de transição para outra etapa e, por outro, sair mais reforçada para encarar essa outra etapa vivida em liberdade após o cumprimento da pena.

O trabalho de pesquisa realizado revelou, contudo, que este é um processo que as reclusas não poderão desenvolver de modo próprio, precisando do apoio de profissionais capacitados a

“...superar os frios procedimentos do aparato legal, reconhecer a limitação de sua aplicação prática às pessoas que tiveram condenações junto à justiça criminal, abrindo perspectivas à ação educativa potencializada pelos princípios metodológicos da pedagogia social e pela sua dimensão prática, a educação social” (Ribeiro e Caliman, 2015, p.80).

De acordo com Carvalho e Baptista (2004) a Pedagogia Social surge como uma ciência da educação que, integrando o contributo de diferentes áreas disciplinares, fornece as balizas teóricas e práticas legitimadoras de uma decisão profissional contextualizada, reflexiva e autónoma. Surgindo no cruzamento de várias ciências, sob uma perspetiva crítica, integrada e transformadora da vida social, revela-se uma forte ferramenta de resposta às complexas e problemáticas dinâmicas sociais contemporâneas às quais os métodos e posturas tradicionais não conseguem fazer frente, devendo promover o “pensamento e reflexão crítica sobre a realidade tendo em conta os valores cívicos e

democráticos, constituindo uma das suas principais finalidades a socialização e cidadania plena dos indivíduos e grupos na construção de um mundo de todos e para todos (CSR, 2011, p.17).

Ortega (1999, citado por Diaz, 2006, p. 99) considera que a Educação Social deve ser a dinamização ativa das condições educativas da cultura, da vida social e dos seus indivíduos e a compensação, normalização ou reeducação da dificuldade e do conflito social sendo, no entendimento do autor, promotora e dinamizadora de sociedades que educam e de uma educação capaz de promover a socialização e a integração, capaz de ajudar a evitar, equilibrar e reparar o risco e o conflito social. Porque, refere ainda o autor, não é possível o desenvolvimento de uma plena educação individual se esta não formar o indivíduo para viver e conviver em comunidade.

No trabalho realizado, ficaram claras algumas necessidades e dificuldades identificadas por estas mulheres, não só em relação a si, como em relação aos filhos que com elas vivem intramuros. Tendo sido manifestado descontentamento em várias dimensões analisadas, consideramos que se relacionam com o facto, evidentemente esperado no contexto em questão, de não terem controlo da sua vida durante a reclusão, vivendo de forma uniformizada, com horários, regras e normas rígidas, que têm de respeitar, e à medida que a idade dos filhos que vivem consigo vai avançando começa a ser cada vez mais complicado explicar-lhes a razão por que vivem “nesta casa”, com “esta família” e numa realidade tão distinta daquela que teriam fora do contexto prisional – que alguns vão experienciando nas saídas e apercebendo-se que vivem com menos recursos e estímulos do que a vida em liberdade proporciona.

À medida que fomos adentrando na realidade dos contextos estudados, percebemos, que para as crianças que vivem em reclusão com as mães, a privação de liberdade destas (seu principal cuidador) tem efeitos no gozo dos seus direitos. Percebemos que apesar de existirem condições específicas para as mulheres que experienciam a maternidade na prisão que visam dar continuidade não só à relação mãe/criança, assim como fomentar a relação da criança com o exterior e com as redes de apoio das quais disponham extramuros, devido às limitações e rigidez próprias que caracterizam estas instituições, a vida intramuros está longe de proporcionar a estas crianças os estímulos e vivências da vida em liberdade.

Como tivemos a oportunidade de referir, o descontentamento manifestado é relativo a um conjunto diversificado de aspetos. Desde a referência à falta de opções educativas e laborais, à diversidade da alimentação, aos cuidados de saúde prestados, à privação da rede familiar e do contato com os outros filhos que deixam ao cuidado de familiares, à

inexistência de uma relação efetiva com a Creche no EPT e à falta de atividades para ocuparem de forma mais positiva o tempo com os filhos no Pavilhão Casa das Mães.

Uma vez que as condições e normas que regulam esta população estão identificadas, as instituições devem continuar a reflexão e adequação das suas práticas, procurando formas eficazes e efetivas de as desenvolver de forma a garantir uma experiência o mais adequada e positiva possível no que respeita às condições de vida destas crianças.

Neste sentido, parece-nos fundamental que a Educação Social, enquanto disciplina, e os profissionais que a praticam se possam envolver mais no trabalho nestas instituições aplicando os seus saberes operatórios, técnicos e metodológicos.

Sem a pretensão de propor aqui um projeto a desenvolver no estabelecimento Prisional de Tires, pretendemos, contudo, chamar a atenção para a necessidade de desenvolver uma intervenção integrada e integradora – integrada, concorrendo para várias dimensões nas quais são identificadas necessidades; integradora, envolvendo os diferentes sujeitos ou atores e, em particular, implicando as mães reclusas. Nesta perspetiva, parece-nos que a metodologia de projeto, ao valorizar a capacidade criadora dos próprios indivíduos, é a que melhor serve os propósitos, quer da intervenção em Educação Social, quer do contexto em questão. Conforme referido por Carvalho e Baptista (2004, p. 65),

“o trabalho de projecto e por projectos, enquanto metodologia, apela à colaboração diferenciada, mas activa dos vários actores implicados, favorecendo a emergência construtiva, partilhada e pessoalmente formadora de práticas e de aptidões sociais e culturais. Por outro lado, esta é uma metodologia com forte sentido transformador, integrador e ético, na medida em que visa promover a mudança através do estabelecimento de parcerias e de um trabalho em rede, tendo sempre por base os princípios éticos inerentes às relações humanas.”

Até porque o sucesso da intervenção residirá certamente na forma de conduzir a ação, uma vez que já existem procedimentos e normas legais tendo em vista a (re)inserção de reclusos e reclusas. Colocamos (Re)inserção propositadamente com o “re” entre parêntesis pois em muitos casos essa condição não existia antes da reclusão e pode esperar-se, também, que para alguns casos cumprir a pena corresponderá mais a um interregno nas formas de exclusão anteriores do que a uma efetiva oportunidade de mudança de rumo de vida e, conseqüentemente, de possibilidades de inserção reais após a libertação.

Partindo do pressuposto de que a medida privativa da liberdade que estas mulheres cumprem, por si só não será desencadeadora da mudança necessária que rompa com os comportamentos por de trás da sua detenção, é preciso que estas mulheres participem, se impliquem com o seu quotidiano e possam neste período das suas vidas com a ajuda de técnicos multidisciplinares, equipa onde consideramos pertinente existir o Educador Social,

romper com práticas desadequadas, valorizando oportunidades que se revelem mais-valias nos contextos das suas rotinas, na relação que estabelecem com os filhos, na sua capacitação, nas competências parentais, na reinserção aquando da sua liberdade, na reestruturação do seu percurso de vida.

Não se dedicava este trabalho a desenvolver esta temática, centrando-se nas condições de vida das crianças em reclusão com as mães. Mas refletindo no âmbito da educação social, não podemos deixar de, pelo menos, chamar a atenção para o quadro todo, sob pena de ao nos centrarmos apenas num dos seus aspetos concorrermos para a manutenção da situação de risco e não para a sua eliminação. Ou seja, a vida das crianças em reclusão, ainda que em reclusão com as mães, não está desligada de contextos mais amplos fora dos muros da prisão – pois se é a eles que vão regressar ou, nalguns casos, neles começar a caminhar que se pretende agir no sentido de as capacitar.

De acordo com Gama (2018, p.3)

“O foco dos estudos sobre educação nas prisões tem sido centrado na ressocialização, fator este que justifica a própria existência das prisões. Entretanto, ainda não existem registros de pesquisas qualitativas que voltem o olhar para os limites e desafios da educação nas prisões na perspectiva da Pedagogia Social, preocupando-se com o efetivo papel que a escola exerce no enfrentamento de contradições sociais e econômicas. Isso se dá porque, é necessário compreender inicialmente, a educação nas prisões não deve tomar para si a tarefa de reintegração social proposta pelo sistema penitenciário, mas sim contribuir para a construção de sujeitos autônomos, capazes de identificar novas alternativas para a vida fora da prisão”¹⁸.

Smith (1994, citado por CSR, 2011, p. 13) refere que a educação social procura potenciar o desenvolvimento da pessoa como um todo, pela valorização do sujeito, pela compreensão e pela atuação na realidade. Para Carvalho e Baptista (2004, p. 60) a Educação Social visa ajudar a tecer laços sociais e a criar situações de aprendizagem potenciadoras de felicidade, de bem-estar e de autonomia de vida. Segundo os mesmos autores (p. 75) cabe-lhe “investir na mudança de comportamentos e na aquisição de competências potenciadoras da capacidade ativa dos sujeitos, permitindo, assim, dar cumprimento ao ideal de humanidade consagrado na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948”, possibilitando abrir horizontes de futuro e de esperança, promovendo uma relação positiva com a vida e tornando as pessoas capazes de conduzir o seu destino num mundo inseguro, frágil e incerto. (p. 69).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pelas Nações Unidas em 1948, artigo 25º, proclama que a maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais e proclama o direito de todos a um padrão de vida adequado à sua saúde e bem-estar. Afirma também que todos os seres humanos nascem livres,

¹⁸ Sublinhado nosso.

reconhecendo o direito à vida, liberdade e segurança bem como o direito de não ser submetido a tortura ou a tratamentos desumanos ou degradantes (artigo 5º).

De acordo com Serrano (2005) a universalidade dos Direitos Humanos assenta na liberdade e na dignidade da pessoa humana. Partindo deste pressuposto, toda a pessoa é sujeito de direitos, assim como dos deveres que estes comportam, nomeadamente a que se encontra em reclusão.

A prisão é efetivamente o espaço onde estas mulheres cumprem a pena pelo crime que cometeram e para as crianças é tido como contexto de risco independentemente dos benefícios que a proximidade à mãe possa trazer. Ao entrarem no EPT com as mães aquando da reclusão destas passam a ser, automaticamente, consideradas crianças em risco. Na LPCJP, Lei nº 147/99 de 1 de setembro, entre os seus princípios orientadores encontra-se o Interesse superior da criança e do jovem (deve-se ter em conta o bom desenvolvimento psicossocial da criança); relativamente às medidas de promoção e proteção dos direitos visa (art.º 34º):

“afastar o perigo em que estas se encontram; proporcionar-lhes condições que permitam proteger e promover a sua segurança, saúde, formação, educação, bem-estar e desenvolvimento integral; garantir a recuperação física e psicológica das crianças e jovens vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso”.

Segundo a mesma lei existe uma série de respostas sociais de proteção, entre as quais, a Creche, valência integrante do contexto estudado. Dentro do que se objetivava nesta pesquisa, conhecer as respostas sociais e educativas, bem como a qualidade das mesmas, oferecidas às crianças que vivem no EPT, ficou clara a inexistência de atividades desenvolvidas no Pavilhão Casa das mães e a necessidade de repensar a forma de funcionamento deste espaço mas, por outro lado, também ficou muito claro que a Creche se revelou extremamente importante, dando resposta a necessidades das crianças durante a semana, no período entre as 9h e as 17h.

O estudo permitiu, assim, perceber que a Creche do EPT, maioritariamente, possibilita uma maior liberdade intramuros e apresenta-se como espaço de brincadeiras e descontração, revelando-se uma resposta com uma dinâmica e interações de grande qualidade neste contexto prisional. Da resposta educativa Creche, dada pelo EPT enquanto fator de proteção, reconhecemos o caminho feito por estas instituições de forma a garantir uma experiência o mais positiva possível das crianças que acompanham as mães ao longo do cumprimento das suas penas de prisão, contudo, consideramos que é possível fazer mais e melhor no que respeita à estimulação motora e cognitiva das crianças, à constituição de oportunidades de aprendizagem efetivas e, também, enquanto espaço que pode proporcionar outras experiências fora dos muros da prisão – é preciso não esquecer que as mães se encontram a cumprir pena, mas as crianças não.

Consideramos também importante repensar as dinâmicas da Casa das Mães, embora a ação de um educador social em contexto prisional não se deva circunscrever a um espaço em concreto dado que a sua ação focaliza mais as relações sociais, ou a dinamização das relações sociais, que propriamente processos didáticos ou de ensino e aprendizagem.

Trabalhar com estas mães e crianças, passa por promover a mudança de atitudes e comportamentos, visando não só o seu desenvolvimento pessoal e social, como também a qualidade do tempo que partilham com os filhos e os cuidados que lhes prestam. Acreditamos ser necessário trabalhar competências com estas mulheres, ajudá-las a restabelecer os seus percursos de vida, prevenindo, por um lado, a reincidência e, por outro, minimizando possíveis riscos que deste tempo em reclusão partilhado com os filhos em contexto prisional possam advir, nomeadamente para as crianças. Dito de outra forma, como refere Gama (2018, p. 11), reportando-se ao conceito de Goffman, numa “tentativa de contribuir para o resgate do “eu” mortificado, possibilitando a construção de sujeitos autônomos e capazes de identificar novas alternativas de vida após a prisão”.

Pelo exposto, assim como da revisão teórica, análise e reflexão da informação obtida pelo presente estudo, propomo-nos apresentar algumas linhas de intervenção sobre as quais consideramos que o EPT poderá continuar o caminho no sentido de adequar e efetivar as práticas e respostas dadas às mães e crianças que fazem parte desta investigação.

1º Eixo – Ampliação da oferta laboral e educativa - Uma vez que a atividade laborar na Casa das Mães é escassa e que a prioridade é dada às reclusas que já estão condenadas consideramos importante um conjunto de medidas atrativas, ampliando as oportunidades não só laborais, mas também educativas, levando as reclusas a interessar-se pelos cursos existentes no EPT.

Visto que a maior parte não tem hábitos de estudo, poderão funcionar fatores como a diversificação da oferta educativa, virada para o mundo do trabalho, recompensa ou incentivos pecuniários pela frequência da formação ou pela conclusão da mesma; adequação aos diferentes perfis, dado que as suas origens e trajetórias escolares anteriores são diferenciadas; prestação de serviços para o exterior; escoamento, em parceria com o comércio local, de produtos produzidos no âmbito das formações de forma a que vejam resultados práticos da sua atividade.

Sem objetivos profissionais, mas igualmente importante no caso destas mulheres e com impacto na vida dos filhos, considera-se igualmente pertinente desenvolver oferta formativa em educação parental. Se, em circunstâncias ditas normais, são muitas as dúvidas que os pais sentem quanto ao desempenho do seu papel, nomeadamente se as

suas escolhas e decisões no que respeita a parentalidade efetivamente fornecem aos seus filhos as condições para que cresçam de forma equilibrada e com competências para se tornarem adultos responsáveis e felizes, neste contexto as dúvidas a este respeito são ainda maiores e mais acutilantes. A existência de serviços de apoio e orientação poderia ser uma excelente ajuda para que vivessem com mais tranquilidade a sua maternidade na prisão e, ainda, para as capacitar com competências para o exercício do seu papel de mães após a libertação.

Em qualquer uma das situações, defende-se o recurso a ferramentas da educação não formal no desenvolvimento de processos formativos em contexto prisional, procurando implicar as reclusas, ajudando-as a combater sentimentos negativos, potenciadores de problemas emocionais que inevitavelmente afetam as crianças que com elas vivem, mas também numa perspetiva de reinserção e ressocialização social efetiva, numa lógica de desenvolvimento pessoal.

2º Eixo – Plano de atividades lúdico pedagógicas – uma vez que ficou evidente a inexistência de atividades das quais mães e crianças possam usufruir, ocupando o tempo vivido no pavilhão Casa das Mães, reforçávamos a ideia de que as atividades lúdicas podem contribuir para ressignificar a vida em reclusão enquanto recursos que viabilizam às crianças relacionar-se com esta realidade mais restritiva. A utilização regular da sala lúdica existente neste contexto, apetrechada de materiais apropriados, principalmente aos fins de semana pode amenizar o ambiente, tendo ficado evidente que nestas 48 horas se torna mais agitado e conflituoso devido à falta de ocupação. Proporcionando ainda à criança a partilha de momentos de brincadeira com a sua mãe.

No Pavilhão Casa das Mães podia ser pensado um plano de atividades que acontecesse ao longo da semana, ou pelo menos ao fim de semana, onde se poderia fomentar o diálogo e a partilha em torno de temas variados, trabalhando dimensões e significados de vida, competências pessoais e sociais, assim como incidindo na parentalidade positiva e no encontro ou definição de estratégias que enriquecessem o tempo partilhado por mães e crianças durante o fim de semana, quando não existe a resposta Creche.

Uma forma de ultrapassar constrangimentos financeiros e de recursos humanos poderá passar pelo estabelecimento de protocolos com instituições de ensino superior que ministrem cursos nos domínios da educação social e da animação sociocultural e/ou socioeducativa, numa lógica de “todos ganham”, para que no âmbito de estágios curriculares ou de práticas de voluntariado os estudantes pudessem desenvolver projetos

que garantissem, pelo menos parcialmente, o desenvolvimento de atividades devidamente enquadradas pelos conceitos e pelas metodologias da intervenção social.

3º Eixo – Ampliação das oportunidades de estabelecimento de relações familiares – este é outro âmbito de intervenção que nos sugere necessidade de atuação mas será, talvez, dos mais difíceis de concretizar; é aqui apresentado mais como necessidade identificada do que como proposta de ação, dado que requereria uma análise mais aprofundada dos contextos familiares e sociais das reclusas para se perceber os seus contornos e permitir elencar propostas mais concretas. Contudo, não queremos deixar de identificar que se trata de uma dimensão da vida em reclusão sobre a qual importa trabalhar, dado que estudos realizados¹⁹ demonstram evidência que existe uma significativa relação entre a reincidência ou não reincidência e as redes de relações que se mantêm no exterior e para onde, maioritariamente se volta quando se retoma a vida em liberdade.

A ligação à família e a manutenção dos laços com familiares significativos é importante, expeável e recomedável, contudo tem de ser analisada e avaliada caso a caso. Se existem reclusas com suporte de apoio familiar, também há reclusas cuja vida familiar anterior à detenção é conflituosa e mesmo violenta.

Não permitindo a informação que recolhemos desenvolver aspetos relativos à família das reclusas, num sentido mais alargado, referimos que por princípio se deverá considerar a lógica da intervenção comunitária, assente em modelos holísticos e que permita uma avaliação dos espaços de inserção do estabelecimento prisional e a sua ligação aos territórios.

Aqui, principalmente, importa salientar a relação das crianças com a figura paterna, sendo previsível que, nalguns casos, seja necessária a articulação com outras entidades públicas, nomeadamente a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, no sentido de em articulação poder ser desenvolvida uma ação que se revele benéfica à criança e que salvasguearde o seu bem-estar.

4º Eixo – Melhorias internas do EPT– do nosso ponto de vista, mais fáceis de resolver, salientamos a necessidade de proceder a algumas melhorias em relação a questões como a dieta alimentar e a promoção da saúde.

Ambas as dimensões se constituem como oportunidades. Por um lado, de efeitos práticos, o próprio estabelecimento prisional poderá desenvolver uma dieta alimentar mais adequada para as crianças, cortando nos farináceos e introduzindo mais legumes e fruta (em quantidade e em diversidade); por outro lado, as alterações no conteúdo das refeições

¹⁹ Em Granja (2015) é possível encontrar uma sistematização de vários estudos sobre esta matéria, mas também um conjunto de interrogações muito pertinentes a ter em conta na reflexão sobre esta dimensão de intervenção.

poderão ser estendidas às reclusas adultas e, simultaneamente, poderão ser desenvolvidas com as reclusas e com as crianças formas de educação alimentar e economia doméstica. Tal constituirá um recurso fundamental para a vida prática após a reclusão e promoverá o desenvolvimento de hábitos saudáveis e comportamentos ajustados à realidade do mundo exterior.

No domínio da promoção da saúde, assunto que ultrapassa a prestação de cuidados de saúde, respeitando aos nossos comportamentos quotidianos e às circunstâncias em que vivemos, parece-nos pertinente desenvolver ações que em primeiro lugar possibilitem dotar as mães reclusas de recursos pessoais, entenda-se de conhecimentos, que permitam diminuir a ansiedade e as angústias relativamente à saúde dos filhos, facto que ficou muito evidente no decurso desta investigação.

Existindo no EPT uma equipa que presta os cuidados necessários quando reclusas ou crianças se encontram doentes, importa desenvolver uma abordagem que encare a saúde não como ausência de sintomas de doença mas como possibilidades de melhorar a qualidade de vida e o bem-estar.

5º Eixo – Ampliação das atividades de carácter socioeducativo no espaço Creche – ainda que tenha sido possível perceber a importância que a Creche assume na qualidade de vida das crianças, ficou por perceber a real dimensão da componente socioeducativa das práticas desenvolvidas neste espaço. Surge, assim, como oportunidade de desenvolver uma ação particularmente dirigida para as crianças tirando maior partido do espaço interior e exterior e dos recursos pedagógicos já existentes. É a partir desta valência que as crianças a viver no EPT podem, efetivamente, desenvolver uma aproximação ao que seria a vida vivida fora dos muros de uma prisão, nomeadamente adequando as práticas ao que são os objetivos de uma Creche independentemente do meio em que se insere.

Neste domínio, importa, em primeiro lugar, estabilizar a equipa que trabalha com as crianças e, ainda que as reclusas continuem a colaborar como auxiliares, pratica que é sem dúvida positiva para elas, além das Educadoras será, a nosso ver, de ponderar manter pelo menos uma ou duas auxiliares de forma permanente e com formação específica para o trabalho com crianças em contexto Creche – será relevante para as crianças e, simultaneamente, para as reclusas que lá colaboram.

Por outro lado, encontrar formas de possibilitar o contacto das crianças com o exterior de forma regular e, também, fomentar a relação das mães com o contexto educativo das crianças, igualmente com regularidade, procurando a sua implicação nos processos de desenvolvimento dos filhos.

Como nota final, referir que os eixos acima apresentados devem, tanto quanto possível, ser desenvolvidos de forma articulada e complementar, desenhando projetos que possam em simultâneo concorrer para vários objetivos a serem definidos dentro de cada âmbito indicado.

O Educador Social é um profissional que deveria integrar equipas técnicas multidisciplinares a trabalhar com esta população, podendo constituir-se como mediador em atividades relacionadas com as rotinas diárias, ações potenciadoras de aprendizagens efetivas e significativas de processos de reorganização, parentalidade positiva, formação, trabalhando com estas mulheres no seu empoderamento e no deenvolvimento de competências pessoais e sociais. Mas também no estabelecimento de parcerias e no desenvolvimento do trabalho em rede, com diferentes atores e agentes das comunidades envolventes, essencial para se alcançar o sucesso nas intervenções levadas a cabo que têm por objetivo a transformação dos sujeitos.

Segundo Mateus (2012, p. 61) o educador social “é um dinamizador de grupos, capaz de lidar com os afetos, as emoções, as angústias, os êxitos e as desilusões das pessoas, um agente promotor de mudanças (...)” e que para a autora cria no terreno as pontes socioeducativas que permitem gerir as problemáticas da realidade em que intervém.

De acordo com Carvalho e Baptista (2004, pp. 95-96), os educadores sociais poderão intervir no interior dos estabelecimentos prisionais trabalhando diretamente com os reclusos em dinâmicas ocupacionais de reabilitação, ou no exterior, junto das famílias, ajudando a abrir caminhos de reinserção social ou profissional (p. 62).

Concluindo e, na perspectiva da Educação Social, que se revela na ação facilitadora das linhas orientadoras apresentadas, as linhas orientadoras aqui sugeridas têm como principal objetivo garantir o princípio do superior interesse da criança; ficaríamos felizes se estas pudessem ser postas em prática visando enriquecer estes contextos, tornando a experiência que mães e crianças vivem intramuros o menos perturbadora possível.

Capítulo V. Conclusão

Iniciou-se esta pesquisa com o objetivo de conhecer a forma como vivem as crianças em reclusão com as mães no EPT. Procurámos ouvir e observar os intervenientes deste processo, para podermos compreender e interpretar o seu quotidiano identificando a existência e qualidade das respostas socioeducativas que lhes são dadas. Pretendíamos desta forma contribuir para a elaboração de uma reflexão sobre o quotidiano destas crianças, privadas de liberdade por um crime que não cometeram, visando fornecer contributos que ajudem a delimitar linhas de ação tendentes a enriquecer este mesmo quotidiano tendo em vista o superior interesse destas crianças. Relembramos que este trabalho se situa numa lógica exploratória e não de aprofundamento, mas cremos ter reunido informação pertinente sobre a temática em estudo.

Em primeiro lugar foi realizada uma revisão da literatura, documentos científicos, nomeadamente artigos e outras dissertações, regulamentos internos e gerais, produção enquadradora na definição de políticas públicas no quadro da União Europeia e de outros organismos internacionais. A partir de um conjunto de autores, deparamo-nos com opiniões divergentes no que respeita à permanência da criança em contexto prisional, não existindo um consenso sobre se as crianças devem permanecer na prisão durante a reclusão da mãe. Contudo, a opinião de que a criança beneficia deste vínculo em fases precoces da vida, tende a prevalecer, revelando-se fundamental para o seu desenvolvimento global. Por outro lado, as mães beneficiam igualmente com a permanência dos filhos durante a sua reclusão, tornando-a mais suportável com a continuidade da prestação de cuidados aos filhos, canalizando e centralizando neles o seu dia-a-dia.

A população do nosso estudo era constituída por dezasseis mães e dezanove crianças; das dezasseis mães, oito eram de nacionalidade Portuguesa e as restantes, à exceção de uma, eram nacionais de um Estado de Língua Oficial Portuguesa, situando-se a maioria na faixa etária dos trinta aos quarenta anos. Onze destas mulheres encontram-se em reclusão pela mesma tipologia de crimes: tráfico de estupefacientes. Relativamente às crianças, dezoito eram de nacionalidade Portuguesa e apenas uma nacional de países terceiros, a grande maioria situava-se na faixa etária do um aos três anos. Quatro nasceram no EPT e as restantes entraram até aos dois anos de idade, tendo sido acompanhadas por nós uma vez por semana, ou duas vezes sempre que tivemos disponibilidade, durante quatro meses.

Percecionámos que para estas mulheres que experienciam a maternidade na prisão existem condições específicas que visam dar continuidade não só à relação mãe/criança, assim como visam fomentar a relação da criança com o exterior e com as redes de apoio

das quais dispõem extramuros, contudo pareceu-nos que os contatos com o exterior são manifestamente poucos.

Ficou claro que para as entrevistadas reincidentes, que anteriormente tinham ficado noutros pavilhões do EPT, a Casa das Mães permite viver num ambiente bastante mais tranquilo e, comparativamente, com algumas regalias devido à presença das crianças (uma cela que dividem apenas com o filho, menos tempo fechadas, mais tempo de recreio...).

Verificámos também que na Casa das Mães é dada atenção às reclusas, quer pela técnica de educação, quer pelas guardas, tentando responder às solicitações que se prendiam com questões ligadas às mães e às crianças. As nossas entrevistadas fizeram inúmeras referências sobre o carinho, cuidados e preocupação por parte destes elementos da Equipa de técnicos do EPT principalmente em relação às crianças. Contudo, tendo em conta as limitações e rigidez próprias destas instituições foi possível identificar algumas das dificuldades sentidas quer pelas mães, quer pelas crianças (na perspetiva das mães e pela nossa observação direta) na situação em que se encontram neste período da vida (reclusão).

Ficou evidente que para estas crianças que vivem a reclusão com as mães, a privação de liberdade do seu principal cuidador tem efeitos no exercício dos seus direitos. A observação realizada durante o trabalho de campo, as narrativas das mães e as inúmeras conversas em registo informal que estabelecemos com outros intervenientes, permitiram-nos perceber que o ambiente que se vive na Casa das Mães, embora mais familiar e menos penoso para estas mulheres que vivem a maternidade na prisão, não compensa suficientemente a privação de liberdade destas crianças, embora possa haver aspetos positivos e negativos para as crianças que permanecem com as mães durante o cumprimento da pena. Ainda que, conforme estabelece a legislação em vigor no nosso país, deva ser o princípio do interesse superior da criança a orientar todas as decisões a este respeito a verdade é que é difícil afirmar com segurança de que forma melhor se acautela esse superior interesse dos menores.

Uma vez que o objetivo principal desta pesquisa era o de conhecer o quotidiano das crianças que vivem em reclusão com as mães e quais as respostas sociais e educativas existentes no Estabelecimento Prisional de Tires para as mesmas, desde cedo percebemos que as condições da prisão e as respostas existentes para acolher estas crianças são determinantes para que a experiência de viver neste contexto seja o mais positiva possível. De acordo com Alejos (2005) a opinião sobre se esta permanência é do superior interesse da criança varia consoante as abordagens e políticas dos diferentes países. Contudo a opinião de que a criança beneficia em grande medida por não se ver privada da figura materna independentemente do contexto tende a prevalecer.

Ficou claramente evidente que quando foram confrontadas com a privação de liberdade a maior parte destas mulheres receou pelas condições em que a mesma iria decorrer, considerou o impacto que iria ter nas suas vidas, na vida da sua família e principalmente na vida dos filhos que decidiram trazer consigo.

Foi possível perceber que apesar da decisão tomada, apresentam sentimentos ambivalentes relativamente à permanência dos filhos em situação de reclusão, oscilando os seus discursos entre a importância que tem poderem continuar a desenvolver o seu papel de mães e a culpa pelas privações que essa situação implica para as crianças e, ainda, o medo de, um dia mais tarde, os filhos não compreenderem a decisão tomada de os manterem junto de si em situação de prisão.

Antecipam com angústia a separação do filho que trouxeram consigo para o EP, nos casos cuja pena ultrapassará a idade de 5 anos da criança fazendo com que saia para o exterior primeiro do que a mãe, e manifestam sofrimento em relação aos filhos que deixaram ao cuidado de terceiros.

De uma forma ou de outra, a vida em reclusão destas mulheres é marcada pelos filhos, em função dos quais vivem. Nomeadamente, no período do dia que as crianças passam na Creche, ao longo do qual não têm que assegurar tarefas maternas, afirmam que o tempo custa mais a passar, permanecem desanimadas e ociosas (as que não têm outra ocupação laboral).

A questão do tempo para as mães, assim, quando não é orientado para uma atividade laboral ou educativa traduz-se muitas vezes em sentimentos de angústia, tristeza e depressão que prejudicam a sua vida em reclusão e, conseqüentemente, a relação que estabelecem com os filhos que vivem consigo.

Pelo que, como se viu, seria importante criar mais oportunidades de ocupação quer educativa quer laboral de forma a ocupar o tempo de reclusão destas mulheres, contrariando os sentimentos negativos aos quais foram fazendo referências. Contudo, não se trata apenas de aumentar a oferta, é preciso que a mesma se revele significativa e adequada à situação destas mulheres com percursos de vida muito distintos no que respeita a escolarização, experiências e hábitos de trabalho.

Ainda, dada a situação de maternidade destas mulheres, considera-se igualmente pertinente apostar na dimensão da educação parental. Do nosso ponto de vista, a aposta nesta dimensão constituiria oportunidade de desenvolvimento pessoal e, também, fator de proteção no contexto prisional.

Considerando a educação como base de desenvolvimento dos conceitos de ressocialização e de ressignificação, considerou-se que o EPT precisa encontrar formas mobilizadoras para a frequência dos cursos que disponibiliza, diversificar e ampliar a oferta

que tem, por forma a conseguir contrariar a inércia que a maioria destas mulheres referiu sentir no dia-a-dia vivido na Casa das Mães – enquanto aguardam que os seus filhos regressem da Creche – mas, tão ou mesmo mais importante a formação em contexto prisional deve ser encarada como forma de capacitação, dotando as reclusas de ferramentas e competências que possam mobilizar ao longo das suas vidas e, particularmente, que venham a favorecer o desenvolvimento de uma atividade profissional uma vez em liberdade.

No que respeita à possibilidade de desenvolverem uma ocupação profissional dentro da prisão, estamos conscientes que existem dificuldades pela escassez de oferta de emprego sendo embora uma dimensão fundamental dado que se relaciona com aquisição de competências a aplicar na vida em liberdade e muitas das mulheres em reclusão não trazem consigo experiências de emprego estável.

Relativamente às relações familiares e sociais, se por um lado a maioria destas mulheres sentem o apoio da sua rede familiar e referem manter boas relações, por outro manifestam alguma insegurança pelo facto dos filhos que têm consigo ficarem desprovidos desta relação e principalmente da ausência da figura paterna. Pudemos observar que as crianças mesmo interagindo com os pais e outros familiares não se mostravam seguras, procurando permanentemente a figura materna. As medidas previstas nos documentos legislativos que regem estas instituições devem ser efetivadas na prática, fomentando-se e criando as oportunidades necessárias para a estimulação dos vínculos familiares, assim como da aproximação destas crianças à rede familiar alargada. Pelo que se considerou que também neste domínio é necessária mais ação por parte das autoridades competentes, no caso em particular o Estabelecimento Prisional de Tires.

Estamos, contudo, conscientes que esta é matéria que requer o envolvimento e a disponibilidade (pessoal mas também material) dos demais elementos das famílias das reclusas e das crianças e que não será fácil de ultrapassar. Neste caso, também o trabalho a fazer não se circunscreve ao interior dos muros da prisão sendo necessária atuação junto das famílias, cuja implicação no processo é requerida mas complexa.

Foi possível, também, identificar a perceção negativa das reclusas relativamente à forma de gestão do espaço Casa das Mães, nomeadamente no que respeita à interação mães/crianças durante os fins de semana, altura em que não existe resposta Creche.

Ficando as crianças ao cuidado das mães neste espaço, torna-se complicado permanecer 48 horas em confinamento numa ala comum. A falta de ocupação das crianças e a inevitabilidade de permanecerem juntas, gera na maior parte das vezes um ambiente confuso e conflituoso. Assim, parece-nos que este espaço também precisa de ser

repensado no que respeita a atividades, conforme se explicitou anteriormente de forma mais desenvolvida.

À data da investigação eram pontuais as atividades que promovessem, numa lógica socioeducativa, a interação entre as mães e as crianças; foi feita referência às voluntárias da Associação “Dar a Mão”, no apoio dado às crianças em ocasiões festivas (Dia da mãe, Dia da Criança, Festa de Natal), apontados como os únicos momentos com atividades conjuntas. Sem diminuir a importância que manifestamente têm, considera-se, contudo, que a sua frequência é insuficiente, sendo, portanto, outra dimensão da intervenção em contexto prisional a merecer a atenção dos responsáveis.

Outro aspeto identificado como preocupante pelas reclusas refere-se à alimentação dos filhos. Consideram a alimentação fornecida pelo EPT desadequada e insuficiente para as crianças e mesmo tendo dinheiro para poder adquirir outro tipo de alimentos referiram a inexistência de oferta de produtos na cantina do Pavilhão Casa das Mães. Facto justificado (na informação obtida com outros intervenientes) pela impossibilidade de se poder armazenar nas celas produtos frescos. Consideramos ser outro aspeto importante ao qual deve ser dada a importância devida no sentido de tentar melhorar a situação identificada pelas mães aquando das entrevistas. Podendo na nossa opinião ser uma oportunidade para o EPT ter um papel importante no sentido de sensibilizar as próprias mães a terem cuidado com a alimentação dos filhos, reduzindo a quantidade de doces que lhes dão, situação enfatizada pelas educadoras e pelas guardas no decurso das várias conversas informais que fomos desenvolvendo ao longo do período da investigação.

Contudo, nos dias em que participamos na hora da refeição também pudemos observar pouca diversidade na dieta alimentar das crianças, pelo que salientamos aqui a necessidade de serem fomentados hábitos alimentares mais saudáveis – quer pelas mães, quer pelo próprio EPT.

Relativamente aos cuidados de saúde prestados pelo EPT, relativamente aos quais a grande maioria destas mulheres demonstrou insatisfação, sentindo muitas vezes por parte da instituição uma desvalorização das situações de doença, é importante salientar que, não obstante as referências menos boas identificadas pelas mães, foi possível perceber que são feitos rastreios, vacinação e é prestada assistência durante a gestação; que a assistência e o acompanhamento das crianças é feito por médicos de clínica geral e também por uma pediatra voluntária que atende as crianças por marcação, sempre que as mães o solicitem.

Parace-nos ser de considerar a possibilidade de enquadrar na equipa médica um profissional da especialidade de pediatria numa forma mais regular. Relativamente às queixas das mães, sugerem a necessidade de desenvolver mecanismos internos que possibilitem o acesso a mais e melhor informação por parte das reclusas em temas de

saúde infantil para que possam identificar sintomas apresentados pelas crianças e, também, avaliar da sua gravidade e definir procedimentos a seguir, possibilitando eliminar muitos dos anseios revelados.

Desde cedo constatámos que a vida dentro da prisão para as crianças é inibidora de um conjunto muito significativo de vivências e estímulos a que teriam acesso no exterior. Situação que se torna mais marcante a partir do momento em que as crianças começam a sair para junto da família por curtos períodos e a ter contacto com uma realidade menos restritiva; à medida que vão crescendo vão tendo a noção da diferença entre estar dentro e fora dos muros da prisão, começando a questionar e a fazer exigências para as quais as mães não têm resposta, ou não a querem dar, nem forma de satisfazer os seus pedidos. Dormoy (1992) também faz referência a esta questão, afirmando que partir do momento em que a criança começa a ser mais autónoma e a ter conhecimento de outras realidades é mais difícil mantê-la presa com a mãe.

O avançar da idade das crianças apresenta-se igualmente como um fator que dificulta a adaptação à reclusão não só das crianças, como destas mulheres, a incapacidade na tomada de decisão em relação ao dia a dia dos filhos pela privação momentânea da liberdade inerente à sua condição de reclusão e à rígida dinâmica subjacente. Neste sentido, como vimos a lei prevê a permanência destas crianças somente até aos 3 anos de idade ou excepcionalmente até aos 5 anos caso seja de comum acordo entre as partes que detêm a tutela da criança, no sentido de minimizar os possíveis prejuízos das privações a que estão sujeitas (Art.º 7, nº1, alínea g, da lei nº 115/2009 de 12 outubro, Código de Execução de Penas e Medidas privativas da Liberdade).

Quando as crianças são mantidas em ambientes de privação deve pensar-se em produzir um ambiente centrado na criança, devendo ser desenvolvidas medidas para promover o seu desenvolvimento integral, adequado e saudável.

Ficou claro, também, que estas questões estão contempladas e legisladas nos vários documentos, legislação, regulamentos internos e gerais que consultámos, contudo, é de reforçar que em muito a prática efetiva fica aquém do que está previsto na lei.

No EPT, a resposta educativa dada a estas crianças é a Creche. Foi possível perceber que a Creche permitia uma rotina menos restritiva do que a vivida na Casa das Mães, que constituía um espaço e um tempo de qualidade no quotidiano das crianças, com afetividade entre as educadoras e auxiliares com as crianças, mostrando em todos os momentos que estivemos presentes uma grande disponibilidade, acarinhando, reconhecendo e valorizando cada uma delas.

A Creche do EPT possibilita uma maior liberdade, contribui para a estimulação motora e cognitiva das crianças, para o aumento de oportunidades de aprendizagem, constituindo-se como o espaço de “normalidade” na vida de uma criança desta idade. No entanto, quando questionadas relativamente à Creche, as mães parecem atribuir-lhe um significado que se resume à possibilidade da maior liberdade que esta proporciona aos seus filhos.

Da observação feita e dos relatos ouvidos, ficou clara a inexistência de relação de proximidade e cooperação e a falta de articulação entre a Creche e estas mulheres. O seu funcionamento acaba por seguir a rigidez característica destas instituições.

As mães manifestaram também desagrado pelo facto de serem reclusas a dar o apoio na Creche, facto que parece também ser complicado para as educadoras. Estas, referem a dificuldade que sentem por ter de estar constantemente a dar orientações às auxiliares (reclusas), que além de não trazerem a formação adequada para desempenhar as funções, devido a situações como a saída em liberdade, a acumulação de funções dentro do EPT e as saídas precárias, também os elementos que compõem esta equipa estão sempre a mudar. Uma vez que estas mulheres atendem e fazem parte do processo de desenvolvimento destas crianças consideramos importante o EPT encontrar forma de dar estabilidade a esta equipa com a introdução de elementos contratados para o efeito e, também, de dar formação às auxiliares reclusas para que possam responder e desempenhar adequadamente as funções neste contexto educativo que, defendemos, deverá manter-se.

Acreditamos ser fundamental que, dentro das balizas normativas possíveis, o EPT possa proceder a alterações que se afiguram como necessárias de forma a satisfazer as necessidades existentes e a prestar cuidados às crianças da forma mais adequada, visando o seu desenvolvimento de forma saudável e integral e aumentando a aproximação a um quotidiano menos restritivo para estas crianças.

Consideramos que a mediação socioeducativa se revela uma estratégia promotora da participação, do reforço dos laços sociais, do desenvolvimento de relações humanas construtivas e transformadoras. Tendo em vista a mudança de atitudes e comportamentos, consideramos fundamental a criação de novos projetos a desenvolver que visem não só o desenvolvimento pessoal e social das reclusas, como incidam nos cuidados a prestar às crianças. Acreditamos ser necessário integrar estas mulheres, ajudá-las a reestabelecer o seu percurso de vida, prevenindo a reincidência e acima de tudo minimizando possíveis riscos que deste tempo em reclusão partilhado com os filhos em contexto prisional possam advir.

As linhas orientadoras para possíveis intervenções junto destas mães e crianças aqui apresentadas são um ato consciente de que as mudanças necessárias para o enriquecimento deste quotidiano e para que as crianças possam usufruir dos seus direitos em plenitude durante o período de reclusão com a mãe não acontecem de um dia para o outro, nem a partir apenas deste estudo em concreto. A intervenção carece de outros estudos aprofundados dos problemas sobre os quais se deve intervir. De acordo com Silva (2016) “os processos de intervenção, tendo em vista a inclusão deverão ser desenvolvidos com base em diagnósticos recorrendo a metodologias participativas” (...) que de acordo com Rocha (2008, citado por Silva, 2016) se constituem “como oportunidade para implementar processos de planeamento na área social, contribuindo a médio e longo prazo para a melhoria da qualidade das respostas sociais e qualidade de vida dos indivíduos.”

Para finalizar, reforçamos o carácter exploratório deste estudo, que procurou apenas abrir caminhos para o desenvolvimento futuro, promovendo um quotidiano que considere o superior interesse da criança e que lhe proporcione, da forma mais adequada possível, todas as oportunidades que deve ter, minimizando os riscos inerentes à reclusão que vive em determinado período da sua vida. Sabendo contudo, que a necessidade de reflexão sobre o enriquecimento deste quotidiano em questão deve ser contínua.

Bibliografia

- Afonso, O. (2005). *Mães e Crianças em Contexto Prisional: dos trilhos da exclusão reclusão aos processos de desenvolvimento e educação*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Educação pela Universidade Aberta, Lisboa.
- Alejos, M. (2005). *Babies and small children residing in prisons*. QUNO. Disponível em: <http://www.quno.org/sites/default/files/resources/Babies%20and%20small%20children%20residing%20in%20prisons.pdf> Consultado a 20 de novembro de 2017
- Antunes, I. (2014) *O Exercício da Maternidade em Reclusão – Uma Oportunidade para a Assistência de Enfermagem*. Instituto de Ciências da Saúde. Setembro 2014. Universidade católica Portuguesa. Disponível em: <https://repositorio.ucp.pt/handle/10400.14/20709>
- Atwood, J. E., (2001). *Prisões femininas na Europa*. Site: www. Prisons de femmes en Europe.
- Azevedo, S.; Correia, F. (2013). *A educação social em Portugal: evolução da identidade profissional*. RES Revista de Educação Social, nº 17, julho. Disponível em: http://www.eduso.net/res/pdf/17/ascport_res_17.pdf
- Baptista, A.B., (1998) *Crescer na creche*. In Cadernos de Educação de Infância. Lisboa, Editora APEI, nº 48, pp. 48-50.
- Baptista, I. (2005). *Os valores éticos fundamentais dos educadores baseiam-se na proximidade e na responsabilidade*. *A Página de Educação*, 147, p.11. Consultado a 23 fevereiro 2018, em <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=147&doc=10948&mid=2>
- Belsky, J. (1984). *The determinants of parenting: A process model*. *Child Development*, 55(1), 83-96. doi:10.1111/1467-8624.ep7405453
- Bowlby, J., (2006). *Cuidados maternos e saúde mental*. 5ª edição S. Paulo: Martins Fontes.
- Carvalho, I. M. M., & Almeida, P. H. (2003). *Família e proteção social*. São Paulo em Perspectiva, 17 (2), 109-122.
- Carvalho, A. D.; Baptista, I. (2004). *Educação Social. Fundamentos e estratégias*. Col. Educação e Trabalho Social. Porto: Porto Editora.
- Castanho, A. (2015). *A experiência de ser mãe na Prisão*. Dissertação de mestrado. ISPA – Ciências Psicológicas, Sociais e da Vida. Lisboa.

Celinska, K. and Siegel, J, A., (2010) *Mothers in Trouble: Coping with Actual or Pending Separation From Children Due to Incarceration*. CUNY Academic Works. Disponível em: https://academicworks.cuny.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1211&context=jj_pubs

Christian, S. (2009). *Children of Incarcerated Parents*. National Conference of State Legislatures.

Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade - Lei n.º 115/2009 de 12 de Outubro

Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens, disponível em: <https://www.cnpdpj.gov.pt/materiais-diversos/a-crianca-em-risco/conceito-de-riscoperigo.aspx> Consultado a 13 de janeiro 2018

Correia, M., C.B.A (2009). *Observação participante enquanto técnica de investigação*. Pensar Enfermagem Vol. 13 N.º 2, 2º Semestre.

Conselho Nacional de Justiça . Regras de Bangkok – Série Tratados Internacionais de Direitos Humanos – República Federativa do Brasil – Brasília 2016. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/files/conteudo/arquivo/2016/03/a858777191da58180724ad5caafa6086.pdf> consultado a 19 janeiro de 2018

Coutinho, C., Chaves, J. (2002). *O estudo de caso na investigação em tecnologia educativa em Portugal*, pela Universidade do Minho. Revista Portuguesa da educação, 15 (1), pp. 221 – 243. 2002, CIED – Universidade do Minho. Disponível em : <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/492/1/ClaraCoutinho.pdf>

Craveiro, C., Ferreira, I. *A educação pré escolar face aos desafios da sociedade do futuro*. Disponível em: https://www.Repositorio.esepf.pt/jspui/bitstream/20.500.11796/911/2/cad_6educacaoprescolarfuturo.pdf

Cunha, M. I. (1994). *Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina*. Lisboa, Cadernos do Centro de Estudos Judiciários. Cunha, M. I. (2002). *Entre o bairro e a prisão: Tráfico e trajetos*. Lisboa: Fim de Século.

Cunha, M., et Granja, R. (2014) « *Gender Asymmetries, Parenthood and Confinement in two Portuguese prisons* », Champ pénal/Penal field [Enligne], Vol. XI

Cunha, M., & Granja, R. (2013b). *Care and respect: Mothering and relatedness in multigenerational prison settings*. In G. Eljdupovic, R. Bromwich (orgs.), *Incarcerated mothers: oppression and resistance* (106-120). Ontario: Demeter Press.

Cunha, A., R., G. (2013). *Práticas Educativas em Contexto Prisional*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Especialização em formação de adultos. Universidade de Lisboa.

Declaração Universal dos direitos humanos (Aprovados pela Assembleia Geral da ONU a 10 de Dezembro de 1948) disponível: <https://www.pcp.pt/actpol/temas/dhumanos/declaracao.html>

Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro. Diário da República. Disponível em: <https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/175545/details/maximized>

Decreto-Lei nº 115/2009 de 12 de outubro de 2009. Diário da República nº 197/2009 – 1ª série. Ministério da Justiça, Lisboa.

Decreto-Lei n.º 51/2011 de 11 de abril de 2011. *Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais*. Diário da República, n.º71, 1ª série.

Decreto – Lei nº 98/98, de 18 de Abril. Criação da Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco.

Decreto – Lei nº 147/99, de 1 de Setembro. Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

Decreto-Lei n.º 21/2013, de 21 de Fevereiro (Código da Execução das Penas e Medidas Privativas de Liberdade)

DGRSP. Relatório de Atividades e Autoavaliação, 2017. Ministério da Justiça. Disponível em: http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/Documentos/DocumentosSite/Rel_Actividades/RI_ativ_2017/RA_2017.pdf consultado em setembro de 2018

Direção Geral dos Serviços Prisionais. Disponível em: <http://www.dgsp.mj.pt/> Consultado a 15 outubro de 2017

Direção Geral dos Serviços Prisionais. Acedido a 5 de janeiro de 2017 em: http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/Documentos/DocumentosSite/Estatisticas_e_Relatorios/2-trimestre-2012.pdf

Direção Geral dos Serviços Prisionais. Acedido a 7 de abril de 2017 em: <http://www.dgsp.mj.pt/>

Direção Geral dos Serviços Prisionais. Acedido a 20 de maio de 2017 em: http://www.dgsp.mj.pt/backoffice/Documentos/DocumentosSite/Estatisticas_e_Relatorios/2-trimestre-2012.pdf

Díaz, A. S. (2006). *Uma aproximação à Pedagogia – Educação Social*. Revista lusófona de Educação, 7, 91 – 104.

Dormoy, O. (1992). *L'Enfant et le Prison. Enfance*. 46 (3), 251-263.

Eichman, L. (2014). *As rotinas na creche: a sua importância no desenvolvimento integral da criança dos 0 aos 3 anos*. Tese de Mestrado em educação pré-escolar pelo Instituto Politécnico de Portalegre

Foucault, M.. *Vigiar e Punir*(1996) - *História das violências nas prisões*, Tradução de Raquel Ramalheite, 13 ed., Vozes, Petrópolis.

Fonseca, C. R. (2008). *Mulheres em cumprimento de pena: Um estudo no sistema prisional Português*. Dissertação de Mestrado em Ciências Forenses. Porto: Faculdade de Medicina.

Fráguas, H., (2003). As cadeias portuguesas. In *Correio da Manhã*, 23 de Junho, p.2.

Gama, T.S. (2018). *A Pedagogia Social na Educação em Prisões: Uma Análise do Sistema Prisional do Estado Rio de Janeiro*. Revista UNIABEU, V.11, Número 28, maio-agosto de 2018. Disponível em: <http://revista.uniabeu.edu.br/index.php/RU/article/view/2825>

Guerra, I., C. (2006). *Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentido e formas de uso*. Princípia: 1ª edição.

Gil, A., C. (2008). *Métodos e Técnicas em Pesquisa Social*. 6.ed. Editora Atlas S.A

Gomes, C. (2003) *A Reinserção Social dos reclusos – Um Contributo para o Debate sobre a Reforma do Sistema Prisional*. Observatório permanente da Justiça Portuguesa. Centro de estudos Sociais, Faculdade de Economia. Universidade de Coimbra,. Disponível em:<http://opj.ces.uc.pt/pdf/14.pdf> consultado a 15 março de 2018.

Goffman, E. (1974) *Manicônios, Prisões e Conventos*, São Paulo, Perspectiva.

Gonçalves, R. A. (2008). *Delinquência, crime e adaptação à prisão*. (3ª Edição) Coimbra: Revista Coleção Criminologia.

Gomes, P. J.C., (1989). *A construção do afecto – contributos clínicos e experimentais*. Lisboa, ESEI.

Granja, R., Cunha, M., & Machado, H. (2013). *Formas alternativas do exercício da parentalidade: Paternidade e maternidade em contexto prisional*. *Ex Aequo*, 28, 73-86.

- Granja, R. (2015) *Para cá e para lá dos muros: Relações familiares no Interface entre o interior e o exterior da prisão*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Janeiro. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/38326/1/Rafaela%20Patr%C3%ADcia%20Gon%C3%A7alves%20Granja.pdf> Consultado a 3 de março de 2018
- Guimarães, A. (2015) *Reclusão Feminina: Maternidade e nacionalidade*. Dissertação de mestrado em Psicologia da justiça e do comportamento desviante pela Universidade católica, Porto.
- Henrique, S. (2012). *Estudo da relação da vinculação mãe- bebé em reclusas e mães não reclusas*. Dissertação de Mestrado em Psicocriminalologia pelo Ispa, Lisboa.
- Houck, K., & Loper, A. (2002). *The relationship of parenting stress to adjustment among mothers in prison*. *American Journal of Orthopsychiatry*, 72, 548-558.
- Inácio, A. (2013). *Reclusão Infantil ou Liberdade Sem Mães: Vantagens e desvantagens*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Braga.
- ISS, I. (2005). *Manual de Processos-Chave - Creche*. Lisboa: ISS, I.P.
- Lamb, M. (1997). *Nonparental Child Care: Context, Quality, Correlates, and Consequences*. In I. E. Sigel & K. A. Renninger (Eds.); W. Damon (Series Ed.), *Handbook of Child Psychology, Vol IV: Child Psychology in Practice*. New York, John Wiley & Sons, Inc.
- Lei de Bases do Sistema Educativo, Lei n.º 49/2005. Secção I artigo 5º. Diário da República n.º 166/2005, Série I-A de 2005-08-30. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/49/2005/08/30/p/dre/pt/html> consultada a 16 de janeiro de 2018
- Lei n.º 215/2012 - in Diário da República, 1.ª série — N.º 189 — 28 de setembro de 2012).
- Lei Orgânica do Ministério da Justiça, Artigo 12.º, nº 1, Decreto-Lei n.º 123/ 2011).
- Malpique, C. (1990). *A ausência do pai*. Porto: Edições Afrontamento.
- Marchão, A. (setembro/dezembro 2012). *Ouvir e escutar as educadoras de infância: conexões sobre a creche e perspectivas sobre a formação*. Lisboa: Cadernos de Educação de Infância, n.º 97. Edição APEI.
- Mateus, M. (2012). *O educador social na construção de pontes socioeducativas contextualizadas*. Dissertação de Mestrado. Eduser: revista de educação, vol 4 (1), artigo nº 38. Disponível em: <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/7726/1/87-335-1-PB.pdf> Consultado a 25 fevereiro de 2018

- Matos, R. (2007). *Vidas raras de mulheres comuns: Percursos de vida, significações do crime e construção da identidade em jovens reclusas*. Dissertação de Doutoramento, Instituto de Educação e Psicologia da Universidade do Minho, Braga.
- Matos, R. & Machado, C. (2007). *Reclusão e laços sociais: Discursos no feminino. Aprisão, o asilo e a rua*. *Análise Social*, XLII (Separata 185), 1041-1054.
- Matos, R. & Machado, C. (2012). *Criminalidade feminina e construção do género: Emergência e consolidação das perspetivas feministas na Criminologia*. *Análise Psicológica*, (XXX), 33-47.
- Ministério da Educação, (2005). Lei de Bases do Sistema Educativo. Lei nº 49/2005 de 30 de Agosto.
- Minayo, M. C. S. (org) (2010). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Editora Vozes.
- Mombelli, M. A., Costa, J.B., Marcon, S. S., Moura, C.B.(2011). *Estrutura e suporte familiar como fatores de risco de stress infantil*. *Estudos de psicologia (campinas)*, 28(3), 327-335. Disponível em: <https://dx.doi.org/10.1590/s0103-166x2011000300004>
- Nery, I. (2012). *As prisioneiras: mães atrás das grades*. Lisboa: Plátano
- Ortega, J. (1999). *Educación social especializada, concepto y profesión*. In José Ortega (coord.), *Educación Social Especializada* (pp. 15-38). Barcelona: Editorial Ariel.
- Pereira, A.C. (2017) *Número de mulheres está a crescer há 8 anos consecutivos*. *Jornal público*, junho. Disponível em: <https://www.publico.pt/2017/06/13/sociedade/noticia/numero-de-mulheres-reclusas-esta-a-crescer-ha-oito-anos-consecutivos-1775444> Consultado a 18 janeiro de 2018
- Portugal, G. (2008) *Relatório do Estudo a criança dos 0 aos 12 anos – pp. 62 a 75*. Disponível em: <http://www.cnedu.pt/content/antigo/files/pub/EducacaoCrianças/5-Relatorio.pdf> Consultado 13 novembro de 2017
- Prisons de Femmes en Europe – Rapport d’observation sur les conditions de détention. Disponível em: <http://prisons.de.femmes.free.fr/espagne.html> Consultado a 16 janeiro 2018
- Philbrick, K., Ayre. L., Lynn. H. (2014). *Children of imprisoned Parents – Europe Perspectives on Good Practice*. Disponível em: <http://childrenofprisoners.eu/wp-content/uploads/2016/01/Children-of-Imprisoned-Parents-European-Perspectives-on-Good-Practice.pdf> Consultado a 21 fevereiro de 2018
- Serrano., G., P. (1994). *Investigación cualitativa: métodos y técnicas*. Buenos Aires: Editorial Docencia.

Serrano., G., P. (2003). *Pedagogía social-educación social*. Madrid: Narcea.

Pires, A. (1990). *Determinantes do comportamento parental. Análise Psicológica*, 4(VIII), 439-444.

Pires, I. (2001). *Relação mãe-criança, ambiente prisional e irritabilidade materna*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Lisboa: Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa.

Post, J. &Hohmann, M. (2011). *Educação de Bebés em Infantários: Cuidados e Primeiras Aprendizagens* (4ª ed.). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian

Portugal, G., (1995). *Experienciação de creche. Um contributo para uma abordagem ecológica da “adaptação” da criança*. Tese de Doutoramento em Psicologia da Educação. Universidade de Aveiro. Portugal, G. (1998). *Crianças, Famílias e Creches*. Porto: Porto Editora.

Portugal, G. (1998). *Qualidade da creche e organização do espaço físico – materiais e equipamentos*. In Cadernos de Educação, Lisboa, Editora APEI, nº 48, pp. 25-27.

Portugal, G. (1998). *Crianças, Famílias e Creches – Uma Abordagem Ecológica da Adaptação do Bebê à Creche*. Coleção Cidine, nº7, Lisboa, Porto Editora.

Portugal, G. (2010). *Avaliação em Educação Pré Escolar: Sistema de acompanhamento das crianças*. Lisboa, Porto Editora.

Projeto “Centro Social Renascer (2011)– Assistência Técnica à inserção da mulher e criança de rua afetada pelo fenómeno da prostituição no lobito” Equipa de formadores do Curso de educadores sociais. Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD). Litogaia,.

Quivy, R., Campenhoudt. L. V. (2005). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*;trad. João Minhoto Marques, Maria Amália Mendes, Maria Carvalho;rev.científ. Rui Santos. - 4ª ed. - Lisboa: Gradiva.

Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Reclusos. Regras de Nelson Mandela, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime. Disponível em:https://www.unodc.org/documents/justice-and-prisoreform/Nelson_Mandela_Rules-P-ebook.pdf

Regulamento Interno do Espaço Creche. (2006). Tires: Estabelecimento Prisional de Tires

Regulamento Interno da Casa das mães. (2015). Tires: Estabelecimento Prisional de Tires.

Regulamento Interno (s/d). Estabelecimento prisional de Tires.

Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais - Decreto-Lei n.º 51/2011 de 11 de Abril

Relatório de Actividades de 2010. Estabelecimento Prisional de Tires. Ministério da Justiça – Direcção Geral dos Serviços Prisionais. Volume II consultado em 13 junho de 2017 disponível em: <http://www.dgsp.mj.pt>

Relatório sobre o Sistema Prisional e Tutelar. Olhar o futuro para guiar a ação presente. Setembro (2017). República Portuguesa. Disponível em: <https://justica.gov.pt/Portals/0/Relat%C3%B3rio%20%20Sistema%20Prisional%20e%20Tutelar%2029092017.pdf?ver=2017-10-02-115028-567> Consultado a 20 fevereiro de 2018

Relatório Laws on Children Residing with Parents in Prison – The Law Library of Congress.Global Research Center. Agosto (2014). Disponível em: <https://www.loc.gov/law/help/children-residing-with-parents-in-prison/intro.php> Consultado a 13 novembro de 2017

Ribeiro, M., (2013). *CherchezlesFemmes: Uma análise sociológica da população prisional feminina Portuguesa*. Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Porto.

Ribeiro, N. A.; Caliman, G. (2015). *Reabilitação Criminal: O Papel da Educação Social em Processos de Violência e Exclusão*. Universidade Católica de Brasília – Escola de Direito. NO.38, PP. 80-101 (2015) disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/8493>

Rita, R. (2009). *Criança em ambiente penitenciário: Uma análise da experiência brasileira*. *VoxJuris*, 2(1), 203-220.

Robertson, O. (2007). *Women in Prison and children of imprisoned mothers series, the impact of parental imprisonment on children*. Quaker United Nations Office – Geneva-Switzerland. Disponível em: http://www.quno.org/sites/default/files/resources/ENGLISH_The%20impact%20of%20parental%20imprisonment%20on%20children.pdf Consultado a 20 de novembro 2017

Robertson, O. (2008). *Quaker United Nations Office – Human rights & refugees Publications – collateral convicts: Children of incarcerated parents*. Recommendations and good practice from the UN Committee on the rights of the child day of general discussion. Disponível em: http://www.quno.org/sites/default/files/resources/ENGLISH_Collateral%20Convicts_Recommendations%20and%20good%20practice.pdf Consultado a 20 de novembro 2017

Robertson, O. (2012). *Quaker United Nations Office – Human rights & refugees Publications – collateral convicts: Children of incarcerated parents*. Recommendations and good practice from the UN Committee on the rights of the child day of general discussion. Disponível em: http://www.quno.org/sites/default/files/resources/ENGLISH_Collateral%20Convicts_Recommendations%20and%20good%20practice.pdf Consultado a 20 de novembro 2017

Robertson, O., Brett, R. (2012). Children of (Alleged) offenders: revised draft framework for decision – making – QUNO. Disponível em: http://www.quno.org/sites/default/files/resources/Revised%20Draft%20Framework%20for%20Decision-Making_black%20and%20white%20version%20for%20printing.pdf Consultado a 20 de novembro 2017

Santos, M. (2015). *A importância da creche para o desenvolvimento da criança de jardim de infância*. Dissertação de mestrado em educação pré escolar. Porto

Serras, D. & Pires, A. (2004). *Maternidade atrás das grades: Comportamento parental em contexto prisional*. *Análise Psicológica*, 2 (XXII), 413-425.

Silva, E., Luz, A., & Cecchetto, F. (2011). *Maternidade atrás das grades. Enfermagem em Foco*, 2 (1), 33-37.

Silva, P. (2016). Módulo III – Incluir. *Breves contributos para a construção do conceito de “Inclusão”*. Recurso de apoio pedagógico no âmbito do MOOC AFIR – Portugal. Escola Superior de Educação – Instituto Politécnico de Santarém. Disponível em : http://cctic.esse.ipsantarém.pt/mcctic/pluginfile.php/2116/mod_resource/content/10/MIII_BREVES%20CONTRIBUTOS%20PARA%20O%20CONCEITO%20DE%20INCLUSAO.pdf

Spodek, B. (2010). *Manual de Investigação em Educação de Infância*. (2ª edição). Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian.

Strecht, P. (2012). *Crescer Vazio: Repercussões psíquicas do abandono negligência e maus tratos em crianças e adolescentes* (5ª ed.). Lisboa: Assírio & Alvim.

. Granja, R., Cunha, M., & Machado, H. (2012). *Children on the outside: The experience of mothering among female inmates*. In *Experiencing Prison: A persons project, Praga*. Tese de Doutoramento em Sociologia, Universidade do Minho

Torres, C. (2011). *A construção da identidade de crianças no sistema prisional*. XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais – Diversidades e (Des)igualdades – Universidade Federal da Bahia.

Wooldredge & Masters, (1993). Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/249718471_Confronting_Problems_Faced_by_Pregnant_Inmates_in_State_Prisons consultado a 20 março 2018

Anexos

Anexo I – Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo a instrução, sexo e nacionalidade

Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo a instrução, sexo e nacionalidade

2017

Sexo/ Nacionalidade	Homens		Mulheres	
	Portugueses	Estrangeiros	Portugueses	Estrangeiros
Instrução				
TOTAL (a)	10.616	1.968	680	176
Não sabendo ler nem escrever	358	51	60	6
Sabendo ler e escrever	299	87	43	23
Possuindo o ensino:	9.822	1.802	546	135
1º Básico (1º, 2º, 3º e 4º anos)	2971	262	204	22
2º Básico (5º e 6º anos)	2830	323	89	15
3º Básico (7º, 8º e 9º anos)	2924	581	142	39
Secundário (10º, 11º e 12º anos)	911	540	88	41
Superior	176	93	22	17
Outros cursos	10	3	1	1
Ignorado ou não especificado	137	28	31	12

(a) Contabiliza 275 inimputáveis (Mulheres e Homens) internados em hospitais e clínicas psiquiátricas prisionais e não prisionais



Anexo II – Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo o escalão etário, sexo e nacionalidade

Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo o escalão etário, sexo e nacionalidade

2017

Sexo, escalão etário	Escalão etário									Escalão etário								
	Total Homens	16-18 anos	19-20 anos	21-24 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60 e mais anos	Total Mulheres	16-18 anos	19-20 anos	21-24 anos	25-29 anos	30-39 anos	40-49 anos	50-59 anos	60 e mais anos
TOTAL DE RECLUSOS (a)	12584	42	140	728	1870	4004	3287	1745	768	856	0	7	47	106	261	251	135	49
<i>Total de Reclusos Portugueses</i>	10616	35	117	568	1458	3355	2817	1556	710	680		3	28	72	192	215	124	46
<i>Total de Reclusos Estrangeiros</i>	1968	7	23	160	412	649	470	189	58	176	0	4	19	34	69	36	11	3
Países da África	1129	2	13	94	253	365	255	122	25	36	0	0	1	10	11	6	8	0
Angola	168	1	3	13	38	47	51	11	4	5			3		1	1	1	
Cabo Verde	625		7	53	132	204	131	83	15	26			7	9	4	6		
Guiné Bissau	179			19	58	54	32	14	2	3				1	1	1		
Marrócos	35			1	4	15	11	3	1	0								
Mocambique	10			2	1	4	2	1		0								
Nigéria	23			1	10	9	3			0								
S. Tomé e Príncipe	47	1	1	4	13	15	9	2	2	0								
Outros	42		2	2	6	16	10	5	1	2			1		1			
Países da América do Sul	344	5	6	47	86	113	61	17	9	91	0	3	14	19	35	19	0	1
Brasil	282	4	5	40	69	101	45	13	5	69		3	11	14	29	11		1
Colômbia	8						5	1	2	2					1	1		
Venezuela	18			2	7	4	4		1	13			2	4	1	6		
Outros	36	1	1	5	10	8	7	3	1	7			1	1	4	1		
Países da Europa	457	0	4	18	68	160	138	48	21	48	0	1	4	5	23	10	3	2
Alemanha	8			1	1	1	2	3		3					2		1	
Bulgária	17			2	4	8	3			14					10	3	1	
Espanha	49			2	11	17	13	6		5					3	2		
França	23			3	7	9	2	2		2			1					1
Grã-Bretanha	16			1	6	4		3		0								
Países Baixos	18		1	2	4	7	3	1		3			1			1		1
Itália	20		1		5	5	4	5		3			1		2			
Moldávia (República de)	16			2	6	5	3			0								
Roménia	153		1	10	28	72	39	2	1	13		1	2	3	4	2	1	
Rússia (Federação da)	3				1	1	1			0								
Ucrânia	37			3	2	7	17	7	1	0								
Outros	97			3	25	36	24	7	2	5			1		2	2		
Outros países	38	0		1	5	11	16	2	3	1					1			

Notas:

(a) Contabiliza 137 inimpugnáveis: 19 Mulheres e 118 Homens internados em hospitais e clínicas psiquiátricas não prisionais.



Anexo III– Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo o escalão etário, sexo e nacionalidade

Reclusos existentes a 31 de dezembro, segundo a situação penal, por sexo e nacionalidade

2017

Sexo, situação penal Nacionalidade	Homens		Mulheres	
	Preventivos	Condenados (a)	Preventivos	Condenados (a)
TOTAL DE RECLUSOS (a)	1885	10699	220	636
<i>Total de Reclusos Portugueses</i>	1381	9235	149	531
<i>Total de Reclusos Estrangeiros</i>	504	1464	71	105
Países da África	204	925	6	30
Angola	24	144	0	5
Cabo Verde	108	517	5	21
Guiné Bissau	37	142	0	3
Marrocos	7	28	0	0
Moçambique	0	10	0	0
Nigéria	8	15	0	0
S. Tomé e Príncipe	6	41	0	0
Outros	14	28	1	1
Países da América do Sul	100	244	33	58
Brasil	67	215	24	45
Colômbia	2	6	1	1
Venezuela	7	11	3	10
Outros	24	12	5	2
Países da Europa	176	281	31	17
Alemanha	6	2	0	3
Bulgária	14	3	14	0
Espanha	20	29	3	2
França	9	14	1	1
Grã-Bretanha	6	10	0	0
Países Baixos	11	7	1	2
Itália	10	10	1	2
Moldávia (República de)	2	14	0	0
Roménia	36	117	8	5
Rússia (Federação da)	2	1	0	0
Ucrânia	5	32	0	0
Outros	55	42	3	2
Outros países	24	14	1	0

Notas:

(a) Contabiliza 275 inimputáveis (Mulheres e Homens) internados em hospitais e clínicas psiquiátricas prisionais e não prisionais



Anexo IV– Reclusos existentes em 31 de dezembro, segundo o escalão etário, sexo e nacionalidade

Reclusos condenados existentes em 31 de dezembro, segundo o sexo, os escalões de idade e a nacionalidade, por crimes

2017

Crimes	Sexo Nacionalidade	Total	Homens						Mulheres					
			Portugueses			Estrangeiros			Portugueses			Estrangeiros		
			16 a 18 anos	19 a 20 anos	21 e mais anos	16 a 18 anos	19 a 20 anos	21 e mais anos	16 a 18 anos	19 a 20 anos	21 e mais anos	16 a 18 anos	19 a 20 anos	21 e mais anos
TOTAL GERAL (a)		11.335	11	46	9.178	0	10	1.453	0	1	530	0	0	106
CRIMES CONTRA AS PESSOAS		2.947	4	5	2.484	0	3	339	0	0	102	0	0	10
Homicídios		1.024	0	0	844	0	1	130	0	0	43	0	0	6
Ofensas à integridade física		363	1	2	311	0	0	31	0	0	16	0	0	2
Violência doméstica		292	0	0	267	0	0	16	0	0	9	0	0	0
Sequestro/ Rapto/ Torção de reféns		280	0	0	226	0	0	48	0	0	6	0	0	0
Tráfico de pessoas		6	0	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0
Violação		200	0	0	164	0	0	36	0	0	0	0	0	0
Abuso sexual de crianças/ de menores dependentes		282	1	0	260	0	0	17	0	0	4	0	0	0
Outros		500	2	3	412	0	2	55	0	0	24	0	0	2
CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO		3.321	5	31	2.735	0	3	344	0	0	182	0	0	21
Furto simples e qualificado		1.558	2	13	1365	0	1	94	0	0	73	0	0	10
Roubo		1.508	3	16	1188	0	2	241	0	0	53	0	0	5
Burla simples e qualificada		90	0	0	58	0	0	2	0	0	26	0	0	4
Outros		165	0	2	124	0	0	7	0	0	30	0	0	2
CRIMES CONTRA A VIDA EM SOCIEDADE		963	0	2	809	0	0	141	0	0	4	0	0	7
Incêndio		49	0	0	45	0	0	4	0	0	0	0	0	0
Incêndio florestal		39	0	0	37	0	0	0	0	0	2	0	0	0
Condução perigosa de veículo rodoviário		120	0	0	109	0	0	10	0	0	1	0	0	0
Condução de veículo em estado de embriaguez ou sob a influência de estupefacientes ou substâncias psicoativas		233	0	2	212	0	0	18	0	0	1	0	0	0
Associação criminosa		53	0	0	26	0	0	27	0	0	0	0	0	0
Outros		460	0	0	380	0	0	82	0	0	0	0	0	7
CRIMES CONTRA O ESTADO		851	0	0	726	0	0	107	0	0	13	0	0	5
Resistência e coação sobre funcionário		338	0	0	290	0	0	35	0	0	3	0	0	0
Desobediência		140	0	0	126	0	0	12	0	0	2	0	0	0
Corrupção		27	0	0	18	0	0	7	0	0	2	0	0	0
Peculato		11	0	0	6	0	0	0	0	0	4	0	0	1
Outros		345	0	0	286	0	0	33	0	0	2	0	0	4
CRIMES RELATIVOS A ESTUPEFACIENTES		1.950	0	4	1.311	0	4	399	0	1	175	0	0	56
Tráfico		1.591	0	2	1010	0	3	369	0	1	153	0	0	53
Tráfico de quantidades diminutas, de menor gravidade/ Tráfico para consumo		339	0	2	282	0	0	30	0	0	22	0	0	3
Outros		20	0	0	19	0	1	0	0	0	0	0	0	0
OUTROS CRIMES		1.303	2	4	1.113	0	0	123	0	0	54	0	0	7
Crimes fiscais		33	0	0	31	0	0	2	0	0	0	0	0	0
Condução sem habilitação legal		736	1	3	713	0	0	64	0	0	13	0	0	1
Outros		478	1	1	369	0	0	57	0	0	41	0	0	6

(a) Inclui 138 inimputáveis, com medidas de segurança aplicadas, internados em clínicas psiquiátricas prisionais e 137 em clínicas e hospitais psiquiátricos não prisionais.



Anexo V - Pedidos de autorização para a realização do Estudo no EPT

1)Santarém, 26 de outubro de 2016.

Exmo. Senhor Diretor
Estabelecimento Prisional de Tires,

Assunto: Pedido de autorização para efetuar um estudo científico no âmbito do Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária.

Excelentíssimo Senhor Diretor, conforme assunto em epígrafe, venho pedir a V. Excelência que me autorize a fazer um estudo no estabelecimento prisional do qual V. Ex.^a é o máximo responsável. Chamo-me Lia Ana Rodrigues Marques Pinto, sou portadora do BI/CC 12199260, Sou Licenciada em Educação Social e estou a preparar a minha Tese Final para a Obtenção do Grau de Mestre, no Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária (MESIC) da Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Santarém (IPS).

No âmbito da referida investigação, quero conhecer o quotidiano das crianças que vivem em reclusão com as mães, mais concretamente, procurar responder à questão: **quais as respostas socioeducativas que são dadas a estas crianças?**

O meu propósito e motivação resultam da minha convicção de que, enquanto Educadora Social, posso propor medidas de enriquecimento do quotidiano destas crianças, partindo das conclusões a que chegar e ancorando-me em outros estudos já realizados no mesmo âmbito de intervenção.

Excelentíssimo Senhor Diretor, por ser esta a minha motivação e por entender que posso dar um contributo relevante para uma questão que é do interesse de toda a sociedade – o bem-estar das crianças que vivem em reclusão com as mães – venho pedir a V. Ex.^a que viabilize o meu pedido.

Se V. Ex.^a entender que é necessário, a Escola Superior de Educação, poderá dirigir-lhe também um pedido formal assinado pelo Diretor.

Sem mais por ora, subscrevo-me

Com os meus melhores cumprimentos

(Lia Pinto)

Anexo VI – Resposta dada depois da autorização do EPT

2) Santarém, 22 de novembro 2016.

Quero agradecer em primeiro lugar a atenção prestada ao pedido por nós endereçado e a disponibilidade em analisá-lo.

Como referi no primeiro contacto, o meu propósito e motivação resulta da minha convicção de que, enquanto Educadora Social, posso propor medidas de enriquecimento do quotidiano destas crianças, partindo das conclusões a que chegar e ancorando-me em outros estudos já realizados no mesmo âmbito de intervenção. Por ser esta a minha motivação e por entender que posso dar um contributo relevante para uma questão que é do interesse de toda a sociedade – o bem-estar das crianças que vivem em reclusão com as mães – venho pedir a V. Ex^a que viabilize o meu pedido.

Relativamente às questões colocadas, cumpre-me esclarecer que me encontro na fase de redação do projeto de dissertação, tendo o meu primeiro contacto sido feito no sentido de perceber se existia por parte da vossa instituição disponibilidade para o poder desenvolver pois, caso contrário, teria de identificar outro tema de investigação e desenvolver a proposta noutra âmbito. De acordo com a calendarização do Curso de mestrado em questão, o prazo de submissão da proposta no âmbito da unidade curricular de Seminário de Apoio à Dissertação, vai até ao dia 15 de janeiro e só após a sua avaliação vos poderá ser remetida versão completa e desenvolvida.

Dada a manifestação da vossa disponibilidade, o que muito me entusiasmou, irei de imediato proceder à sistematização em formato sinopse, de forma a clarificar objetivos e metodologia de trabalho, possibilitando a vossa avaliação e apreciação fundamentada, o que agradeço desde já.

Contudo, nesta fase, posso adiantar que é minha intenção, caso seja possível, proceder ao reconhecimento do quotidiano das crianças recorrendo a uma abordagem qualitativa, com observação direta no local das suas rotinas diárias, técnica de recolha de informação dos aspetos da realidade que permite chegar mais perto da “perspetiva dos sujeitos”. Para obter informações e coletar dados que não seriam possíveis apenas através da observação e da análise documental, pretendo realizar entrevistas às mães e às educadoras afetas às salas de forma a obter ambas as perceções, valores, atitudes e opiniões, que posteriormente

serão analisadas de forma a poder enquanto educadora social propor linhas orientadoras para desenvolvimento de uma intervenção que contribua para o enriquecimento do quotidiano destas crianças. As entrevistas a realizar seguirão um guião semiestruturado e manifestamos, que vos será previamente dado a conhecer e submetido à vossa apreciação e autorização.

Quanto à duração do processo de pesquisa, estima-se que o mesmo possa ocorrer ao longo de três a quatro semanas, em períodos indicados por V. Exas. e de acordo com uma agenda que seja o menos perturbadora possível do quotidiano da instituição.

Sem mais por ora, subscrevo-me

Com os meus melhores cumprimentos,

Lia Pinto

Anexo VII- Consentimento Informado



Consentimento

Eu _____, aceito participar no estudo “Crianças em reclusão com as mães – Quotidiano Social e Educativo no Estabelecimento Prisional de Tires”, da autoria de Lia Pinto, aluna da Escola Superior de Educação de Santarém, orientada pela Professora Perpétua Silva.

Foram-me explicados os objetivos principais deste estudo, tendo compreendido que a minha participação é voluntária podendo assim desistir a qualquer momento.

Fui informada que toda a informação fornecida por mim para a realização deste estudo, será estritamente confidencial e que a minha identidade não será revelada quer a pessoas, quer em publicações que resultem da pesquisa.

Ass: _____

Anexo VIII – Guião da Entrevista

Guião da entrevista - Preparação

Ações	Descrição
	<p>Conhecer o quotidiano e a forma como se adaptam as mães e crianças à vida em reclusão, tendo por base os pontos que se seguem:</p> <p>1 – Conhecimento das condições de vida, relativamente ao quotidiano com os filhos, que optaram por trazer consigo para o EPT, compreendendo quais as suas principais dificuldades, constrangimentos e necessidades;</p> <p>2 – Identificação das respostas sociais e educativas dadas às crianças que vivem em reclusão no EPT;</p> <p>3 – Opinião, avaliação e perceção das reclusas quanto às respostas existentes.</p>
Entrevistado(a)	Reclusas que vivem na casa das mães com os filhos no Estabelecimento Prisional de Tires
Entrevistador	Mestranda do Curso de Educação Social e Intervenção Comunitária do Instituto Politécnico de Santarém – IPS.
Condições logísticas	Impressão do guião e telemóvel com cartão de memória, em alternativa mp4

Guião da entrevista – Planificação

Ações	Descrição
Propósito	Importa perceber a forma como estas mães perspetivam e vivenciam o quotidiano, obtendo assim as suas perceções, valores e opiniões relativamente ao quotidiano com os filhos, que optaram por trazer consigo para o EPT, com base nos seguintes pontos:

	<p>1 – Conhecimento das condições de vida, relativamente ao quotidiano com os filhos, que optaram por trazer consigo para o EPT, compreendendo quais as suas principais dificuldades, constrangimentos e necessidades;</p> <p>2 – Identificação das respostas sociais e educativas dadas às crianças que vivem em reclusão no EPT;</p> <p>3 – Opinião, avaliação e perceção das reclusas quanto às respostas existentes.</p>
Entrevistada	Reclusa que vive com o filho/os na casa das mães do EPT
Meio de comunicação	Entrevista oral, gravada através do telemóvel ou mp4
Duração da Entrevista	1 Hora (pode variar consoante a disponibilidade e vontade da Entrevistada)
Entrevista Categorias de perguntas	Elaboração das questões agrupadas em categorias: a) Rotina na casa das mães; b) Respostas Sociais e Educativas dadas às crianças, suficientes e adequadas) c) Constrangimentos; d) Cuidados de saúde; e) Rede familiar e social; f) Caraterização sociodemográfica;
Momentos a considerar	<p>Antes: marcação das entrevistas junto da técnica Dra. Conceição Vieira, definindo o espaço e o tempo;</p> <p>Início: introduzir e contextualizar o objetivo do estudo; entregar o consentimento; pedir autorização para gravar;</p> <p>Decorrer: deixar a entrevistada falar livremente, focar a entrevistada nos tópicos principais, estimular a entrevistada a expressar sobre os tópicos mais importantes;</p> <p>Após: fazer o apanhado das ideias principais; reforçar a importância do contributo, valorizando a entrevistada.</p>

Guião da Entrevista

O guião que se segue, foi elaborado com o objetivo de obter informações a respeito do quotidiano e adaptação das mães e crianças à vida no EPT, assim como a perspetiva das mesmas sobre a permanência dos filhos no estabelecimento prisional, relativamente às respostas sociais e educativas existentes. Pretende-se ainda, conhecer o perfil das entrevistadas.

Obrigada por ter aceite participar no estudo “Crianças em reclusão com as mães – Quotidiano Social e Educativo no Estabelecimento Prisional de Tires”. Todas as informações fornecidas por si, serão tratadas de forma confidencial.

Assim gostaria que respondesse às questões da forma mais detalhada possível com todos os seus pensamentos e sentimentos acerca das mesmas.

a) viver em reclusão com os filhos – A rotina na Casa das Mães.

1. Gostaria de começar por conversar um pouco consigo sobre como é viver na Casa das Mães...

(deixar falar...)

2. Como foi para si a adaptação a esta fase da vida?

(deixar falar...)

3. E para o seu filho, como foi a adaptação à vida no EPT?

(deixar falar...)

4. Poderia dizer-me quais as razões porque decidiu trazer o seu filho consigo?

5. Alguma vez ponderou a possibilidade de não o manter aqui consigo? (se responder sim, perceber onde ficaria a criança, com quem...); (se responder não, perceber porquê)

b) viver em reclusão com os filhos – Quotidiano socioeducativo

1. Como é o dia-a-dia do seu filho no EPT?

2. Como é que tem sido o desenvolvimento do seu filho no EPT?

3. O que acha das atividades existentes para as crianças no EPT? (deixar falar)
Considera que são suficientes e adequadas ao desenvolvimento saudável do seu filho ou acha que não?

4. Como organiza o tempo que passa com o/os seu/s filho/s?

5. Como ocupa o tempo durante a semana e fim-de-semana com o seu/s filho/s?

c) viver em reclusão com os filhos - Constrangimentos

1. Quais as principais preocupações, medos e receios em relação ao seu filho/os?

2. Quais as principais necessidades sentidas no dia-a-dia vividas por si e pelo seu/s filho/s?

3. Quais as principais necessidades sentidas no dia-a-dia vividas por si?

d) viver em reclusão com os filhos – Cuidados de Saúde

1. Gostaria que me falasse um pouco sobre o acesso a cuidados de saúde ao seu filho/s no EPT?

e). Viver em reclusão com os filhos – Rede familiar e Social

1. Gostaria que falasse um pouco sobre a relação que mantém com sua rede familiar e social (alegrias, desejos, tristezas, problemas...).

2. E o seu filho? Qual a relação que mantém com o pai? Irmãos...? E com a restante família... avós... tios... outras crianças...?

3. O seu/s filho/os saem do EPT com familiares? Como é a reação à vida lá fora e ao regresso para a reclusão?

4. Como perspectiva o futuro do seu filho/s?

f) Caracterização sociodemográfica

- Idade?

- Naturalidade?

- Área de residência?
- Escolaridade?
- Estado civil?
- Agregado familiar?
- Número de filhos? Tem outros filhos lá fora? De que idades? Com quem estão (se forem menores)?
- Profissão?
- Há quanto tempo está detida?
- Porque razão foi detida?
- Quanto tempo falta para sair da reclusão?

Nota: considerar estas questões, contudo a entrevistada pode ter outras igualmente importantes sobre as quais fale espontaneamente, no fim perguntar se houve alguma coisa que não tivesse sido falada e que gostasse de acrescentar.

Anexo IX – Transcrição das Entrevistas às Mães/Reclusas

Categorias e subcategorias	
1) Viver na casa das mães	
1.1) Adaptação	<p>“... ok, bem, viver na casa das mães para mim está a ser uma experiência digamos mais humana do que eu pensaria que fosse. Eu ao início, eu nunca estive presa e, portanto, achei que meu deus o que é que eu estou a fazer, não é, estou a ir para uma prisão com a minha filha... Eu sou uma pessoa muito flexível, porque as experiências que eu tive até hoje, nenhuma se comparou a esta, mas eu sou uma pessoa flexível digamos, consigo perceber o outro lado, consigo analisar as pessoas e consigo até respeitar, mas há um limite pronto e desta forma eu penso que neste último mês como referi na questão anterior que tem sido um bocado mais difícil para todas as reclusas da casa das mães, ate porque se houver uma destabilização ou um elemento a destabilizar acabamos por ficar todas afetadas e isso afeta os nossos filhos e a tranquilidade com que vamos à noite adormecemos nossos filhos, a tranquilidade com que até lidamos com eles altera e isso transmite para eles... A adaptação da F, ela entrou com 13 meses estava numa fase em que ainda não percebia muito bem, entrou logo comigo, a adaptação não foi fácil no caso da F, porquê? Não do ponto de vista afetivo, porque eu mantive as minhas características aqui dentro, não me destabilizei. Não me deixei afetar muito, mas pela questão de rotina, de barulho e pela questão alimentar, porque quer queiramos quer não aqui não podemos adormecer um bebe e ter o silêncio que temos em casa à hora que quisermos, a F é uma bebé que eu sempre habituei a rotinas, eu gosto que ela durma bem às horas a que deve dormir e não alterar isso dia após dia e a questão alimentar foi francamente o que eu notei mais, ela teve algumas questões de foro gastrointestinal e mesmo também respiratório que eu creio ser comum a todos os bebes da casa das mães. Há uma mudança da própria, quer dizer o ambiente, estamos a lidar com vinte e tal pessoas e cada um tem a sua rotina e os seus hábitos, mesmo hábitos de higiene e quer queiramos, quer não estamos nextdoor, eu saio da minha porta tenho logo outra, somos uma comunidade, era ai que eu queria chegar.” (Isabel, E01, pp. 1 a 2);</p> <p>“...na verdade é complicado, estar aqui dentro é complicado. Não sei, o problema é que quando eu entrei aqui fiquei em preventiva, nós estrangeiras quando entramos ficamos uns 5 ou 6 meses em preventiva sem fazer nada, porque não há trabalho, como é um meio pequeno não há trabalho para todas e dão prioridade às que já estão condenadas, então quando eu entrei aqui, fiquei aqui quase 5 ou 6 meses sem fazer nada... Antes de irmos a julgamento podemos estar dentro do pavilhão mas aqui não há muito trabalho, só lavandaria, fascina e cantina, depois disso o meu julgamento demorou foi muito complicado, demorou quase um ano, só depois de estar a fazer um ano é que me arranjam um trabalho, a trabalhar aqui na copa, mas também foi muito complicado porque o C também é um menino muito exigente, ele não para quieto, já disseram que ele é muito irrequieto, foi muito complicado trabalhar na copa pois ou tomava conta do C ou trabalhava, pois ele ia para a cresce mas depois na hora do jantar ou no fim-de-semana estava comigo e complicava ele tem de ficar comigo mesmo a trabalhar, a mãe sou eu ele tem de ficar comigo, então eu tinha de estar a fazer o trabalho e estar com ele e ele já está grande e gritava mãe e não sei quê e as guardas não gostam e diziam sylvia, ele tem de ficar quieto e como é que eu ia amarrar ele? Ele é uma criança e é o C e eu teria</p>

de estar sempre a dizer C fica quieto e estar a servir também, não dava, foi muita confusão, muita confusão e eu sai, mas eu sai porque quis, não porque me tiraram de lá, foi muita confusão também porque a chefe gostava muito dele, a chefe já não está aqui, teve um acidente e saiu, então ela gostava muito dele, muitas vezes pegava nele e levava ou tirava da cadeira e deixava-o andar, mas depois ela ia bater nos outros e mordida nos outros e depois havia confusão com as mães e eu dizia chefe não faça isso deixe-o aqui, porque eu não quero complicações, nem confusões cá dentro, mas a chefe dizia ai mas não deixe o menino ai, não deixe o menino chorar e eu decidi sair da copa, fizeram-me assinar um papel não é, porque não tinha condições para trabalhar, isso já foi em Abril e ainda estou à espera que me arranjem outro trabalho e o problema é que na minha frente também existem muitas mães e fui eu que sai, não me tiraram.

O estabelecimento não ajuda a dar os produtos se não tivermos dinheiro para comprar, existe é uma Associação que se chama Dar a Mão e que nos dá as coisas, ontem trouxeram um pacote de fraldas e um shampoo para todas, trabalhem ou não trabalhem, mas a minha mãe também sempre que pode me envia dinheiro, mas é muito complicado.

Tem sido muito complicado estar aqui, ainda por cima já fui condenada, fui condenada a 4 anos e 9 meses, a minha advogada meteu recurso e agora passo os dias à espera de resposta do recurso e sabes qual é o problema é que fico aqui todo o dia sem fazer nada, já estou aqui à um ano e 4 meses, só trabalhei 2 meses, não consegui trabalhar mais, passo ali todos os dias fechada, 24 horas, dou em maluca. Na escola só se inscreve quem não tem escolaridade, eu já tenho, já tenho frequência na universidade, mas estou num curso de costura e crochet, já estou à um ano no curso...Eu fui condenada mas como meti recurso estou em preventiva outra vez, mas podiam abrir uma exceção como sou mãe de uma criança meterem-me na polismar ou outra coisa, mas não tenho de esperar pela resposta do recurso...Para falar a verdade a minha adaptação foi fácil, no principio, porque eu estou habituada a estar sozinha e eu gosto de estar sozinha, não gosto de barulho e nada dessas coisas, por isso estar fechada não foi problema para mim, claro que preferia outro tipo de fecho, estar fechada na minha casa, mas não foi tão complicado assim. Eu tenho sempre uma coisa na minha cabeça, estou presa, mas não estou morta, sei que algum dia vou sair daqui, que tenho o C que me dá muita força, o C dá me muita força, po um lado aconteceu muita coisa na minha vida, nunca passei fome mas por um lado eu preferia vir presa, porque eu nunca passei fome mas traficava e prefiro vir presa do que passar fome, nós estamos aqui, estamos juntas nós lavamos roupa, temos aqui uma máquina e sim tento ver as coisas pelo lado positivo, sim que com um pouco de tristeza, quando o C vai para a cresce sabe fico pior, porque fico sem fazer nada...A adaptação do C foi horrível, não sei porque eu não sou psicóloga e eu não sei mas também porque ao principio o C não dormia à noite eu não sei, o C veio logo comigo porque nós fomos apanhados no aeroporto, e ele não dormir porque aqui só dão um litro de leite a todas e para ele não dava porque o C acordava 5, 6, 7 vezes à noite para tomar leite, eu dava o biberão ele adormecia depois acordava eu dava outra vez e era sempre assim e estou aqui à um ano e 4 meses, quando eu entrei aqui ele não andava nem falava não é, eu já falei com a psicóloga mas a psicóloga diz que também pode ter haver com a língua, porque ele fala português não fala espanhol, mas ele era um menino diferente, não era como é agora, ele está sempre a bater a todo o mundo, está sempre a morder a todo o mundo eu sou a única pessoa por quem ele tem respeito, ele é assim todos os dias e eu acho que passo a minha ansiedade para ele, a minha cabeça já pensa assim, mas todo o mundo acha que o problema sou eu e eu acho que o problema não sou eu." (Salomé, E02, pp. 9 a 10);

"...A adaptação foi difícil o maior choque foi por causa dos meus filhos, foi deixar as minhas filhas lá fora, porque eu tenho duas meninas. Eu entrei com o F, mas deixei as minhas meninas lá fora. A adaptação do F foi um bocadinho difícil também, porque quando fechavam as portas eu não sei o que transmitia para ele, não sei eramos fechadas e ele levava ai umas duas ou três

horas sempre a chorar, sempre a chorar, não sabia o que ele tinha, depois através das guardas me diziam que o menino tinha que se adaptar ao fechar das portas ao barulho, porque era uma criança muito molinha, como sabe é muito sossegada, estava sempre no silêncio dele, eu quando entrei aqui era barulho para aqui, barulho para ali, era as portas a fechar, mas a mais dificuldade dele era quando fechavam as portas, ainda hoje é assim, como já se apercebe mais das coisas quando chega a hora de fechar ele grita, grita, fica para ali aos gritos dentro da cela.” (Carla, E03, p. 15);

“...foi complicado, foi complicado, ao princípio, eu nunca estive nesta situação foi a 1ª vez, foi difícil, mas depois tive aqui pessoas que me apoiaram, falaram comigo e a minha ideia era vou chegar lá vão me bater, vão abusar de mim, imaginava que era outro sitio completamente diferente que era só violência, mas não, não foi assim, pelo menos até agora.” (Sofia, E04, p. 20);

“...Não queria estar aqui, preferia estar lá fora, não é? A adaptação não tem sido nada fácil também, quando cheguei aqui, demorou muito tempo a habituar-me, chorava tanto, até que arranjei um trabalho, e depois quando a minha filha esquece eu não esqueço, mas to ca minha filha e tou a imaginar que to na minha casa, brinco com a minha filha, ela ajuda a passar o tempo num instante, mas quando ela vai passar o fim-de-semana com o pai, com a minha mãe e com as minhas irmãs, já custa, porque ela vai sábado e volta terça, então aqueles 3 dias custa muito, fico aqui fechada, tensa penso na asneira que fiz antes de vir para aqui e que a minha filha está aqui comigo quando podia estar lá fora. Arranjei um trabalho e isso melhorou um bocadinho, melhorou um bocadinho porque to com as colega de trabalho, conversamos passa o tempo, depois venho aqui até à hora de fechar, depois a trabalhar o tempo passa. No princípio fui à psicóloga também ajudou, ia lá falar e também pa chorar e ajudou-me...não foi fácil, ela era bebé, entrei com ela com 2 meses, mas estranhou isto, agora ela já conhece as pessoas, já sabe o que quer e tem sido difícil agora na mesma, porque começa a dizer que não quer isto, ou falar com aquela. Entrou logo comigo e apesar de bebe não assim fácil. A primeira vez que saiu para a minha família chorou tanto porque quer ficar com mãe, agora já conhece pai sem bem, mas antigamente quando vinha minha família já se começava a agarrar, porque já sabia que era pa ir à rua, era pa ir á rua, passava a visita inteira agarrada no meu colo, brincava no meu colo, agora já vai para a rua, vai para o pai, para a tia, sem problema.” (Rute, E05, p. 24);

“...Bem é adaptar, mas não é mau de todo, estamos cá com os nossos filhos, sinceramente eu não sabia que a casa das mães existia, a senhora da PJ disse que havia aqui uma casa para nós vivermos com os nossos filhos. A minha adaptação custou um pouco no principio só chorava sentia a falta dos meus outros filhos mas depois como eu costumo dizer aos poucos fui habituando, mas era sentir a falta dos meus filhos, dos meus pais da minha casa para a M não sentiu tanto ela quando veio tinha um ano e dois meses e ela como sempre teve sono e isso ao fechar já estava com sono, custa mais agora ao fechar, a adaptação foi fácil agora é que começa a custar um pouco, ela está mais crescida, já vai pa rua, eles cá dentro adaptam-se ficam com os horários, na rua já é outro ritmo, o dormir o acordar o não ter os altifalantes, ela ainda não fala muito mas de manhã quando ouve minhas senhoras ela diz já, essas coisas, depois repete cantina ala b cantina ala a.” (Marta, E06, p. 29);

“...Eu fiquei surpreendida quando vim para cá né, porque eu não estava à espera do que me aconteceu, mas eu acho que cá dentro tinha que ter, por causa das crianças mais condições, eu acho que cá não tem as condições que as crianças precisam, porque quem está preso somos nós não é as crianças, acho que na parte da alimentação das crianças tinha que ser melhor, tinha que ter mais frutas, mais verduras, mais legumes, esse tipo de coisas, já que eles não dão na alimentação que vendessem

na cantina...Nem sabia que existia isto, nem nunca me passou pela cabeça. Se eu pudesse nunca vinha para aqui, as coisas correm bem, não arrumo confusão com ninguém, sou uma pessoa que sigo as guardas, todas as pessoas são de ajudar, eu ainda não estou a trabalhar, mas ajudo a limpar, ajudo na copa, então eu não paro, eu estou sempre ajudando, faço crochet, já fiz bolsa, já fiz manta, já fiz fitas para cabeça, n coisas, porque eu sempre tive habituada e não consigo ficar parada, esta adaptação tem sido difícil e não sei como à aqui gente que dorme o dia todo, eu não consigo, elas deitam e dormem a tarde toda, eu não consigo, desde que vim para cá ainda não dormi uma noite inteira, eu não consigo e quem acha que leva a vida aqui na boa e adapta a isto, eu não sei...Eu estou à 3 meses e para mim a minha vida voltou à 10 anos atrás, em 3 meses, e eu só tenho 6 meses, imagina quem tem de ficar aqui 18 anos, eu não me vou adaptar nunca... As minhas filhas foi difícil, a cela era pequena, elas ficavam agitadas, elas batiam, choravam, pronto mudaram-me para a ala A, a ala tem menos gente, estou melhor do que estava na B, acho que elas estão melhores, tem menos gente e quem tem são melhores, não tem tanta bagunça, tanto conflito entre as mães e as crianças, como tem na B, mas pronto não vou me habituar..." (Luísa, E07, p. 34);

"...olhe nem sei, mas é difícil, pensava que era coisa de outro mundo, que seria como nos filmes, no início foi difícil, mas agora já está mais calmo. O que me custa mais é estar aqui fechada, eu não estou a trabalhar, estou num curso, era para começar a trabalhar, mas fui fazer um curso de cozinha. Lá fora eu ia trabalhar e chegava a casa só á noite, aqui é só estar aqui dentro, fazer as coisas básicas que é fazer a arrumação da tua cela, dar banho à menina, dar pequeno-almoço, ela ir à creche e tu ficas aqui sem fazer nada, isso foi o mais difícil, agora já não... Olhanem sei explicar, para a M não custou ela na rua também já era assim, o mais difícil foi fechar a porta, ela veio com um ano e oito meses, quando fechavam ela chorava e gritava abre a porta, abre a porta, já tinha a noção que queria sair dali, agora só diz abre a porta ou diz até amanhã ou até logo, só fica a perguntar ou mãe aqui não tens a chave, mas lá na rua tens a chave porque é que aqui não tens? Porque aqui quem tem a chave são as guardas e ela estava a dizer-me assim, oh mãe aqui não é minha casa, minha casa é lá fora tua casa é que é aqui e eu digo sempre para ela, a casa aqui é da mãe e tu vens passar férias aqui com a mãe e depois voltas para a tua casa e ela fica com isso na cabeça, oh mãe eu quero ir de férias, então eu estou à espera da precária para ir, ainda não fomos, eu estou cá à 8 meses, mando-a para a rua quando posso, mas comigo ainda não foi, eu ainda não estou a ver esse dia chegar." (Teresa, E08, p. 40);

"...Fui obrigada a adaptar-me, fui obrigada a adaptar-me a isto, o que custou mais foi estar longe do meu filho que está lá fora, é mesmo esse o maior sofrimento, nem é o eu estar aqui é estar longe dele, poder ver os meus filhos a crescer aqui também, mas eu prefiro estar aqui do que lá fora, eu não sei se estivesse lá fora o que já me podia ter acontecido e acho que é mau estar aqui claro que sim, mas tenho que pagar pelo meu erro e tenho que alevantara cabeça, não me posso deixar ir abaixo, como eu costumo dizer sou uma lutadora, sou uma guerreira, não me posso deixar ir abaixo. A k entrou para aqui a 1ª vez com 2 meses, depois sai, mas eu acho que eles estando perto da mãe também, o A também entrou aqui com 2 meses, eu acho que ele cresceu na sua casa, não conheceu outra coisa, agora a k é que já estava habituada a estar lá fora, entrou agora da segunda vez já tinha dois anos e já sabia as regalias que eu podia dar lá fora, entrou a k com 2 anos e o A com 2 meses, vieram logo comigo. O A com 2 meses não custou a k custou o dormir, o comer o habituar a ir para a creche, porque na rua ela não ia á creche o conviver com crianças porque a k lá fora não tinha conviver com crianças, acho que isso tudo foi o mais complicado." (Pilar, E09, p. 47);

"...A adaptação não foi difícil, como eu não sou uma pessoa muito sociável, não tinha um grande grupo de amigos, não foi difícil

adaptar-me á casa. O D e o G nasceram cá e como nasceram cá eles não estranharam, eles são daqui por isso em relação a isso não tive problemas.” (Carmo, E10, p. 54);

“...A minha adaptação foi difícil, é uma situação dia a dia, é como eu costumo pensar, é muito difícil inda por cima por ter um filho menor na rua e estar cá com outro é difícil, é o que me custa mais é a parte mais dura é estar longe do meu filho, acabou de fazer 7 anos dia 16 de Junho, tinha 4 anos quando eu entrei aqui e a S pronto, é difícil, mas está comigo dessa parte não tenho muita queixa porque ela, está comigo e está sempre a receber o carinho da mãe e está a ser bem tratada comigo, mesmo por um lado não há muita possibilidade na cadeia, mas o pouco que eu tenho no cartão eu compro as comidas que principalmente não agrada às outras mães, mas ela está boa. A adaptação dela foi boa, ela era muito pequenina, na medida do possível, porque ela era uma criança que ela ia muito para a rua, então e graças a deus não me deu muito trabalho de estar sempre doente, como algumas crianças que vejo que estão sempre doentes e ela só no início dos dentinhos dela é que passava a otite e depois foi a infecção urinária, mas vai andando, agora está a ser difícil porque o pai foi preso, com as fraldas, ela na creche não usa, mas eu aqui às vezes ponho, porque ela faz chichi na cama e estava insuportável porque muita coisa mudou na vida dela a e ela está a sentir agora, porque o pai foi preso, não fui eu que lhe disse, mas ela sempre pergunta pelo pai, pelo pai, como ela sabe que o pai estava na suíça eu disse que ele está na suíça e ela sempre diz o meu pai tem isto e tem aquilo, e eu como mãe tento sempre suavizar as coisas, na vida dela.” (Elvira, E11, p. 58);

“...tentei adaptar-me da melhor maneira, tentei levar isto com calma, tentei levar um dia de cada vez para passar isto da melhor maneira. O D vinha na barriga, tadinho o D isto é a casa dele ele não conhece outra casa, ele não conhece outra coisa, mas começa a ficar mais crescido e depois quando a porta fecha ele já vai po buraco chamar as guardas e depois já vai pedir para abrir ele vai-se apercebendo ele é muito esperto o D.” (Amélia, E12, p. 65);

“...adaptei-me bem, apesar dos primeiros dias terem sido difíceis, nem sei o que me passava pela cabeça, pensava muito na minha filha, tenho uma filha lá fora que não pode entrar porque tem 4 anos, está com o pai e com a minha sogra e pronto não sei. O I portou-se bem, ele entrou com 1 ano e 7 meses, está cá há 2 meses. Aos princípios foi complicado, os primeiros dias ele chorava muito, só queria abrir a porta, mas agora já está bem.” (Margarida, E13, p. 70);

“...os primeiros tempos foi mais difícil, para todos nós a entrada custa imenso, agora odia-a-dia há dias piores outros uma pessoa esquece que está aqui a pessoa leva como uma rotina como se tivesse lá fora, vou trabalhar volto, a minha filha vai á creche é o jantar é banho é hora de ir dormir e passa, mas há dias que custa mais. Foi um choque para mim os primeiros dias porque eu estava grávida de 8 meses faltava um mês para a minha filha nascer e foi uma criança muito desejada, muito planeada, já tinha uma filha com 13 anos e deixei passar para ter outra filha, planeei tudo e quando estava a preparar tudo a PJ foi-me buscar a casa, já tinha passado quase 12 anos e por isso foi um choque, não tinha ninguém que eu conhecia lá fora, nem tinha convivido com ninguém nesta situação não sabia o que era estar presa nem estar aqui... A adaptação da T, para ela esta é a casa dela, mas depois de começar a sair, passados os 6 meses ela começou a ir à rua, sim quando nasceu, ela fez 6 meses e começou a sair, a ir a casa, com a minha amiga, com a minha prima e ela primeiro chorava e tinha medo, mas depois foi-se habituando às pessoas lá fora e já passava um dia, dois dias e voltava e passava o fim-de-semana, agora custa mais com as saídas precárias,

	<p>já saímos, já temos saídas precárias, faz um ano. Ela vai feliz, sai com a mãe, na primeira precária ela pedia para voltarmos, mãe vamos para casa das mães, vamos para a casa das guardas, mas agora já pede para ficar na rua e quando a gente regressa ela já pergunta quando é que vamos voltar, quando é que vamos de férias, ela não sabe o que é uma cadeia e eu também não lhe explico nada disso. Ela às vezes diz-me, agora que começamos a sair de precária ela diz às vezes, mãe porque é que não vamos ficar na casa da tia? Porque é a casa que nós vamos quando vamos de precária, mãe porque não vamos na casa da tia? Porque depois nós vamos ficar na nossa casa, não vamos ficar na casa da tia. Porque aquela não é a nossa casa, então porque vamos para a casa das mães? Porque vamos para a casa das guardas? Eu digo-lhe porque as guardas são nossas amigas, gostam de nós e nós vamos lá passar uns dias com elas e depois vamos voltar para a casa da tia. Às vezes não tenho resposta, outras vezes eu invento qualquer coisa, é o que me sai na hora que eu respondo... “(Conceição, E14, p. 74);</p> <p>“...A adaptação, no início foi difícil, mas com o tempo. O que me custava mais era o meu filho estar aqui comigo e estar privado de estar com os irmãos que estão na rua e de não estar com os meus filhos isso para mim é o mais pior que tudo, eu estar aqui e os meus filhos estar na rua tenho o mais velho que vai fazer 12, tenho um com 9 e outro com 8. O S entrou aqui ainda estava bebezinho, porque tinha acabado de fazer um ano e quando entrou ele não sabia de nada não é, só o mais triste do S era nos dias da visita, quando ele via os irmãos na visita ele gritava, ele estava sempre todas as visitas, quando eles vinham na visita ele começava logo a chorar quando eles iam embora e essas coisas, era o que mais me custava. “(Vera, E15, p. 79);</p> <p>“...Quando entrei foi um bocadinho difícil os primeiros dias foram mais complicados nunca tive presa né e muito menos sem a minha mãe, porque eu sou muito menina da mamã e tar sem a minha mãe para mim foi um martírio porque eu não sabia nada eu não sabia passar a ferro não sabia fazer absolutamente nada e chegar aqui e ter de fazer tudo isso para mim foi mesmo muito mau, temos de lavar a roupa à mão, dos meninos é que não porque temos uma máquina para lavar a roupa deles mas a nossa roupa tem de ser lavada à mão temos de passar a ferro a nossa roupa e a deles a temos que estender roupa o que para mim é muito difícil porque as cordas são altas eu para mim tenho que ter sempre uma colega minha a ajudar-me pa eu poder estender a roupa de resto é fácil... O W entrou depois, entrou 5 dias depois, tinha 1 ano e 8 meses a adaptação dele foi boa eu fiquei surpreendida porque o W adaptou-se muito bem, o W sabe, o W percebe tudo o w diz cantina ala B, quando chamam para a cantina ele sabe que temos de ir fazer compras, sabe quando é a hora do fecho e quando tem de estar dentro da cela fechada o W adaptou-se melhor que eu.” (Patrícia, E16, p. 84).</p>
1.2)Relação com os outros/ambiente	<p>...” Quando entrei tive a sorte de me relacionar facilmente e bem com todas as reclusas obviamente que há pessoas mais conflituosas do que outras, a, mas a experiência começou muito bem, eu estou aqui há sete meses, a, nunca esperei que fosse este o ambiente, esperei que fosse algo pior, sou franca, mas também as reclusas é que fazem a casa das mães, pronto não pode ser mais ninguém, são as reclusas porque somos nós que cá estamos, obviamente que este ambiente pode ser facilmente contaminado ou mais destabilizado, perdão, quando entra uma reclusa mais conflituosa que é o que se tem demonstrado neste último mês e francamente agora obviamente estou noutra paradigma que é continuo aqui com a minha filha ou não? Neste último mês como referi na questão anterior que tem sido um bocado mais difícil para todas as reclusas da casa das mães, ate porque se houver uma destabilização ou um elemento a destabilizar acabamos por ficar todas afetadas e isso afeta os nossos filhos e a tranquilidade com que vamos à noite adormecemos nossos filhos, a tranquilidade com que até lidamos com eles altera e isso</p>

transmite para eles.” (Isabel, E01, p. 1);

“...ao fim de semana é horrível, sabe aqui agora há muita confusão, está muito cheio há muita mulher e é muito complicado sabe, estamos aqui todas juntas e há muita confusão. Há sempre muita confusão não só com os meninos como com as mães então às vezes eu prefiro não ir ao recreio, eu pergunto C queres ir ao recreio e ele diz sim, mas depois começa a bater, começa a morder e eu não vou deixar o menino o tempo todo no carrinho então prefiro não ir ao recreio e ficar aqui fechada, na cela assim ele faz o que quer e brinca sozinho. Assim não há confusão, elas metem-se na vida umas das outras, não sei é muitas coisas, prefiro ficar aqui.” (Salomé, E02, p. 12);

“...Não posso dizer que é bom porque nunca é bom, mas por outro lado eu acho que está a correr bem-estar aqui com os miúdos, não é sempre fácil nem muito calmo, aqui a gente às vezes parece que acorda virado para outro lado mas tem corrido bem.” (Sofia, E04, p. 20);

“...nem sabia que existia isto, nem nunca me passou pela cabeça. Se eu pudesse nunca vinha para aqui, as coisas correm bem, não arrumo confusão com ninguém, sou uma pessoa que sigo as guardas, nem todas as pessoas são de ajudar, eu ainda não estou a trabalhar, mas ajudo a limpar, ajudo na copa, então eu não paro, eu estou sempre ajudando, faço crochet, já fiz bolsa, já fiz manta, já fiz fitas para cabeça, n coisas, porque eu sempre tive habituada e não consigo ficar parada... Aqui a relação com as guardas, eu nunca tive problema com nenhuma, eu cheguei e já comecei a ajudar, não cabe a mim ir dizer não fiques ai de braços cruzados, acho que isso vem de berço e eu fui educada a trabalhar, a ajudar eu não consigo ver uma senhora de idade e não ir ajudar ela, e desde que quando eu cheguei aqui eu vou deitar o lixo, andei a catar as ervas daqui, tive lá fora e teve um dia que eu fui com outra reclusa pa ir despejar o lixo e a guarda disse que ela não ia, e eu disse porquê? Porque ela acabou de entrar, não pode ir à rua, mas eu disse desde que eu entrei eu sempre fui à rua e ela disse pois, mas o teu caso é diferente, você está presa por não ter carta de condução, você quando chegou o mandato de prisão você é que veio se entregar, você nunca se negou de nada, teu comportamento é diferente... têm uma confiança diferente em mim...” (Luísa, E07, pp. 34 e 38)

“...O ambiente aqui na ala é bom, eu gosto de estar com as pessoas, mas quando vejo que está muita confusão prefiro ficar na minha cela, com as guardas também nunca tive problemas e espero não ter porque eu quero sair daqui, tem um dia ou outro, porque cada um tem a sua maneira de ser, não é todos os dias que a pessoa tem a mesma cabeça para estar a trabalhar tanto e para estar com tanta criança, mas da minha parte não há nada. Com os meninos quando eu vejo que alguma coisa não está bem para mim ou para a minha filha eu prefiro estar dentro da cela para evitar conflitos. Estou a tentar fazer, evitar os conflitos, não responder, porque aqui tem sempre conflito, se não calares e pensares que amanhã é outro dia tu aqui vais ter conflitos todos os dias, nem é todos os dias é toda a hora, por causa das mães, por causa das crianças, porque é assim se a minha foi à creche e bater na da outra, a outra vem para cima de mim porque a minha filha fez isso e aquilo e se a outra fez à minha filha ou calo, aqui é sempre por causa das crianças se vão á creche e batem, pronto, porque a minha filha tem um problema, ela não para, ela mexe em tudo ela pergunta tudo e depois saíram coisas da creche e depois andaram ai a dizer que foi a minha filha que pegou, nem disse pegou, disse roubou e isso foi um bocadinho difícil para mim, mas tem sido mais calmo agora. A ala A é mais tranquila.” (Teresa, E08, pp. 40 a 41);

“...é assim claro que é complicado, é diferente viver aqui do que lá fora não é verdade. Mas á coisas piores na vida, não julgava que isto era assim, a 1ª vez, porque eu já tive aqui no EP, a Primeira vez tive aqui tive preventiva fazia disto um bicho de 7 cabeças não sabia que isto era assim tão soft, mas da primeira vez foi muito complicado, mas depois as pessoas eram boas...” (Pilar, E09, p. 47);

“...no geral, não me posso queixar muito, sempre tive apoio do estabelecimento prisional, também tenho aqui a minha irmã que se encontra aqui comigo, portanto, a vida aqui na casa das mães não é tão pesada como se estivesse num pavilhão grande, o facto de sermos todas mães e termos todas crianças suaviza um bocadinho as coisas. Eu não sabia que estava grávida, eu quando vim presa fui para o pavilhão 1 e só depois passadas duas semanas é que descobri que estava grávida e fui transferida para aqui.” (Carmo, E10, p. 54);

“...normal, normal, eu já estive presa a primeira vez aqui, esta é a segunda vez, da primeira vez estive no pavilhão 1, não tinha filhos, entrei aqui nova tinha 24 anos, mas aqui é diferente, a gente vê as crianças com as mães e aquilo tudo, por acaso é muito diferente, porque no pavilhão está 5 a 6 pessoas numa cela e aqui não aqui estás só tu e o teu filho ou a tua filha, mas quando há muita gente está 2 pessoas numa cela grande, nesse aspeto é diferente. Eu gosto, eu estou sozinha numa cela com a minha filha já vai 2 anos e 9 meses, ela entrou aqui com 1 mês e pico, eu entrei logo com ela, ela nasceu em agosto e eu entrei logo aqui em outubro, dia 9 de outubro. Às vezes ao fim de semana não vamos ao recreio porque está muita criança e para não ter chatices com outras mães,” (Elvira, E11, pp. 58 e 60);

“...olha, tem dia de luta, eu sinceramente eu já estive cá em 2012, mas preventiva, depois sai a meio do processo, mas prontos eu já sabia mais ou menos aquilo que vinha, mas prontos sinceramente pensei que isto fosse um bocado pior não é, mas pronto melhor, melhor é em casa. Eu entrei grávida, vim logo para a casa das mães, mas em 2012 estive no pavilhão, é diferente, aqui é muito melhor, eu estive lá só um mês e pouco mas é tudo diferente, aqui é diferente por causa dos meninos.” (Amélia, E12, p. 65);

“...Não sabia como é que isto era, quando eu vim presa fui para o pavilhão 1 é muito diferente daqui, tem muitas mais pessoas, é pior do que aqui. Nas celas são 3, 4 pessoas juntas, estamos mais tempo fechadas. Eu depois vim logo pa casa das mães, porque mandei buscar o meu filho, porque o l tinha de estar comigo, eu mandei buscar o meu filho porque ele chorava muito por mim.” (Margarida, E13, p. 70);

“...A primeira coisa que eu tenho a dizer é que é complicado viver aqui, a situação que nós estamos mesmo que fosse sozinhas é complicado e com uma criança ainda é mais... Eu não tenho razão de queixa com as guardas, de nenhuma, dou-me bem com todas, eu respeito, elas respeitam a mim também, elas com os miúdos brincam, pegam ao colo, tratam bem, mesmo às vezes a gente quer ralhar e elas mimam sempre as crianças, têm essa sensibilidade de termos os miúdos aqui, mesmo às vezes há uns gritos aqui e as crianças já ficam assustadas, e elas têm esse cuidado e por isso é que as crianças gostam muito delas.” (Conceição, E14, pp. 73 a 74)

“...É, eu não sei explicar isso, mas é uma coisa muito estranha porque eu nunca imaginei viver aqui, muito menos com o meu

	<p>filho viver aqui. Mas a gente vai indo, temos que adaptar às coisas daqui, mas é um bocadinho complicado. Para ser sincera eu pensava que era pior, eu nunca tive familiar que foi preso nem nada disso, eu só, essas coisas que as pessoas dizem da cadeia, eu pensava que era muito pior do que isso e não é. Eu pensei, quando estava na rua que era mau estar aqui, mas pronto, também não sei se é por ser a casa das mães né? Mas é diferente de tudo o que eu imaginava. Eu nunca tive aqui problemas com ninguém, nem com as guardas, nem nunca me trataram mal muito menos ao meu filho, por enquanto estamos bem, nunca tive problema aqui...” (Vera, E15, p. 79);</p> <p>“...tem dias mais fáceis, tem dias mais difícil, mas estamos melhor porque não estamos no pavilhão, sem dúvida alguma, eu antes de entrar para qui entrei sem o w porque o w não entrou logo, tive 4 dias, 5 dias no pavilhão e só depois é que vim para aqui e é muito mais difícil estar no pavilhão sem os nossos filhos do que estar aqui com os nossos filhos. Eu quando soube que vinha para aqui pensava que era pior eu fiquei assustada fiquei muito assustada, nunca pensei que me conseguisse adaptar tão bem como me adaptei pensei que fosse uma coisa mesmo muito má.” (Patrícia, E16, p. 84).</p>
<p>1.3) Razões pelas quais trouxe o/os seu/s filhos</p>	<p>“...Bom isto foi uma decisão que abrangeu toda a minha família e que demorou algum tempo a tomar, mas de facto e uma vez que isto é um caso único na minha família, ou seja na minha família não há ninguém preso, nem ninguém que tivesse sido preso, o meu marido nem sequer está preso e portanto ponderamos efetivamente a F ficar com os avós, a, por questões logísticas não foi possível e tendo a F também com 13 meses, achei, achamos todos aliás que seria muito brusco tirá-la da mãe e então decidimos ok, vamos ver o que é que dá e se correr mal de facto ela sai, ao fim de alguns meses, e de facto a F é uma bebé que se adapta, é como a mãe, adaptou-se, não é o melhor sitio para a F estar mas acabo por poder cuidar dela e cuidar bem não há nada como a mãe e também pela questão laboral de que o meu marido nunca poderia adquirir estas funções.” (Isabel, E01, p. 2);</p> <p>“...Ele entrou comigo porque eu fui apanhada com ele no aeroporto, mas a minha intenção era ficar aqui em Portugal por isso veio comigo. Eu pensei em mandá-lo para a minha família claro que sim, mas também acho que o pior já passou, também já estou aqui há um ano e 4 meses só me falta um ano, se fosse pela minha mães ela vinha buscá-lo logo, sabe a minha mãe diz sempre ao o meu menino, sabe a minha mãe ao principio ficou em choque e queria vir buscar o C mas eu disse mãe deixa estar ele pode ficar comigo e ainda não estava condenada, depois quando fui condenada a minha mãe outra vez e agora ele vai ficar ai, mas eu disse que tinha posto recurso e que ia esperar pela resposta e ela agora já se habituou. Eu não sei na verdade não sei como reagiria se não tivesse aqui o C, pelo menos eu agora, sabe eu gosto de ler eu gosto de me informar e agora sinto que tenho uma depressão, não tenho vontade para essas coisas, sabe quando estou com o C tudo passa, senão estou sempre a pensar que estou aqui que estou longe da minha filha, penso na minha mãe, sabe eu só ligo à minha filha ao fim de semana porque o horário não dá, a diferença é muito grande, quando é hora do fecho aqui ela está na creche não dá para ligar, quando eu ligo para ela, ela pergunta ou mão quando tu vens? Porque é que tu estás com o meu irmão e comigo não? E sabes são essas coisas que eu fico, que me custa.” (Salomé, E02, pp. 10 a 11);</p> <p>“...decidi trazê-lo porque ele era muito pequenino e porque eu sou muita agarrada aos meus filhos, as minhas meninas não puderam vir porque já não tinham idade para vir. Quando a PJ me foi buscar a casa eles disseram que eu podia deixar o meu filho lá, mas eu disse eu não deixo o meu filho com ninguém, claro que eu tinha confiança para deixar o meu filho com as minhas cunhadas, mas eu não queria, porque eu também passei uma fase muito difícil com a outra menina que também é doente e</p>

nunca, nunca deixei a minha filha, estive 8 meses no hospital e nunca a deixei lá sozinha, nunca, nunca fui a casa, só fui tomar uma vez banho a casa e ao fim do banho voltei para o hospital com receio e depois quando a PJ disse você pode deixar ai o menino que depois qualquer coisa nós mandamos vir buscar eu disse, não, o meu filho não fica aqui, mas nós agora só vamos fazer umas perguntas ao tribunal e eu disse não para onde eu for o meu filho vai.” (Carla, E03, p. 15);

“...porque ela esteve comigo desde que nasceu, ela esteve sempre comigo, porque eu tenho um problema de saúde e ela tinha que ser sempre vigiada até uma certa idade, para saber se estava tudo bem com ela e também porque me causava alguma agonia. Nunca pensei vir sem ela, e também porque nem toda a gente sabe do meu problema de saúde, nunca ia deixar ela lá fora e como também ela nunca esteve longe de mim eu pensei se ela tiver algum problema e eu não estou, é aquela preocupação de mãe.” (Sofia, E04, p. 20);

“...Em primeiro, é assim, eu podia deixar a k lá fora, com o pai, com a minha mãe, mas pensei, minha filha deixá-la lá fora com dois meses não é fácil, porque não ia aguentar do coração porque chorava tanto, porque sabia que também viver aqui sem a k não é fácil, eu estava em casa, eu sabia que tinha de cumprir a cadeia né, estava em casa sempre pensava à noite, eles vêm me buscar e no dia que vêm me buscar eu chorava para o meu marido, dizia eles vêm me buscar e eu digo eu vou levar a minha filha, está bem, se achas que é bom levar leva, ela vai comigo, ela era um bebé pequenino, antes de entrar estava sempre com isso no pensamento, será que vão me levar quando a criança nascer, ou depois que ela fizer anos.” (Rute, E05, pp. 24 a 25);

“...as razões ela ainda mamava, ela ainda mama, mas eu não queria tirar-lhe a mama, até pensei mandar para casa, mas sempre me disseram que era um apoio estar aqui, se ela tivesse ficado em casa ficava com os meus pais, ficava com os avós e com um dos irmãos.” (Marta, E06, p. 29);

“...eu vim presa e as minhas filhas ficaram com o meu marido em casa, depois, só que o meu marido trabalha para fora e então eu tive mesmo que trazê-las para cá, foi mesmo falta de opção senão não tinha trazido elas...” (Luísa, E07, p. 34);

“...entrámos juntas, não tinha com quem deixar, pensei em não trazer, mas depois também pensei o que vou fazer lá dentro sem a M? Quem vai cuidar da M? A M é uma criança que gosta de mimo, eu tinha opção podia deixar com uma amiga, podia deixar com a madrinha, mas a situação que fez trazer mais a M foi o pai, o pai não dá nada à M, o pai não liga à M e quando ele soubesse que eu vinha presa ele ia interessar-se pela melissa e eu como já tive tentativa de rapto tive medo...” (Teresa, E08, pp. 40 a 41);

“...trouxe-os, pois a k ainda era muito pequenina, o A era bebezinho ainda estava a amamentá-lo, não sei se foi egoísmo da minha parte, mas eu sou a mãe, eu sei como é que vou tratar deles, eu não estou lá, eu podia confiar os meus filhos a outra pessoa, mas não seipreferi trazê-los eu não estou arrependida. Nunca me passou pela cabeça não trazê-los, na rua ficariam com os meus sogros, mesmo os agentes da polícia não queriam que eu trouxesse a k, porque ela já era grandinha, mas nem pensar sequer, bati o pé e não sai dali sem os meus filhos.” (Pilar, E09, p. 47);

“...O, D e o G nasceram cá... Nunca pensei mandá-los lá para fora visto serem gémeos a minha mãe não tinha condições,

sozinha com duas crianças, ainda por cima a minha mãe já tinha a minha sobrinha, a minha sobrinha quando nós fomos presas já tinha 8 anos portanto já era uma criança se lhe desse mais duas.” (Carmo, E10, p. 54);

“...decidi trazer a S comigo porque não tem ninguém lá para deixar a S, era bebé, já estava a deixar o B que era mais criança também e com a minha enteada e então preferi trazer a S comigo, decidi logo trazê-la, antes até tinha podido deixar, mas agora não, o meu filho agora neste momento está com enteados e com os do lado do meu marido.” (Elvira, E11, pp. 58 a 59);

“...O D vinha na barriga, tadinho o D isto é a casa dele, ele não conhece outra casa, ele não conhece outra coisa... Eu até ter a minha situação resolvida ele vai ficar aqui, eu em setembro já vou a tribunal vamos ver no que é que vai dar, depois prontos eu também tinha um filho com 2 anos e não o trouxe ele ficou na rua, mas até ter a minha situação resolvida o D vai ficar aqui comigo depois logo se vê, se tivesse ido pa rua ficava com os meus pais, eu já tenho mais dois filhos, um com 10 anos que está com o pai porque na minha terra não há escola e os meus pais não têm transporte para o levar e buscar então ficou com o pai e tenho um com 4 anos quando eu entrei ele tinha 2, ficou logo com os meus pais eu disse logo o menino não vem, ficou com eles até hoje.” (Amélia, E12, p. 65);

“...Decidi trazê-lo para o EP, porque ele é muito agarrado a mim, porque ele chorava muito por causa da mama, porque ele ainda mama, pronto eu queria ter ele aqui, ele estava com o meu marido com a minha sogra e as minhas cunhadas, ele já quando me vinha a visitar ali no pavilhão 1 chorava muito, quando ia embora, queria a mãe, e acabou por ficar comigo, eu entrei um mês antes dele e depois mandei-o buscar, eu estava farta de fazer pedidos, fazia os pedidos e ninguém me chamava, fiz uns 5 ou 6 pedidos depois de um mês é que eu vim para aqui, se eu soubesse conforme eu vim presa eu tinha logo trazido ele comigo, só que eu não sabia, depois vim a saber e comecei logo os pedidos.” (Margarida, E13, p. 70);

“...nunca pensei em mandá-la para fora, porque eu também não tinha muita família aqui, tenho da parte de pai, mas não somos muito ligados, estamos bem, mas não temos aquela relação e sei também que lá fora as pessoas têm vida, têm trabalho, têm os filhos também e eu nunca ia ficar descansada.” (Conceição, E14, p. 74);

“...Trouxe o S comigo pelo facto de ele era pequenininho e não queria deixar ele na rua, os meus filhos sempre fui eu que cuidei deles sozinha posso dizer praticamente que cuidei sozinha e não queria deixar o S, em primeiro lugar eu tinha de deixar os meus 3 filhos com a avó, não ia deixar com mais um mais pequeno que a avó já tem tanto trabalho com os outros, com o levar para a escola com o fazer outras coisas que não vou estar a deixar com o S que era um bebé mais pequeno e dava mais trabalho. Veio logo comigo.” (Vera, E15, p. 79);

“...Eu decidi trazê-lo porque é assim, a minha mãe trabalha, e as únicas pessoas que eu tenho lá fora é a minha mãe a a minha madrinha, são elas que me ajudam cá dentro fazem o carregamento e essas coisas e elas trabalham não tinham possibilidade de ficar com o W, a minha madrinha levanta-se à 1 da manhã para ir buscar o peixe e a minha mãe levanta-se às 5, eu não tinha com quem deixar o W e para mim saber que eu estou cá dentro e o meu filho está lá fora para mim não dá, não dá nunca pensei deixar lá fora, eu estava no tribunal e quando soube que eu tinha de vir recolher à cadeia a primeira coisa que pensei foi o que vou fazer ao meu filho, eu não sabia que podia trazer o meu filho, só depois é que eu estava nos calabouços e o guarda disse-me

	<p>assim: tens um filho não tens? E eu disse tenho, então quando chegares lá pedes para falar com a tua educadora e fazes um pedido po teu filho vir pó pé de ti e foi a primeira coisa que eu fiz quando cheguei falei com a educadora e disse quero o meu filho cá e no dia a seguir seguiu e tive que estar à espera que a minha mãe tivesse possibilidade de vir cá trazer e essas coisas todas, de resto foi rápido.” (Patrícia, E16, pp. 84 a 85).</p>
<p>2)Quotidiano Socioeducativo</p>	
<p>2.1) Rotina</p>	<p>“Bem, o da F como vai à cresce, acho que complementa bem, anda distraída e complementa bem. A falha que digamos, quer dizer se não houvesse cresce ia ser muito mais complicado, porque aqui o ambiente de abertura e fecho, isto é a casa das mães, mas se calhar devia ponderar-se a politica de isto estar sempre tudo aberto, ok, não deixamos de estar presas, estamos dentro de uma casa, mas a questão é mesmo essa, tem crianças e crianças que não vão à creche e o ambiente confinado só à ala não é muito saudável, é um espaço relativamente pequeno, as crianças também algumas são mais violentas do que outras e acaba por haver uma espécie de barulheira e atrito e uns dormem e outros não, o barulho é enorme e acaba por ficar tudo assim um bocado confuso, se isto fosse um ambiente mesmo de casa como eu vejo na casa da criança, talvez cada um pudesse estar entretido a fazer o que quer, ok eu quero ir para a sala lúdica eu vou, eu quero dormir já não faço barulho fico eu a dormir, outro vai ao recreio, não sei, isto é a minha perspetiva, enquanto mãe, a porta da ala a maior parte das vezes não fica aberta, ficamos confinados à ala, ao corredor e às celas.</p> <p>Diariamente existe uma hora de intervalo de manhã e uma hora de intervalo à tarde, ao fim de semana é que existe duas horas porque existe a visita e, portanto, complementa-se, mas essas é uma hora que passa a voar, eu estou a dizer isto por uma questão de gestão de tempo e de tarefas, sei lá, podemos lavar roupa, porque isto é uma casa, não é? Então se calhar organizar isto para que as pessoas fossem também responsáveis ao ponto de gerir o seu dia da sua forma, da sua maneira, mas pronto isso também é... Só acrescentar um aspecto, a casa das mães está bem estruturada, existe uma sala lúdica que tem condições e espaço para abarcar sei lá, mais brinquedos ou mais experiências onde a criança também possa ter durante o dia outro tipo de estímulo. Nós temos a Associação Dar a Mão, da qual eu neste momento faço parte desse projeto, a, que neste momento está vocacionado para as necessidades da criança e da mãe, necessidades de puericultura, roupas, acessórios, tudo o que nós pedimos eles trazem, há, no dia da criança foi também a Associação que organizou a pequena festinha e fazemos alguns teatros, eles vêm semanalmente às 4ª feiras, há, e podem ou deveria haver eventualmente haver mais atividades.” (Isabel, E01, pp. 2 e 3);</p> <p>“Durante a semana quando ele sai da cresce, se tenho dinheiro, vou à cantina e compro para ele chupa, ou dou outra coisa,</p>

depois dou o jantar, dou a comida, fiamos ali na ala depois somos fechados e graças a Deus, graças a Deus que já há 3 ou 4 dias ele dorme toda a noite, não acorda, não fica agitado na cela apesar de ainda ser dia. Ao fim de semana é horrível, sabe aqui agora há muita confusão, está muito cheio há muita mulher e é muito complicado sabe, estamos aqui todas juntas e há muita confusão. Há sempre muita confusão não só com os meninos como com a mães então às vezes eu prefiro não ir ao recreio, eu pergunto C queres ir ao recreio e ele diz sim, mas depois começa a bater, começa a morder e eu não vou deixar o menino o tempo todo no carrinho então prefiro não ir ao recreio e ficar aqui fechada, na cela assim ele faz o que quer e brinca sozinho. Assim não há confusão, elas metem-se na vida umas das outras, não sei é muitas coisas, prefiro ficar aqui. (Salomé, E02 p. 12);

“Fim-de-semana mesmo sem a G com os outros miúdos, eu levo aqui tudo para o campo, lá fora, vamos treinar, vamos jogar à bola, eu levo eles lá, agora que o tempo está assim quente, no outro eu levei baldes, comecei a encher baldes de água para brincar com eles, a molhar os pés, só podemos ir uma hora terça e sábado é que é duas horas de recreio. Como no fim-de-semana tem sempre filmes nós vamos ver filmes, inventamos sempre alguma coisa para fazer.

Na semana ela chega pergunta logo se tem batata e depois ficamos ali um bocado, eu pergunto todos os dias como é que foi na creche, se portou bem, ficamos sempre ali no quarto da MJ ou no meu, depois chega a hora de ir buscar o jantar, ela come bem, mas por acaso se ela não quiser logo eu vou buscar e deixo lá e depois quando somos fechadas às 19h, eu dou banho e depois ela come, porque eu acho que elas lancham na creche e às vezes ela chega e não quer logo comer e depois eu dou, quando elas fecham ela come. Quando fecham a porta ela nunca chorou, ela dá beijinho às guardas, diz até amanhã. Por acaso tem uma boa relação com as guardas, eu até pensei como são autoridade podia ser assim, mas não.” (Sofia, E04, p. 21);

“Ela chega às 17h e vou dar água para ela, ela chega a pedir água, elas dão lá água pra ela, mas ela chega cheia de sede, tira a mala já quer brincar, joga-se para cima da cama, depois pede lachas (bolachas), ela não janta bem, ela comigo não come bem, quando chega na ala quer dar comida, ela não quer, porque ela está com outras crianças e depois se for na cela ela já come, eu vou na cela com ela e ela come, mas eu acho que 17h00 para ela é muito cedo então eu dou mais tarde pa ela.

“Ao fim de semana, é só ficar na ala, como no dia-a-dia, não há muito com que entreter, não noto que ela fica mais agitada.” (Rute, E05, p. 25);

“O dia dela aqui vai pa creche, brinca com os miúdos, ela aos fins-de-semana vai pa fora outros fica aqui, agora no verão nós vamos com eles pa rua, com água. Não noto muita diferença ao fim de semana, porque eu em termos de brincadeira estou sempre a brincar com ela, para mim não foi complicado, mas pa eles às vezes é complicado porque ficam muito tempo fechados, o recreio é uma hora, ainda por cima no verão eles estão a brincar e depois já não querem vir para dentro, depois as guardas chamam e ela chora já não quer vir, agora com a água ela quer brincar com a água... Quando sai da creche ficamos ali um bocadinho na ala, depois ela não come bem comigo eu sei que come na creche eu acredito porque ela quando vai pa rua todos dizem que ela come, mas ela quando chega pede lanche depois come um bocadinho ali um bocadinho aqui, eu também não sou daquelas pessoas que obriga a comer, a pediatra também disse dá-lhe várias vezes ao dia não insistas se insistas ai é que ela não come mesmo nada. Então não obrigo depois se ela quiser um bocadinho dou-lhe, se ela quiser isto ou aquilo dou-lhe. Quando fecham, essas coisas de dormir é bem, ela lancha e passado um bocado já está a dormir, à noite eu dou-lhe banho depois janta e passado um bocado já dorme, eles sabem mais do que nós. As visitas também correm bem, ela sabe que ás

vezes vai pa fora e corre bem.” (Marta, E06, pp. 29 e 30);

“Durante a semana, levantamos de manhã, vou buscar o pequeno-almoço delas, dou o pequeno-almoço delas, já estão arranjadas, ficam arranjadas, depois vão para a creche, ficam o dia inteiro na creche. Eu levanto-me pelas 6h30, 6h45, arranho elas, dou o pequeno-almoço para elas e elas vão para a creche, depois a Catarina como é lá auxiliar já traz o carrinho e elas vêm às 16h30, 17h com a Catarina, vêm brincam ali um bocadinho, depois dou o jantar, ficam brincando, depois e depois quando fecha eu dou banho nelas, dou banho, brinco com elas, deixo os brinquedos todos pelo chão, deixo-as à vontade, depois que elas dormem é que eu arrumo tudo, elas dormem às 21h30, 21h45 e dormem a noite toda. Elas não gostam quando são fechadas, os dias têm ainda muita luz e elas não gostam e eu já dou o banho nelas nesse período para elas acalmarem e deixo-as brincar com a água, ficar ali a brincar, como está calor elas adoram ficar ali a brincar... Durante a semana, a rotina é aquela, no fim-de-semana, quando o meu marido está aí, elas vão sempre para a rua, normalmente vão para a rua, saem na visita de sábado e voltam no domingo, ou voltam na terça, nesta semana elas foram no sábado e voltaram no domingo no fim do dia porque ele ia trabalhar, então não dava pa elas estarem, mas quando ele está aí, elas saem sábado e só voltam na terça. Adoram sair, saem dando xau, depois quando voltam, ficam felizes por verem a mãe, mas eu sinto que quando elas chegam, elas vêm tristes, porque já têm a noção do que tem lá fora, são coisas pequenas, mas que são importantes, elas chegam em casa vão logo na cesta de fruta, as minhas filhas a primeira coisa que pedem quando chegam em casa é banana, querem banana. A fruta não pode entrar aqui, só entra pão queijo, fiambre, entra carne, mas tudo frito, seco, não pode ter molho, não pode ter nada, bolos secos, tudo seco e o que vem tem de vir tudo fatiado, pronto. Em casa elas adoram, aqui só tem laranja e maçã, é o que vem, elas estão fartas de maçã, elas já estavam habituadas, eu em casa cozinho, dou todas as frutas, banana, papaia, morango, melancia, essa semana veio pela 1ª vez melancia, a minha filha ficou de volta da melancia e comeu toda a melancia, parecia que anda passando fome, a maria clara, ela adora melancia, são coisas que, várias frutas que criança gosta e que nós aqui não conseguimos ter acesso.” (Luísa, E07, pp. 35 a 37);

“Às vezes eu deixo ela brincar na ala, às vezes não, ela chegou banho, comida e depois ficamos a ver televisão até á hora de dormir, eu gosto de ela adormecer cedo, mais tarde às 20h30 eu tenho de apagar a televisão, apagar a luz e digo fica quieta, não posso fazer barulho, nem ter nenhuma luz e ela tem de estar virada para a parede. Na rua ela dormia sempre comigo e aqui eu meti o berço separado e ela diz: oh mãe não consigo, mãe eu tenho medo, mas eu digo tem de ser assim, e agora ela fica a dormir sozinha. Ao fim de semana, eu brinco com ela, vamos ao recreio, sábado é duas horas fica a brincar como ela gosta muito de água com esse calor eu enfio a banheira na casa de banho e ela fica a brincar. Adora música para dançar, mas eu agora tenho televisão, mas não tenho o rádio porque tiraram, disseram que eu não podia ter o rádio, mas eu achei injusto, porque o rádio tem botão de rec, mas eu já tinha o rádio há mais de 2 meses e não disseram nada depois tiraram na rusga porque podia gravar, mas eu vou gravar com o quê? Se eu não tenho cd, nem cassete, mas tiraram a mim e não tiraram às outras pessoas, tem pessoas que ainda tem rádio com botão de rec. Fazem as rusgas, acho que duas vezes por ano, ou quando suspeitam que tens alguma coisa, entram nas celas e fazem, eu ainda só apanhei uma, levaram-me o rádio não tinha mais nada (risos). (Teresa, E08, p. 42);

“Durante a semana é trabalho creche, às vezes é tudo a correr como se acostuma a dizer, às vezes é trabalho, depois é cantina, depois compras, é tudo ao mesmo, mas também á um espaço curto para fazer essas coisas, a cantina é conforme, porque são 3

alas e é por ordem quando chega a nossa vez, já estão a chamar pa comida das crianças, por isso é que eu tento fazer as compras no fim de semana as compras todas para a semana, para depois não ter esse atrofio todo, depois ficamos ali pela ala, damos a comidinha, ficamos ali a brincar, depois vou jantar e chega a hora de fechar. Quando fecham, já houve partes mais complicadas, primeiro ficava a porta a gritar abre-me a porta, mas depois também logo se habituou aquela hora. Eles adormecem bem e dormem a noite toda. Ao fim de semana é festa, então agora no verão levamos as banheiras, também pedimos piscinas à Associação não sei se agora a Associação arranja, metemos as banheirinhas deles, enchemos com água e é festa, para ser sincera aos dias de semana a k acorda buéda tarde, eu tenho que ir chamá-la, k bora, ao fim de semana que podia dormir até tarde, acorda e começa logo a querer ir para ali e para aqui, para o recreio, eu acho que é diferente, passam bem o dia, eles brincam bastante.” (Pilar, E09, p. 49);

“...Nós sabemos que estamos todas presas, mas mesmo no fim-de-semana nós só temos duas horas de parque uma á tarde uma de manhã, eu por exemplo á tarde, das 15h ás 16h eu não vou levar os meus filhos pa rua porque é a parte em que está mais calor, é quando o calor está mais acentuado, eu só de manhã das 9h30 às 10h30 e depois á tarde fica complicado porque é um dia inteiro aqui, as portas das celas ficam abertas e a da ala está fechada, ficamos no corredor, não podemos andar de ala em ala, passo a vida atrás dos dois porque nós já estamos fechadas se eu os vou fechar ainda mais fica ainda mais sufocante. Então deixo a minha porta aberta e passo o tempo atrás deles. Nos dias de semana eles passam o dia na creche e passam muito tempo lá fora aos fins-de-semana eles passam muito tempo fechados, é a única diferença, é como hoje o irmão dele foi pa creche e ele não então desde que o irmão foi pa creche está sempre a perguntar mãe á rua, mãe á rua o mano mãe, mãe á creche, mãe á creche. Por exemplo na creche um está na sala dos grandes e o outro está na sala dos intermédios, mas nem sequer me disseram, como sabe a minha irmã trabalha lá e ela é que me disse olha o G está na sala dos grandes, eu acho que não tem lógica estar a separá-los e eu gostava de poder opinar nessa decisão. Ao fim de semana ficam muito mais agitados, por exemplo houve uma vez não sei deu-lhes ali um pico de energia fecharam a porta da cela e eles começaram a mandar com os chinelos com os sapatos para todo o lado, a bater com a porta da casa de banho a atirar as coisas para o chão, eles só não partiram a cela por sorte porque a tv ia caindo, eles têm às vezes estes picos de energia. Eles normalmente chegam da creche e a 1ª coisa que dizem é mãe á mickey querem o mickey então eu meto-os lá a ver o mickey a comer, eles comem sozinhos, eles almoçam e jantam sozinhos, portanto vais ver o mickey vais ficar na cadeira e a mãe dá papa.” (Carmo, E10, p. 55);

“Quando ela vem eu mudo a roupa, primeiro dou o banho e depois enquanto não chamam para o jantar que primeiro é a ala B deixo ficar lá com as mulheres e vou buscar jantar e dou e pergunto então S como passaste o dia? Passei bem, e não fizeste nenhuma asneira, pois não? Não e ela começa a explicar quem fez isto, quem é que brigou, ela é muito dos beijinhos, é muito amorosa. Às vezes ao fim de semana não vamos ao recreio porque está muita criança e para não ter chatices com outras mães, porque eu gosto de estar sempre em cima da minha filha, não a quero a brincar na água, não a quero a bater nas portas, chamo sempre a atenção disso, a S tem um hábito que é quando as crianças saem das celas ou as mães vêm falar para vir para a minha cela ela não deixa, vai á tua mãe, a tua mãe está a chamar e fica ali á porta e não deixa. Aqui nem as guardas das celas sabem, mas eu fico a maior parte do tempo na cela com a S, às vezes a dona D diz ela já está fechada, puxa a porta que ela já está fechada, que é para evitar a crueldade.” (Elvira, E11, p. 60);

“Ao fim de semana é mais agitação, estão aqui todos não é, é muita criança junta, temos que andar sempre de olho neles porque

eles são terríveis todos juntos. De semana passa-se melhor porque eles estão na creche, só vêm às 17h depois é jantar, dar banho passa mais rápido, ele adormece cedo, dorme bem e adormece cedo graças a Deus, mas tem noção que é fechado, vai lá ao buraco e começa a chamar a dona M, começa a falar sozinho, mas depois ele deita-se na cama a ver televisão e adormece bem na caminha dele sozinho. Ao fim de semana fica ali na ala a brincar com os outros meninos, ele é muito agarrado a mim, mesmo as guardas dizem que ele é muito agarrado a mim, porque os outros estão todos a brincar e eu tenho de estar com ele, eu tenho de estar sempre no parque com ele, se eu não for com ele, ele não vai brincar, ele anda sempre atrás de mim, se eu dou um passo para a direita ele dá também, eu não sei o que é que ele tem, porque ele é uma coisa comigo, os outros as mães estão sentadas a falar e os miúdos a brincar e ele não ele tem de estar sempre atrás de mim, às vezes até tenho vontade de caminhar mas ele não deixa tem que estar sempre agarrado a mim, mas passamos bem a brincar, fazemos casteis na areia, brincamos. "(Amélia, E12, pp. 66 e 67);

"A semana é diferente do fim-de-semana, pronto quando ele chega eu dou-le o jantar, ele janta, depois fica a brincar, depois chega o fechar, fecham ele fica ali a ver televisão, depois vai dormir, dorme bem. Ao fim de semana durante o dia está aberto, só fecha da uma às três, ele dorme a sesta e depois pronto ele se puder ficar o dia todo comigo a mamar, está o dia todo." (Margarida, E13, p. 71)

"Durante a semana eu vou trabalhar, ela vem às 17h, fazemos compras, fazemos as coisas que tem para fazer, depois ficamos um bocadinho na ala para ela brincar, às vezes quero ir para a cela descansar, mas ela não quer então tenho de ficar ali a brincar e depois chamam para a comida dos meninos para ir buscar o comer eu venho mas só lhe dou o jantar às 19h porque é assim se ela estiver fechada sozinha comigo ela come melhor e está mais concentrada, já come sozinha, ela tem uma mesa pequena e já come sozinha, lá fora também já quer comer sozinha e eu fico ali a conversar com ela, depois ela toma banho, ficamos na cama, ela fica pedindo uma história, leio uma história e dorme muito tarde, só dorme depois de eu desligar a televisão. No fim-de-semana, ela já está muito ansiosa para saber o que vamos fazer no dia de amanhã, para saber se vamos de férias, para saber se vamos ao recreio, para saber se é creche para saber se vai haver missa, ela quer saber essas coisas todas. Nós vamos à missa todos os sábados, depois da visita o senhor padre vem e celebra a missa e ela gosta muito, ela todos os dias começa ou mãe que dia é, mãe amanhã é o quê? Eu digo amanhã é o dia de ir à creche ou amanhã é dia de ir ao recreio e depois vamos à missa. Ah está bem só para saber." (Conceição, E14, p. 76);

"Na semana, quando ele chega da creche eu não tenho muita coisa para fazer, porque eu trabalho na Polismar, quando eu saio da Polismar eles saem da creche depois é buscar a comida, tem dias que ele vem com fome eu dou logo, tem dias que ele não quer logo eu dou depois quando nos fecham na cela, mas não temos muita coisa para fazer. Ao fim de semana, eu acho que as crianças preferem mais estar na creche do que aqui porque na creche, pelo menos na creche eles têm mais atividade, estão todos juntos, aqui a única coisa ao fim de semana é ficar a correr na ala porque eles não tem brinquedos aqui não têm nada então é ficar a correr de um lado para o outro e quem não deixa, nem sai da cela é como eu aos fins-de-semana como ele gosta de ficar na cela eu nem saio, vê boneco, ouve música e é só isso não temos nada para dar para eles no final de semana." (Vera, E15, p. 81)

"Ao fim de semana é mais complicado, prontos chega a hora do recreio a gente vai po recreio ele brinca, vai po escorrega está ali

	<p>a brincar, mas depois chega ao almoço, aos sábados não é tão complicado porque chega a hora do fecho é tempo de prepará-lo porque a gente vai ter visita aos domingos vamos ao recreio de manhã, chega o almoço dou-lhe o almoço depois ele dorme durante a tarde, quase nunca vou ao recreio só vou ao recreio mesmo quando ele está acordado porque ele dorme o recreio todo, mas depois ficam sem nada para fazer a não ser brincar só na ala, uns com os outros o que é complicado eles já estão fechados, muito tempo fechados sempre com as mesmas crianças acabam sempre por andar à bulha uns com os outros. Então às vezes ficamos mesmo com a cabeça em água não aguentamos mesmo. Deviam tê-los mais ocupados, por exemplo a gente tem aqui uma sala lúdica, a sala lúdica nunca é aberta para as crianças, se eu tive lá duas ou 3 vezes foi muito porque eu entrei no inverno né e se estava a chover a gente pedia às guardas e havia umas guardas que diziam que sim e deixavam a gente ir para lá mas havia outras que não porque a senhora diretora não dava permissão para a gente ir para ali para a sala lúdica, os miúdos têm brinquedos e eles não brincam com esses brinquedos, eles não têm nada para fazer aqui dentro. Eles preferem ter a sala lúdica fechada do que abrir a sala para os miúdos brincarem.” (Patrícia, E16, pp. 85 e 86)</p>
<p>2.2) Desenvolvimento</p>	<p>“A, eu acho que ela se desenvolve bem, eu também a estimo muito, no período da noite, pronto as horas em que ela está comigo, desde livros, a cd’s a jogos, eu acho que ela está bem estimulada, noto é uma maior apatia em alguns períodos do dia, às vezes aos fins-de-semana noto mais, que não notava lá fora, ela é uma bebe muito agitada, muito dinâmica e não sei se tem a ver com a questão de ela perceber que está mais confinada, ela não é aquele tipo de criança que goste de estar sem fazer atividades.” (Isabel, E01, pp. 3 a 4);</p> <p>“O desenvolvimento do C como assim? O C é muito esperto, ele é muito esperto ele sabe contar os números até 10, ele é muito esperto. Eu acho que ele aprende essas coisas na Creche, porque comigo não foi, eu de verdade eu não fico com o C a contar, ele aprende essas coisas sozinho, ele na creche come sozinho, comigo não, e as educadoras dizem que ele na creche se senta e fica ali não sai”. (Salomé, E02, p. 11);</p> <p>“O desenvolvimento deleé que é assim mais complicado, ele está assim um bocadinho atrasado, é assim não está a evoluir, está a evoluir melhor do que estava, mas prontos os médicos dizem que tem de ser aos poucos, se eu estivesse em minha casa ia ser muito diferente, mesmo a questão de ir ao Alcoitão, ele aqui só vai quando há transporte, esta semana não houve transporte ele não foi, mesmo a fisioterapeuta dele, já há duas ou 3 semanas que ele não tinha ido, só foi ontem. Mas é assim 2ª não fui porque eles não tinham mesmo possibilidade, depois na outra 4ª feira não fui porque fui à consulta a cascais à consulta de desenvolvimento, agora estar assim a dizer não fui 3 vezes não, só não fui a duas, já que tenho de dizer tenho que ser sincera né, então ontem ela, então mãe o que se está a passar, então ninguém me trás, claro que se eu fosse por mim não podia faltar né? Porque quando a minha filha era seguida no Garcia da horta ia sempre. É muito importante o F não faltar, você sabe, atrasa, porque ele está melhor das pernas. Está, por acaso está, mas prontos a única coisa que eu acho é que e por acaso tenho sorte com as guardas como toda a gente aqui não tenho a dizer nada, só há um problema aqui e a minha revolta aqui é quando não me conseguem levar o menino a Alcoitão e a alimentação dele, dão sopa, mas às vezes passam dias que ele não come, elas sabem, ele não come a sopa, porque às vezes vem muito líquida, quando vem líquida ele não come é que passa os dias e dias em que não come. Na Creche elas dizem que ele vai comendo, mas comigo ele não come, sabe ele comigo às vezes faz aquela birra.” (Carla, E03, p. 16);</p>

“O desenvolvimento dela, ela entrou para aqui ainda não sabia falar muito bem eu acho que ela desenvolveu fixe, não posso dizer que seria igual se vivesse lá fora, porque lá fora tem mais estímulo, conviver, tem mais coisas para ela ver, mas eu acho que tem sido bom”. (Sofia, E04, p. 20);

“Tem tido um bom desenvolvimento porque está aqui com crianças, porque vai à creche, depois está com criança depois imita criança mais velha e isso é bom. Às vezes diz asneiras e acha piada depois ri e diz mãe não zanga. Mãe desculpa, ela dá-me uma alegria, uma força que ajuda mesmo.” (Rute, E05, p. 25);

“O desenvolvimento dela é complicado, eu não sei se será por ela estar a ser criada só aqui ou se seria também lá fora, isso não posso dizer, mas eu vejo pelos outros meus filhos a M acaba por ser mais mimada, nós acabamos por compensá-los mais e eles acabam por ser mais malcriados, tudo o que querem a gente tenta dar, tudo o que fazem a gente deixa, são certas coisas que nós vemos que não é como lá fora. Uma mãe diz, não faças isso ou deixa fazer certas coisas, eu se disser à M que não ela acaba por ficar chateada porque quer fazer o que o outro fez. Às vezes nós trocamos a cabeça com os miúdos aqui e acabamos por fazer coisas piores que eles, devido a brigas entre crianças e eles acabam por fazer coisas que não devem, este ambiente é muito fechado para eles e eles vêem-nos a fazer coisas e fazem igual e depois nós também em vez de levarmos as coisas nas desportiva e como se fosse passageiro, a gente não, às vezes também é muita acumulação e não ajuda nada.” (Marta, E06, pp. 29 a 30);

“O desenvolvimento, não é que não tenha desenvolvimento, mas eu acho que na creche não tem tantas pessoas capacitadas para tarem ali, porque só têm duas que são educadoras e o resto são reclusas que tã ali, eu acho errado, tinha que ter uma educadora própria da rua para o desenvolvimento, não que não cuidem bem delas, mas estão só ali, não estão capacitadas, elas não têm formação para estarem ali, acho que tinha que ter mais educadoras, mais capacitadas para estarem ali. É assim, eu puxo muito por elas, eu estou sempre a puxar muito por elas, mesmo elas em casa eu puxava muito por elas, elas estiveram comigo 9 meses, depois elas iam comigo po trabalho, como o salão é meu eu levava elas, depois quando começaram a gatinhar já não dava e pu-las na creche, então sempre estimulei muito elas, não aquela mãe que colocava no ovinho e ficava, não sou assim, mesmo na cela, estou sempre sentada no chão com elas, brincando com elas, conversando com elas, to sempre estimulando elas. A creche devia ter gente com mais formação e mais atividades.” (Luísa, E07, p. 35);

“Está a ser um processo, mas ela estar aqui comigo não atrapalha nada, temos feito tudo o que é bom e normal e depois ela tem vantagem, ela pergunta elas explicam, ela sabe tudo ela chega e diz oh mãe eu sei onde têm as chuchas no escritório. E ela, só pa ver só as guardas a falar no micro ela já sabe quem, sem ver, as guardas vão fazer revista, ou assim e a M já sabe quem, nem eu sei, até as guardas ficam, mas como ela sabe, a gente nem falou, ela sabe quem é quem e chama todos.” (Teresa, E08, p. 41);

“O desenvolvimento deles aqui isso é que é uma parte também importante, a k, eu sei que foi um risco trazê-la para aqui, porque ela está privada de muita coisa por minha causa, mas eu olho para ela e penso que já chegou a hora dela ir lá para fora, porque o pai dela também já está lá fora e ai já sei que á ali uma pessoa que vai tomar conta dela como eu que é o pai dela, e porquê, porque eu penso que a k aqui não está a ter uma evolução, a k entrou aqui com 2 anos, já contava até 10, já dizia o a e i o u, já

sabia as cores toda. Lia, com 2 anos aqui na creche ela não desenvolve, nada e o A o que sabe é a k que lhe vai ensinando, eles têm um computadorzinho onde eles carregam as teclas e aquilo vai dizendo um, dois, o A é a k que o vai ensinando o que eles aprendem na creche é o que eles vêm fazer aqui é o quê, é baterem-se é chamarem feia e outros nomes, não sei, não sei o que fazem lá na creche para eles aprenderem a ser autônomos, ele aqui comigo, há ai muitas raparigas que vêm, ele pede chichi, ele pede cocó, vai buscar o bacio, faz sozinho, na creche vem sempre com as calças mijadas, com as calças com cocó, também não percebo, se ele aqui tem essa autonomia porque é que na creche está a ser diferente. No dia da criança eles vieram cá e eu disse à Dra. P que precisava falar com ela urgente, ela disse ok, no fim da festa, no fim da festa desapareceu, nunca mais a vi. Há momentos para isso, mas elas nunca vêm, só vêm quando há alguma coisa na creche e elas têm de falar connosco ai vêm. Agora se a gente pedir elas não vêm. Farto-me de pedir aqui, porque eles já falam muito, a k já fala muito vem fazer-me queixas desta e daquela, e eu quero tentar perceber o que se passou e elas não vêm cá. Todas me dizem que a k se porta super bem na creche, não chora, obedece, chega aqui ope de mim já é diferente lá está isso é o que vem da rua, ela na rua estava habituada a que eu lhe fizesse as vontades todas, e depois se eu não lhe faço as vontadinhas todas é birras, era a mesma coisa, quando a minha mãe cá estava que a minha mãe esteve cá presa comigo, eu dizia que não a minha mãe dizia que sim, agora se eu não lhe faço ela começa a berrar de uma maneira que eu sou obrigada a fazer, porque a k também já começa a perceber como fazer as coisas”. (Pilar, E09, pp. 48 a 49);

“O desenvolvimento deles é bom, eles são crianças bem desenvolvidas, eles começaram a gatinhar antes dos 6 meses, cresceram logo os dentes todos da frente, tanto de um lado como do outro, portanto em relação ao desenvolvimento não tenho assim nada de problemas, até na fala percebe-se bem o que dizem, até são crianças inteligentes á primeira percebem tudo”. (Carmo, E10, p. 54);

“O desenvolvimento, tem um desenvolvimento normal, ensinei a contar até 10 e ela aprendeu, a história da Camila que faz chichi na cama e a mãe fica zangada eu vou-lhe contando piadas para ela, depois ajuda-me a contar a história, diz era uma vez uma criança, a camila que fez chichi na cama da mãe e a mãe ficou muito zangada com ela e através dessa história tento que ela perceba pra não fazer chichi.” (Elvira, E11, p. 59);

“Eu graças a deus mesmo nesta situação ele está muito bem, ele está a crescer muito bem, está grande, está saudável, não me posso queixar”. (Amélia, E12, p. 66);

“O desenvolvimento do I, é bom.” (Margarida, E13, p. 70);

“Em termos de desenvolvimento eu estou descansada, ela é muito esperta, muito inteligente, só que é tímida, lá está elas às vezes não diz uma coisa, porque tem vergonha, ou porque não se sente á vontade, quando está com gente que não conhece fica mais fechada, muita coisa que ela fala comigo na cela, muita coisa que ela explica é que ela já não fala quando estamos com outras pessoas.” (Conceição, E14, p. 75);

“Ele está a desenvolver bem. Quando entramos aqui o S era uma criança que estava muito gordinho, muito fofinho assim, mas depois que nós entramos aqui acho que tem a ver com o crescimento, ele cresceu muito, porque ele era muito gordinho mesmo,

	<p>sabe ele nasceu com 4 quilos. Só que começou a perder peso, mas acho que tem a ver com o crescimento porque eu acho que para a idade que tem ele é altinho. Ele era muito preguiçoso para andar, mas eu quando entrei aqui tinha medo de o meter no chão eu estava com ele sempre ao colo eu não metia no chão de jeito nenhum, toda a gente dizia mete ele no chão, mete ele no chão mas eu não queria, porque eu não tinha confiança, nem intimidade com essas pessoas daqui eu ficava sempre na minha cela com ele no colo, depois passado algum tempo ele começou a andar sozinho mesmo, por isso também não foi diferente de lá fora, eu pegava numa mão e ele andava, porque o S começou a andar nem acredita como, sabe estávamos na visita estava a avó dele e quando demos conta estava a andar por todo lado toda a gente que lá estava até as guardas todas ficaram a rir que o menino que nunca estava no chão, nem estava a gatinhar começou logo a andar.” (Vera, E15, p. 80);</p> <p>“O desenvolvimento dele, ele é esperto, ele é despachado, eu não notodiferençanenhuma por ele estar aqui, nada, nada.” (Patrícia, E16, p. 85)</p>
2.3) Atividades	<p>“...diariamente existe uma hora de intervalo de manhã e uma hora de intervalo à tarde, ao fim de semana é que existe duas horas porque existe a visita e, portanto, complementa-se, mas essas é uma hora que passa a voar, eu estou a dizer isto por uma questão de gestão de tempo e de tarefas, sei lá, podemos lavar roupa, porque isto é uma casa, não é? Então se calhar organizar isto para que as pessoas fossem também responsáveis ao ponto de gerir o seu dia da sua forma, da sua maneira, mas pronto isso também é... Só acrescentar um aspecto, a casa das mães está bem estruturada, existe uma sala lúdica que tem condições e espaço para abarcar sei lá, mais brinquedos ou mais experiências onde a criança também possa ter durante o dia outro tipo de estímulo. Nós temos a associação dar a mão, da qual eu neste momento faço parte desse projeto, a, que neste momento está vocacionado para as necessidades da criança e da mãe, necessidades de puericultura, roupas, acessórios, tudo o que nós pedimos eles trazem, a, no dia da criança foi também a associação que organizou a pequena festinha e fazemos alguns teatros, eles vêm semanalmente às 4ª feiras, a, e podem ou deveria haver eventualmente haver mais atividades.” (Isabel, E01, p. 3);</p> <p>“Em termos de atividades não há nada, só se por exemplo há uma festa, sabe que na casa das mães fazem festa com as crianças tipo se é natal, dia das mães dia da criança, fizeram uma festa aqui para todas as crianças, veio uma palhaça, também aqui o ano passado ou no principio do ano jogamos contra o Benfica o Benfica trouxe prendas para eles. De resto atividades não há, aqui dentro não, não sei na creche.</p> <p>Em relação às atividades eu para o C preferia que fosse uma creche na rua, sabes porquê? Porque na creche daqui são reclusas, a verdade é que o C aprendeu muito, mas sabe quando me disseram que o C ia para a creche, eu pensei que era na rua, mas sabe todas as quartas feiras eles vão a uma creche na rua, mas não vão todos porque eles são muitos uns dias vão uns e outro dia vão outros e eu fico muito contente, porque ele sai daqui, está com outras pessoas que não são daqui, sabe é outra vida, saem na rua, essa é uma coisa que eu não concordo. Penso eu esta creche serve mesmo só para isto, para as mães conseguirem trabalhar e elas só tomam conta deles não estão a aprender nada de novo. (Salomé, E02, pp. 11 a 12);</p> <p>“Acho que a creche é importante para o meu filho, o meu filho não reagia muito e no hospital de cascais foi-me dada uma carta para o inscrever na creche, quando ele iniciou a cresce eu fui à creche fui à sala dele, elas apresentaram-me tudo. Aqui na casa das mães não há atividades e isso é que era importante também aqui, eu acho. (Carla, E03, p. 16);</p>

“As atividades sim, porque tem aqui uma sala lúdica que é para brincar com eles, de vez em quando tem uma festa, nós também temos uma atividade que é para jogar bola. Não é sempre que podemos ir à sala lúdica, mas eu já estive lá, já estivemos lá a brincar com eles. Acho que podia haver mais atividades, eu para mim gosto muito de teatro e acho que devia haver umas brincadeiras, poderemos ter assim por exemplo um teatro para apresentar para os meninos, eu gostava. (Sofia, E04, p. 20 a 21);

“...aqui não temos atividades, temos o receio, junta as crianças, mas não tem nada de atividades. Eu acho que era bom haver mais atividades, no fim-de-semana também não tem creche era bom haver coisas para distrairmos com as crianças, não há creche temos visita, quem não tem visita fica na ala, mas agora é verão, fim-de-semanavamos ao recreio devia ter uma coisa de água, uma piscininha, semana passada levamos banheira lá fora para dar banho às criança, eu estava feliz da vida vendo minha filha tomar banho, depois ficar com frio e tomar banho outra vez, ela gosta de água, agora diz sempre mãe quero tomar banho e tira a fralda e logo quer ir. (Rute, E05, p. 25);

“Eu sei que eles fazem coisas na creche, eles passeiam, mas eu sou sincera, quando viemos para aqui eu não queria que ela fosse pa creche porque quando eu entrei aqui a M era o meu suporte e ela ir pa creche era eu ficar aqui sozinha, ficava sem ninguém, não havia aquela coisa da amizade eu não conheço, não vou estar a confiar naquela e a M era a minha companhia aqui, pai depois de eu vir para aqui passou um mês e tal e ela começou a fazer a adaptação na creche. Mas a creche foi bom pa ela, aqui não há atividades, eu acho que tipo devia ser como nas escolas lá fora a gente às vezes sabe que á festas e a gente sai e vê aqui a gente não tem muito isso, tem natal, dia da criança. Ao fim de semana era importante haver aqui coisas pa fazer, mesmo a sala lúdica que aqui existe, não nos deixam muito ir, só mesmo se está a choverou está frio, às vezes não fazemos nada, não há um horário para utilização da sala, ao recreio temos uma hora para ir, a sala é mesmo quando as guardas decidem, mas também não é só as guardas, às vezes até deixavam ir pa lá, mas depois as mães em vez de arrumarem e deixarem aquilo como estava muitas vezes ficava tudo mal então limitaram.” (Marta, E06, p. 30);

“...Nós aqui na casa das mães não temos atividades nenhuma, só vem os voluntários, que é a Associação Dar as Mãos mas não é para as crianças, elas vêm mas é para as mães, até porque quando vêm, as crianças estão na creche e é mais para saber se a gente precisa, de alguma coisa, se a gente precisa de alguma coisa de banho, um pacote de fralda, um gel de banho, elas ajudam com roupa, mas em termos de atividades não há nada, a sala lúdica não é só para nós é também para os da casa da criança que vêm ao fim de semana, não se faz mesmo nada, só vamos ao parque na hora do recreio, mesmo aos fins de semana o tempo que nós estamos aqui fechas, é assim eu entendo que nós estamos presas, mas as mães, as pessoas que estão na casa das mães são diferentes das que estão no pavilhão, porque eu estive no pavilhão, acho que não custava, mesmo as guardas que estão aqui, estavam connosco e nós dávamos-mosuma volta aqui em volta, depois íamos no parquinho, a gente fazia um lanche, eu acho que isso não custava, porque eu acho que todo o mundo que está aqui tem senso e não precisava estar todas juntas, falava, olha esta semana nós vamos com tantas, fim de semana que vem vamos com tantas, amanhã com tantas, como no sábado e no domingo, sábado leva uma metade, domingo leva outra metade.” (Luísa, E07, p. 36);

“Atividades não temos, temos de pensar nós mesmas em podermos fazer com elas alguma coisa, a creche é bom, ela gosta de ir à creche, acordamos e ela começa despacha-te que vou à creche, mesmo aos fins-de-semana ela quer ir à creche, ela pega no

banco, na mochila e diz vou à creche, tenho que ir mãe, gosto da S, gosto da P e para mim é um descanso graças a Deus.” (Teresa, E08, p. 42);

“A creche chega a um ponto em já não evolui a k está com 4 e continua a fazer coisas que já fazia com 2, mas isoeu entendo porque a creche está adaptada até aos 3 anos. Não há cá nada que possamos fazer com os filhos, só mesmo o recreio, mas nós que trabalhamos nem isso temos, só temos ao fim de semana, são duas horas ao sábado porque há a visita de tarde e duas horas ao domingo, uma á tarde e uma de manhã.” (Pilar, E09, p. 49);

“Em relação a nós não. Não temos relação praticamente nenhuma com a creche, nós só sabemos recados da creche quando por exemplo um morde a alguém, um bate a alguém só ai é q a creche entra em contacto connosco ou então quando já estão fartos de pedir alguma coisa. Eles vão a caminho dos dois anos e meio e eu estou a querer tirar a fralda, mas na creche acham que não porque têm crianças antes para tirarem a fralda, se eu tiver á espera que eles tirem as fraldas há-de chegar o inverno e eles ainda andam de fralda, e eu estar aqui a tirar e elas não tirarem não dá, é difícil é complicado, a gente está a ver se entra aqui num consenso, não sei se é fácil falar com elas, sou sincera nunca experimentei mas tem mães que dizem e vêm aqui ao escritório porque precisam e elas quando têm um tempinho vêm cá falar, mas só vêm falar comigo se um deles se porta mal. Nós sabemos que estamos todas presas, mas mesmo no fim-de-semana nós só temos duas horas de parque uma á tarde uma de manhã, eu por exemplo á tarde, das 15h ás 16h eu não vou levar os meus filhos pa rua porque é a parte em que está mais calor, é quando o calor está mais acentuado, eu só de manhã das 9h30 às 10h30 e depois á tarde fica complicado porque é um dia inteiro aqui, as portas das celas ficam abertas e a da ala está fechada, ficamos no corredor, não podemos andar de ala em ala, passo a vida atrás dos dois porque nós já estamos fechadas se eu os vou fechar ainda mais fica ainda mais sufocante. Então deixo a minha porta aberta e passo o tempo atrás deles. Nos dias de semana eles passam o dia na creche e passam muito tempo lá fora aos fins-de-semana eles passam muito tempo fechados, é a única diferença, é como hoje o irmão dele foi pa creche e ele não então desde que o irmão foi pa creche está sempre a perguntar mãe á rua, mãe á rua o mano mãe, mãe á creche, mãe á creche. Por exemplo na creche um está na sala dos grandes e o outro está na sala dos intermédios, mas nem sequer me disseram, como sabe a minha irmã trabalha lá e ela é que me disse olha o G está na sala dos grandes, eu acho que não tem lógica estar a separá-los e eu gostava de poder opinar nessa decisão. Ao fim de semana ficam muito mais agitados, por exemplo houve uma vez não sei deu-lhes ali um pico de energia fecharam a porta da cela e eles começaram a mandar com os chinelos com os sapatos para todo o lado, a bater com a porta da casa de banho a atirar as coisas para o chão, eles só não partiram a cela por sorte porque a tv ia caindo, eles têm ás vezes estes picos de energia. Eles normalmente chegam da creche e a 1ª coisa que dizem é mãe á mickey querem o mickey então eu meto-os lá a ver o mickey a comer, eles comem sozinhos, eles almoçam e jantam sozinhos, portanto vais ver o mickey vais ficar na cadeira e a mãe dá papa.” (Carmo, E10, pp. 54 a 55);

“As atividades, a S percebe muita coisa, a S entende muita coisa e há muitas coisas que me são superiores, que eu tento calar, para não falar ou não estar mais chata com a minha filha por estar na creche, não é que ela seja mal tratada, ah mas dizerem a mãe dela é chata, por isso é que há muitas coisas que eu calo, porque a S fala, a S explica. As coisas que eu vejo na creche, foi o que eu disse à Dra. S e à Dra. P é que eu sou mãe, na rua o meu filho vai para a creche que eu mando e à crianças que têm aquele sapatinho para descansar os pés e vai para a rua ou sai de casa com as galochas e na creche tem que trocar aquele sapatinho, eu mandei para a creche e disseram é difícil andar a apertar os ténis a todas as crianças, mas na rua há salas que

têm. Como na do meu filho há 30 crianças na sala dele e os sapatos eles trocam pois não pode entrar na sala com os sapatos da rua dentro da sala que é onde eles brincam, disseram que não, desculpa estar a dizer isto, mas para mim isto é uma porcaria, mas é como estamos numa cadeia, não podemos fazer nada está-se bem, já mandei uma vez, duas vezes, três vezes e dizem não se muda, ok não muda, não muda, agora se acham normal, uma criança sai de casa debaixo de chuva com as galochas e tem de ficar com as galochas até às 17h da tarde...ela diz que fica desconfortável, eu chamei a Draqui mas eles disseram não muda, o sapato que vai daqui é o sapato que fica. Das actividades, sim elas vêm, quando eles vão pa praia ou passeiam, elas vêm e falam das actividades das crianças, mostram, demoram tempo porque elas também têm o trabalho delas, mas mostram. Na casa das mães não, tem uma sala, mas essa sala não é aberta, só é aberta aos sábados e quintas para duas crianças que estão na casa da criança e vêm cá. Nós só ao recreio, o recreio não tem brinquedos, tem só o escorrega e o baloiço e acabou, os brinquedos é só aqui na sala de brincar e quando está a chover quem não quer ir ao recreio fica na cela, antes podíamos. (Elvira, E11, pp. 59 a 60);

“Eu sinceramente não sei o que eles fazem na creche, é assim eu acho que foi no ano passado que nós vimos fotografias que eles vão sair mas sinceramente não sei onde vão. As educadoras podiam falar mais um bocadinho, eu sei que eles vão passar, mas onde não sei, elas não nos informam, não sabemos o que eles fazem, sabemos que eles fazem coisinhas, mas não sabemos bem o que eles fazem. Nunca tive nenhum problema com o D nunca precisei falar com elas, mas sei que se pedirmos elas quando podem vêm. Aqui na casa das mães, ao fim de semana vamos ao parquinho que a Associação do Benfica montou para eles, é a única coisa que eles têm para brincar podia ter outras coisas, outros brinquedos, mas pronto, eles têm aqui a sala lúdica mas praticamente a ir é só no inverno e quando já está a chover há muito tempo e quando algumas guardas deixam, nem todas deixam. Se a guarda de serviço estiver, mas porque às vezes as mães desarrumam brinquedos, algumas levam brinquedos, então por causa disso não está aberta.” (Amélia, E12, p. 66);

“A creche, não sei o que lá fazem, elas não dizem, se pudesse até marcava uma reunião com as educadoras na casa das mães, não há nada de actividades, acho que era importante haver coisas, está aqui muita criança e isto não é vida pas crianças, as crianças estarem aqui o dia todo na ala, todos juntos a brincar, até agora as coisas correm bem.” (Margarida, E13, pp. 70 a 71);

“O que se passa na creche, eu sei mais ou menos. As educadoras se precisarmos falar com elas é só mandar chamar que elas vêm, se houver também alguma coisa a falar da criança a educadora vem, fala, explica, de vez em quando também vem mostrar as fotografias, as saídas, mostram as coisas e vêm falar o que é que se passa. Eu acho que uma coisa que nós devíamos fazer, era nós as mães levar os nossos filhos à creche porque eu acho que para eles era uma alegria porque eu vi isso um dia que a minha filha atrasou-se e como eu já sou de RAI a guarda me disse agora vai tu com ela, então ela ficou toda contente e todos os dias ela tentava atrasar para que fosse eu a levar à creche e pergunta porque não vai tu me levar? Porque ela vê quando nós vamos lá fora, quando é a precária a minha amiga leva o filho na creche e ela vê, que é a mãe que leva e vai buscar á creche, então ela me diz às vezes: tu não vais me levar à creche, tu não vais me buscar à creche. Por isso eu acho que era uma coisa que nós podíamos fazer, principalmente nós que já temos a bata amarela já podíamos ter mais liberdade com os nossos filhos aqui. Na casa das mães não temos nada a gente vai ao recreio e não temos nada o baloiço é pequeno, tamos no recreio basicamente sentadas com eles, se uma guarda está sentada num lado, nós não ficamos no outro lado, já não vamos no campo jogar à bola temos que estar do lado que a guarda está, então às vezes eu prefiro nem ir, para ir fico lá sentada. Depois acaba a

	<p>sombra o resto só tem sol e nem vou ao recreio.” (Conceição, E14, p. 75);</p> <p>“A creche, porque eu também tenho consciência de que nós estamos aqui e que não temos que querer tudo e estamos aqui não é o mesmo que estarmos na rua, mas se eu tenho que estar aqui as atividades que elas fazem com as crianças isso é bom, pelo menos eles saem vão á praia, à casa da criança e eu acho isso bom porque eles não ficam só aqui fechados como eu pensava que tínhamos que ficar fechados na cela todo o tempo e essas coisas porque eu pensava que na casa das mães era assim, que a gente passava 24 sob 24 horas fechados na cela essa era a minha ideia. Na casa das mães acho que devia haver outras coisas, porque quando eles estão cá principalmente ao fim de semana eles não têm praticamente nada para brincar, porque a única brincadeira que eles fazem aqui é quando vamos ao recreio e no recreio não tem nada para eles tem o baloiço que é na areia e tem muitas crianças que não gostam de areia, tem a sala lúdica ali, mas eles também nunca vão para ali, não sei porquê, aquilo está sempre fechado, às vezes quando vamos ver a missa que tem uma senhora aí que toma conta de crianças mas isso é para algumas crianças, porque nem todas as mães vão à missa e porque a senhora nem sempre vem. A sala tem brinquedos, tem bicicletas, tem motas tem baloiços, muito tipo de brinquedos, jogos e essas coisas e acho que isso devia estar aberto para eles brincarem lá sempre.” (Vera, E15, pp. 80 a 81);</p> <p>“Eu tenho conhecimento do que ele faz na creche. Aqui a gente não tem muitas atividades a não ser quando há festas que a creche porpociona aos meninos de resto a gente não tem atividades absolutamente nenhuma, eu acho que deveria haver, não só para eles como para até pa gente, porque eles já estão aqui fechados com a gente a única coisa que eles fazem é na creche aos fins-de-semana por exemplo eles não têm nada chegam aos sábados e aos domingos, a gente aos sábados tem a visita mas depois da visita eles não têm absolutamente nada aqui ficam fechados e eu acho que devia haver não só para o desenvolvimento de algumas crianças, não falo do meu filho porque o meu filho é muito desenvolvido, graças a deus, mas por crianças que estão aqui e não são tão desenvolvidas como o W até para desenvolverem a maneira de falar há uns que andam mas ainda andam baloiçados não sei para mim devia haver mais coisas para ocupar o tempo de uma forma melhor.” (Patrícia, E16, p. 85).</p>
<p>3) Constragimentos</p>	
<p>3.1) medos/receios em relação aos filhos no EP</p>	<p>“...Ah, fico com alguns traumas relacionados com esta experiência, eu não sou especialista da área de psicologia sou da área de saúde, mas consigo avaliar eu isto não é ter uma vida normal, temos aqui pequenas diferenças, pequenas nuances que em algumas crianças que sejam mais sensíveis que eu acho que é o caso da F podem deixar algum trauma, alguma situação, não sei.” (Isabel, E01, p. 4);</p> <p>“...A minha maior preocupação é ele lembrar-se disto...eu não sei se ele começa a sentir que está fechado, ele ainda não fala para me fazer perguntas, mas há-de começar a fazer, ele vai fazer 3 anos, já há aqui muita criança com 3 anos que fala muito e pergunta. O meu maior receio é que ele se lembre que esteve aqui comigo” (Salomé, E02 p. 12);</p> <p>“...as minhas principais preocupações, ele não ficar a andar e não poder evoluir como outra criança por estar aqui.” (Carla, E03 p.</p>

17)

“...O maior medo é quando ela for embora vai ficar sem mim, eu tenho 5 anos e 6 meses para cumprir e ainda só estou cá à 6 meses. Eu sei que a lei pode ficar até aos 5 anos, mas acho que não vão deixar, mas se deixassem eu optava por ela ficar comigo. (Sofia, E04 p. 21)

“...é que quando eu não a vejo eu penso será que a minha filha está bem, será que ela está a dormir, aquela preocupação de mãe, é como na creche, eu penso se criança bater a ela, se aleijar ela, e eu não estar lá, porque criança é assim costuma acontecer ela magoar...” (Rute, E05 pp. 25,26)

“...Não tenho preocupações em relação ao ela estar aqui...” (Marta, E06, p. 31)

“...Preocupações, eu não vejo como preocupação porque eu daqui a dois meses e meio vou-me embora então acho que não vai ter lembranças para ela daqui porque elas são pequeninas, mas eu acho que há outras que vão ficar e vê-se que são crianças, tipo elas mordem uns aos outros, que se batem e as é as próprias mães que incentivam...” (Luísa, E07, p. 37)

“... é a saúde, é por causa da saúde dela, a alimentação, que aqui não tem nada. Não tem o que eu queria dar neste momento, às vezes não temos o que dar, às vezes está estragado, aqui eles não têm boa alimentação é frango e não passa dai, é laranja e maçã, não passa dai, uma ou duas vezes vi comer uma banana, porque não há, é raro vir uma banana, iogurte agora tem vindo só iogurte natural, já perdi a conta, a M nem quer comer, a sopa é a mesma história, arroz às vezes vem cru, ontem deram arroz cru, ao almoço a M nem comeu, desde a rua a M às vezes fica sem comer, eles comem à base de esparguete, massa ou arroz, já há uma semana deram massada de peixe, até tenho receio de falar disso, mas é verdade, estava azedo e os meninos também comeram, comeram porque não havia outra coisa que comer, os meninos têm almoço e depois têm lanche às vezes é um queque um pão e é o iogurte e a peça de fruta ou é laranja ou é maçã, agora também tem vindo quivi, mas acho que é quando está em promoção que trazem e não há mais, se não tiveres leite ou papa, a única coisa que dão é 100g de papa por dia para dar à noite e de manhã que para mim não chega, a M come tudo à noite. Na cantina tem papa, mas eu não tenho apoio para comprar e às vezes no meio da noite já não tenho. É muito complicado estar aqui, ela pede muita coisa que eu não tenho para dar...” (Teresa, E08, p. 43);

“...olhe sinceramente sei que estão comigo, eu só queria que eles apagassem isto da mente deles, a k não sei se vai, mas eu não queria que eles se lembrassem que tiveram aqui comigo, eu quero ensinar à k qual é o bem e qual é o mal, para que ela nunca entre aqui dentro, mas sei lá não sei se eles vão crescer e dizer ai podias ter-me deixado cá fora. Ai não sei se algum dia eles me vão odiar por eu os ter aqui comigo porque eles perderam muita coisa lá fora e podiam conhecer e só agora desde que comecei a ir em precária é que conhecem, a k adorou a praia, muita coisa...” (Pilar, E09 pp. 49, 50);

“...Medos é assim, há muito preconceito, eu própria tenho noção disso, aí as mães que levam os filhos pa cadeia...” (Carmo, E10 p. 56);

	<p>“...é assim, como eu sei do dia-a-dia dela, e como eu sei porque a minha filha está aqui comigo tento suavizar para não entender muita coisa... Quando eu sair daqui a S vai perceber que está na cadeia, ela não sabe que está na cadeia, eu digo estamos na nossa casa e ela diz não mãe a nossa casa é bonita, ela sabe porque ela ia sempre pa rua e ela sabe que a qui não é a nossa casa, mas não sabe que é cadeia, mas pergunta porque é que dormimos porta a porta, vai começando a perguntar mais coisas, mas não sabe que é cadeia... “(Elvira, E11 p. 61);</p> <p>“...muita gente queixa-se da comida, mas eu vou ser sincera eu estou cá há mais de dois anos e nunca reclamei... O meu medo é mais assim se ele fica doente essas coisas assim, se ele ficar doente e eu não poder ir com ele, essas coisas assim....” (Amélia, E12 p. 67);</p> <p>“...Não tenho medo, nem receio nenhum, não faço a mínima ideia, por enquanto...” (Margarida, E13 p. 71);</p> <p>“...A minha preocupação é ela lembrar disto quando nós sair, porque ela convive com crianças daqui e é tudo isso. Eu digo que um dia vamos embora e ela diz que quer voltar, ela diz depois eu volto, depois eu volto. Eu não quero que ela fique a lembrar nada disto, um dia mais tarde eu conto para ela, a história da minha vida, da vida dela como é que ela nasceu, eu vou contar, quero que ela saiba de tudo e o meu maior medo é que ela se lembre...” (Conceição, E14 p. 76)</p> <p>“...O único medo que eu tenho é que quando a gente sair daqui ele fique com memória, porque eu não quero que o S fique com memória daqui. O S ainda não tem noção de nada disto, porque quando fomos de precária, na rua para ele era tudo estranho, tudo estranho para ele, o S não sabia o que é que era um telefone, não sabia o que era um fogão, máquina de lavar roupa ele mexia em tudo, ele não parava... Na rua não queria chegar perto de ninguém, de ninguém mesmo, o telefone tocava e ele pensava que era comando, porque comando é a única coisa que temos aqui então ele pegava no telefone ia para a frente da televisão e ficava mexendo nos botões era tudo diferente para ele, por isso é que eu tenho medo que o S não se adapte na rua, porque ele entrou aqui um bebe, ele não sabe nada da rua nunca subiu uma escada porque aqui nós não temos escadas, uma coisa simples, mas que não temos e quando fomos à rua ele ficou muito assustado, ele achava tudo estranho...” (Vera, E15 pp. 81, 82);</p> <p>“...O meu maior receio é ele ficar doente, de resto não tenho preocupação nenhuma, porque a gente aqui não tem nada se os miúdos ficam doentes, não é que as guardas não se preocupem porque as guardas preocupam-se, mas às vezes não fazem caso... Não tenho preocupação nenhuma em ele saber que esteve aqui ele ainda não percebe, mas ele é esperto mas eu não tenho preocupação nenhuma porque um dia mais tarde eu vou-lhe dizer os erros que cometi na vida, não tenho que esconder nada ao meu filho e se um dia ele me perguntar porque é que ele teve de ficar aqui comigo eu vou-lhe explicar e ele vai perceber de certeza...” (Patrícia, E16 p. 86);</p>
<p>3.2) Principais necessidades/dificuldades</p>	<p>“...A principal necessidade sentida é o pai, mas assim de dia a dia, não porque eu acho, vamos lá ver as crianças, às vezes o puco é muito, vamos manter isto num ponto de vista simples, temos uma creche a, temos o afeto da mãe, acho que nesse aspeto não, mais do ponto de vista alimentar, ou serem seguidos por nutricionistas ou por alguém que trouxesse mais variedade, porque também não vamos dizer que ok, estamos numa prisão sabemos que não podemos ser mega exigentes, mas se houver um equilíbrio principalmente na variedade... Aqui sinto muitas necessidades essencialmente enquanto mãe, a oferta de produtos de</p>

puercultura o poder dar à minha filha mais coisas que não poderei comprar ou adquirir, essencialmente é isso...” (Isabel, E01 pp. 4 a 5);

“...acho que a principal necessidade sentida pelo C é estar com a minha família, com a sua família, eu sempre ligo para a minha família, ando sempre com a foto da minha mãe, da minha filha do meu irmão e sempre pergunto onde está a avó C? Como chama a avó? Eu sinto necessidade de estar a trabalhar, porque assim não fico todo o dia, todo o dia a pensar, sabe se eu tivesse um trabalho seria diferente, sabe eu quando trabalhava na copa eu gostava, sabe eu passava todo o dia fora, fazia logo o trabalho, já tinha tudo servido, o problema era quando o C chegava. Eu quando trabalhava na copa sentia-me muito feliz, porque o dia passava rápido...” (Salomé, E02 pp. 12 a 13);

“...as principais necessidades é sair, porque ele foi com a minha irmã, mas quando chegou ao portão lá fora, começou a olhar para tudo e a pensar mas o que é que é isto. Eu sinto falta das minhas filhas...” (Carla, E03 p. 17);

“...até a mim isso me afeta, a irmã, é uma paixão louca, cada vez que ela vem à visita, é a irmã, a irmã tem 10 anos, ela também pergunta porque é que não pode ficar aqui... é a mesma, aqui não é lugar para ficar com elas, mas se eu pudesse tê-las comigo...” (Sofia, E04, p. 22);

“...queria que ela visse o pai mais, ela gosta muito do pai, e eu queria estar com a minha filha e ter o que dar pa minha filha, comprar coisas levar a passear, sentar-me e poder ver a minha filha comer hambúrguer, a brincar aquela aventura de criança, comprar a roupinha que ela gosta, ela já pede e diz é gira é gira, é muito vaidosa...a mim faz falta de muita coisa, tenho saudades do meu companheiro. Eu penso várias vezes, eu sou uma pessoa que gosto de desabafar, eu chorava muito agora não posso chorar por causa da minha filha, ela pergunta porque tá a chorar mãe, não chore, mas sinto falta da minha vida, do meu companheiro, de estar lá fora. Já não posso fazer isso á frente dela, tenho saudade da minha mãe agora foi pa cabo verde e mãe é sempre mãe, é o que eu digo às minha colega, vem companheiro, vem minhas irmãs me visitar mas a minha mãe não tá aqui. A minha mãe não tá aqui ope de mim, ela foi de fêria agora, sinto tanta vontade de ir organizar a minha vida...” (Rute, E05 p. 26);

“...Necessidades, a alimentação, ela agora como já sabe falar há muitas coisas que ela às vezes pede e que aqui não há, em termos de carne que aqui não há, ela às vezes vai ao fim de semana e come muito bem a carne, ela aqui não come aqui, ela já me chegou a dizer, mesmo no outro dia me chegou a dizer, mãe outra vez, tivemos uma semana aqui a comer a mesma coisa, arroz com carne, aqui a alimentação, produtos pos miúdos, as verduras aqui não há é raro, devia haver, muita gente ia comprar, eles dão sempre maça...eu por mim não penso eu penso mesmo por ela, acho que consigo de viver com pouco, eu por mim eu tenho o que eu tenho, eu como o que tenho, o que tenho faço, o que não tenho não faço...” (Marta, E06 p. 31);

“...Necessidades das minhas filhas, principalmente é a alimentação e poder sair, ir no parque. As minhas, ai tenho tanta necessidade, sei lá, as visitas passam a correr eu acho que podiam ter 3 vezes por semana e ser um bocadinho mais tempo, as visitas correm bem, adoro as visitas, fico para morrer quando chega a hora de ir embora, quando vejo a minha outra filha que já vai fazer 12 anos, fico pa morrer na hora de ir embora, ela faz perguntas, porque não pode estar comigo, ela sempre teve comigo, 11 anos, sempre teve ca mãe vai fazer anos e a mãe não está, custa muito, vai custar muito não poder estar...” (Luísa, E07, p.

37);

...” Necessidades da M, ela pede coisas que eu não tenho para lhe dar aqui, às vezes pede gelado, vê um miúdo com uma coisa e ela não tem, vê o outro com um sapato ou com uma roupa e ela quer e eu não tenho para dar e ela fica a perguntar porquê mãe? Eu não tenho como responder e às vezes é complicado... as minhas necessidades, às vezes é não ter dinheiro para comprar aquilo que tu precisas, a tua liberdade, às vezes tu queres tipo estar mais á vontade e não tens esse á vontade, não é fácil estar aqui, tu não tens com quem falar, porque às vezes para falar o melhor é estar calada, eles vão com outra, outra vão inventar á sua maneira e eu não gosto disso.” (Teresa, E08, pp. 43 a 44);

“...Necessidades, há muita coisa e isto falo pela questão da comida, não falo pela comida da copa, isto é assim eu também penso e à ai muitas raparigas que refilam á sempre a mesma coisa, mas eu também penso á muita gente ai fora que não tem pa comer e nós temos... Acho que a senhora Diretora podia ter aqui na cantina e se nós temos dinheiro para comprar podia haver muita mais variedade para nós podermos dar aos nossos filhos é porque não há nada... Acho que há muita coisa que devia haver e que não há, um simples pão de leite, é porque eu pessoalmente não tenho visitas, porque a minha família é de longe, muito raramente tenho visita e para não estarem a gastar dinheiro, a gente trabalha podia haver muita mais coisa, podia haver fruta, aquilo só tem atum, salchichas que as educadoras dizem que é uma porcaria para as crianças, oreo, doritos, coisas saudáveis que podia haver não há... Há tintas para pintar cabelos, vernizes pas unhas, isso temos tudo não falta, deviam cortar nessas coisas, se isto é a casa das mães deviam cortar nessas coisas e pensar mais nas crianças e não nas mães. Para que é que a gente quer batons, vernizes isso é tudo bens que não interessam. Por mim, eu não sou esquisita a única que me faz falta aqui é o meu filho que tenho lá fora, larguei-o com 4 anos, já tem 9, só ele é que me faz falta.” (Pilar, E09, p. 50);

“...Em termos alimentares, porque é assim a alimentação aqui não é variável, nem de perto nem de longe, não temos uma alimentação equilibrada aqui a, a nível da cantina, a, os chocolates que estão na cantina não são próprios para as crianças, temos ali kitkat, malteasers, m&m´s, eu não posso dar esse tipo de chocolates aos meus filhos, eu preferia um chocolate rico em leite, ou mesmo chocolate preto é sempre muito mais saudável... Aqui nós não podemos fazer com que eles tenham uma alimentação mais equilibrada. Em relação á fruta, eu acho que consoante a época em que estamos devia vir a fruta da época, aqui não é sempre maçãs e laranjas, pas crianças vem de vez em quando, muito de vez em quando quivis. Em relação a mim nada eu sou uma rapariga muito despachada.” (Carmo, E10, p. 56);

“...Necessidades, sei lá, sair, passear, ela gosta de comer pizza, comer hambúrguer, quando ela vê na televisão, à muita coisa. Eu já fiz o pedido á CPCJ para ela poder sair, para ter aquela liberdade que ela tinha, porque aqui eu não posso lhe dar nada, é que mudou, ela antes saia com o pai só que o pai também ficou preso agora, mas eu pedi para ela poder sair ir com os meus enteados, com os meus cunhados, para eles virem cá buscar ela, para ela poder ir ver o pai e aliviar um bocadinho, mas o que eu estou a falar não está a tocar nenhuma educadora daqui, porque se tocava, porque se soubesse o que a S está a passar ela ia, já fiz o pedido há 7 meses e nada há 7 meses que ela não sai e ela está, agora está melhor, mas pergunta pelo pai e sabe que á visita e diz hoje vem cá o meu pai eu já fiz o pedido pa ela sair, até já fiz o pedido para a S ir para a psicóloga para falar um bocadinho porque ela está triste eu queria mesmo que ela saísse e fosse só ver o pai para ela estar bem, normal, ontem ela disse o homem preto matou o meu pai, quando eu cheguei pa minha colega eu disse ouviste a conversa da S o que é que ela disse?

Disse que o homem preto matou o pai dela e por isso é que ele não vem cá, na cabeça dela ela deve pensar que aconteceu alguma coisa ao pai. As minhas necessidades, há muitas coisas que nó, eu gosto de dizer e que não está certo, é muito triste estar com filho na cadeia, é muito triste, não é uma boa imagem, não é uma boa recordação, não é uma boa coisa, porque crime não compensa nada, eu gostava de levar a vida de outra forma, ter esperança por dentro. Há pessoas que dizem nunca mais e voltam, mas eu nunca mais, dia 9 de julho faço dois anos e 9 meses que estou detida, a pena é 5 anos e 6 meses, faço os 2 terços em Julho do ano que vem e se calhar não sei, aqui tudo é possível. S me dá força, há muita coisa que eu vejo que não está certo que eu faço e não está certo e não faço asneiras, tento me acalmar porque a S está aqui comigo.” (Elvira, E11, pp. 61 a 62);

“...Necessidades do D, eu pelo menos até agora não tenho notado nada assim, pelo menos até agora não noto. Eu, tou bem, lá estásinto falta dos meus filhos, mas isso não podemos fazer nada tenho de pagar pelo que fiz. De resto...” (Amélia, E12, p. 67);

“...tem necessidade de ir à rua, pronto ele lá fora estava sempre a passear é diferente, aqui ele está preso, eu estou detida, não posso ir à rua, mas lá fora é totalmente diferente. É como as comidas aqui eles não têm comida suficiente aqui pas crianças, lá fora há de tudo e as coisas são totalmente diferentes não tem nada haver. As minhas necessidades, sinto falta da minha filha, quem me dera estar perto dela.” (Margarida, E13, p. 71);

“...as necessidades da Teu sinto agora depois de ir na precária, sinto que ela já pede, já escolhe, já tem coisas que aqui não há. Vem o comer e ela diz eu não quero isso, quero aquilo e são coisas que ela vê lá fora e que aqui não há, ela começa não tem isto não tem aquilo porque é que não me dás isto e aquilo, porque é que na casa da minha tia tem tudo (a chorar), mãe tu nem tens frigorífico porquê? Mãe tens água fresca? Tu não tens água fresca, quando ela chega da creche diz quero água fresca às vezes quando está muito calor e eu digo não tem nada fresco aqui filha, então não quero nada. Isso custa-me muito, não posso dar o que ela quer e depois custa muito explicar porque não temos isso. Se calhar ela pedia isso lá fora e não me custava tanto, agora eu sei que estou aqui fechada com ela, por minha causa, que não posso dar, eu faria tudo para mudar esta situação e depois ela pede e eu fico assim, eu vejo na cara dela que ela tem vontade, ela adora algumas coisas, mesmo agora quando fomos de precáriaela dizia mãe vou comer muita tomate, vais comprar muita tomate e vamos comer, vou comer salada. Eu às vezes fico a pensar isso é uma coisa que lá fora ninguém liga, ninguém dá valor a uma salada e ela adora tomate e está sempre a dizer-me isso e é assim estas poucas coisas que me custa mais, se calhar se fosse uma outra coisa que eu sei que não podia dar, mas nem é brinquedo, é mesmo coisas de comer e isso é que me custa. Eu sinto muita falta da minha família e ela também sente falta disso, às vezes na visita ela diz não nos chamaram mãe, nós não vamos, porque é que nós não vamos? Agora não temos tantas visitas, porque eu quando comecei a sair de precária também disse para não virem porque cada um tem trabalho, às vezes trocam folga, às vezes tão de folga e também querem é descansar e agora como eu vou de mês e meio em mês e meio a casa, vamos uma da juíza e outra da directorada juíza é de 4 em 4 meses a da Diretora é 3, então passa um mês e meio aqui para depois ir à rua...” (Conceição, E14, p. 77);

“...Necessidades do S, eu acho que ele tem necessidade de muitas coisas, só que com o tempo a gente acaba por habituar. Necessidade sempre temos aqui porque há muitas coisas que eu gostava que ele tivesse ou que ele fazia que não podemos. Mas temos de habituar a certas coisas. Eu, tenho necessidade de muita coisa, principalmente da minha mãe da minha casa da

	<p>minha vida de rua. Tenho necessidade de muitas coisas.” (Vera, E15, p. 82);</p> <p>“...Necessidades do W, comer fruta, porque a única fruta que ele aqui conhece é o quivi, a laranja e a maçã e quando vê uma banana o meu filho fica eufórico, é verdade eles aqui não têm fruta, não têm uma alimentação saudável, eles todas as semanas comem frango ou um peixe e é frango e peixe, carne, é sempre a mesma coisa e depois é massa e arroz, massa e arroz, nada de legumes, todos os dias dou-lhe sopa, mas por exemplo aos dias de semana eles dão lanche na parte da tarde, mas depois ao jantar só nós as mães é que temos direito a um reforço, nós as mães tiro do meu reforço para dar ao meu filho. Porque a gente come muito cedo, eles então ou dão pão, ou dão bolachas com iogurte ou bolachas com leite para depois mais tarde se tivermos fome podermos comer, mas lá está eu graças a deus não preciso porque tenho visita e a minha mãe traz-me bolachas para ele e traz-me comer para ele traz me fiambre, queijo, guardamos num balde, não temos frigorífico estes dias teve calor a minha mãe trouxe-me no sábado no domingo tinha tudo estragado, acaba por estragar, se a gente não comer no próprio dia ou no dia a seguir acaba por estragar tudo e depois é as formigas, porque a gente tem muita formiga. Ele adora comer essas coisas ele já sabe que quando a gente tem visita temos de ir buscar o saco, diz logo mãe temos de ir buscar o saco que a avó trouxe bolo, o W é uma criança muito, muito esperta. Eu não tenho necessidades.” (Patrícia, E16, pp. 86 a 87);</p>
4) Saúde	<p>“...em termos de saúde a F é seguida por um pediatra lá fora que é o pediatra dela, marcamos regularmente as consultas e ela vai com o pai ou com os avós e ela vai à consulta, se tiver uma questão mais urgente, como no inverno já aconteceu... pedimos para ir ao hospital e vamos, somos acompanhados. Temos um pediatra e temos médico de clínica geral...” (Isabel, E01, p. 5);</p> <p>“...os cuidados de saúde para mim não funcionam, sabe o C não conseguia fazer cocó, falei com a pediatra disse que era normal. Temos algum problema, falamos com a enfermeira, a enfermeira liga à pediatra ela vem, vem sempre à segunda-feira, diz isto é normal em todas as crianças e eu digo normal não é, o C fica dois ou três dias sem fazer cocó e não manda nada para ele, eu acho que tem a ver com a alimentação. O C na semana passada passou 3 dias sem ir à creche, a enfermeira disse se ele fizer febre avise-me ele fez febre a enfermeira disse à vamos esperar a ver se continua, mas vamos esperar até quando? Ninguém nos levou ao hospital, eu tinha na minha cela ben u ron e dei-lhe, falava com a enfermeira que dizia sempre, vamos esperar a reação de amanhã, no dia a seguir febre, quase 40 de febre, mas então vamos esperar assim até quando? Com a conjuntivite igual, ficou sem ir à creche e o medicamento demorou 3 dias a chegar, a pediatra também o mandou ir a uma psicóloga na rua, até agora nada...” (Salomé, E02, p. 13);</p> <p>“...se eu estivesse em minha casa ia ser muito diferente, mesmo a questão de ir ao Alcoitão, ele aqui só vai quando há transporte, esta semana não houve transporte ele não foi, mesmo a fisioterapeuta dele, já há duas ou 3 semana que ele não tinha ido, só foi ontem. Mas é assim 2ª não fui porque eles não tinham mesmo possibilidade, depois na outra 4ª feira não fui porque fui à consulta a cascais à consulta de desenvolvimento, agora estar assim a dizer não fui 3 vezes não, só não fui a duas, já que tenho de dizer tenho que ser sincera né, então ontem ela, então mãe o que se está a passar, então ninguém me trás, claro que se eu fosse por mim não podia faltar né? Porque quando a minha filha era seguida no Garcia da horta ia sempre. É muito importante o F não faltar, você sabe, atrasa, porque ele está melhor das pernas. Está por acaso está, mas prontos a única coisa que eu acho é que e por acaso tenho sorte com as guardas como toda a gente aqui não tenho a dizer nada, só há um problema aqui e a minha revolta aqui é quando não me conseguem levar o menino a Alcoitão.” (Carla, E03, p. 16);</p>

“...Sim, a G, ela já teve duas vezes otite, uma vez teve com tosse, marcaram consulta para ela e foi fácil, o ela ter de ser vigiada, eu tenho um papel e já pedi ao pai para marcar, no meu caso eu trouxe os meus comprimidos comigo.” (Sofia, E04, p. 22);

“...aqui cuidado de saúde é mau, a minha filha, nós entramos aqui, a minha filha tem pele atópica desde que entrei aqui estou à espera de consulta até hoje e disseram que tínhamos consulta 22 deste mês que passou e não nos chamaram, e a minha filha tem marca, marca de borbulha nas costas, nas pernas porque ela tem que der cuidados com a pele, dão pra ela óleoJohnson e ela só pode usar anti alérgico. Depois na visita tenta entrar o creme para ela e dizem que não pode entrar. Depois tem tosse a enfermeira diz poe soro, a única coisa que mandam por na criança é soro, só isso, faz aerossol, faz ventilam isso é o quê? Porque a gente sente que está realmente presa, se tá lá fora vai na urgência. Não acho bem, não corre muito bem.” (Rute, E05, pp. 26 a 27);

“...Em termos de saúde isto é horrível e eu já tive várias confusões por causa disso, primeiro quando a M entrou aqui ficou com comichão, só se coçava depois dizia que lhe doía, depois a enfermeira disse à isso é uma virose, como é que ela podia dizer que era uma virose se ela nem sequer viu, se você não sabe porque não nos manda pa médica, eu já lhe disse que isto é uma virose porque já todos tiveram, é uma virose não, cada criança é uma criança, isto não é normal, uma coisa é uma febre que nos dão medicação, outra coisa é a miúda com bolhas no corpo e não se sabe porquê. Pedi á família que viesse buscar para ir à rua e me desse o contacto do nosso advogado, para tratar de alguma coisa tem de ser assim, se não conseguimos ver a Dra. MJ ligamos po nosso advogado. Fui á dentista porque o meu dente furou, tinha de tomar antibiótico para poder arrancar e tinha de lá ir depois de duas semanas arrancar, dessas duas semanas passaram 4 meses e só passado 4 meses é que fui, andava ai noites e noites quase não dormia porque o dente está furado entra ar, doía a boca toda, depois aqui quem não tem meios não consegue arranjar o medicamento, primeiro esperei e pensei quando sair em preventiva arranjo lá fora, depois o advogado falou com a educadora, nesse dia também falei com a educadora e fui arrancar o dente. Demora muito tempo entre o processo de ter as coisas e poder resolver. É horrível.” (Marta, E06, pp. 31 a 32);

“...Eu tive, uma carta que dizia que tinha um problema e levaram-me para tomar as injeções, foi logo resolvido no meu caso, eu vejo que à pessoas que estão ai muito tempo, mas acho que são pessoas que não sabem vir falar com as guardas, chegam eu to doente, levem-me, eu chego e digo, não estou passando bem, podem levar-me aos clínicos, há como me levarem aos clínicos?Paramim nunca me faltou nada eu vejo casos de mães ai com filhos com problemas nas vistas, vários casos que a gente ai vê e que não foram à consulta externa, eu cheguei e eu já tive consultas externas, as minhas filhas já foram na consulta externa no pediatra, o pediatra disse a C tem que ir nas consultas de cardiologia, ela foi operada e tem que ir nas consultas de cardiologia e vai. Da cardiologia já fui, o sopro já fechou e graças a deus já não tem mais nada, to à espera das outras consultas, mas eu prefiro pedir, não chego lá exigindo, mas vejo gente qua anda cá, crianças com 3 anos e que não foram ainda a uma consulta...” (Luísa, E07, pp. 37 a 38);

“...mal, nada, nada, não corre bem, nem para mim, nem para a M. Até as enfermeiras aqui tratam mais umas crianças do que as outras, eu vejo muito isso, eu sei que tu podes gostar mais de alguém do que o outro, mas eu acho que quando é coisas de saúde nunca, mas nunca deve tratar um bem e um mal. A M teve um problema de saúde, andei a falar, disseram que era mentira, a M foi á rua foi tratada, foi com a minha prima a minha prima levou ao hospital, porque eu já tinha falado com a médica

daqui a médica disse que eu vou mandar numa consulta ao hospital e eles vão explicar o que se está a passar, mas a pediatra disse que eu não podia, então disse á minha prima levas ao hospital dizes o que se está a passar e mandas escrever no boletim dela para eu ver, ela tinha que repetir uma medicação aqui, uns dias depois uma enfermeira disse aqui, se não tens dinheiro na conta ela não vai tomar a medicação, a medicação acho que é 4 euros e tal. Eu disse porquê? Se receiptaram e não tens como comprar ela não vai tomar e ela não tomou e a tosse voltou outra vez, levei á pediatra, a pediatra disse, como ela já está assim á um mês, vamos mandar ao hospital de urgência chegou outra enfermeira que disse que não podia ir, ela não foi, ela teve uma alergia, ainda estáficou cá 3 dias, eu não fui ao curso, a M não foi á creche, a M não vai à creche, não ãovai, vai amanhã. Já falei com a Dra. C sobre esse assunto, disse que ia ver, até hoje estou á espera pa ela me dar a resposta, nem para nós, nem para as crianças. A pediatra é voluntária ela vem o quê, uma a duas vezes por mês, depois temos enfermeiras e elas faz o que as enfermeiras lhe dizem, se nós explicarmos o que o nosso filho tem ela diz que é mentira e a gente não pode fazer nada, eu falo por mim, estou aqui, a melissa tinha que tomar uma medicação que ainda não lhe deram, não sei. O problema daqui é a saúde e a alimentação...” (Teresa, E08, p. 44);

“...Saúde, é assim aqui dentro do EP sempre que eles estão doentes a pediatra que é do voluntariado, vem eu não tenho muita razão de queixa em termos de médicos, agora a única vez, como é que eu vou dizer que eu tive uma razão de queixa foi a k que teve com uma otite durante 2 meses, fomos a cascais disseram, foi a pediatra que nos mandou de urgência, chegamos lá para ir ao otorrino, a k estava a deitar liquido á 2 meses, há não temos otorrino, vamos fazer uma marcação desde Abril que estamos á espera dessa marcação até agora nada. Os medicamentos temos logo vamos á pediatra, se a pediatra não tiver vamos aos clínicos, á médicos que são para nós. Isso aqui há sempre.” (Pilar, E09, p. 51);

“...Éassim, eu também não me posso queixar muito, os meus filhos nasceram com uma infeção respiratória então por causa disso desde pequenos que fizeram muitas bronquiolites, nesse aspeto a cadeia sempre foi impecável comigo á noite sempre que eu estava aflita com um deles vinham á porta e levavam-me ao hospital pa fazer os vapores, mesmo hoje o G está com conjuntivite fui logo falar com a enfermeira e com a pediatra. Em relação a isso não tenho muita razão de queixa. Eu não tenho.” (Carmo, E10, pp. 56 a 57);

“...Saúde corre mal, com a pediatra é voluntária, a S passou a semana passada com febre a chegar aos 40 e tem 21 quilos, a guarda estava a fazer a ronda eu não disse nada, não bati a porta, a S em cima da cama, não bati a porta, o S estava de cama ela teve mesmo aquela febre 40, 39, 40 , a guarda porque não bateste à porta? Não bati porque vocês não têm medicação, mas foi lá buscar o bem u ron 250, 250 não faz nada, com os quilos que já tem, depois pus aquilo pus a água mais fria assim com os panos e dia seguinte disse não há medicação, não há nem nos clínicos, passaram 2, 3 dias e disse que não há medicação. Ok fui á directora, vi a directora que estava lá fora a passear com as novas guardas e disse Dra. Queria falar com a senhora, a S está com febre, pedi Sra. Directora pedi a medicação dela o brufen, porque uma criança precisa, ah se calhar ainda vai comprar, quem sou eu para dizer que vai comprar ou não, passando 4 dias, entregou-me o brufen, a febre já tinha passado e eu estou á espera da consulta há um ano, até hoje estou a esperar, uma consulta externa, quem paga sou eu 70 euros.” (Elvira, E11, p. 62);

“...A saúde eu sinceramente não gosto muito da pediatra de cá, eu acho que ela percebe tanto de pediatria como eu, eu acho, posso estar enganada, mas é a minha opinião, porque o D tem muitos problemas de pele desde que nasceu e ela sempre disse

	<p>que não era nada o miúdo teve de ir à rua foi diagnosticado pele atópica, tem que usar certos tratamentos e elas aqui sempre disseram que o miúdo não tinha nada ele fazia sempre cortes atrás das orelhas e elas sempre disseram que não era nada mas prontos à enfermeiras boas. Há enfermeiras que são mais atenciosas há outras que não querem saber, mas olhe é como tudo lá fora também é assim, se formos ao centro de saúde é igual, temos de ter paciência.” (Amélia, E12, p. 67);</p> <p>“...correm bem, oh não é como lá fora que uma pessoa tem consulta naquele momento, o menino está doente e nós temos logo um médico, mas não tem nada haver, se o menino tiver uma febre, temos de esperar pelas enfermeiras, ou pela pediatra, ou esperar 3 dias para ir aos clínicos.” (Margarida, E13, p. 71);</p> <p>“...A nível da saúde tem corrido bem, porque a T também nunca foi uma criança de muitas coisas, nunca tive um problema, nem quando ela era bebezinha, o normal para criança e sempre que ela teve ou foi à pediatra ou levaram ela aos clínicos e foi sempre isso. Tem corrido bem, não tenho razão de queixa, ela é uma criança saudável.” (Conceição, E14, p. 77);</p> <p>“...Cuidados de saúde, eu não tenho problemas de saúde, o S também graças a deus o único problema que ele tem é um problema de pele, mas isso também a gente vai à consulta de 3 em 3 meses aqui em cascais. Eu nunca tive problema nenhum com o S elesó tem esse problema de pele e assim que eu falei com as enfermeiras fomos aos médicos ali nos clínicos e marcaram logo consulta em cascais de dermatologia fomos ai e agora está sempre a ser seguido ai em cascais de 3 em 3 meses, ele tem medicação e é só isso.” (Vera, E15, p. 82);</p> <p>“...O meu receio é que o W fique doente, pois temos que esperar que a pediatra venha, não nos levam ao hospital levam-nos aos clínicos que é aquela salinha ao lado da creche, mas muitas vezes as médicas não sabem o que é que eles têm, como é que eu hei-de explicar, aqui é tudo à base do antibiótico é os meninos têm alguma coisa têm de tomar antibiótico que são as enfermeiras que às vezes trazem, por exemplo a gente vai lá com o menino e depois só à noite é que nos trazem o antibiótico, são elas que fornecem não temos de pagar, mas muitas vezes o que é que elas fazem a gente abre o antibiótico dá e depois o que sobra elas guardam para outra criança, como o ben u ron, o brufen tudo isso elas aproveitam, reaproveitam e há medicamentos que não podem estar abertos mais de 30 dias imaginemos, eu abro hoje e passados 30 dias elas vão dar a outro menino o mesmo xarope que eu dei ao meu filho isso é uma falta de cuidados pa crianças e isso é muito mau, isto é muito mau ninguém tem noção só quem está cá dentro é que tem noção...” (Patrícia, E16, p. 87)</p>
5) Rede Familiar e Social	<p>“...A relação com a família continua a ser ótima, estamos todos um bocadinho triste e desanimados porque é uma situação peculiar, tenho uma casa à minha espera, um marido e nesta situação é complicado. A relação da F, bem ela é mãe dependente, apesar de falar diariamente com os avós com o pai ela quando vai a casa no primeiro dia só quer voltar, ela sai com regularidade, de 15 em 15 dias, esta última vez já foi um bocadinho, pois ela já faz mais um bocadinho de birra, já tens mais opinião digamos assim, é capaz de dizer não, não, não e a coisa complica, foi e ao 4º dia teve de vir embora, já não queria escorrega, nem baloiços, nem praia já não queria nada, já só queria a mãe.” (Isabel, E01, p. 5);</p> <p>“...A relação com a família é boa, com a minha mãe, quando eu tinha 12 anos e o meu irmão 4, fomos para Miami, toda a minha família ficou na Venezuela, o problema é que a minha mãe trabalhava o dia todo e eu e o meu irmão estávamos sempre</p>

sozinhos, íamos para a creche, voltávamos e estávamos sempre sozinhos, eu não posso dizer, nunca me faltou nada, graças a deus, nunca me faltou nada eu sempre tive todas as coisas, inclusive até agora, depois não sei se por ma companhia, por ma influencia, a minha mãe sempre quis o melhor para mim, mas eu nunca me adaptei a Miami, porque era muito próxima da minha família, a minha mãe ligava todos os dias para a minha família e eu falava todos os dias com eles, a minha mãe trabalhava todo o dia eu estava ali só com o meu irmão, então quero ir para a Venezuela ter com a minha família, sabe eu sou tipo a ovelha negra da minha família, mas todos gostam muito de mim, e então voltei para a Venezuela quando tinha 16 anos, sabe a minha família é muito unida...Arelação do C é através das fotografias que mostro e de falar com ele sobre ela, fala ao telefone, ele não sai do EP, porque tenho a família toda na Venezuela. Não sei como perspetivo o futuro do C, como ele é não sei. É muito complicado o C tem um carácter muito forte. Eu tenho outra filha que tem 5 anos e está com o pai na Venezuelaela conheceu o C.” (Salomé, E02, pp. 13 a 14);

“Relação com a minha família é boa, eles vêm sempre visitar-me, nunca deixam de vir numa visita, quando não tenho é porque chegam atrasados, há muito trânsito para chegar até aqui e então tem de ficar para a outra, vêm sempre as minhas filhas, irmãos cunhadas, marido... O F sai e a reação má pois tem medo e quando volta também sente diferença, mesmo na creche notam, não sei se lhe falaram? Ele sai depende da minha irmã porque ela também tem as minhas duas meninas, eu tenho mais família, mas optei por ser a minha irmã, a minha irmã tem um café, ela também trabalha e quando sai do trabalho ainda vai para as feiras, ora não tem assim muito tempo, ou bem que tem atenção para as meninas, ou bem que tem atenção para ele, então acaba por ser stress para ela, ele saiu no julgamento, no dia 24 de maio, ele teve lá, ele saiu numa terça, não saiu numa 5ª e teve lá 3 dias e correu bem, foi completamente diferente, mesmo o comer lá fora, come muito melhor do que aqui.” (Carla, E03, p. 17);

“... Relação da G com a família é boa, ela tem saudades da irmã, com o pai é aquela coisa, tem saudades, mas depois quando vê ele ela vem sempre para o meu lado, quando a irmã vem ai meu deus, ela agora vai passar um fim-de-semana com ela. Ela já saiu 3 vezes e já me disseram que só à hora de dormir é que começa a perguntar pela mãe, mas enquanto ela está a brincar com a irmã, com o pai e com os primos ela está tranquila. Ela quando vem, vem um bocado diferente e se a irmã vem a acompanhar ai meu deus, ela fica diferente naquela hora, ela chora diz que quer ficar com a irmã, mas depois passa”. (Sofia, E04, p. 22);

“...A relação com a minha família é boa, com a minha mãe, com as minhas irmãs, sinto muito apoio, graças a deus elas vêm às visitas e apoiam muito graças a deus, a visita é isso que também me dá muita força, uma hora não dá para nada, não há tempo, tentamos conversar, elas sentem que tou triste e fazem sentir me bem, a k adora as visita, agora passa a visita a gritar pai, tia, avó, o irmão está em cabo verde, o irmão tem 12 anos, ela não o conhece, a minha vontade é quando sair daqui mandar minha filha pa cabo verde conhecer o irmão. Ele não faz pergunta porque não sabe que eu estou aqui, eu ligo sempre para ele e digo que estou a trabalhar, eu agora já não ligo tanto porque pa França, Espanha é 50 cêntimos, pa cabo verde é muito, depois eu liguei e ele mães estás bem? Porque não vens cá? Porque a mãe está trabalhar e não pode, ai ele diz tu estás presa mãe? Quando eledisseestás presa caiu-me tudo. Descobriu porque ouviu falar, depois eu não estava lá pa explicar, depois ele pede pa mandar coisa eu digo que mando, mas depois não dá pa mandar por isto ou aquilo e quando ligo ele chama de mentirosa, é complicado, mesmo agora a minha mãe foi pa cabo verde e eu disse mãe dá-lhe tudo, roupa, sapato, brinquedo dá-lhe aquele mimo que eu não to aí pa dar, aquele abraço... A k sai terça e vem sábado. Ela vai contente, sabe que vai fazer isto e aquilo, diz mãe vou comer hambúrguer, mãe vou ali e vou fazer isto e aquilo. Quando volta, abre os olhos e percebe que já está aqui e fica

bem.” (Rute, E05, p. 27);

“...sinto-me apoiada a 100%, os meus pais, os meus filhos, compadres, sobrinhos, as pessoas mais próximas são excelentes. A M com o pai não tem muita relação, mas mesmo lá fora não tinha muita. Mas aqui ele ainda tem mais do que tinha, porque aqui ele já veio visitar, ele pediu para que ela fosse sair com ele. Ela só saiu com o meu compadre, mas houve um dia que ela saiu com o compadre, mas foi para casa do pai. Quando fazemos o pedido eu não sabia e só meti o nome do meu compadre então ela não pode sair com mais ninguém, mas eu não sabia nem a educadora me disse e é uma estupidez porque agora só ele pode levar. É complicado porque o meu compadre agora vai viajar e pa melissa sair agora não pode. Ela gosta muito de sair e às vezes vai pa uma amiga minha que tem vivenda e tem piscina e ela vai para lá e gosta muito, teve lá no sábado só veio na terça-feira, teve lá com ela não queria sair da piscina só queria era estar lá, quando volta vem bem porque vem cheia de saudades da mãe, mas depois já quer ir. Mas ela por acaso tem muita noção sabe que quando é aqui sabe que tem de ficar e que é assim.” (Marta, E06, p. 32);

“...Relação familiar é ótima, nada mudou, a relação das filhas com o pai, avós e irmã nada mudou. A minha filha está com o pai e a única coisa que me questionou, foi quando as irmãs vieram, é porque é que estavam tirando tudo dela, porque tiraram as coisas que ela mais gosta, 1º a mãe, depois as irmãs custou muito.” (Luísa, E07, p. 38);

“...A relação com o pai da M é complicada, não temos esse apoio, porque eu estou presa através da avó da M e eu não tenho contacto com ninguém da família, eu tinha antes que eu entrei cá, mas depois que eu entrei ninguém veio me visitar e eu não tenho, sinto-me desapojada, eu tenho visita da minha prima, dos meus sobrinhos, da minha amiga mas da parte da família da M não tenho. A M tem mais 6 irmãos, são do pai estão cada um num sitio, tinha relação antes de eu entrar cá, mas agora não tem, tem só da parte da minha mãe e da minha prima que a costuma levar quando vai para a rua, com a outra minha filha que está em cabo verde, fala também com a minha irmã que está em Évora, com a família que está em cabo verde, tenho outra filha lá com 12 anos, está com a minha mãe, elas conhecem-se através do facebook, de vídeo, mas a M fala sempre nela, eu estou sempre a falar nela. Quando a M sai, ela adora, nem quer voltar, nem quer, ela quando está lá uma semana ela nem fala muito ao telefone, eu pergunto então melissa como estás, eu tou bem tchau, ela está melhor do que aqui, ela diz na casa da minha mãe não tem isso, na casa da minha mãe eu não como isso, quer comer ovo com salchicha e depois chega aqui e diz oh mãe eu comi isto e aquilo e explica. E queixa-se que aqui não tem e conta que foi andar de comboio de popó que foi ao parque e todo o dia me está a perguntar quando é que vamos. Elas vêm carro aqui e dizem olha este é do meu pai ou é do meu tio. Quando volta é uma coisa horrível, ela sai com regularidade, mas agora vai fazer um mês que já não sai, como eu estou à espera da resposta da precária eu to a aguardar para ver se vamos juntas, faz hoje dois meses que fiz o pedido, é a 1ª vez que íamos juntas.” (Teresa, E08, p. 45);

“...A minha relação com a família é normal com o meu pai e com o meu marido que agora saiu, a minha mãe esteve aqui comigo, mas saiu lá para fora e parece que se esqueceu que teve presa, a mãe que dizia ai vou estar sempre contigo, ai nunca vou-te abandonar, já saiu em Dezembro e nunca mais veio, mas tenho o meu pai, tenho o meu marido e tenho os meus sogros já me chega. Os meus filhos nas precárias pelo que eu vejo dão-se bem, desde o ano passado que tenho precárias, a k já os conhecia tem boa relação o A é que no início não falava, passou os 3 dias sem falar, na segunda vez também não falava, só na terceira é

que começou a falar e a estar muito mais á vontade lá em casa, ele é mãe dependente, entrou aqui com 2 meses isto era a casa dele ele não conhecia outra coisa. Eles não costumam sair porque tenho a família longe, só saem quando vão comigo, a reação á rua, o A só quer mesmo estar ope de mim, não vai a ninguém mas ele gota de ir passear, nós levamos ele aos baloiços é um mundo maravilhoso que ele não conhece, depois não há altifalantes, não chamam para jantar, ele em casa está sempre a abrir e a fechar portas porque aqui ele não pode (risos), quando voltam, a k custa mais, o A está mais habituado mal vê alguém na portaria vai logo abraçar. Eu faço os dois terços agora em agosto, espero ir embora, mas só sou avaliada agora em Setembro, mas espero ir embora, a k vai sair de qualquer das maneiras, eles podem ficar até aos 5, mas isto já não é bom pa ela, se fosse já como o J que está na casa da criança e vai para uma escola normal, ai ela ficava porque é claro que eu quero a minha filha perto de mim, mas pa ir pa esta creche, não é fácil. Eu não sou boa, às vezes parece que elas vêm espingardar parece que querem que a gente arranje problemas, mas quando é comigo eu calo-me, mas se é com a minha filha. Eu prefiro que a minha filha vá lá para fora senão ainda vou estragar o pouco que falta, ainda estrago alguma coisa. Ela tem o pai dela lá fora é diferente.” (Pilar, E09, pp. 51 a 52);

“...A minha família nunca me faltou nunca faltou visitas, até sempre que eu preciso descansar a cabeça, a minha mãe leva-os. Em relação a isso a gente não teve problemas, os meninos dão-se bem com todos, saem com regularidade mas depois só querem a mãe. Têm um irmão praticamente da mesma idade tem um mês de diferença é de outra mãe, eles conhecem eu própria fiz questão pa apresentar o irmão. Com o pai antes não tinham uma relação próxima agora sim, já sabem quem é o pai. O pai vem á visita, vem sempre vê-los.” (Carmo, E10, p. 57);

“...Tenho uma boa relação com a minha família, sinto-me apoiada, vêm cá os meus enteados, vem o meu filho, amanhã vem cá a minha cunhada, amanhã vem o meu filho, ele com a S, é lindo, passeiam na sala, andam assim a passear. Ele pergunta porque é que a S está cá e ele não. Ele pergunta mãe estás no hospital, mas este hospital agora é diferente, a mãe tem de ficar aqui para trabalhar e é assim que vou respondendo, não tem outro jeito, não posso dizer estou presa para ele. A S tem uma relação muito boa com o irmão, tem muitas saudades do pai e uma relação óptima com a família, gosta dos irmãos, a reacção quando ela saia lá fora era 5 estrelas, 5 estrelas, nunca lhe faltou nada, o pai vinha buscar ela na visita e depois trazia 2, 3, 4 dias depois e também passou na suíça um mês. Estranha muito quando volta, ficava ali em cima da cama e não falava comigo, agora está a mamar, voltou a mamar, pede mama.” (Elvira, E11, p. 62);

“...É boa, sinto-me apoiada, na maneira que eles podem, não podem fazer mais, também trabalham também têm a vida deles, não podem parar por cauda de mim. O D com o pai não tem relação porque eu separei-me do pai dele em agosto do ano passado o pai dele é muçulmano e não queria que o miúdo comesse carne, só que a gente está aqui e não posso exigir que o miúdo tenha alimentação só de peixe e então o miúdo aqui come carne de porco, então o pai levou muito a mal e acabou por se separar por causa só disso a partir dai disse que não vinha mais às visitas e que quando o miúdo saísse ele escolhia a tradição do pai ou da mãe e ficamos assim. Quando eu entrei ele ainda vinha vê-lo, tivemos bem, mas por causa disso da alimentação ficamos assim. Com os irmãos é assim, ele gosta muito, com o avô é que não vai muito porque é assim ele está habituado só a mulheres aqui, com a avó vai bem. Mas ele agora está a ficar mais crescido e já vai indo mesmo quando os guardas vêm aqui, está a crescer. Na visita agora corre melhor, porque eles não vêm muito á visita vêm uma vez por mês, a minha irmã é que vem mais porque os meus pais eles trabalham, não têm transporte é mais complicado eles virem, vêm mais os meus irmãos vem

assim, vêm os meus filhos os meus irmãos trazem. O D quando sai custa-lhe mas a minha mãe diz que na primeira semana ele anda ali, custa muito a habituar, mas depois adora anda lá gosta de ver o panda e tá lá e brinca e dança gosta muito de estar com os irmãos e com os primos, depois quando vem para cá estranhou elas aqui todas, já não queria estar com elas, depois ficou bem outra vez.” (Amélia, E12, p. 68);

“...É boa, agora não tenho tido visitas, porque o meu marido agora está um bocadinho longe em coimbra, então é um bocadinho complicado para vir. O I dá-se bem com a família, ele gosta muito da irmã. A minha filha ao princípio perguntava porque não podia estar cá, mas agora ela já percebe, ela compreende, ela entende tudo, mesmo hoje de manhã ela falou comigo e dizia então mãe o I está bem, mãe onde está o I? Foi para a creche, porque ela chora de vez em quando. O I nunca saiu, porque é assim o meu marido também esteve detido durante um ano e quando ele foi preso o miúdo era pequenino, tinha 6 meses, então ele não tem aquela proximidade com o pai, ele está muito agarrado a mim, dá-se com a irmã, mas com o pai não se dá mesmo, a minha mãe neste momento está detida, então por enquanto ainda não pensei em ele sair, por em quanto não, mais pa frente até pode ser, mas agora ainda é cedo.” (Margarida, 13, pp. 71 a 72);

“...A relação com a minha família é boa, a T com o pai não conviveu ainda, mas ela conhece a irmã, mas quando eu vim para aqui ela foi para cabo verde, vinha às visitas mas depois foi para cabo verde, mas a T sempre fala dela e ela gosta muito da avó dela. Mas quando saímos ela no primeiro dia não quer ninguém, parece que fica com medo que eu deixe ela lá e que eu venha e ela não quer, ela quer ficar lá comigo, ela está sempre atrás de mim, eu vou á cozinha ela vem à cozinha, eu vou à casa de banho ela vem à casa de banho é assim, não quer ninguém. No segundo dia já está mais solta já quer ver as pessoas, já diz que não quer vir. Depois eudigoolha eu vou embora amanhã, mas depois volto, ah mas se vais embora eu também vou. Depois chega aqui quer sair outra vez, ela agora só sai comigo, elas até a querem vir buscar mas eu também sou muito mãe galinha fico muito preocupada, depois só tenho uma chamada e depois tenho de estar a ligar também para a minha filha em cabo verde, ela tem 17 anos. No principio ficou muito revoltada comigo, mas agora pronto, ela está em cabo verde com a avó, com a minha mãe, ela tem muitas saudades minhas e quer voltar, ela também nasceu cá e quer voltar, depois ficou sem mãe e eu era a única pessoa que ela tinha, sempre fui mãe solteira com ela e depois deixou de ter casa, deixou de ter quarto foi para cabo verde, outra cultura e ela tem os amigos aqui e uma cultura, ficou muito revoltada, mas agora ela está melhor, já não está tão revoltada já porta como deve ser.” (Conceição, E14, pp. 77 a 78);

“...Eu da minha família não tenho nada para dizer porque eles nunca me deixaram desde que eu vim para cá, porque eu tinha medo, porque o meu companheiro quando eu entrei aqui nós já estávamos separados mas ele sempre me apoiou, mesmo nós não estando juntos ele sempre me apoiou e a família dele nunca me faltou uma visita sequer e para mim vai ser sempre minha sogra, nunca faltou visita, nem ela, nem os tios dos meus filhos, os meus filhos vêm sempre, os meus pais não vivem cá vivem em França mas a minha mãe vem de 6 em meses vem para cá para me ver. Eu não tenho queixa da minha família. o S, com eles na visita não estranha, o problema é quando vamos de precária, porque ele tem medo que eu deixe ele eu acho que é esse o medo dele. Ele não me quer largar por nada por nada eu não podia sair sequer da sala. Antes da precária o S nunca saiu eu nunca quis que o viessem buscar, eu acho que é medo que é receio. Ele quando voltou comigo da rua ficou logo contente, os meninos estavam a brincar na ala e ele foi logo correr e falar com as pessoas, esta é a casa dele mesmo.” (Vera, E15, p. 82);

	<p>“...Tenho a minha mãe e a madrinha e são as pessoas com quem tenho confiança e posso contar. O W com o pai, o pai também está preso, mas nós temos visitas todos os meses e ele dá-se super bem com o pai, brinca com o pai, dá porrada ao pai. O pai está detido mas todos os meses a gente tem visita do pai, a visita é uma visita diferente, por exemplo aqui na casa das mães há mais duas raparigas que têm os maridos presos no mesmo sitio que o meu marido eles vêm os 3 nos visitar e ficamos só nós com os meninos e eles. Ele dá-se super bem com a avó e com a minha madrinha, ele gosta muito delas, sempre gostou. Ele não sai, eu tenho receio, o W tem medo de ir à rua porque como uma vez a minha mãe veio à visita e o levou e ele ficou a chorar ele agora tem medo que a minha mãe o leve e que não o volte a trazer, ele tem muito receio, da vez que ele saiu correu mal, ele foi daqui até casa da minha mãe a chorar e depois só veio quando eu fui para a casa das mães, porque eu entrei no pavilhão e tinha visita no dia a seguir então a minha mãe trouxe-o mas depois teve de o levar e então foi um martírio. Depois quando veio já não queria saber da avó veio logo po meu colo ele só queria a mãe.” (Patrícia, E16, p. 88).</p>
<p>6) Perspetivas sobre o futuro dos filhos</p>	<p>“O futuro da F neste momento é uma incógnita, é um ponto de interrogação uma vez que o sistema judicial é como é, as respostas são morosas, eu estou num processo de revisão de pena num processo de saber se poderei ou não usar pulseira e nós achamos que era benéfico a pulseira ser concedida uma vez que possibilitaria a minha aproximação à família e portanto estou nessa fase.” (Isabel, E01, p. 6);</p> <p>“Não sei como perspetivo o futuro do C, como ele é não sei. É muito complicado o C tem um carácter muito forte. Eu tenho outra filha que tem 5 anos e está com o pai na Venezuelaela conheceu o C.” (Salomé, E02, p. 14);</p> <p>“Queria um futuro muito melhor para os meus filhos, que não levassem a vida que eu levei e que não levassem a infância que eu levei, que não foi fácil, porque eu casei muito nova, eu não quero que com as minhas filhas seja assim, antigamentetínhamos que casar cedo, mas agora as minhas filhas não casam cedo, a família concorda, eu disse ao meu marido que não quero que as minhas filhas sofram porque eu sofri muito, eu tinha 14 anos quando me juntei, era uma criança. As minhas filhas têm 8 e 4 anos.” (Carla, E03, p. 18);</p> <p>“O melhor possível. Em primeiro lugar diferente do meu, eu nunca imaginei estar nesta situação e quando eu sair daqui quero ser uma pessoa melhor continuar a lutar por ela, a trabalhar por elas e dar uma vida como deve ser e estar com elas, estar aqui dentro não é exemplo nenhum, principalmente para a mais velha que já percebe mais coisas que a G, ela pergunta por mim, quanto tempo é que falta para eu ir embora, é triste e por isso é que é sair daqui, dar o meu máximo e dar sempre uma boa imagem pa elas. Tem 10 anos a mais velha. “ (Sofia, E04, pp. 22 a 23);</p> <p>“Eu quero um futuro para os meus filhos melhor do que o meu, eu quero lutar, não quero voltar, não quero passar nem pela esquina, eu quero que eles acabem de estudar para ser alguma coisa na vida, serem alguma coisa na vida, eu digo pós meus filhos vai lá ser feliz, vai lá ser alguma coisa na vida. Eu digo, eu tenho 28 ano, olha o meu futuro. Eu jurei mesmo para mim que quando eu tivesse 25 ano eu ia tar na minha casa com os meus filhos com a minha família e afinal to presa.” (Rute, E05, p. 27);</p> <p>“Oh o melhor. Que eles não se metam em nada de mau como nós metemos e que isto para eles também seja uma lição de vida.</p>

Os meus filhos têm 12 anos e outro 6, o mais velho faz perguntas, nós dissemos que eu estou em França, mas no outro dia ao telefone ele disse mãe tu estás presa, não estás em França.” (Marta, E06, p. 32);

“Perspetivo o melhor possível, como sempre foi, eu e o meu marido sempre fizemos de tudo para darmos o que pudermos e não pudermos para elas, para elas terem de tudo e que sejam felizes.” (Luísa, E07, p. 38);

“Não sei, mas eu quero dar uma coisa melhor a elas, eu estou a pensar, quando eu sair daqui ou voltar para Cabo Verde, ou trazer a outra minha filha. Em Cabo Verde tenho mais apoio, tenho a minha mãe, tenho os meus irmãos e depois eu não me enquadrar aqui, tu pa trabalhar, tens de pagar creche, tens de pagar ama, pagar escola, em Cabo Verde não, em Cabo Verde os meninos ficam com um irmão ou com um vizinho qualquer um fica com uma criança, é mais fácil, o rendimento é pouco mas é mais fácil.” (Teresa, E08, p. 45);

“Eu quero o melhor pós meus filhos, o meu filho lá fora diz que quer vir viver comigo, mas eu não estar a tirar o meu filho donde está que está bem, onde cresceu, onde fez a escola, onde tem a raiz dele, ele já não fala muito comigo, eu é que tenho de estar a puxar por ele, ele já não é capaz de chegar e dizer mãe estás boa? Ele não fala, eu é que tenho de estar a puxar por ele, ele está a viver com a avó e com o pai, ele não é deste companheiro é claro que eu quero o melhor para eles, não quero que eles traficassem, eu traficava a k era pequenina era para lhes poder dar tudo, mas hoje também percebo que o melhor para eles era o amor e o bem-estar não é brinquedos caros, roupa cara não é nada, eu quero é poder dar aos meus filhos uma boa vida, uma vida digna sem tráficos sem nada, eu quero é poder acordar Lia, poder trabalhar e acordar todos os dias sem medos da polícia me aparecer em casa e tudo acabar, não eu quero é dar-lhes o pouco que seja, roupa dos chineses mas quero poder estar com eles o resto da vida.” (Pilar, E09, p. 52);

“Sou sincera penso nisso muitas vezes, sei que escolham eles o que escolherem eu vou lá estar para eles, da mesma maneira que eu escolhi a vida que tenho e os tenho aqui comigo eu tenho que ser com eles o que eles são comigo portanto a gente espera pa ver o que vai acontecer.” (Carmo, E10, p. 57);

“Quando eu sair daqui vai ser espectacular, vou pedir para Deus, é só olhar e pedir para Deus. Quando ela chega da escola ela diz que estás aí a fazer mãe, estou a pedir perdão, porquê mãe? Peço perdão pela gente filha. Vou agarrar só nos dois filhos que eu tenho e seguir em frente.” (Elvira, E11, p. 63);

“Quero sempre o melhor para eles, quero que eles sejam alguém na vida, sejam alguém que eu não fui, é isso.” (Amélia, E12, p. 68);

“Quero o melhor para a vida dos meus filhos, o normal.” (Margarida, 13, p. 72);

“Espero que as minhas filhas tenham um futuro melhor do que o meu que elas não errem, vou lutar tudo por tudo para não fazer o mesmo erro, fazer tudo para que não lhes aconteça nada de mau, gostava de fazer escola, eu faço o que posso fazer, dou o que posso dar, sempre fui mãe para ela, fui mãe aos 19 e sempre tentei fazer tudo melhor para ela. Isto é uma fase.” (Conceição,

E14, p. 78);

“O futuro dos meus filhos, é claro que eu quero o melhor para os meus filhos. Os dois mais velhos a única coisa que me perguntam é quando é que eu vou embora, mas o de 8 anos às vezes nem podem trazer para a visita porque ele está sempre a chorar, todas as visitas ele fica a chorar e não quer ir embora, está sempre a fingir que está com dor de barriga pa ver se eu levo ele para a minha cela para ficar cá comigo, sempre a perguntar porque eu não posso mandar o S para a rua para ele ficar no lugar do S. Ele está sempre em todas as visitas sempre a chorar sempre a perguntar quando é que eu vou embora. Ano passado ele fez anos, a avó comprou as coisas todas para cantar parabéns e ele não quis, cantar parabéns, porque ele pediu a avó para me chamar a avó disse que não podia e disse que na hora de cantar parabéns ele só chorava porque me queria. O mais complicado é porque ele era uma criança que era mesmo muito apegado a mim, sabe o S nasceu e ele não queria porque ele queria ser o único. É muito complicado.” (Vera, E15, p. 83);

“Eu vejo o futuro do meu filho brilhante, nem vale a pena falar, ele é uma criança super inteligente claro que vou livrá-lo de todos os maus caminhos, mas a escolha vai ser dele e eu vou lá estar para ele e seja o que deus quiser, mas se deus quiser ele não há-de ir por esses caminhos.” (Patrícia, E16, p. 88)

Anexo X – Fotografias

1 – Edifício Creche – Entrada



2 – Corredor de acesso ao gabinete das Educadoras, sala bebés, berçário e casas de banhodecrianças e adultos



3 – Casa de Banho/Fraldário



4 – Berçário



5 - Sala bebés – 6 meses até aquisição de marcha



6 – Despensa de Roupa e Produtos de criança



7 – Corredor de acesso às salas dos 2 e 3 anos, recreio exterior e cozinha



8 – Sala desde aquisição de marcha até aos dois anos



9 - Sala a partir dos dois anos



10 – Cozinha



11 – Recreio exterior

